PLÍNIO RAMOS COÊLHO

MENSAGEM

à

Assembléia Legislativa

Ypiranga
M
3098113

IMPRENSA OFICIAL
Manaus – Amazonas
1 9 6 4

SGC-39592
-3882-

PLÍNIO RAMOS COÊLHO

MENSAGEM

à

Assembléia Legislativa

IMPRENSA OFICIAL
Manáus — Amazonas
1 9 6 4

PLÍNIO RAMOS COÊLHO

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

MENSAGEM

à

Assembléia Legislativa

Amn
352.238098113
A489m

IMPRENSA OFICIAL
Manaus — Amazonas
1 9 6 4

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00744
Folha:
Data:

Apresentada pelo Exmo. Sr. Dr.

Plínio Ramos Coêlho

D.D. Governador do Estado do Amazonas, na abertura da Sessão Legislativa de 1964.

Apresentada pelo Exmo. Sr. Dr.

Plinio Ramos Coelho

D.D. Governador do Estado do

Amazonas na abertura da

Sessão Legislativa de 1954.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Em obediência ao que dispõe a Constituição Estadual temos a honra e o prazer de trazer-lhes a nossa MENSAGEM, que, retratando a vôo de pássaro, nossa luta no ano pretérito, ilumina roteiros para os 365 dias que agora vivemos.

Como não ignoram Vossas Excelências, ao assumirmos o Govêrno do Estado a Receita prevista era de Cr$ 2.232.116.600,00 e a Despesa se fixava em Cr$ 2.837.177.070,00, evidenciando-se um **deficit** de Cr$ 605.061.070,00.

Receita e Despesa em 1963

Em verdade, conforme assinalamos em nossa primeira MENSAGEM, a arrecadação poderia ser superior e a despesa nunca inferior a ..... Cr$ 4.800.000.000,00.

Para fazer face a uma conjuntura assim, impor-se-íam quatro medidas: — aumento de impostos e taxas; melhor e mais atuante fiscalização para evitar contrabando e outras fraudes; eliminação drástica de despesa supérflua e elevação do prêço dos produtos regionais, que, se aumentam fisicamente, caem no total de valores financeiros.

Não fizemos aumento de alíquotas. Exercemos maiores vigílias no regime fiscal. Cortamos dràsticamente os gastos desnecessários e lutamos pela valorização dos nossos produtos.

Talvez por isso, alcançamos de 31 de janeiro de 1963 a 1º de fevereiro de 1964 a Receita de..... Cr$ 4.417.102.791,00, enquanto a Despesa efetuada no mesmo período somou a Cr$ 4.273.535.741,70.

Tendo-se em vista que a Receita extra-orçamentada dist ngue-se da orçamentada por constituir-se de depósitos com destinação específica e recolhimento obrigatório e considerando que por falta de desencaixe de despesas inadiáveis êsses depósitos não foram recolh.dos e se consum:ram como Receita normal, a par de que na Receita extra-orçamentada foram incluídos dividendos das ações do Estado, adiantamentos feitos pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A. para encontro, em verdade, tomando-se em consideração por igual, que o levantamento das dívidas, de 1963, deu uma cifra de ..... Cr$ 430.000.000,00 e levando em conta o saldo aparente — Cr$ 275.279.859,50, — ter-se-á alcançado o **deficit** real de Cr$ 286.432.950,70.

Despesa e Receita em 1964

Esclareça-se que pagamos, de 1962, aproximadamente Cr$ 200.000.000 00, provenientes de professôres distritais, regularização de créditos especiais, exploração agrícola, consignação de fôlha, etc.

O Orçamento do presente exercício estima uma Receita de Cr$ 4.529.793.900,00. A Despesa, como se estática! foi fixada em Cr$ 5.283.775.565,00.

Acreditamos que a arrecadação alcance a casa dos Cr$ 7.000.000.000,00. Os gastos talvez ultrapassem, no entanto, a cifra dos Cr$ 8.000.000.000,00, se outra vez medidas drásticas de cortes em despesas até necessárias não forem praticadas. É que a inflação aumenta o custo das utilidades, não tendo o mesmo cresc mento na Receita — face à perda do poder aquisitivo dos salários.

Salário Mínimo e Imposto

Impor-se-ia, por isso, para êste ano, em consequência dos novos níveis de Salário Mínimo que foram elevados acima de 100%, um aumento de impostos para êste exercício, o que nos é defeso em atendimento à proib ção expressa na Constituição Federal.

Economia e Finanças

A fim de que a máqu na estatal não pare, teremos que adotar três medidas: maior fiscalização na aplicação da legislação fiscal, igualando a todos na obrigatoriedade do pagamento de impostos e taxas; proibição de gastos prescindíveis e contabilização a favor do funcionário público de certa porcentagem sôbre a diferença entre o teto anterior e o que será fixado com o reajustamento, de forma que no ano

entrante, reajustados os impostos à despesa, se venha a ter o quantitativo solicitado ao resgate dessas dívidas.

Apesar das dificuldades financeiras do ano passado, vale lembrado, o Amazonas não parou, o Govêrno não ficou de braços cruzados e ainda nos foi possível conceder um aumento nos vencimentos do funcionalismo correspondendo a 70% sôbre os tetos reajustados dias antes de assumirmos a Chefia do Executivo.

Assim, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, entregue ao Dr. Walter Troncoso, citamos a recuperação e modernização do Grupo Escolar "Barão do Rio Branco", do Jardim da Infância "Visconde de Mauá", do Grupo Escolar "Olavo Bilac", do Pôsto Médico do Bairro da Glória, concluindo a construção do Hospital Infantil "Dr. Farjado". No Teatro Amazonas fizemos nova instalação elétrica com 600 pontos de luz, 20 refletores de lâmpada, etc., além da conclusão e da pintura interna. Na Penitenciária Central, levantamos 4 colunas, tipo gigante, da muralha dos fundos, recuperamos 190m2 de telhado, construímos 143m de calha de cimento armado, 11 lajes de concreto armado (fôrro), demolimos 330m2 de piso-cimento e os recuperamos em mosaico, confeccionamos armação de ferro para laje no total de 27m2, refizemos 160m2 de rebôco, etc.

Viação e Obras Públicas

Além de reparos no sistema elétrico, de bebedouros, instalação de esgôto, reparos no telhado, entrada de corrente, recuperação de instalação hidráulica e colocação de novas lajes nos Grupos Escolares "José Paranaguá", "Dom João de Souza Lima", "Nilo Peçanha", "Loris Cordovil", "Machado de Assís", "Monteiro de Souza", "Leopoldo Neves", "Antônio Bittencourt", "Luizinha Nascimento", "Saldanha Marinho", "Vivaldo Lima", "Agnelo Bittencourt"; no Reservatório da Castelhana, nas Delegacias de Polícia de Adrianópolis, da Matinha, do Bairro de São Jorge, Centro de Saúde do Bairro de Educandos, Diário Oficial, Frigorífico, demolição da Vara da Família, Instituto "Benjamin Constant".

Secretaria de Saúde, Serviço de Socorros de Urgência, Maternidade "Balbina Mestrinho", construção de balcão com carteiras e vidros perfazendo 50m2, 20 persianas, balcão para Portaria e outras obras na Secretaria de Economia e Finanças, orgulhamo-nos em lembrar a construção do Grupo Escolar "Antóvila Mourão Vieira" e o anéxo do Palácio da Justiça que a nímia fidalguia da mais Alta Côrte de Justiça do Amazonas denominou **FORUM PLINIO COÊLHO** e Ginásio Moderno JOÃO BELCHIOR GOULART, com que merecidamente homenageamos o introdutor dessa renovação pedagógica no ensino médio e que se situa como meio têrmo entre o Ginásio Clássico e as Escolas Técnicas.

Ante-ontem, reinauguramos o prédio do Instituto de Educação do Amazonas. E ainda temos, boiando em nossas pupilas, o quadro policromado e de iluminuras — de sua entrega aos corpos docente e discente daquela Casa.

Viação e Obras Públicas

No ano de 1963, realizamos, de uma só vez, a mais completa obra já levada a efeito em bairro da cidade: o de São Jorge, reconstruído inteiramente. Abrimos novas ruas e retificamos o grade de tôdas. O movimento de terra alcançou 23.498m3. Foram erigidos 1.150m3 de muro de arrimo em pedra. Construímos 13.620m de meio-fios e igual extensão de sarjetas, além de 4.200m de canaletas de concreto simples. Os bueiros assentados atingiram a soma de 1.525 metros lineares e as caixas-de-inspeção dos mesmos, em alvenaria de tijolo, perfizeram uma área de 800m2.

No que diz respeito ao asfaltamento, os serviços compreenderam: a escavação e carga de 143.632m2 de material de primeira categoria, a regularização do sub-leito numa área de 95.705m2 e a estabilização da sub-base num volume de 19.140m3. Foi dado tratamento superficial simples a um trecho de 97.805m2 e imprimados 59.019m2, sendo utilizados na pavimentação de cinco quilometros um total de 2.200m3 de areia-asfalto.

Enriquecemos Manaus. Aumentamos o patrimônio da Prefeitura. Demos maiores possibilidades de fixação a seus habitantes pela ampliação de seu conforto. E tencionamos na área que retomamos ao IAPB e IAPC, construir 500 casas, em continuação ao conjunto JOÃO GOULART. Concluído o bairro de São Jorge, iremos por etapas, aos demais bairros, ajudando o chefe da Comuna de Manaus, de acôrdo com as nossas possibilidades.

E não foi só a capital que mereceu o nosso cuidado. Também o interior não ficou esquecido. Enumeramos algumas obras nos Municípios: de Arapapá, onde se encontra em fase de construção um Grupo Escolar; de Borba, onde se acham iniciadas as obras de construção de u'a Maternidade; de Barreirinha onde foi recuperado completamente seu Grupo Escolar; Coarí, onde está sendo concluido um Grupo Escolar de quatro salas; Guajará, está sendo construída uma Delegacia de Polícia; Humaitá, onde está sendo reconstruído o Grupo Escolar "Oswaldo Cruz" e continuada a construção de um Hotel; em Itacoatiara, estão em andamento as obras de construção de um Artesanato e de u'a Maternidade; em Maraã, continua a construção de um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia e um Grupo Escolar; em Nhamundá, devem ter sido construídos um Pôsto Médico e uma Delegacia de Polícia; em Parintins, devem ter sido construídas três escadarias, respectivamente, na localidade de Tamacuaré, São Benedito e Travessa Oriental, um Grupo Escolar, um Pôsto de Abastecimento de Água, um Trapiche Municipal, um Passeio Público e a Praça denominada CRISTO REDENTOR; em Uarini, inauguramos um Grupo Escolar em alvenaria, com residência das professôras, diretoria, secretaria, arquivo, duas salas de aula e área coberta e no Puraquequara, de madeira, levantamos uma Escola Rural.

Viação e Obras Públicas

Para 1 964 estão projetadas as obras seguintes:

AMATARÍ — Um Pôsto Médico e uma Delegacia de Polícia.

BARREIRINHA — Um Grupo Escolar, um prédio para a instalação do FORUM, uma Delegacia de Polícia e recuperação da Escola de Freguesia do Andirá.

BADAJÓS — Um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia, um Mercado Público, uma Coletoria de Rendas, Escola Rural um Grupo Escolar de três salas Sede da Comuna Municipal.

BARREIRA BRANCA — Um Pôsto Médico, um Grupo Escolar Sede da Comuna.

CASTANHO — Um Grupo Escolar, Sede da Comuna.

CAMPINA DO NORTE — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico e uma Delegacia de Polícia.

CINCO ILHAS — Um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

CARVOEIRO — Um Grupo Escolar.

GUAJARÁ — Uma Escola Rural.

JURUÁ — Um Grupo Escolar.

JUMA — Um Grupo Escolar, uma Delegacia de Polícia, um Pôsto Médico, uma Casa de Farinha e Sede da Comuna.

JANAUARÍ — Um Grupo Escolar, uma Delegacia de Polícia, um Pôsto Médico, uma Escola Rural e uma Casa de Farinha.

Viação e Obras Públicas

MARIÁ — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia, uma Escola Rural, uma Casa de Farinha e Sede da Comuna.

MAMORÍ — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

PARI-CACHOEIRA — Duas pontes ligando a sede do Município às povoações circunvizinhas.

PADAUARÍ — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia, Casa de Farinha uma Escola Rural e Sede da Comuna.

SÃO FRANCISCO DE TONANTINS — Um Pôsto Médico, um Grupo Escolar e uma Delegacia de Polícia.

SAPATINÍ — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

ENVIRA — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

TERRA NOVA — Um Grupo Escolar, um Pôsto Médico, uma Delegacia de Polícia, Casa de Farinha e uma Escola Rural.

TARUMÃ — Um Grupo Escolar, três Pôstos Médicos quatro Delegacias de Polícias, duas Escolas Rurais e cinco Casas de Farinha.

TROCARÍ — Um Pôsto Médico, dois Grupos Escolares, uma Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

Consideramos as medidas de solução a problemas do interior como o chantar do grande edifício sócio-econômico que desejamos ver erguido nêste Estado. Daí, no objetivo de fazer a autoridade presente em lugares até então inacessíveis, no sadio desejo de criar orientadamente centros de civilização e consequentemente comunidades felizes, ampliamos o número de Municípios, em 212 novas células comunais.

Criação de Municípios

O Município é a célula genetriz do Estado como êste o é da Pátria. Hematizá-lo, é fortalecer o Estado. Sem Município próspero não há Estado poderoso. Daí os 212 novos Municípios, isto é, 212 regiões que vão conhecer o progresso. Cada Prefeito é um líder no comando pioneiro e bandeirante da nova Era. Não se buscam esmeraldas. Fundam-se Escolas. Não se procuram árvores que choram. Leva-se a hóstia do camoquim para a salvação terrena de um agente ativo da economia. Não se tem o escopo imediatista. Planta-se a civilização na selva. E novas clareiras são abertas. E a civilização fará o Amazonas encolher.

Agindo dessa forma na ânsia de tonificar o Interior, fizemos a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, sob o timão do Dr. Manuel Alexandre Filho, combater o êxodo rural promover gestões no sentido de aumento de produção de gêneros alimentícios incentivar a criação pastoril, localizar agricultores nas Colônias do Estado e, a quantos as requererem, conceder terras ao seu desejado lavoreio.

Agricultura

Fornecendo instrumental de trabalho a baixo prêço como, conjuntos motorizados caitetús, motores para caitetús, enxadas, máquinas para plantar arroz, pulverizadores, arame farpado, sementes em geral e adubos, desde a uréia, passando por fosforita de Olinda, sulfato, potassa até sulfato de cobre, conseguimos que as nossas Colônias registrassem um aumento de produção, na ordem de 60%.

Saímos da simples atividade agrícola e partimos para a pecuária, quando, a par da PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS, com ótimos resultados, tudo envidamos para a melhoria e conservação dos nossos rebanhos, vendendo, a longo prazo, reprodutores e matrizes de alta linhagem ou enviando vacinadores especializados que, solicitados, se fizeram presentes nas regiões pastorís, como se comprova no consumo de 50 mil doses de vacinas, tudo — aquisição de medicamentos, transporte de funcionários — por conta do Estado.

E há razões no nosso interêsse pela pecuária, pois, em 1962, produzimos aproximadamente 900.000 litros de leite e importamos 1.000 toneladas de leite condensado e em pó e consumimos 40.000 cabeças de **gado vacum**, 270 toneladas de conservas de boi e 400 toneladas de xarque. E a nossa contribuição não alcançou a 10.000 cabeças!

Com o objetivo, também, de dar ao Interior uma infra estrutura sócio-econômica que assegure o crescimento hígido de sua população, lutamos junto ao Exmo. Snr. Presidente da República a fim de que os dois grandes produtos de sustentação dêste Estado — borracha e juta — tivesem o merecido amparo. Para a juta conseguimos, em 1963, a fixação do prêço em Cr$ 80,00 e na safra dêste ano, cujo quilo está fixado em Cr$ 125,00, estamos envidando esforços a fim de que eleve a Cr$ 185,00, havendo, no entanto, a promessa de fixação em Cr$ 150 00. Mesmo em nossa última viagem ao Sul, posto que rápida, empregamos esforços neste sentido junto à Comissão de Financiamento da Produção a quem pedimos, outrossim, desse instruções ao Banco do Brasil para comercialização e financiamento da juta, o que ainda não havia sido feito. Na penúltima sexta-feira, a Comissão encaminhou instruções com êsse fim ao Banco do Brasil S/A.

Agricultura

No que tange à borracha lutamos pela participação intensiva do Banco do Brasil S/A, no processo de financiamento à heveacultura de acôrdo com o teto de Cr$ 350.000,00 por hectare ao prazo de 12 anos, amortizado a partir do 8º ano e, a juros de 4 a 7%, passando a supervisão técnica a cargo do

Serviço de Expansão da Borracha, que criaríamos com êsse fim.

Não apenas nesses produtos demorou a nossa luta visto que não podemos fugir ao extrativismo, que é ainda o grande plinto de sustentação da grande coluna econômica de nossa terra. No ano recem-findo, a nossa luta foi coroada de êxito uma vez que conseguimos 148% de majoração no prêço da borracha.

Se a maioria da nossa população vive da produção gumífera e jutícola, nem por isso se poderá deixar de oferecer oportunidade a melhores condições de vida aos que se dedicam a outros ramos, realizando atividades diversas mas também essenciais ao Estado.

Por êste motivo, buscamos a revisão de financiamentos agrícolas de modo a permitir o amparo creditício pelo Banco do Brasil aos colonos amazonicos embora detentores apenas de títulos provisórios de terras fornecidas pelo Estado, o que inicialmente foi feito a favor tão sòmente dos colonos japoneses mas que, mercê da luta que sustentamos, já teve a necessária extensão aos brasileiros.

Agricultura

Junto ao Banco do Brasil solicitamos autorização para conceder extensão à madeira, sorva, paurosa, couro de jacaré, couros e peles de animais silvestres, dos benefícios instituídos para a juta, de maneira que se fizesse caução de contratos assinados, por intermédio de seus corretores, entre produtores e exportadores e de notas promissórias, dando-se maior elasticidade a êsses créditos, inclusivé, pela supressão da limitação de porcentagem de 1/10% para cada emitente da nota promissória, dado que essa exigência reduz, sobremodo, o financ amento deferível. A Agência local do Banco do Brasil já recebeu instruções em atendimento ao nosso pleito.

Se no Sul e Nordeste do País o caminhão e azémolas, a par das ferrovias, são instrumentos de carreamento de riquezas, no Amazonas os seus veículos são os barcos aparelhados com motores marítimos. Por isto, pleiteamos que o Banco do Brasil operasse com duplicatas provenientes da venda de motores marítimos aos pequenos produtores hinter-

landinos, mediante deferimento de crédito em conta corrente, com caução de tais títulos até 24 meses, além de financiamento por 3 anos para compra dos ditos motores. O Banco do Brasil deferiu nosso pedido, dando prazo de 18 meses para operação das duplicatas e muito embora a Agência local ainda não haja recebido o Exmo. Snr. Presidente da República nos encaminhou o telex pelo qual a direção do Banco do Brasil assegura concordância com os pleitos do Amazonas, salvo quanto à heveacultura que estava em estudos.

Reivindicações

Somente agora começam a chegar, deferidos, os nossos pleitos no sentido de que se inicíe pelo Amazonas a autêntica reforma agrária. Mas seria injustiça se não proclamássemos em alto e bom som, a verdade de que desde março de 1 963 tôdas as nossas reivindicações foram autorizadas pelo Exmo. Snr. Presidente da República. Felizmente, depois de esclarecido de que estava sendo sabotado, o Exmo. Snr. Presidente da República agiu com energia e entregou os nossos pleitos à sua Casa Militar. E, agora, a cistite intelectual e administrativa dos sábios do Banco do Brasil está sendo curada pelo urocalmin... da farda.

JUSTIÇA

Além da ordem que conseguimos manter através da Secretaria do Interior e Justiça, que tem por titular o Dr. Mirtyl Levy, da Polícia Militar, Comandada pelo Coronel Alfredo Barbosa Filho, da Procuradoria Geral do Estado, chefiada pelo Dr. Adriano Queiroz, e sob a tutela do Judiciário, presidido pelo Desembargador Leôncio de Salignac e Souza, mesmo quando o Brasil todo se agita inteiramente tumultuado, não esquecemos a imperiosa necessidade do Estado conservar e defender a saúde pública e a higidez mental da nossa gente.

SAÚDE

A Secretaria de Assistência e Saúde, sob a chefia do Dr. Akel Nicolau Akel, não fugiu aos nossos propósitos: alimentou e tratou os doentes do mal de Hansen como também ampliou a Maternidade "Balbina Mestrinho" e o Hospital Chapeau Prevost, deu nova estrutura ao Departamento da Criança, firmou Convênio com o IAPC para funcionamento do Hospital GETULIO VARGAS e com o SAMDU, ansiando por melhor assistência médica, domiciliar e de urgên-

cia á população. Os guardas medicadores foram melhormente instruídos ambulâncias médicas foram distribuídas em todo o hinterland e Caravanas médicas alcançaram os Municípios ameaçados de epidemias. Resum ndo, para que saibamos da atuação da S.A.S., mostramos que a mesma gastou aproximadamente um quinto (1/5) da receita estadual e Vossas Excelências verificarão pelo Relatório dessa Secretaria, o que, com os nossos parcos recursos, f zemos no setor de saúde, sem restrição ao milagre: uma nova multiplicação dos pães.

SAÚDE

No setor educacional, cuja Secretaria está tão bem entregue ao Dr. Mário Jorge Couto Lopes, não ficamos apenas na manutenção do ensino que encontramos, pois, além da ampliação de unidades escolares, os professôres primários tiveram oportunidade de aperfeiçoamento em seus métodos através de cursos e intercâmbio com professôres da Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc. No setor do ensino pode-se afirmar sem exagêro, que nenhuma escola funcionou no Estado do Amazonas que não fôsse custeada, direta ou indiretamente, pelo Govêrno do Estado. Tôda a carga do ensino, primário, secundário e superior, salvo a Faculdade de Direito e a Escola Técnica de Manaus, recaíu sôbre o erário estadual que a continuar a corrosão, inflacionária, não poderá mais ser suportada.

EDUCAÇÃO

Para que se tenha uma ligeira noção dos encargos do Estado no setor educacional basta que se lembre que nenhum Município custeia Escola primária nem mesmo o da Capital, apesar da boa vontade do seu dinâmico Prefeito, que, para isso criou a Fundação Educacional "Araujo Lima".

Mantendo, pois, tôdas as Escolas primárias do Estado, tendo os cursos secundários funcionando no interior e na Capital por sua conta ou por sí subsidiados, através de bolsas ou pagamentos de professôres, o Estado fundou e faz funcionar a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia. O Govêrno continua a construir Escolas Isoladas, Grupos Escolares e Colégios, conforme Vossas Excelências verificarão no anexo referente à S.E.C. e S.V.O.P.

Realizou o Estado um plano de promoção de suas possibilidades. Assim, o DITPEA promoveu concursos de cartazes e músicas populares. Estão sendo impressos no Rio: Guia de Museu, incluindo o Museu Comercial, Coleção Numismática, Museu do Instituto Histórico e Geográfico e Museu do Índio; Guia de Caça e Pesca; Guia de Balneários; Guia Geral e I Caderno de Legislação Fiscal etc. "O Estado de São Paulo", "O Globo", "Correio da Manhã" e outros jornais sulinos publicaram com êsse escopo, o seguinte anúncio:

EDUCAÇÃO

Promoções

"AMAZONAS CONVIDA O BRASIL — PROGRAMA CERTO DE APLICAÇÃO DE CAPITAIS" — "O GOVÊRNO PLÍNIO RAMOS COÊLHO, CONVIDA TODOS OS HOMENS DE EMPRÊSA DO PAÍS A PARTICIPAREM DA SUA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS, PROMOVENDO A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS FABULOSAS RIQUEZAS DO ESTADO, COMO: FIBRAS, GOMAS, MADEIRAS, SEMENTES OLEAGINOSAS, MINÉRIOS, etc.

PARA ÊSSE OBJETIVO, A LEI FEDERAL Nº 4.216, DE 6-5-63, AUTORIZA DEDUZIR ATÉ 50% NAS DECLARAÇÕES DO IMPÔSTO DE RENDA. POR SEU TURNO, A LEGISLAÇÃO ESTADUAL, BEM ASSIM A DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES, ASSEGURA EXPRESSIVOS BENEFÍCIOS FISCAIS AOS INVESTIDORES".

O realizado pelo DITPEA consta nos anéxos e Vossas Excelências poderão melhormente apreciar, fazendo a leitura do próprio documento.

Visando ao progresso técnico de nossa região, somando-o às atividades turísticas e industriais, no gerar um clima sócio-econômico de vivência, o Govêrno do Estado está empenhando todo o seu prestígio junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, superiormente dirigida pelo eminente Dr. Francisco de Andrade

Lima, para conseguir o apôio daquela Autarquia, na elaboração dos estudos e planejamento da ZONA FRANCA DE MANAUS.

Os planos iniciais da Zona Franca evoluíram ao longo dos estudos até agora programados pela MONTREAL S.A., no sentido de, através do estabelecimento daquêle órgão, alcançar o máximo de desenvolvimento para esta região.

Assim é que, tendo-se evidenciado por uma série de razões de ordem técnica, o inconveniente da localização do pôrto da Zona Franca de Manaus na Ponta Negra, se está partindo para o estudo de nova área, situada à jusante desta capital. Alí se conseguirá construir o referido pôrto aparelhado das melhores condições possíveis de acostamento, estiva e desestiva; dotado de uma eclusa, a qual, pondo em comunicação o nível do rio Amazonas com as águas então represadas do lago do Aleixo, permitirá que o pôrto construído no interior do referido lago, opere em condições de nível constante, qualquer que seja a altura das águas do mesmo rio, fazendo-o o mais rentável possível.

Promoções

Por outro lado, promovendo a integração de tôda a região, no complexo representado pelo estabelecimento do pôrto e o parque industrial, vai-se proceder ao planejamento físico e urbanístico daquela circunscrição, de modo a abranger, como um todo, os problemas correlatos e interdenpendentes quais sejam: o pôrto da Zona Franca, seu parque industrial, o aeropôrto-franco dela integrante (capaz de receber grandes aviões quadrireatores e até supersônicos do futuro imediato) com o Distrito Industrial de Manaus, que se estabeleceria naquelas adjacências, para aproveitar os benefícios da infra estrutura daquêle órgão e a comunidade residencial criada para apôio do homem que operará naquelas indústrias, sediadas no Município de Puraquequara.

Em paralelo, atendendo ao estabelecimento daquela comunidade, dentro em pouco, considerando o partido que se pode tirar da região, será implementada a sua criação, através dos recursos advindos da exploração racional do turismo internacional, fonte de divisas das mais promissoras.

Lateralmente, vale evidenciar, virá Manaus a se beneficiar com a possibilidade de utilização do pôrto da ZFM e de seu aeropôrto, resolvendo-se assim os problemas que se apresentam como entraves no seu dispositivo de transporte que são: o obsoletismo do pôrto de Manaus e as limitações do aeropôrto da Ponta Pelada, que não pode ser ampliado.

Na ingente luta que travamos no ano de 1.963, não esquecemos um importante fator na nova configuração interpretativa da conjuntura amazonense para a marcha evolutiva do Estado: é o que não abandonando por inteiro a lição de que as grandes civilizações se fundaram às margens dos grandes Rios, como as do **Tigre** e do **Eufrates** ou do **Nilo,** aponta o sertão, a terra firme, a floresta virgem, para a fixação defintiva do homem e incorporação à economia e aos novos índices de progresso de riquíssimas regiões até então inexploradas e desabitadas.

Em verdade, os primeiros que chegaram a êste Estado se fixaram às margens do Amazonas e seus tributários, apropriando-se de suas terras em grandes áreas ou latifúndios dificultando assistência educacional, médica, medicamentosa e social, a concentração de braços e, mesmo sem o desejarem, obstaram que a civilização ultrapassasse os cinco primeiros quilômetros da faixa dos rios no penetrar a floresta, domando-a racionalmente.

Um confronto entre as novas cidades centrais em Goiás, Paraná, São Paulo e as nossas, aquelas situadas no sertão à beira de estradas e estas à margem das caudais, comprova que a antiga civilização estagnou e a civilização plantada no centro propulsiona marcos para o futuro, indigitando a lição de que a Estrada de Rodagem é traço de união entre a civilização passada e a civilização que corre com os automóveis e trepida com os caminhões.

Por isto, estamos tentando concluir a Estrada MANAUS-ITACOATIARA; continuamos a Estrada HUMAITÁ-LÁBREA; ligamos o Puraquequara a Manaus. Programamos, por igual, MANAUS-PURAQUEQUARA, via Aleixo, MANAUS-PURAQUEQUARA, via Paredão; MANAUS-TARUMÃ, via São

Raimundo; CARAUARÍ-CONCÓRDIA; PARINTINS-PARANÁ DO RAMOS; CAMANAU-WAUPÉS-FORTALEZA; PARAUARÍ-NAMBÍ; TEFÉ-JURUÁ; PARAUARÍ-ABACAXI. A estrada vai ser grande fator de progresso e acelerará a nossa marcha na busca de roteiros definitivos para a nossa civilização. Abriremos novos horizontes ao extrativismo, à agricultura e à pecuária e, quando as terras altas estiverem sulcadas de novos caminhos, teremos alcançado velhos fins por novos meios isto é, teremos entregue um Estado poderoso, próspero, cristão aos nossos filhos, que, assim viverão em comunidade feliz.

E no objetivo de não realizarmos obra de fachada ou simplesmente estradas de **grade** rolado ou de apenas terra compactada, mas de oferecer estradas permanentes que se não anulem e se não desfaçam ao impacto das águas pluviais, impõe-se a impermeabilização dessas rotas, o que dia a dia se vai fazendo impossível, não só pela falta de vasilhame do asfalto como pelo próprio custo do frete. Por isto, decidimos continuar a idéia do nosso antecessor, deputado federal Gilberto Mestrinho no sentido de instalarmos em Manaus uma Terminal de Alfalto que esperamos ter concluída êste **ano**.

Promoções

Além dos esforços já referidos, para combater as bases do nosso subdesenvolvimento e ensejar o bem estar material das populações interioranas, procuramos sistematizar e iniciar a execução de um amplo programa de eletrificação do Amazonas e de aglutinação de capitais ao seu progresso.

A energia elétrica e a concentração de capitais constituem-se pontos de apôio à nossa política de superar o desnivelamento econômico-social da região e dotar-nos dos dispositivos que, ao lado da mão de obra qualificada, deverão dar condições ao aceleramento imediato do desenvolvimento econômico do Amazonas.

Eletricidade

Autorizados pela Lei 35, de 31 de julho de 1.963, constituímos a CLEPEMA — Comissão de Levantamento e Estudos do Plano de Eletrificação dos Municípios do Amazonas — que projetou e organizou as Centrais Elétricas do Estado do Amazonas S.A.

— CELETRAMAZON — com a finalidade de construir e explorar centrais elétricas e uzinas geradoras de energia elétrica, linha de transmissão e rêdes de distribuição em todo o Estado.

Criada a CELETRAMAZON, a 28 de janeiro de 1964, com o capital inicial de Cr$ 600.000.000 00, projetamos o PLANO GLOBAL DE ELETRIFICAÇÃO DO AMAZONAS. Consta o mesmo de três fases. Sua execução será progressiva. Na primeira, deverão ser eletrificados 41 Municípios; na segunda, 65; e, na terceira, os núcleos populacionais de densidade absoluta inferior a 2.000 e superior a 200 habitantes.

Eletricidade

É de mistér declinar aqui os esforços e os bons serviços do engenheiro José Pires Cerveira, ex-Presidente da CLEPEMA e atual Diretor-Presidente da CELETRAMAZON. A sua presença, na busca dessa nossa meta, tem sido de grande valía.

Na complementação dessa atuação sinergica e com o objetivo, pois, de não deixar um elo da grande corrente de medidas desfalcado do imprescindível fortalecimento, o Govêrno se irmanou ao capital privado e esperando encontrar novos Nassaus tenta o aproveitamento das riquezas dos nossos vales mais despovoados ou pauperizados: o do Negro, o do Aripuanã, o do Parauarí, o do Jatapú, etc.

Eis a razão pela qual o Govêrno se fez acionista da SIDERAMA, que quer aproveitar as jazidas de ferro e calcáreo do Jatapú. Eis por que motivo o Estado se fez acionista da Agro-Industrial do Aripuanã, que programou o aumento de produção gumífera nos seus atuais seringais que seriam adensados por processo de heveacultura, a par de visar à construção de uma fábrica de laminados com o aproveitamento das nossas madeiras de lei. Eis a idêntica razão da presença do Govêrno na Agro-Industrial e de Mineração do Parauarí que vai transformar em riqueza as suas jazidas de calcáreo, as imensas florestas com serrarias e uzinas de pau-rosa.

Promoções

Eis a motivação, por igual, da AGRIMIRNE a explorar maderas e minérios no alto Rio Negro.

Estamos dessarte, tentando, por todos os processos e modos, lançar hematias no grande corpo anemiado da nossa economia. O futuro dirá do nosso acêrto.

Iniciamos uma reformulação de métodos e processos. Estamos rompendo velhos arcabouços. Violamos velhos tabús. Do nosso trabalho repontará uma nova estrutura sócio-econômica. Estamos, sem alardes, realizando — dentro das nossas limitações constitucionais e financeiras — reformas de base. E a nossa ação tem um fanal: O Homem, o Homem que não é apenas estômago, vísceras, mas sim, o Homem que possui cérebro e se movimenta ao toque do ideal porque tem alma.

Foi por isso que realizamos o que acima está exposto. Foi por isso que fizemos pràticamente dois reajustamentos nos vencimentos do funcionalismo público. Foi por isso que reformamos o DAPS, amparando aposentados, abrindo clareiras de esperanças às viúvas, órfãos e funcionários, oferecendo recursos para que obtenham casa própria, assistência médica, medicamentosa e hospitalar. E os mesmos benefícios ampliamos aos interioranos que estivessem desligados de órgãos previdenciais.

PROMOÇÕES

E foi por isto, por sentir a questão humana em tôdas as suas gradações, que, contristados, sentíamos a impotencia do Estado em erradicar a miséria. Nem por isso, entretanto, deixamos de levar a nossa palavra de carinho e afeto e o nosso gesto ou ato anestesiante da dor dos desamparados, não deixando a nossa Secretaria Particular o "ai" de viúva ou órfão sem a necessária ressonância de uma resposta ou de uma ajuda. Das 1.302 cartas que recebemos, 433 foram arquivadas por não pedirem respostas ou por ilegíveis, mas, 687 foram respondidas e o total de cartas, ofícios e cartões expedidos pela nossa Secretaria Particular alcançou o número de 1.177.

Duvidamos, Senhores Deputados, que com os recursos que tivemos, com a mínima ajuda financeira recebida do Govêrno Federal e sem nenhuma ajuda externa, alguém pudesse realizar mais do que realizamos, governando um Estado de imensa extensão territorial e com densidade demográfica que

não chega a ser 0 5, descapitalizado, sub-desenvolvido, de baixíssima renda **per .capita** — área problema.

Vivemos em família. Fomos libertos. Tivemos a igualdade. A órdem prevaleceu. Nêste País agitado convulsionado, nesta hora de lideranças conturbadas e dementadas, tivemos apenas três greves que morreram no nascedouro. Os agitadôres não encontraram clima propício em nossa terra. Continuam a insultar-nos diàriamente, denunciando fatos inexistentes ao Exmo. Snr. Presidente da República ao Snr. Ministro da Justiça, ao Congresso Nacional, às Federações, Sindicatos e à Imprensa dos demais Estados do Brasil. Continuaremos, todavia, impassíveis, porque temos um grande objetivo: o de evitar o desassossêgo nos lares amazonenses.

Somos pelas reformas de base. Não somos por uma Revolução de pelêgos.

Sobre Reformas

Somos por uma nova estrutura agrária que comece com a instalação de Escolas Agronômicas e de Veterinária, e Escolas Agro-Técnicas nos Municípios agro-pastorís, ofereça oportunidade aos semterra de possuírem propriedades assistidas técnicamente nos vazios demográficos da Amazônia. Combatemos a Reforma Agrária de quem jamais teve um cabo de enxada na mão e que vive nos centros citadinos, enriquecendo à custa dos desvalorizados produtos rurícolas.

Somos por uma Reforma Bancária que dê ao Govêrno Brasileiro a missão de Exportar e Importar a fim de que os produtos gravosos sejam subsidiados pelos valorizados e se evitem os vergonhosos subfaturamentos, que desestimulam os homens do campo e dessangram de moedas fortes a nossa Pátria.

Somos por reforma bancária que dê prioridade à agricultura e à pecuária e se não continue a emprestar dinheiro somente a quem prova que não precisa de empréstimo.

Somos pela intocabilidade da Petrobrás que deve ter monopólio em tôdas as fases de exploração do petróleo: pesquisa, lavra, refino e distribuição.

Somos, todavia, contra a Petrobrás entregue a Comunistas que, além dos escândalos administrativos conhecidos na utilização de verbas dessa Emprêsa para propaganda subversiva, ainda se locupletam de sangue, suor e lágrimas de brasileiros com subfaturamento no exterior.

Somos, enfim e nisto estamos afinados com o Exmo. Snr. Presidente da República, para que haja pão, terra, trabalho, liberdade, com base na Órdem que faz Progresso, na sugestão feliz e oportuna de nossa Bandeira. **Sobre Reformas**

Êste é o pensamento do povo amazonense, razão por que contamos com o apô o de patrões e empregados, de Associações, de Sindicatos e Federações, dos órgãos federais sediados no Amazonas, enfim, de quantos honestos e cívicamente educados, se batam por um Amazonas melhor que sirva melhormente a um Brasil mais próspero e poderoso.

Secretaria do Interior

e

Justiça

R E L A T Ó R I O

SENHOR GOVERNADOR:

No fiel cumprimento do art. 21, ítem III, da Lei nº 108, de 23 de dezembro de 1955, em vigor, apraz-me apresentar a Vossa Excelência o relatório de nossa gestão à frente da Secretaria do Interior e Justiça que nos foi confiada a partir de 31 de janeiro do ano pretérito, por benevolência de Vossa Excelência, numa evidente demonstração de confiança em nossa humilde pessôa, confiança esta que tudo fizemos para não desmerecê-la.

Ao assumirmos estas elevadas funções, juramos a nós mesmo, no altar de nossa consciência, a trabalhar o máximo sem nos afastarmos o mínimo das sábias diretrizes traçadas por Vossa Excelência, propondo-nos a seguir linha de conduta eminentemente ortodoxa, de lealdade absoluta.

I. PRIMEIRA PROVIDÊNCIA

Nossa primeira preocupação foi apresentar a Vossa Excelência um retrato fiel das condições em que encontramos esta pasta, que, forçoso dizê-lo, não foi das melhores. Incontinenti, elaboramos e remetemos-lhe minucioso relatório que figura à fls. 3 usque 9 da augusta Mensagem apresentada por Vossa Excelência à Primeira Sessão do Poder Legislativo, no ano translado.

Nêsse documento, rogamos a valiosa atenção de Vossa Excelência para o lastimável estado de conservação em que se encontra o majestoso Palácio "Rio Branco", outrora centro convergente da admi-

nistração planiciária. Aquela situação ainda perdura: esquadrias apodrecidas; vidraças partidas em quase totalidade de suas janelas; magnífico cirado com sua artística amurada injustificadamente demolida; paredes com fendas visíveis e bem pronunciadas; instalações hidráulicas ineficientes; instalação elétrica inacabada; elevador paralizado há quase vinte (20) anos.

Despachamos pilhas de processos, de assuntos os mais diversos, que se encontravam acumulados, com o andamento procrastinado. Trabalhosa herança da administração passada.

II PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES

1) RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS.

Como sucata encontramos seis (6) máquinas de escrever jogadas em dependência do Arquivo desta Secretaria. De relance, verificamos serem objetos ainda perfeitamente recuperáveis e que não deviam permanecer lançados como ferro velho, mormente considerando-se estar esta Pasta necessitada de tais utensílios.

Assim, foram totalmente recuperadas : 1 (uma) máquina de escrever "SMITH-CORONA", nº ..... 1C1820692/12; 1 dita ROYAL nº 2568394; 1 dita HALDA nº 6-54231; 1 dita WOODSTOCK nº 85 623314; 1 dita CONTINENTAL nº 578007; 1 dita UNDERWOOD nº 6312143; 1 máquina de calcular ADOOX nº 53449. Máquinas estas que, atualmente se encontram em perfeito estado de funcionamento, proporcionando considerável economia para os cofres do Estado, pois, na recuperação das mesmas, a S.I.J. dispendeu apenas a importância de OITENTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS, (Cr$ 85.750,00) paga ao técnico HAMILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA.

2) QUADRO DE EXTRANUMERÁRIOS.

Procuramos colaborar com Vossa Excelência na execução do plano de contenção de despesas, no decurso do ano anterior, procuramos não aumentar êsse quadro de extranumerários.

Pelo contrário, a pedido, dispensamos os seguintes: EUDOXIO JOSÉ TRINDADE, SHIRLEY RAMOS DA SILVA REGINA SANTORO FROTA, MARIA LUIZA RIBEIRO SOARES, EUNICE BRITO e MARGARIDA CASTELO BRANCO.

Desta categoria, apenas resta, na S.I.J., a extranumerária ANTÔNIA BRITO DE ARAÚJO, admitida em 1959, que vem prestando bons serviços a esta Secretaria.

3) PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO.

Em obediência ao rito previsto na Lei nº 818 de 18 de setembro de 1949, tramitaram por esta Secretaria nove (9) processos de naturalização, dos naturalizandos seguintes :

Israel Taub, Abrahim Kalil Nadour, Bronia Taub, Latif Mussa Abrahim, Kanunori Noguchi, Mitanios Raquele Isper, Vilem Adamek, Josef Anton Dorner e Genarino D'Elia.

Êsses processos foram convenientemente preparados, informados e encaminhados a Vossa Excelência para posterior remessa ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

3. EXPEDIENTE VESPERTINO

Em obediência a ordens emanadas de Vossa Excelência, através da Portaria nº 23, de 7.2.63, instituimos o expediente vespertino, na forma de plantão, das 13 às 17 horas, para acompanhar o ritmo de trabalho incessante de Vossa Excelência.

4. POSSE DE PREFEITOS :

Com as formalidades do estilo e lavratura dos respectivos têrmos no livro competente, empossamos 140 Prefeitos nomeados por Vossa Excelência para os municípios recém criados e que ainda não gozam da devida autonomia administrativa.

5. ABERTURA DE INQUÉRITO

Em atendimento a expediente oriundo da Secretaria de Assistência e Saúde, determinamos ao D.E.S.P., através do OF. G-SIJ/263/63, de 22.3.63, abertura do competente inquérito policial para apurar-se a responsabilidade criminal

de MANUEL ESPÍNOSA, argentino, em trânsito por esta capital, que vinha exercendo, ilegalmente, a Medicina, transgredindo o art. 282, do Código Penal, e o art. 17, da Lei 3.268 de 30.9.57.

Êste ato mereceu públicos aplausos da ASSOCIAÇÃO MÉDICA AMAZONENSE que publicou, na imprensa local, nota encomiástica.

6. PRISÃO PREVENTIVA

Através do Of. G-SIJ/319/63 de 27.3.63, considerando que à aquela época se encontrava alarmada a população de nossa urbe pela prática constante do delito usualmente conhecido por **curra** (estupro), conforme noticiário da imprensa, visando a garantia da ordem pública, com base nos artigos 311 e 313, nº I, do Código de Processo Penal, determinamos ao Dr. Chefe de Polícia fôsse, imediatamente solicitada ao JUIZO CRIMINAL competente, a prisão preventiva de todos os indigitados como autores e co-autores dêsse crime contra liberdada sexual, capitulado no art. 213 do Código Penal vigente, recolhendo-os à Penitenciária Central do Estado tão logo fôsse expedido o mandado de prisão contra os "curadores".

Esta medida profilaxia social foi salutar.

De lá para cá não mais se registraram práticas de "curras" que tanto traumatizaram a opinião pública.

7. RELAÇÃO ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

Atendendo aos respectivos pedidos, remetemos relação alfabética dos municípios do Estado, aos órgãos seguintes:

a) Serviço Nacional dos Municípios;
b) Superintendência de Serviço de Profilaxia da Lepra no Amazonas;
c) Partido Trabalhista Brasileiro;
d) Guarnição de Elementos de Fronteira (G.E.F.);
e) Associação Brasileira de Municípios;
f) Secretaria de Assistência e Saúde;
g) 29ª Circunscrição de Recrutamento;
h) Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

8. DELEGACIAS GERAIS DO INTERIOR:

A todos os Delegados Gerais de Polícias do Interior expedimos circular determinando-lhes remessa a esta Pasta de relatório mensal sôbre as ocorrências que se verificaram no território de suas respectivas jurisdições.

Com esta providência que vêm sendo cumprida pelos senhores Delegados Gerais, conseguimos manter permanente contato com as Delegacias do Interior do Estado, acompanhando-lhes o movimento policial.

9. GARANTIAS À LIBERDADE DE CULTOS:

Expedimos instruções ao Delegado Geral de Educandos para assegurar a liberdade de culto das Igrejas Evangelicas ou Protestantes, situadas naquele populoso bairro, fazendo valer o § 7º do art. 141, da Constituição Federal vigente, isto para atender solicitação do Pastor Geraldo Dias da Rocha, da Igreja Batista de Constantinopólis.

10. COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Por solicitação do Dr. CARLOS GENÉSIO MACHADO BRAGA, Chefe de Polícia, designamos os Drs. ANTÔNIO FROTA, Corregedor do DESP., JOSÉ DE RIBAMAR PRAZERES COÊLHO, Diretor da Penitenciária e MANUEL SARAIVA DE ARAÚJO FILHO, Consultor Jurídico da SIJ, para, sob a presidência do primeiro integrarem comissão de processo administrativo incumbida de apurar os fatos ocorridos em tôrno da prisão do comerciante JOSÉ PEREIRA DA SILVA, em trânsito por esta capital, estabelecido em Belém do Pará.

Essa comissão, dentro prazo legal, procedeu o mencionado processo que foi encaminhado a Vossa Excelência para decisão final, desde que nos falecida competência para proferir a mesma.

11. INTERNAMENTO HOSPITALAR DE PRÊSOS.

Para pôr têrmo a possível irregularidades que poderiam ocorrer com recolhimento à Penitenciária de diversos indivíduos acusados pela prática de "curra" (estupro), ao Dr. JOSÉ DE RIBAMAR

PRAZERES COÊLHO, Diretor Técnico dêsse Estabelecimento Penal, determinamos que os incidentes da execução de penas deveriam ser resolvidas pelo Juiz Criminal competente e, tendo em vista o disposto no art. 683, combinado com o art. 3º, do Código de Processo Penal, o internamento de presidiário em hospital deveria ser comunicado ao Juiz Criminal, ressalvadas as conveniências da administração interna do presídio, e sempre os presidiários hospitalizados deveriam ficar sob custódia policial, a fim de serem evitadas fugas.

12. SUBSTITUIÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA DE EDUCANDOS.

Através do Of. G-SIJ/850/63, de 10.7.63, solicitamos de Vossa Excelência a exoneração do senhor AMÉRICO NOGUEIRA DO AMARAL, que exercia aquela função acusado por inúmeras pessoas, residente naquele bairro, da prática de corrupção, violência arbitrária e abuso de poder. Para ratificação dessas denúncias conseguimos apreender naquela Delegacia Geral: palmatória, pilão, cavalete, usados pelo mencionado Delegado como instrumento de espancamento e tortura, como outrora acontecia na Idade Média, antes das idéias renovadoras do MARQUÊS DE BECARIA que humanizaram o Direito Penal, até aos nossos dias.

Em boa hora o referido Delegado foi exonerado por Vossa Excelência, sendo nomeado para aquelas funções o comissário EUDES DE ARAÚJO COSTA.

13. RECOLHIMENTO DE TAXAS DA DET. A SEF.

A fim de prevenir irregularidade, tal como concessão de vales com dinheiro arrecadado pela DET., determinamos ao Sr. HUDSON MACIEL, então Delegado de Trânsito, o fiel cumprimento do § 4º, do art. 3º, da Lei nº 16, de 27.3.57, que ordena feitas as reduções legais, as demais importâncias arrecadadas pela DET. sejam recolhidas diariamente à Fazenda Pública por intermédio da Tesouraria do DESP.

Posteriormente, tivemos a satisfação de ver esta providência ratificada pelos Dr. ANFREMON D'AMAZONAS MONTEIRO (Governador do Estado, em exercício, que em despacho exarado em nosso Of. G-SIJ/1401/63, determinou a esta Secretaria que não mais permitisse aquela ocorrência.

14. PROIBIÇÃO DE COMÍCIOS SUBVERSIVOS

A partir de setembro último, o famigerado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), diretamente ou por intermédio de entidade sindicais, tentou a realização de diversas reuniões públicas de caráter subversivo em solidariedade a greves ilegais, acerbamente condenadas por Vossa Excelência e pela conciência jurídica do País.

Em obediência às diretrizes traçadas por Vossa Excelência objetivando a preservação da paz social e garantia das instituições democráticas; e ainda considerando não possuir o tal CGT a devida personalidade jurídica, sendo notòriamente conhecido, em tôdo o território nacional como órgão de natureza espúria ilegal a serviço do imperialísmo comunista, tão sòmente de agitação social e incentivo a luta de classe pela violência, crime êste definido art. 12, da Lei nº 1802, de 5.1.63, (Lei de SEGURANÇA DO ESTADO), no uso do poder de polícia determinamos ao Dr. Chefe de Polícia não permitir êsses movimentos populares que visam a subversão da ordem jurídica constituída e o atentório da sobrevivência do regime do povo, pelo povo e para o povo.

Mercê destas providências preventivas e pulso férreo de Vossa Excelência conseguimos manter, em nosso Estado, clima de tranquilidade, segurança, paz e trabalho.

15. SUBDELEGACIA DO BAIRRO DE SÃO LÁZARO.

Atendemos Vossa Excelência o abaixo-assinado de moradores dêste novel núcleo populacional engastado na periferia suburbana de nossa capital, foi-nos encaminhado o referido documento para que esta Secretaria verificasse a possibilidade de ser criado o mencionado órgão policial.

Imediatamente, tomamos as medidas necessárias e mandamos ouvir tanto a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP) como o DESP que se manifestaram favoràvelmente pela criação dessa Subdelegacia.

Através do setor competente, elaboramos o devido projéto que já foi transformado em Lei, publicado no "Diário Oficial" de 23 de dezembro último, criando a Sub-Delegacia do Bairro de São Lázaro.

16. PLEITO MUNICIPAL.

Em outubro do ano recém findo, realizou-se o pleito municipal tanto na capital como no interior do Estado. Tomamos tôdas as medidas necessárias no sentido de garantir as liberdades democráticas e assegurar livre manifestação do eleitorado.

Apenas em Maués, Bôca do Acre, Lábrea e Urucará, na fase pré-eleitoral, registraram-se alguns incidentes que geralmente acontecem nessas conjunturas políticas, mas graças às providências adotadas foram devidamente superados.

Excetuando êsses pontos de atrito, de somenos importância, transcorreu normalmente a última eleição municipal.

17. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Houve por bem Vossa Excelência, através de decreto público no "Diário Oficial" de 30 de julho último designar o prof. ADERSON ANDRADE DE MENEZES, Procurador Jurídico do Estado, Bacharelando SILENO KLEBER MÁXIMO DA SILVA GUEDES, Diretor do DASPA, e signatário do presente, sob nossa presidência, para compormos comissão incumbida de estudar e oferecer sugestões sôbre a criação de uma Secretaria de Estado destinada a superintender e centralizar os negócios atinentes a Segurança Pública, tomando por base o projeto do Deputado JOSÉ BERNARDO CABRAL, apresentado à douta Assembléia Legislativa do Estado.

A comissão foi instalada e desenvolveu apurado estudo do referido projeto, analizando-o em todos os seus aspectos.

Foram fecundos os trabalhos dessa comissão.

Dêle resultaram dois (2) projetos de Lei, um, de autoria do Professor ADERSON DE MENEZES. Outro de nossa autoria, transformando a Secretaria do Interior e Justica (SIJ) em Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Através do of. G-SIJ/1339/63, de 6 de novembro último a citada comissão considerando que o projeto elaborado pelo Deputado JOSÉ BERNARDO CABRAL excedia de muito a realizada policial de nosso Estado tornando-se de difícil aplicação pois acarretaria à Fazenda Pública despesa superior a Cr$ 300.000.000 00 só para instalação dessa Secretaria nos moldes idealizados pelo mencionado parlamentar opinou pelo reconhecimento da inaplicabilidade do projeto do Deputado JOSÉ BERNARDO CABRAL.

Nossa opinião não ficou isolada.

A Assembléia Legislativa do Estado, segundo noticiário da imprensa, regeitou por unanimidade o referido projeto em Lei.

18. APREENSÃO DE ENTORPECENTE.

O Dr. Chefe de Polícia, por intermédio do OF' GCP/1017/63, de 13 de novembro último, solicitou o nosso pronunciamento a respeito do destino a ser dado a oitocentos (800) gramas de Cocaína apreendida em poder de ALVARO INÁCIO DENNY que foi em flagrante delito autuado e recolhido à Penitenciária Central do Estado.

Bem examinada a lide, à luz do direito positivo em vigor de acôrdo com os arts. 13 e 58 da Lei de Fiscalização de Entorpecentes (Decreto-Lei nº 891, de 25.11.38) determinamos ao Doutor Chefe de Polícia a remessa da droga apreendida à Comissão Estadual de Fiscalização de Entorpecentes anexa a Secretaria de Assistência e Saúde.

Por igual, através do Of. G-SIJ/1374/63 de 18 de novembro último, esta providência comunicamos ao Doutor ANFREMON D'AMAZONAS MONTEIRO Governador, em exercício, com ampla justificativa tôda ela alicerçada nos princípios legais que regem a matéria.

Tivemos a satisfação de ver esta nossa providência ratificada pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecente conforme telegrama que a referida Comissão endereçou ao Doutor AKEL NICOLAU AKEL, Secretário de Assistência e Saúde.

19. INCIDENTE NA DELEGACIA DE TRÂNSITO.

Chegou ao nosso conhecimento que MANUEL GOMES DA SILVA, amazonense, solteiro, com 21 anos de idade, eletricista, residente a rua Araújo Filho, Bairro de São Francisco nº 333, dia 5 do pretérito, havia sido bárbaramente espancado por servidores da Delegacia de Trânsito tanto no recinto desta Especializada, como em determinado trecho da estrada da Ponta Negra. Êste lamentável fato também chegou ao conhecimento do Dr. ANFREMON D'AMAZONAS MONTEIRO, Governador do Estado, em exercício, que nos determinou tomassemos as providências necessárias. Em vista disto, autorizamos abertura de inquérito policial para apurar os fatos, inquérito êste realizado sob a presidência do Dr. ADELINO DE MELO COSTA, Delegado de Segurança Pessoal. Concluida esta peça processual, esta eficiente autoridade policial remeteu-nos os respectivos autos, os quais fizemos subir, através do Of. G-SIJ/1502/63 de 17 do mês pretérito, a douta consideração do Sr. Governador do Estado em exercício, que plenamente ratificou as providências adotadas por esta Pasta, com referência a apuração da responsabilidade criminal e administrativa dos autores das lesões corporais produzidas em MANUEL GOMES DA SILVA.

20. NORMAS DE SERVIÇO.

Com objetivo de dinamizar os serviços desta Secretaria, baixamos a portaria nº 61, publicada no Diário Oficial de 13 do mês passado, na qual, em síntese, expedimos as seguintes normas de serviço: determinamos a Chefia do Gabinete, à Diretoria da Divisão de Administração, bem assim aos Chefes de Secção e da Portaria a máxima urgência na tramitação de qualquer processo ou expediente não devendo os mesmos permanecer em carteira por mais de

vinte e quatro (24) horas tomando logo o seu curso legal de acôrdo com o conteúdo do despacho ou a natureza do processo, feitos os indispensáveis registros, anotações ou averbações nos livros ou fichas devidas; nos processos dependentes de informação ou parecer êstes deverão ser prestados no prazo de cinco (5) dias, salvo os casos de alta indagação, cujo prazo será dilatado por mais de três (3) dias constando de informação ou parecer a devida justificativa; determinamos, severa punição, na forma estatutária, ao funcionário de que categoria fôr em poder do qual extraviar-se ou desaparecer qualquer processo, documento ou expediente recomendamos, seja rigorosamente cumprida a Portaria que estabelece, no exepediente vespestino, o plantão das 13 às 17 horas devendo os funcionários escalados assinar, impreterivelmente, às 13 horas o Livro de Ponto, perante a Diretora da Divisão de Administração; recomendamos, na redação de todo o expediente desta Secretaria exata observância do sistema ortográfico do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LINGUA PORTUGUÊSA", organizado em 1943, pela Academia Brasileira de Letras "Ex-VI" da Lei nº 2623, de 21 de outubro de 1955, em vigor; determinamos, ao Diretor da Divisão de Administração severa fiscalização nos recursos orçamentários, tendo em vista a Circular de 5 do corrente, do Senhor Governador do Estado, que recomendou rigorosa compressão de despesas, não permitindo inclusive gastos no mês de dezembro em curso; determinamos, tôda economia no uso de material para evitar inúteis desperdícios; proibimos, durante as horas de trabalho, palestras e outras atividades estranhas ao serviço.

21. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

De acôrdo com a orientação de Vossa Excelência determinamos à Diretora da Divisão de Administração severa fiscalização dos recursos orçamentários e, tendo em vista a Circular governamental de 5 do pretérito, proibimos, inclusive, gastos no mês de dezembro último. Conseguimos assim manter perfeito equilíbrio orçamentário, dentro dos recursos previsto na Lei ÂNUA anterior e consignadas à SIJ.

Conforme se vê no relatório da Diretora da Divisão de Administração até 31 de dezembro pretério, dos recursos orçamentários consignadas a esta Pasta, resultaram os saldos seguintes:

MATERIAL DE CONSUMO	Cr$	52.599,00
MATERIAL PERMANENTE		468.958,00
DES. DIVERSAS (Serv. de terceiros)		22.877,00
DES. DIVERSAS (Encargos Diversos)		110.000,00
T O T A L	Cr$	654.434,00

INSPEÇÃO AOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS

Não nos descuramos dos órgãos subordinados a esta Pasta tais como: Departamento Estadual de Segurança Pública, Penitenciária Central do Estado e Divisão do Arquivo Público.

Em 9 de julho do ano pretérito endereçamos a Vossa Excelência minucioso relatório acêrca da situação do DESP.

Nêsse documento suplicamos a valiosa atenção de Vossa Excelência para precaridade dos fardamentos de muitos integrantes da Guarda Civil e da Delegacia de Trânsito; denunciamos irregularidades na arrecadação desta Especializada; fizemos sentir a falta de um "jeep" para o serviço externo da Guarda Civil; evidênciamos a falta de revolvéres para uso dos servidores do DESP; solicitamos suplementação de verbas para êste setor da Administração Estadual. Pleitos êstes tôdos deferidos por Vossa Excelência, mercê de sua aquilina visão de consumado ESTADISTA.

III. DOS ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

1. GABINETE

Sob a Chefia do Bacharel ANTÔNIO ALEXANDRE PEREIRA TRINDADE, tendo como auxiliares, as senhoras HELENA BESSA CYRINO, ALAIR SARAIVA GONÇALVES e MARIA LUIZA RIBEIRO SOARES, o Gabinete funcionou com eficiência cumprindo, cabalmente sua finalidade específica.

O quadro demonstrativo anexo bem demonstra o volume do serviço tramitado pelo Gabinete, num total de 3386 (TRES MIL TREZENTOS E OITENTA E SEIS) documentos.

2. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Teve também brilhante desempenho a Divisão de Administração sob a direção da Sra. BENEDITA LOPES DE SOUZA, Diretora, em exercício, auxiliada pela Srta. HAYDÉE VIEIRA, Chefe da Secção de Expediente; Sra. ZUILA ARAÚJO RAMOS, Chefe da Secção do Pessoal; CAROLINA CÂNDIDA RIBEIRO FERNANDES, Chefe da Secção de Orçamento e Material, tôdas excelentes funcionárias.

Incluso estamos remetendo a Vossa Excelência o relatório que nos apresentou a Diretora da Divisão de Administração, instruído com os quadros demonstrativos do movimento das respectivas Secções, cujos números expressivos bem demonstram o vultoso expediente tramitado por essa Divisão, cuja capacidade de trabalho de tôdos os seus funcionários merece os nossos aplausos.

3. PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO

Êste estabelecimento penal encontra-se sob a direção do Bacharel JOSÉ RIBAMAR PRAZERES COÊLHO, cujo relatório anexo faz parte integrante do presente.

Nesse relatório que tenho a honra de submeter a douta apreciação de Vossa Excelência fielmente esta retrata a atual situação da Penitenciária que melhorou sensivelmente na atual Administração.

É de justiça que se ressalte o profícuo trabalho realizado pelo atual Diretor Técnico da Penitenciária, Dr. JOSÉ DE RIBAMAR, que sempre em harmonia com as diretrizes traçadas por esta Pasta, pôs fim a orgia de fugas de presidiários, revelando-se excelente administrador.

DIVISÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

Encontra-se esta Divisão sob a chefia do Senhor MILTON DA SILVA LIMA que apresentou o seu relatório no tempo oportuno, o qual me apraz submeter à sábia consideração de Vossa Excelência.

Conforme evidência o Sr. Diretor do Arquivo Público, em seu relatório anexo, parte integrante do presente, há premente necessidade de renovar-se o piso daquela Divisão que por ser bastante velho e deteriorado não oferece condições de segurança.

Urge também que se mande construir para aquela Divisão, armários modernos e seguros para arquivo de milhares de documentos, expostos a poeira e a traça. Um arquivo sem armários convenientes para a guarda e conservação de documentos perde a sua verdadeira finalidade e deixa de ser arquivo para tornar-se um depósito qualquer.

Ainda no relatório em referência, o Sr. Diretor da Divisão do Arquivo Público solicita de V. Exª. autorização a fim de incinerar inúmeros documentos que se encontram imprestáveis para conservação, no porão daquela Divisão, oferecendo perigo à segurança do edifício e causando dano à saúde dos funcionários que ali empregam diàriamente suas atividades. Ratificamos a presentes solicitação do Sr. Diretor do Arquivo Público.

5. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Muito embora tenhamos duas vezes, em circular, solicitado ao Dr. CARLOS GENÉSIO MACHADO BRAGA, Chefe de Polícia, a remessa de seu relatório a esta Secretaria, o mesmo até a presente data não nos remeteu. Razão porque deixamos de fazer maiores considerações sôbre o D.E.S.P.

IV CONCLUSÃO

Num esfôrço de síntese, eis Senhor Governador do Estado, o relatório de nosso labor à frente da Secretaria do Interior e Justiça, durante o ano anterior, por generosidade de V. Ex.ª nos foi confiada.

Nosso trabalho foi diuturno inspirado no acrisolado propósito de nunca desmerecer a confiança que V. Ex.ª nos depositou. Se mais não produzimos talvez porque nos tenha faltado maior engenho e arte, como diria o imortal vate de "Os Lusíadas".

Contudo, se colhemos algum êxito ou operamos alguma cousa, o que somente V. Ex.ª poderá dizê-lo, isto devemos ao esfôrço, à boa vontade, ao espírito de cooperação e de solidariedade, de todos os funcionários desta Secretaria, desde o mensageiro, o auxílio de portaria, até ao mais graduado funcionário na escala hierárquica, considerando que procuramos desenvolver trabalhos de equipe.

Tudo fizemos para cumprir nosso dever.

Envidamos todos os esforços, neste setor da pública administração estadual, a fim de concorrer a nossa parcela de trabalho para maior brilho dêste segundo Govêrno de Vossa Excelência que será um dos pontos culminantes do sistema orográfico da história planiciária.

Usamos da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os nossos protestos de alta estima e de profundo respeito.

(a) MIRTYL FERNANDES LEVY
Secretário do Interior e Justiça

Secretaria de Economia

e

Finanças

Senhor Governador:

Ao completar Vossa Excelência o 1.º ano de administração do nosso Estado, como seu ilustre Governador, cargo para o qual foi eleito, pela segunda vez, por indiscutível maioria de votos, no pleito autênticamente democrático de 6 de outubro de 1962, tenho a honra de apreciar a situação financeira do Estado a partir de 1.º de fevereiro de 1963, dia imediato ao da posse de Vossa Excelência.

A rigor, nunca se pode considerar plenamente satisfatória a situação financeira de um Estado, como o Amazonas, sobrecarregado de problemas de soluções interdependentes umas das outras.

FILOSOFIA DO DEFICIT

Mesmo que equilibrássemos, aritmèticamente, a Receita e a Despesa, não gastando um centavo além dos recursos disponíveis, ainda assim estaríamos talvez registrando um *deficit* considerável, aquêle composto das necessidades sociais não satisfeitas e dos problemas básicos subtraídos ao dever de enfrentá-los.

Seria injusto interpretar-se o que foi enunciado como uma introdução de advocacia do *deficit* ou como ponto de partida de tese favorável ao desequilíbrio financeiro, a qualquer preço, visando dissimular desperdícios.

Não. O esbanjamento é sempre condenável. É a situação permanente dos irresponsáveis e perdulários. Mas, por outro lado, o estado de graça dos avarentos é o *superavit*, que exprime os jejuns dos racionamentos extremos, tendo como causa principal a incapacidade de aplicar a pecúnia entesourada.

Quando se afirmou, antes, por outras palavras, que o *deficit* deve ser visto como uma linha constante nas finanças do Estado, visualizou-se a perspectiva dos compromissos implícitos nos programas de construções, de assistência social, de sanitarismo, de educação, de recuperação das fontes de produção do interior e de efetiva integração do homem no trabalho fecundo de amanhar a terra.

Quando se formulou o conceito, foi com a consciência voltada para a orçamentação dos superiores objetivos sociais e econômicos do Estado, ponderando-se que os seus recursos não podem acompanhar a urgência de alcançar aquêles objetivos para reparar os atrazos da história regional, motivados, em grande parte, pelo abandono a que nos tem relegado, tradicionalmente, o Poder central da República.

A filosofia do *deficit* se o entende como um fenômeno da economia amazonense, decorrente do gigantismo dos problemas, não pretende atribuir-lhe caráter de fatalidade e sim dar-lhe corpo de realidade presente — como débito em dinheiro ou como débito em necessidades insatisfeitas — tendo-se por escôpo combatê-lo, para evoluir-se através de um desenvolvimento econômico que elimine, gradativamente, as proporções da nossa dependência da usura inflacionária dos mercados sulistas e estrangeiros.

EXCLUSÃO DA CONTABILIDADE TEÓRICA

A Contadoria Geral do Estado, por motivos óbvios, só dispõe de documentação completa para proceder a um Balanço Geral, do Ativo e Passivo, em abril, mês que antecede a prestação de contas do Govêrno à Assembléia Legislativa.

O balanço realizado, regularmentarmente, a 31 de dezembro, no encerramento do exercício, é parcial, compreendendo, apenas, a Tesouraria Geral, seus diversos Caixas e valores.

A leitura dêsse balanço não instrui uma apreciação geral satisfatória da situação financeira do Estado, que ùnicamente o Balanço Geral pode proporcionar.

Contudo, no corpo daquele documento, há uma informação merecedora de registro: até 31 de dezembro, o Govêrno de Vossa Excelência satisfez pagamentos de vencimentos atrazados de professôras distritais, correspondentes ao ano de 1962, no valor de Cr$ 49.317.446,00, representados em fichas de pagamento, retidas na Tesouraria à espera de abertura de crédito.

Mesmo, porém, diante do Balanço Geral, o Secretário teria preferido, como preferiu, prescrever o fornecimento de informações que lhe possibilitassem contribuir com esclarecimentos adequados à crítica e conclusões de Vossa Excelência sôbre as responsabilidades desta Secretaria, no período do seu Govêrno.

Selecionando aquêles elementos informativos, excluiu-se tudo quanto fôsse capaz de obscurecer a visão da realidade. Por exemplo: os registros da rubrica "Saldos do Exercício Anterior" foram suprimidos, aqui, do cômputo da Receita. Não interessa, a nosso ver, a uma conferência de possibilidades palpáveis, a inclusão de quantitativos teóricos, a exemplo da contabilização simbólica de milhões de cruzeiros representados em vales de 1954 (com o apelido de dinheiro em caixa) ou da contabilização de verbas federais, falsificando a aparência de maior Receita, sob o batismo de dinheiro em Bancos, quando a Contabilidade ignora a sua posterior movimentação.

VERBAS FEDERAIS À PARTE

Permita Vossa Excelência que o atual Secretário de Finanças considere a presente e passada contabilização das verbas federais, como vem sendo feita, um fator de tumultuamento nos Caixas, um corpo estranho sem parentesco com as rendas que devem ocupar as colunas dos livros para, só elas, formarem a legítima fisionomia financeira do Estado.

Sugere-se que a contabilização das verbas federais seja completamente desvinculada da que se compõe das nossas próprias fontes de arrecadação e que êsse Serviço, a ser criado, tenha direta subordinação ao Senhor Governador do Estado.

RECEITA E DESPESA REAIS

Retomando, porém, o curso do pensamento que vinha sendo desenovelado, saliente-se que, expungindo rubricas meramente teóricas, e excluindo-se o mês de janeiro, último do Govêrno findo, a arrecadação realizada do Estado, correspondente ao período de 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de 1963, foi de Cr$ 4.417.102.791,00, enquanto a despesa efetuada no mesmo período somou ..... Cr$ 4.273.535.741,70.

Demonstrando:

Receita Orçamentária realizada	4.417.102.791,00
Despesa Orçamentária efetuada	4.273.535.741,70
SALDO	143.567.049,30

Segue-se a demonstração da Receita e Despesa extra-orçamentárias, realizadas no mesmo período:

Receita Extra-Orçamentária	550.603.863,80
Despesa " "	418.891.053,60
SALDO	131.712.810,20

SOMA DOS SALDOS:

Orçamentário	143.567.049 30
Extra-Orçamentário	131.712.810,20
	275.279.859,50

Aparentemente, essa operação apresenta um saldo de Cr$ 275.279.859 50. Contra o mesmo, porém, levanta-se, absorvendo-o, o relacionamento das contas em geral que não foram pagas em 1963 e dos depósitos em processo de recolhimento.

Como sabe Vossa Excelência, a Receita Extra-Orçamentária se distingue da Orçamentária porque se constitui de depósitos com destinação específica e recolhimento obrigatório, de modo que, quando a Despesa é inferior à Receita, isso significa que os depósitos não foram recolhidos, existindo débito.

No caso presente, o saldo de Cr$ 131.712.810,20 é negativo. Ocorre, entretanto, que a denominação DEPÓSITO também abrange numerários não provenientes de consignações em fôlha, a rigor alheios à obrigação de entregar-se-os à determinada entidade.

Em *Depósito*, da Receita Extra-Orçamentária, foram incluídos os dividendos das ações do Estado, o adiantamento feito pelo Banco de Crédito da Amazônia (B.C.A.) para encontro, etc.

O DEFICIT

Quanto ao suposto saldo positivo da Receita Orçamentária, não há essa disponibilidade, visto que o levantamento das dívidas de 1963 monta a Cr$ 430.000.000,00, em números redondos. Assim, a situação é a seguinte:

Contas a pagar	430.000.000,00
Menos o saldo aparente	143.567.049,30
Deficit	286.432.950,70

Convertida em percentual a diferença de 286 milhões (números redondos) entre Receita e Despesa, o *deficit* do Estado totaliza 6,47% da arrecadação verificada no período de 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de 1963. Incluindo-se janeiro, o *deficit* se reduz a 6,19%.

OBSERVE-SE: o ato de Vossa Excelência, determinando que a Proposta Orçamentária para o corrente exercício (1964) não consignasse *deficit* superior a 10%, já estava sendo executado, em 1963, com aquêle resultado, em percentual inferior a 10%.

Se levarmos em conta, Excelência, que o seu Govêrno satisfez compromissos da administração anterior, da ordem aproximada de 195 milhões de cruzeiros (professôras distritais, regularização e créditos especiais, exploração agrícola, consignações em fôlha, etc.), e que os saldos do interior, de dezembro, de 11 exatorias ainda não foram recolhidos, o percentual do *deficit* orçamentário, no período analisado da sua administração, declinará sensivelmente.

Nenhuma contribuição preponderou tanto para a Receita assimilar, dessa forma, os impactos da inflação produzidos pela Despesa quanto os aumentos dos preços da borracha e da juta, ardorosamente advogados por Vossa Excelência no Rio de Janeiro e em Brasília, junto a autoridades e órgãos relacionados com o assunto, não obstante a resistência dos capitalistas do sul haver influído para que os aumentos ficassem aquém dos preços indicados.

RECEITA COMPARADA

O aumento considerável da Receita, comparada a prevista no Orçamento para 1963 com a realizada, assim se apresenta:

Orçamentária		
Receita prevista		2.232.116.600,00
Receita realizada		
em janeiro	343.343.235,80	
de fevereiro a dezembro	4.417.102.791,00	4.760.446.026,80
Diferença para mais		2.528.329.426,80

DESPESA COMPARADA

Orçamentária		
Despesa fixada		2.837.177.070,00
Despesa realizada		
em janeiro	351.648.115,90	
de fevereiro a dezembro	4.273.535.741,70	4.625.183.857,60
Diferença para mais		1.788.006.787,60

Isolou-se o mês de janeiro, embora somando-o, tanto na Receita como na Despesa, para melhor compreensão e análise financeira do período correspondente ao atual Govêrno, de 1.º de fevereiro de 1963 em diante.

O *deficit* calculado em 1962, no Orçamento para 1963, numa Receita estipulada em Cr$ 2.232.116.600,00, montava em Cr$ 605.064.470,00, exprimindo-se em 27,17% da renda prevista, o que importaria no prognóstico legal do descrédito do Estado e do princípio da sua falência, se viesse a verificar-se. Estranha-se que fôsse concebido.

HOUVE GASTOS EXCESSIVOS?

As despesas de cada Secretaria foram levantadas e se encontram relacionadas em documentos anexo.

O Secretário de Finanças, que ignora as programações das outras Secretarias e se o seu custo é ou não orçamentado em bases racionais, não dispõe de meios para responder se houve ou não gastos excessivos.

Aliás, a definição do que vem a ser excessivo, em política sócio-econômico-financeira, depende do critério que preside a conceituação dos problemas para fins de investimento financeiro.

A gravidade e a urgência de um problema pode autorizar dispêndios acima dos recursos normais, sacrificando-se, inclusivè, a destinação rotineira dêsses recursos.

Em sentido inverso, a ausência ou precariedade de recursos pode obrigar ao escasseamento dos mesmos, seja qual for a gravidade do problema ou a medida das necessidades por atender.

DESPESA COM PESSOAL

A despesa com Pessoal, ou seja, com o funcionalismo do Estado, ativo e inativo, civil e militar, incluindo o professorado dos convênios educacionais, consome, presentemente, cêrca de 70% da Receita orçamentária.

O histórico dêsse compromisso se processou da seguinte forma: até abril de 1963, o Estado vinha despendendo com o funcionalismo, mensalmente, a quantia de ..... Cr$ 206.104.000,00. A partir de maio com a publicação da Lei n.º 8 de 7 dêsse mês, que majorou os vencimentos dos membros do Poder Judiciário, aquêle montante subiu, mensalmente, para Cr$ 214.684.000,00. A lei n.º 20, de 4.7.63, que reajustou os vencimentos do funcionalismo, elevou o compromisso mensal a Cr$ 289.000.000,00, exclusive os vencimentos dos que recebem pelas exatorias do interior, cuja adição resulta, arredondadamente, em .... Cr$ 300.000.000,00 mensais.

A partir de julho, portanto, o aumento da despesa com o funcionalismo foi de 45,55%.

BOLSAS E AUXÍLIOS

Um dos aspectos sociais de expressiva significação irrevelada do Govêrno de Vossa Excelência é o seu desvêlo anônimo pela juventude e pela infância estudantis.

Essa é a interpretação dos algarismos representativos das somas destinadas a Bolsas de Estudos e auxílios a estudantes pobres, em medida a que nunca nenhum outro Govêrno do nosso Estado pode equivaler-se.

O Govêrno pagou, em 1963, 51 Bolsas de Estudos, concedidas pelo Conselho Estadual do Ensino, no valor mensal de Cr$ 861.900,00 e 114 auxílios destinados ao custeio de estudos de escolares pobres, na quantia mensal de Cr$ 639.300,00, representando Cr$ 1.501.200,00 mensais, isto é, em 11 meses, a quantia aproximada, visto como nem tôdas as Bolsas e auxílios principiaram em fevereiro, de Cr$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzeiros).

SALÁRIO-FAMÍLIA E ADICIONAL

O benefício do Salário-Família e a vantagem da gratificação adicional por tempo de serviço são onus surpreendentemente vultosos, de repercussão inavaliável no corpo das consignações orçamentárias, porque dependem de uma natalidade imprevisível e de períodos de serviço que cada funcionário vai completando ou documentando que completou, inclusivè com certidões de Governos municipais e territoriais.

Comprovando a assertiva, comparem-se os valores requeridos e pagos em 1963 com os de 1962:

SALÁRIO-FAMÍLIA

1962	1963	Dif. para mais
120.318.150,00	150.169.090,90	29.850.940,90

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL

1962	1963	Dif. para mais
21.811.122,10	55.011.574,50	33.200.452,40

A soma das duas diferenças surpreendeu a administração pública com o gravame de Cr$ 63.051.393,30, à margem das cogitações orçamentárias para 1963.

CAUSAS DO AUMENTO DA DESPESA

Os tópicos anteriores, referentes a Pessoal, Bolsas e auxílios, Salário-Família, Gratificação Adicional, compromissos do Govêrno findo, motivaram substancialmente o aumento da Despesa, em caráter obrigatório, sendo que os seus maiores acréscimos sobrevieram em decorrência forçada da majoração sem medidas do custo de vida, que compele ao revisionamento de vencimentos e vantagens do funcionalismo.

O mesmo fenômeno atacou as necessidades de compra das mercadorias e materiais em geral, refletindo-se nas contas sob regime de empenho ou não.

O Secretário de Finanças se interessou na pesquisa de dados que lhe permitissem calcular o aumento dos preços de artigos e materiais em geral, de importação, socorrendo-se de órgãos como a Associação Comercial e o Departamento Estadual de Estatística, que não dispunham de registro dos elementos desejados.

Em vista da SEF conhecer o valor comercial de artigos e materiais importados, pesquisou-lhes a tonelagem referente a 1962. A tonelagem de 1963 consta de registro desta Secretaria, instituido em fevereiro do ano recém-findo, quando se estudou a descapitalização do Estado.

A finalidade de encontrar-se o pêso era verificar o preço da tonelagem importada em 1962, para comparar-se ao preço da importada em 1963 e encontrar-se o quantum da diferença dos preços, método usual em estudos da matéria e que facultaria uma aproximação da taxa de majoração.

CAUSAS DO AUMENTO DA RECEITA

Em uma Receita de janeiro a dezembro de ..... Cr$ 4.717.211.412,20 para todo o Estado, Manaus interveio com a soma de Cr$ 3.789.792.085,70, correspondente a 80,33% da arrecadação.

A arrecadação de Manaus teve as seguintes fontes:

MERCADORIAS IMPORTADAS

Impôsto de Vendas e Consignações	2.421.087.391,60

PRODUTOS REGIONAIS

Impostos em geral	1.368.704.694,10
	3.789.792.085,70

O impôsto de Vendas e Consignações domina, nesse montante, com 63,08%, superando os quantitativos de todos os demais impostos, iguais a 36,92%.

Em 1962, o Impôsto de Vendas sôbre mercadorias importadas, em Manaus, representou 67,04% da arrecadação e em 1963 caiu para 63,08%.

Comparado o percentual do Impôsto de Vendas do ano de 1962, em Manaus, com o de 1963, constata-se uma redução de 3,96%, o que indica maior volume de exportação e melhores preços dos produtos regionais.

Como já se estudou no primeiro relatório dirigido a Vossa Excelência, no ano passado, a principal fonte de arrecadação do Estado, o Impôsto de Vendas e Consignações sôbre mercadorias importadas, também significa, pela evasão do dinheiro das compras, o seu progressivo empobrecimento.

Eis o retrato da nossa descapitalização em 1963:

Valor comercial da Importação	23.252.544.332,10
Valor comercial da Exportação	13.834.712.060,00
Deficit comercial	9.417.832.272,10
Deficit de 1962	5.356.375.299,00
Diferença	4.061.456.973,10

É verdadeiramente espantoso o rítmo do processo inflacionário, causa principal do aumento da Receita, fator violento do crescimento da Despesa, mas sinistro determinante da pauperização do Estado.

Anuindo-se que o faturamento da COPAM (Companhia de Petróleo da Amazônia) se incorpore, sem reversões, às comuns operações de venda no Estado, o movimento dessa emprêsa, no balanço comercial em exame, figura com êstes montantes:

Valor de exportação	4.500.086.172,40
Valor da importação	2.384.869.488,20
	2.115.216.684,20

O balanço comercial do Estado passa, então, a adquirir esta fisionomia:

Valor da importação		23.252.544.332,10
Valor da importação da COPAM		2.384.869.488,20
		25.637.413.820,30
Valor da exportação	13.834.712.060,00	
Valor da exportação da COPAM	4.500.086.172,40	18.334.798.232,40
Deficit comercial em 1963		7.302.615.587,90
Deficit comercial em 1962		4.055.510.457,00
Aumento anual do *deficit*		3.247.105.130,90

Os algarismos do tópico anterior, sempre que se os analisa, anualmente, quando não revoltam, consternam profundamente a consciência regional dos mais esclarecidos.

Nenhuma perspectiva com tanta densidade de sombras, para o futuro do nosso Estado, quanto essa, projetada no crescimento irreversível da nossa pauperização, imposta pela insaciabilidade da inflação.

É quase certo que as quantidades e qualidades das mercadorias importadas em 1963 se equivalem às importadas em 1962. Não seria razoável pensar de outro modo em face da celeridade com que o Estado se vem descapitalizando, o que lhe reduz a capacidade aquisitiva.

Entretanto, ao passo que as quantidades e qualidades podem equivaler-se, o valor comercial das mesmas, no comparativo dos balanços entre 1962 e 1963, produziu neste ano um aumento no *deficit* comercial de 80%!

ATUALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS

Pressupõe-se que a arrecadação do Estado, 73% provenientes da incidência do impôsto de Vendas e Consignações sôbre os valores da importação, acompanhe o rítmo inflacionário, crescendo simultâneamente em proporção equivalente ao aumento das suas despesas.

Êsse raciocínio peca, desde logo, por estar escorado em um princípio de estática. Se o Govêrno efetuasse, invariável e fatalmente, as mesmas compras de idênticas mercadorias e materiais, em quantidades iguais, o cálculo do crescimento da Receita e da Despesa resultaria no equilíbrio.

Acontece que o Govêrno se rege pela dinâmica das obrigações originadas dos seus problemas administrativos, sociais e econômicos.

O Govêrno e as suas atividades evoluem. Proporcionalmente, evoluem as suas aquisições, sendo elementar que a modesta reversão ao Estado, em forma de tributo, advinda dessas compras, representa insignificante percentagem do custo das aquisições supervenientes, longe da suficiência para cobri-las.

Além disso, há uma série considerável de despesas que o Govêrno efetua, em contínuo crescimento, para satisfação das quais não se verifica nenhuma compra de mercadoria. Conseguintemente, nesses casos, não há nem mesmo a parcela reversiva da tributação.

Mesmo que não houvesse inflação, o trivial desenvolvimento do Estado, obediente ao normal processo evolutivo da História, imporia dialèticamente maiores despesas.

Avaliem-se, por aí, os estragos produzidos pela inflação nos orçamentos e nas programações do Estado, seja qual for a simultânea majoração da sua receita, por obra e graça daquele malsinado fenômeno!

Resta acentuar, neste breve registro das repercussões deficitárias da inflação, talvez o mais significativo aspecto do seu poder de desvalorizar, e desvalorizar além de tôda concepção, em Estados de baixa receita, como o nosso.

Para compreender-se o aspecto em foco, urge destacar-lhe as características político-sindicais que o singularizam e que, sendo um efeito da inflação nos centros industrializados do país onde a política sindical delibera, se transforma em causa de maior inflação e de extremo desequilíbrio financeiro das regiões atrazadas e pobres de meio circulante, como a Amazônia.

Quando a política sindical das grandes concentrações operárias do sul reivindica aumento de salário está contribuindo para que os seus patrões intensifiquem, muito mais do que na origem da produção industrial, os seus meios extorsivos contra as populações de áreas subdesenvolvidas, onde não há, pràticamente, concentrações operárias e sim comunidades humanas sem classes definidas, ainda em fase pré-capitalista.

Nenhuma cooperação mais eficiente ao capitalismo do sul, nacional e estrangeiro, no sentido de entorpecer e atrofiar o desenvolvimento econômico dos mercados consumidores, seus escravos, reprimindo-lhes as aspirações de evoluir dessa etapa retrógrada, do que a da política sindical do asfalto.

Sob o pretexto de agir em função da solidariedade e dos interêsses comuns do proletariado, essa política cerceia ou sufoca o seu próprio crescimento nacional, como classe, através da eliminação, no nascedouro, das emprêsas industriais e agrícolas das áreas em estado pré-capitalista, como o Amazonas, que vergam e declinam sob o fardo da arbitrária estipulação periódica dos aumentos salariais, calculados sem levar em conta as condições peculiares do seu atrazo crônico.

O fenômeno das consequências negativas, antes descrito, também se verifica, com incidência ainda mais nefasta, nos compromissos da administração pública, em relação ao pagamento do funcionalismo, das contas em geral do Estado e da solução dos seus problemas básicos.

Como decorrência das sucessivas decretações federais de novos níveis para o salário mínimo, com aumentos percentuais que rebaixam o professor do ensino superior do Amazonas, ganhando Cr$ 34.000,00 mensais, a uma hierarquia salarial igual à do trabalhador braçal, agora com Cr$ 34.000,00 mensais, corrompem-se todos os padrões de vencimentos do funcionalismo público do Estado.

Na presença dêsse descalabro, indaga-se: em que bases poderá o Govêrno do Amazonas reajustar os vencimentos do seu funcionalismo, que já consome 70% da arrecadação do Estado? Com que recursos iria fazê-lo, ou irá? A quanto montarão os acréscimos da Despesa, somados os quantitativos da febre inflacionária no decurso do corrente ano?

Os acréscimos totalizarão um mínimo de 50% além do aumento da Receita, seja êste qual for, motivado pela inflação.

Concedendo-se que a arrecadação dos impostos suba 100%, acompanhando o delírio da inflação, ao Estado ainda faltarão 50%, pelo menos, dêsse aumento, para satisfazer as suas obrigações.

A propósito, é oportuno recordar que Vossa Excelência, há um ano atrás, examinando o **deficit** inscrito no Orçamento para 1963, à luz de respostas a quesitos que formulara a esta Secretaria, estimou que o mesmo cresceria de Cr$ ..... 605.064.470,00 para Cr$ 2.196.747.742,70, quantia que somada à cifra da Despesa Orçamentária, Cr$ 2.837.177.070,00, totalizaria a responsabilidade do Govêrno em Cr$..... 5.033.924.812,70.

A previsão de Vossa Excelência, transcrita, então, no Relatório do Secretário de Economia e Finanças, datado de 7.3.63, ficou muito próxima da realidade. A Despesa em 1963 foi de Cr$ 5.055.362.704,40, incluídas aí as contas não pagas que passaram para 1964, no valor de Cr$ 431.078.846,80, já reduzido, em janeiro e fevereiro últimos, à quantia de Cr$ 228.731.708,50 e a caminho de possível supressão.

A motivação que se veio desenvolvendo afigura-se ao seu autor dotada de elementos persuasivos, que autorizam a declarar inatualizadas as alíquotas dos impostos estaduais, em presença das implicações inflacionárias.

Enquanto tôdas as emprêsas particulares reformulam suas taxas de majoração de preços, anualmente, protegendo os seus compromissos e a própria sobrevivência, o Estado tem conservado inalterados os valores da incidência tributária, excluindo-se da responsabilidade de agravar as dificuldades da conjuntura econômico-financeira.

Perante, no entanto, a lúgubre perspectiva que a inflação lhe inflige, enegrecendo-a com a subversão da hierarquia salarial que vem subordinar um mestre do ensino superior a um braçal da Secretaria de Obras, o Secretário de Economia e Finanças toma a liberdade de ponderar que a Vossa Excelência não resta outra alternativa senão violentar as próprias idéias que professa, para dirigir Mensagem ao Poder Legislativo propondo a majoração das alíquotas tributárias, em percentual que comporte as despesas em perspectiva.

O INTERIOR

Em outro tópico, demonstrou-se que a Capital do Estado contribuiu para a Receita com 80,33%, restando ao Interior 19,67%.

Considerando-se os saldos das exatorias ainda não recolhidos, êsses percentuais sofrerão pequena alteração.

E' um sintoma assustador que, numa Receita de Cr$ .. .. 4.717.211.412,20, as exatorias do Interior só hajam arrecadado Cr$ 927.419.326,50, menos de um bilhão de cruzeiros.

Êsse fato indica que a arrecadação no Interior não acompanha nem mesmo o crescimento dos preços das mercadorias e que se processa, em muitas exatorias, o comum fenômeno fiscal das facilidades desregradas, já existente em outros Estados, com a ameaça de desmantêlo da máquina de arrecadação.

MEDIDAS FUTURAS

Os serviços burocráticos da SEF, na Capital, se ressentem do primitivismo dos seus métodos de trabalho, que precisam de modernização para ganharem em eficiência e rendimento.

Nesse sentido, é oportuna a mecanização, pelo menos, da Contabilidade e da Receita, através de contrato com a Indústria Brasileira de Máquinas (IBM).

A evolução da estrutura da SEF e da legislação fiscal no período de 26 anos, paralela ao desenvolvimento do comércio e da indústria, tornou totalmente obsoleto o Regulamento desta Secretaria, em vigor a partir de 1937.

E' um instrumento legal do Fisco indispensável à definição das atribuições atuais, à articulação e coordenação das suas ações e ao aperfeiçoamento dos serviços, no interêsse geral da arrecadação.

Com a cooperação dos diversos Diretores e da Contadoria Geral, elaborou-se um nôvo Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças, que está em sua fase final de redação, a fim de ser entregue à superior consideração de Vossa Excelência.

A fiscalização de uma região como a que configura, geogràficamente, o Estado do Amazonas, banhado pela maior rêde hidrográfica do planeta, sôbre cujos cursos se processa todo o comércio regional, fica privada dos seus movimentos mais proveitosos, em benefício da Receita, se não dispuzer, como ocorre, de um serviço de embarcações velozes.

A aquisição de uma flotilha nessas condições, que está no programa de Vossa Excelência, é uma providência de grande alcance.

E' oportuno lembrar que, nestes últimos anos, vem sendo adotada a norma irregular de empenhar quantias elevadas no nome das diversas Secretarias.

Essa prática atenta contra as disposições vigentes do Código de Contabilidade Pública, segundo as quais as despesas das repartições devem ser empenhadas, obrigatòriamente, em nome dos próprios fornecedores.

Só são permitidos os adiantamentos empenhados, segundo o Código, para despesas miúdas e de pronto pagamento, regularmente nas verbas "Serviços de Terceiros" e "Encargos Diversos".

Sugere-se providências que repare a irregularidade.

Sob os auspícios de Vossa Excelência, o ano de 1964 está considerado o ANO DA FISCALIZAÇÃO.

Para êsse fim, a Secretaria de Finanças organizou amplo programa de consultas, observações e pesquisas em todo o interior do Estado, em plena execução.

O programa consta de reuniões com todos os exatores do Estado, realizadas em cada rio, nas cidades que oferecem melhores condições de hospedagem.

Para essas reuniões, elaborou-se um temário fiscal que vem sendo debatido e respondido pelos exatores, tendo por objetivo corrigir irregularidades, orientar e aperfeiçoar a ação fiscalizadora, bem assim realizar o levantamento das necessidades materiais das exatorias.

O ANO DA FISCALIZAÇÃO instituiu prêmios, mas tomará resoluções enérgicas no interêsse do Estado. O Secretário de Economia e Finanças tem a honra de assinalar que a iniciativa do ANO DA FISCALIZAÇÃO se reveste de ineditismo em nosso Estado, sendo esta a primeira vez que os exatores se reunem, em cada rio, com a assistência direta de funcionários e Diretores da sede.

CONCLUSÃO

A situação financeira do Estado se caracteriza por um **deficit** de baixo índice, possìvelmente sanável através das medidas, já determinadas por Vossa Excelência, de efetiva contenção das despesas, acompanhadas da intensificação de esforços para aumentar a arrecadação, não fôssem os obstáculos surgidos em consequência da inflação e anteriormente examinados.

O pagamento do funcionalismo do Estado, civil e militar ativos e inativos, está rigorosamente em dia neste primeiro ano do dinâmico Govêrno de Vossa Excelência, com **handicap** de haver satisfeito compromissos deixados pelo Govêrno anterior da ordem de 195 milhões de cruzeiros, dos quais 50 milhões de vencimentos atrazados de professôras distritais.

Em vez da sombria perspectiva descortinada nas colunas do Orçamento para 1963, presagiando um **deficit** de 27,17%, a situação se modificou para a conjuntura muito mais favorável antes exposta, graças à experiência, à vigilância e ao descortino de estadista de Vossa Excelência.

O Secretário de Economia e Finanças, autor e signatário dêste relatório, se congratula com o eminente Chefe do Executivo pelo êxito incontestável do seu primeiro ano de administração, manifesta o seu reconhecimento pela confiança e consideração que lhe vêm sendo dispensadas e formula a Sua Excelência a expressão do seu profundo respeito.

Manaus, 4 de março de 1964.

ALDO MORAES

Secretaria de Assistência

e

Saúde

Secretaria de Assistência
Saúde

Excelentíssimo Senhor Doutor PLÍNIO RAMOS COELHO,
Digníssimo Governador do Estado.
Presente.

Nas vicissitudes da vida pública em que as emoções sucedem num rítmo interminável, há por vêzes momentos de delicada compensação, que valem como preciosos estímulos. O homem político, elevado às supremas funções de responsabilidade e direção, necessita dêsses momentos de revisão serena do trabalho realizado, a que a compreensão benévola e o julgamento desinteressado acrescentam um valioso prêmio. Constitue um dêsses momentos, a oportunidade que possuimos em apresentar à Chefia dêsse Poder Executivo, o relatório das nossas atividades de um (1) ano de administração à frente da Secretaria de Assistência e Saúde dêste Estado, para a qual fomos distinguidos por V. Exa., numa prova de fé e de confiança à nossa pessôa.

Nosso empenho pela concretização dos empreendimentos que nos comprometemos realizar, quando de nosso investimento na direção dêste setor da Pública Administração, se benefícios trouxeram para a coletividade amazonense, jamais derivou — orgulha-nos dizê-lo — de preocupação pessoal, de interêsses políticos, isolada do sentido estadual que deve ser o de uma obra dêste vulto. Ao contrário, o sentimento que nos impulsionou em todos os instantes, foi o da colaboração e respeito ao programa político do govêrno de V. Exa.

Vale ressaltar, nêste ensejo, a cooperação decidida, isenta de tergiversações, recebida de V. Exa., em todos os momentos, particularmente no que tange às necessidades financeiras para atendimento ao nosso plano de trabalho.

É-nos imperioso frisar que, foi com a ajuda e o apôio de V.Excia., que conseguimos realizar as inovações introduzidas e desenvolver com maior amplitude nos diversos setores desta Secretaria, conforme verificar-se-á na análise que adiante faremos de cada órgão de per sí.

Entretanto, se falhas foram encontradas devem ser relevadas, porquanto, o curto período da nossa administração ainda não nos permitiu alcançar — como é nosso desejo — o verdadeiro objetivo de um perfeito Serviço de Assistência Médico Social. Mas, a despeito de tôdas as falhas, a melhoria foi tão considerável que, ressalta a olhos vistos a evidência de que o quadro de nossas realizações, por si só representa, além do prometido, numa prova de que, as irregularidades apontadas no nosso Relatório de março do ano pretérito, tiveram sequência imediata em providências e atos e não se perderam em idealizações vãs, não ficaram na simples formulação de um pensamento de bôa vontade.

Assim pois, a Secretaria de Assistência e Saúde, sob nossa orientação, vem procurando alcançar a sua finalidade precípua, preservando, orientando e atacando as endemias regionais, que assolam o citadino e o interiorano amazonense, herói anônimo dos seringais, castanhais e jutais, não lhes deixando faltar a assistência médico-medicamentosa.

Consoante V. Exa., senhor Governador, poderá verificar no quadro demonstrativo anexo, todos os municípios amazonenses, foram contemplados com ambulâncias de medicamentos, constituídas de produtos farmacêuticos, destinados ao combate dos grandes males que assolam o homem: malária, lépra, tuberculose, amebiase intestinal e extra-intestinal, desinterias bacilares e inespecíficas, viroses, hepatites, anemia (produzida pela poliverminose, insetos hematófagos e principalmente pela quase ausência da carne de gado na alimentação, que é a maior fonte de ferro), insuficiência hepática, peneumopatias, infecções em geral e dos olhos, pela água contaminada e falta de higiene pelo elevado custo do sabão que cada dia que se passa, vem escasseando entre as pessoas de parcos recursos, para a higiêne íntima.

Necessário se torna esclarecer que, embora existentes em alguns municípios do hinterland amazônico, Postos Médicos e algumas unidades hospitalares, pertencentes à Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, hoje, Serviço Cooperativo de Saúde, de há muito perderam o objetivo a que foram destinados — como já é do conhecimento de V. Exa. — pela quase ausência de médicos e remédios naqueles setores de Saúde Pública, abandonados que foram à própria sorte, pelos poderes públicos federais.

Num ato louvável e patriótico, V. Exa., atendendo a situação calamitosa em que se encontram, determinou a esta Se-

cretaria de Estado, providências imediatas para o fornecimento de material médico e cirúrgico para o Hospital de Parintins, pertencente àquele Serviço Cooperativo.

Num esforço para melhor atendimento à população que moureja no interior do Estado, foram criados 73 Sub-Postos Médicos, devidamente equipados com medicamentos imprescindíveis à região, bem como, de Guardas Medicadores estagiados no Serviço de Profilaxia da Lepra, na Campanha de Erradicação da Malária e no Ambulatório Popular.

Tôdas essas medidas trouxeram reais benefícios ao homem hinterlandino, combatendo os surtos epidêmicos que costumeiramente surgem quando das enchentes e das vazantes dos grandes rios.

Finalmente, em face do interêsse demonstrado por V. Exa., pelo estado sanitário dos municípios amazônicos, esta Secretaria de Saúde, independente das respeitáveis ordens emanadas dessa Chefia, tem socorrido aos mesmos, antes que um pequeno problema venha a transformar-se num caso de verdadeira calamidade pública.

Também a assistência à população citadina manauára, desenvolve-se consideràvelmente, graças à direção que imprimimos ao Centro de Saúde de Manaus, a que estão subordinados os consultórios médicos localizados nesta Secretaria. O atendimento aos interessados que procuram lenitivo para os males físicos, vai desde o início até o término do expediente, seguido da distribuição gratuita de medicamentos, quando receitados por médicos desta Secretaria. Noutro capítulo abordaremos as doenças infecto-contagiosas e seus problemas.

Nêste Centro Médico, muito tem se realizado, empregando todos os nossos esforços para melhorar o estado sanitário da Capital, provendo os consultórios de medicamentos os mais variados e conceituados, num perfeito atendimento à classe pobre.

GABINETE DO SECRETÁRIO

MOVIMENTO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

Recebeu 2.800 ofícios ou documentos oriundos das mais diversas fontes conforme poderá ser observado no relatório anexo, e por sua vez expediu 3.023 ofícios, portarias, circulares etc...

Com os olhos de qualquer pessoa que queira realizar um exame sereno e com isenção de ânimo, poderá fazê-lo à luz

destes dados e julgar êste trabalho permanente e silencioso que tem elevado cada vez mais o bom nome desta Secretaria aonde se faz mistér a nossa presença.

Convém ressaltar que, tôdas as funções exercidas no Gabinete, são por extranumerários, pessoal êste escolhido com grande dificuldade no meio da legião de funcionários e extranumerários que compõe esta Secretaria de Estado.

MOVIMENTO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE, DURANTE O PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964.

OFÍCIOS RECEBIDOS

Assessorias do Govêrno	232
Centro de Saúde	58
Circular	1
Comissão Estadual de Compras e Concorrências	13
Chefia do Gabinete do Governador	175
Diversos Capital	260
Diversos Sul	52
Diversos Interior	135
Diversos Serviços da Secretaria	58
Diversos	13
Diretores de Diversas Repartições	88
Departamento Estadual da Criança	62
Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro"	13
Maternidade "D. Balbina Mestrinho"	8
Junta Médica	1.602
Prefeitura e Câmara de Manaus	6
Pôsto Lactométrico	1
Petições	97
Secretaria de Economia e Finanças	2
Serviço de Socorros de Urgência	83
Secretaria de Viação e Obras Públicas	4
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	2
Secretaria de Interior e Justiça	17
Secretaria de Educação e Cultura	11
Serviço de Polícia Sanitária	22
Serviço de Profilaxia da Lépra	7
Tribunal de Contas	6
Telegramas	77
Governador do Estado	42
TOTAL	2.800

OFÍCIOS EXPEDIDOS

Assessorias do Govêrno	12
Circulares	46
Comissão de Compras e Concorrências	44
Chefia do Gabinete do Governador	7
Diversos Capital	276
Diversos Sul	85
Diversos Interior	97
Diretores de Diversas Repartições	78
Departamento Estadual da Criança	18
Governador do Estado	177
Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro"	13
Maternidade "D. Balbina Mestrinho"	56
Junta Médica	1.255
Portarias	562
Secretaria de Economia e Finanças	157
Serviço de Socorros de Urgência	73
Secretaria de Viação e Obras Públicas	5
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	6
Secretaria de Interior e Justiça	3
Secretaria de Educação e Cultura	7
Serviço de Profilaxia da Lepra	2
Tribunal de Justiça	2
Tribunal de Contas	6
Telegramas	33
TOTAL	3.023

CONSULTORIA JURÍDICA

Sob a direção do Dr. Bento de Oliveira, vem prestando seus serviços a contento à esta Chefia. Nos assuntos eminentemente técnicos, ouvimos a palavra abalizada de nosso Consultor Jurídico.

Apresentamos o seu relatório:

Exmo. Snr. Dr. Akel Nicolau Akel

DD. Secretário de Assistência e Saúde.

Relação das ocorrências verificadas no período de 1.2.63 a 1.2.64, na Consultoria Jurídica da Secretaria de Assistência e Saúde.

PARECERES EMITIDOS:

I — Salário Família	143
II — Licenças	6
III — Nível Universitário	9
IV — Aposentadorias	5
V — Adicional	1
VI — Diversos	6
Total:	170

Consultoria Jurídica da Secretaria de Assistência e Saúde, em Manaus, 25 de fevereiro de 1964.

a) BENTO DE OLIVEIRA
Consultor Jurídico.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Agora teremos a oportunidade de observar o relato das atividades da Divisão de Administração desta Secretaria, dirigida pelo Oficial Administrativo, Manoel Gomes Pinagé.

A Divisão de Administração, órgão centralizador, congrega as atividades de pessoal, orçamento, material, comunicações, portaria, fiscalização, conservação, relações públicas e outros, a qual foi criada pela Lei 108, de 23 de dezembro de 1955 e regulamentada, posteriormente, pelo Decreto n.º 45, de 5 de julho de 1957, é constituída dos seguintes órgãos:

Secção de Expediente (SE)
Secção de Orçamento e Material (SOM)
Secção de Pessoal (SP)

Êste importante setôr público, com os seus órgãos diretos, não tem sofrido solução de continuidade em seus mistéres, o qual tem recebido e vem recebendo de nossa parte, a mais decidida atenção e integral apôio.

É natural que esta Secretaria se ressinta, como é óbvio, em todos os setores da pública administração, de material humano capaz e de responsabilidade, que satisfaça o serviço público em geral, a fim de que possamos acompanhar, cada vez melhor, o rítmo de trabalho de alto gabarito encetado por V. Exa.

Os números estatísticos que temos a satisfação de apresentar referente ao primeiro ano de administração de V. Exa., atestam, sem qualquer dúvida, o ardor e alto espírito de compreensão de que estão possuídos os funcionários que exercem suas atividades nesta Divisão de Administração e diversos setôres subordinados:

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Processos despachados	1.141
Portarias baixadas	12
Informações	11
Ofícios expedidos	7

SECÇÃO DE EXPEDIENTE:

Decretos	176
Portarias de licença	362
Portarias do Secretário	623
Portarias de diversos setores	227
Portarias do Diretor da D. A.	12
Memoranduns expedidos	907
Memorandum recebido	1
Ofícios expedidos	1
Ofícios recebidos	11
Informações recebidas	1

SECÇÃO DE PESSOAL:

Processos despachados	1.141
Informações	1.141
Memoranduns recebidos	124
Memoranduns expedidos	210
Certidões fornecidas	30
Petições recebidas	59
Portarias do Secretário	594
Portarias diversas	188
Atestados fornecidos	18
Portarias do Diretor da D. A.	7
Portarias de licença	308

SECÇÃO DE ORÇAMENTO E MATERIAL:

A demonstração das despesas efetuadas por esta Secretaria com "PESSOAL" e "MATERIAL", durante o período de 1.º de fevereiro de 1963 a 31 de janeiro de 1964, embora à primeira vista sejam demasiadas, no entanto tiveram a sua aplicação justa e correta. Em primeiro plano, a multiplicidade das atividades desta Secretaria, em consonância com o nosso plano de trabalho a executar, em obediência aos desejos de V. Exa., em proporcionar melhor assistência ao povo; em segundo, os atendimentos à população da Capital e do Interior do Estado, desde a assistência médico dentária até a hospitalar; terceiro, encontramos e foi mantido o mesmo quadro de funcionários efetivos desta Secretaria e, por motivos outros

e com a devida autorização de V. Exa., tivemos que credenciar para dar melhor assistência à população: médicos, dentistas, enfermeiras diplomadas, assistentes sociais e outros técnicos, para preenchimento de claros existentes em alguns setôres, bem como algumas admissões de extranumerários para desempenhar outros misteres nesta Secretaria, e finalmente as dotações constantes do orçamento de 1963 e destinadas a esta Secretaria, que mantêm uma Maternidade, um Hospital Colônia de Alienados, um Isolamento "Chapot Prevost", Postos Médicos da Capital e Sub-Postos Médicos do Interior, Laboratórios, consultórios médico e dentário e outros setores que prestam técnica e administrativamente serviços à população, tôdas as rubricas que lhe foram destinadas, não contaram com o aumento de vencimentos e vantagens constantes da reestruturação decretada por V. Exa., em bôa hora.

As despesas efetuadas pela verba "MATERIAL", embora se apresentem um tanto elevadas, têm as suas justificativas plenamente razoáveis; de um lado o altíssimo custo dos preços dos gêneros alimentícios, de medicamentos, de material de expediente, de fazendas, de ferragens, de gasolina, materiais cirúrgicos, dentários, chapas radiográficas, drogas, peças acessórias, madeiras, motores, telefone, energia elétrica e etc..., e de outro lado os fornecimentos de ambulância a todos os Postos Médicos da Capital, Sub-Postos Médicos do Interior do Estado, Prefeituras, Líderes, Missionários de todos os Credos Religiosos do Interior, Maternidade, Colônia "Eduardo Ribeiro", Isolamento "Chapot Prevost", Departamento Estadual da Criança, Serviço de Socorros de Urgência, Hospital de Parintins do Serviço Cooperativo de Saúde, assim como atendimento de receitas médicas oriundas dos consultórios médicos localizados na sede desta Secretaria e, finalmente, melhoramentos e adaptações em vários setores desta Repartição.

Temos a acrescentar ainda que, pelo Decreto n.º 124 de dia 31 de outubro do ano de 1963, publicado no Diário Oficial n.º 20.200, do dia 5 de novembro do mesmo ano, foi transferida a importância de Cr$ 21.700.000,00 (Vinte e Um Milhões e Setecentos Mil Cruzeiros), da Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.4.00 — Despesas Diversas, Sub-Consignação 1.4.02 — ENCARGOS DIVERSOS, alínea "E", da Tabela 4.09.02 — Divisão de Administração, desta Secretaria, para a Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Cumprindo com a sua missão de prestar assistência médico e medicamentosa à população da Capital e do Interior do Estado, esta Secretaria de Saúde dispendeu milhões de cruzeiros com a aquisição, no Sul do País de Sôro Anti-Tetânico, Anti-Diftérico e Vacina Anti-Rábica, a fim de preservar a saúde e consequentemente a vida preciosa de adultos e crianças.

Assim, Exmo. Snr. Governador, eis a demonstração das dotações orçamentárias e os gastos efetuados com as verbas respectivas:

PESSOAL:

4.09.01 —	GABINETE DO SECRETÁRIO:		
	Sub-Consignações:	Dotação	Despesas
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.02 —	Representação		
1. 1.07 —	Funções Gratificadas		
1. 1.11 —	Gratificações diversas: Nível Universitário	1.557.000,00	2.344.500,00
4.09.02 —	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Funções Gratificadas	5.030.400,00	9.437.961,00
1. 1.04 —	Salários de Mensalistas		
1. 1.05 —	Salários de Contratados	36.926.000,00	80.419.322,20
1. 1.10 —	Gratificação por serviços extraordinários	250.000,00	249.096,20
1. 1.11 —	Gratificações Diversas:		
a)	Pró-labore aos choferes.....	322.157,00	515.767,70
b)	Gratificação de 30% (art. 25, das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive grat. de 1/3 (aos funcionários do S.P.L. C.E.R., Isol. Chapot Prevost e Guardas Sanitários).....	2.300.000,00	4.578.298,50
c)	Gratificação ao Químico Bromatológico (Lei n.º 363 de 25. 5.1949)	6.000,00	6.000,00
d)	Gratificação de Nível Universitário	2.616.000,00	3.202.026,60

1.1.12 — Ajuda de Custo ...	250.000,00	——
1.1.13 — Diárias a funcionários	2.800.000,00	1.040.967,80
1.1.14 — Substituições de funcionários	200.000,00	158.000,00
1.1.18 — Salário Família (efetivos e extranumerários)	10.000.000,00	17.595.000,00
1.1.19 — Adicional (Lei n.º 27 de 2.9.1961)	1.000.000,00	1.186.275,70
1 1.20 — Diversos: Pessoal Credenciado	7.000.000,00	21.987.396,00
4.09.03 — CONSELHO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE: Sub-Consignações:		
1.1.01 — Vencimentos	368.000,00	614.000,00
1.1.11 — Gratificações diversas: Gratificação a 6 membros do Conselho	1.000.000,00	288.000,00
4.09.04 — SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL.		
1. 1.01 — Vencimentos		
1. 1.07 — Funções Gratificadas	6.843.300,00	9.306.566,60
4.09.05 — SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA: Sub-Consignações: a) Chefia e Dispensário:		
1 1.01 — Vencimentos		
1. 1.07 — Funções Gratificadas	2.311.200,00	3.253.080,00
b) Sanatório-Colónia "Antônio Aleixo:		
1. 1.01 — Vencimentos		
1. 1.07 — Funções Gratificadas	4.084.800,00	4.548.880,00
c) Leprosário "Belisário Pena":		
1. 1.01 — Vencimentos		
1. 1.07 — Função Gratificada	814.800,00	1.032.800,00
4.09.06 — SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À PSICOPATAS: Sub-Consignações		
1. 1.01 — Vencimentos		
1. 1.07 — Função Gratificada	1.812.000,00	1.532.600,00

4.09.07 —	DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Funções Gratificadas		
		3.682.800,00	6.132.366,40
4 09.08 —	CENTRO DE SAÚDE DE MANAUS:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Função Gratificada		
		6.476.400,00	7.616.699,70
4.09.09 —	SERVIÇO DE LABORATÓRIOS:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Função Gratificada		
		3.543.000,00	4.600.466,80
4.09.10 —	SETOR TÉCNICO:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Funções Gratificadas		
		8.864.400,00	12.559.058,70
4.09.11 —	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO INTERIOR:		
	Sub-Consignações:		
1. 1.01 —	Vencimentos		
1. 1.07 —	Função Gratificada		
		10.199.400,00	17.356.090,00
	TOTAL:...		Cr$ 211.561.719,90

MATERIAL

As dotações destinadas a esta Secretaria, para a rubrica MATERIAL, constantes das Sub-Consignações "Material de Consumo e Transformação"; "Material Permanente"; Despesas Diversas, especificando — "Serviço de Terceiros"; Encargos Diversos, Letra "c" (Custeio do Serviço de Saúde da "C.E.F.E.", Isolamento "Chapot Prevost" e Colônia "Eduardo Ribeiro"); letra "D" (Despesas Gerais com a manutenção da Maternidade "Balbina Mestrinho", inclusive medicamentos, material de limpeza, desinfecção etc...); "Despesas Gerais", com a manutenção do Hospital "Getúlio Vargas", inclusive alimentação, medicamentos, material de limpeza, desinfecção e etc.; Transferências Diversas — "Assistência Social", letra "e" (assistên-

cia médica em geral, inclusive distribuição de ambulâncias aos Municípios e remédios aos necessitados), tiveram seus gastos num total de Cr$ 245.560.412.10, plenamente justificados através das explanações feitas acima, que evidenciam perfeitamente as atividades desta Secretaria de Estado de Assistência e Saúde, que se estendem a todo o Estado, até suas fronteiras, e onde exista um homem doente, chega os benefícios do govêrno de V. Exa.

Consta ainda do Orçamento do ano de 1963, sob a rubrica 4.09.02 — Divisão de Administração — Sub-Consignação 1.4.02 — Encargos Diversos, letra "b", "Contribuição ao Serviço Nacional de Lepra, para custeio dos Leprosários e reparo nas construções dos mesmos e sedes dos Dispensários", na conformidade do Convênio assinado entre a União e o Estado, no valor de Cr$ 8.500.000,00. Ainda foi dispendida por V. Exa., a importância de Cr$ 276.000.000,00, perfazendo o total de Cr$ 284.500.000,00, a fim de que os nossos irmãos hansenianos não viessem sofrer as amarguras da fome, da miséria e o agravamento das suas enfermidades que por si só já é uma tortura, esquecidos que são dos Podêres Federais.

DESPESAS GERAIS EFETUADAS POR ESTA SECRETARIA

Pessoal:

Capital:	Cr$	175.510.019,00
Interior:		36.050.700,90
TOTAL	Cr$	211.561.719,90

Material	245.560.412,10
Manutenção com os Leprosários	284.500.000,00
TOTAL	741.622.132,00

VIATURAS E EMBARCAÇÕES

Encontramos, ao assumirmos esta Secretaria, em situação de desgaste, as viaturas pertencentes ao Estado, a serviço desta Repartição, não só os veículos motorizados em número de dois — um caminhão Ford e uma camioneta Ford 100, bem como duas lanchas, a "Carlos Chagas" e a "Thomé de Medeiros".

O caminhão Ford, dado o tempo de aquisição, encontrava-se em péssimas condições de tráfego e como necessitássemos do mesmo para os serviços de transporte de carga, ambulâncias com medicamentos e material para os Postos Médicos, de funcionários para colheita de material de exames de Laboratório, condução de visitadoras para os seus misteres, em lugares distantes da cidade para vacinações e visitas domiciliares, e ainda a serviço do Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro", para as suas diversas necessidades, em virtude dêsse Hospital encontrar-se sem transporte.

Com a aquisição feita por esta Secretaria de uma camioneta Ford logo no início de 1963, veio preencher uma grande lacuna, de vez que o nosso plano de trabalho a executar assim o exigia, mas com um ano de trabalho ininterrupto, já vem se ressentindo e não mais satisfaz as solicitações crescentes.

Êste veículo atualmente está servindo ao transporte de funcionários na colheita de material para diagnósticos clínicos, de visitadoras para o serviço externo em grande escala, para as imunizações da população, visitas domiciliares para contrôle do Serviço de Doenças Transmissíveis, inspeção médica domiciliar e condução de ambulâncias de medicamentos e material para os Postos Médicos localizados nos bairros de Manaus, transporte de carga pesada, etc.

A Camioneta Rural Willys, após haver sido feita a recuperação por determinação nossa, é mantida sob uma assistência mecânica permanente, a qual pelo seu tempo de aquisição e o péssimo estado em que se encontra, apesar das recuperações sucessivas, é a única que vem atendendo a representação desta Chefia em comemorações oficiais e em tôdas as ocasiões que se faz necessária nossa presença.

Há necessidade da aquisição de um outro veículo para suprir as deficiências desta Secretaria e um outro principalmente para o uso desta Chefia.

A Lancha "Carlos Chagas", de acôrdo com as informações obtidas, foi construída no ano de 1934, trinta anos portanto de navegabilidade ininterrupta e constante. Presentemente esta embarcação não satisfaz mais as exigências do serviço desta Repartição e presentemente estamos aguardando uma oportunidade para o encalhe e necessários consertos, pois os estaleiros ainda não tiveram oportunidade de fazê-la subir na carreira.

Nas mesmas condições encontra-se a "Thomé de Medeiros", embarcação também de construção antiga e necessitada de recuperação de suas obras mortas o que por várias vêzes foi interrompida a fim de atender as necessidades do serviço.

São estas, Exmo. Snr. Governador, as considerações das atividades da Divisão de Administração.

MATERNIDADE "D. BALBINA MESTRINHO"

Êste setor público com capacidade para 59 leitos, conta com um quadro de médicos especializados, enfermeiras diplomadas e pessoal suficientemente adestrados para os serviços.

Esta Secretaria efetuou as seguintes despesas, no período de 1.2.1963 a 31.1.1964 como seja:

Pessoal Efetivo	12	2.767.500,00
Pessoal Credenciado	26	11.188.000,00
Pessoal Extranumerário	130	21.672.000,00
TOTAL GERAL:	Cr$	35.627.500,00

Constituição do quadro de Pessoal:

16 — Médicos, 13 Enfermeiras (diplomadas), 1 Administrador, 1 Arquivista, 7 Escriturários, 16 Parteiras, 46 Atendentes, 6 Auxiliares de Enfermagem, 4 Mecânicos, 6 Cozinheiros, 5 Copeiros, 7 Lavadeiras, 4 Motoristas, 2 Jardineiros, 3 Vigias, 31 Serventes — Total: 168.

Temos fornecido material médico cirúrgico no valor de Cr$ 3.990.440,00.

Sugerimos que seja criado um Serviço de partos a domicílio, que atenda o desejo de muitas gestantes e principalmente aos interêsses financeiros do Estado.

Fomos cientificados por ofício da Diretora da Maternidade "D. Balbina Mestrinho", que o relatório anual da mesma, foi encaminhado à V. Exa.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL:

Sob a Chefia e orientação do Dr. Samuel Isaac Aguiar, êste quando solicitado, não entregou em tempo o relatório dos setores subordinados ao mesmo.

O Serviço de Assistência Médico Social, tem o comandamento dos Postos Médicos da Capital em número de oito.

Pôsto Médico São Raimundo, Ismael Benigno — no bairro da Glória; Cruzeiro — no bairro de Educandos; Martagão Gesteira — na Praça 14; Boulevard Amazonas; Gilberto Mestrinho — no bairro de S. Luzia; Adriano Jorge — no bairro de Adrianópolis; Gama e Silva — no bairro de S. Francisco.

O Pôsto Médico da capital é dirigido por um médico. Com exceção de três — "Boulevard Amazonas", "Ismael Benigno" e "Adriano Jorge" — todos os outros têm a assistência de um cirurgião dentista.

O Pôsto Médico "Gama e Silva", encontra-se localizado no Bairro de São Francisco, em estado precário. A casa de madeira onde funciona o referido Pôsto desde 1954, se encontra com o assoalho desnivelado, várias tábuas apodrecidas e arrancadas. E' lamentável o seu estado de conservação. Alvitramos a construção de uma nova unidade, devidamente aparelhada, que virá beneficiar os bairros de São Francisco e Petrópolis, constituídos que são de gente humilde e necessitada, formando um agrupamento bastante populoso e que ainda tende crescer dia a dia.

Fornecemos aos Postos Médicos, medicamentos no valor de Cr$ 2.119.506,90.

Independente de nosso fornecimento aos Postos Médicos, atendemos em nosso edifício sede 46.024 receitas médicas e outros pedidos, fornecidas pelos médicos desta Secretaria de Assistência e Saúde, no valor de Cr$ 21.066.437,40 de medicamentos científicos.

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA

Senhor GOVERNADOR:

O problema da Lepra em solo da Região Amazônica e principalmente no Estado do Amazonas é para meditação. Assim se expressou ao Exmo. Snr. Ministro da Saúde, o Dr. João Batista Rissi, ex-Diretor do Serviço Nacional de Lepra: "A Lepra constitue em nosso País uma grave endemia, atingindo as suas diversas regiões de forma bastante regular. **Apresenta caráter de especial gravidade na região norte, onde os coeficientes de prevalência atingem níveis considerados alarmantes".**

Encontramos no Manual de Leprologia, editado em Brasília em 1960 o seguinte trecho: "A procura sistemática de casos de lepra com o objetivo do diagnóstico precoce, constitue exigência de que não pode prescindir o tratamento profilático".

Esta Secretaria de Assistência e Saúde colaborando com êste magno problema, nada mais fêz do que auxiliar o Serviço de Profilaxia da Lepra instituindo o exame de grupos populacionais mesmo não qualificados declaradamente como "comunicantes", em vista de nosso Estado exibir um dos maiores coeficientes de prevalência em todo o Brasil, segundo dados fornecidos pelo Serviço Nacional de Lepra (1958), a prevalência para o Estado era 7,62o/oo e para a Capital 13,11o/oo.

Assim, onde é possível instituirmos de um modo compulsório o exame de pele, o fizemos como por exemplo, no fornecimento da Caderneta Sanitária, na admissão ao Serviço Público, nas Fôrças Armadas, na Polícia Militar, fornecimentos de Atestados de Saúde para fins os mais diversos, exames em fábricas, ingresso nas escolas etc. etc.

Realizamos de 16 de abril p. passado até 1.2.64, na Secretaria de Assistência e Saúde e em inquéritos perfazendo o total de 13.406 exames.

Nossa tarefa é tão sòmente descobrir o doente em fase nova e enviá-lo ao Dispensário para o contrôle exigido.

No Departamento Estadual da Criança, foram realizados exames em escolares abaixo de 13 anos de idade. Total dos exames: 17.107.

Deixamos de publicar o número de casos positivos descobertos, em virtude de ainda continuarmos o trabalho em massa para um levantamento geral do problema em nossa Capital e se possível no Estado.

As despesas efetuadas por esta Secretaria com êste setor, na parte referente a "PESSOAL", durante o período de 1.2.63 a 31.1.1964, foram as seguintes:

PESSOAL EFETIVO: 37 Cr$ 12.053.566,70, sendo:

2 — Médicos, 1 Secretário, 2 Dentistas, 4 Escriturários, 1 Administrador, 1 Farmacêutico, 2 Técnicos de Laboratório, 2 Guardas Sanitários, 2 Atendentes, 1 Almoxarife, 1 Datilógrafo, 1 Auxiliar de Portaria, 3 Choferes de Lancha, 2 Vigias, 4 Zeladores, 1 Feitor Agrícola, 2 Ajudantes de Mecânico, 1 Cozinheiro, 2 Copeiros, 1 Foguista, 1 Carvoeiro.

PESSOAL EXTRANUMERÁRIO e CONTRATADO: 43 Cr$....
4.620.000,00

TOTAL GERAL: Cr$ 16.673.466,70

Assim sendo desejamos transcrever a palavra oficial do Médico-Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra no Amazonas.

Exmo. Snr. Dr. AKEL NICOLAU AKEL
DD. Secretário de Assistência e Saúde

Cumprindo determinações de V. Exa., esta Chefia está encaminhando relatório das atividades do Serviço de Profilaxia da Lepra, durante o ano de 1963. Os dados que se acham anexos irão falar melhor do que nossas palavras.

Para quem trabalha no Serviço de Profilaxia da Lepra o ano recém-findo marcou, assinalou, delimitou um passado de misérias e um futuro bastante promissor com uma multiplicidade de tarefas já realizadas e ainda a realizar.

Quem se der ao trabalho de manusear os óbitos ocorridos nos leprosários de Manaus, nos anos de 1962 a 1963, irá incontinente observar que NAQUELE, predominavam duas "causa-mortis": cirrose hepática (hipoproteinemia) e tuberculose pulmonar (desnutrição) enquanto que neste, não se verificaram óbitos dessas naturezas. Dentro do possível reconstruímos apenas o que estava se tornando urgentemente necessário.

Quando reassumimos, o panorama ainda permanecia desalentador. Os leprosos sem médicos, as viaturas paradas, o dispensário desacreditado. Atualmente o S.P.L. possue 3 médicos na Colônia "Antônio Aleixo", 1 médico em Paricatuba e o Dispensário diàriamente possue 1 médico inclusive funcionando em dois turnos além da permanência de 2 dentistas. Recuperamos o Dispensário (pinturas externa e interna) e estamos instalando uma sala de fisioterapia.

Providenciamos o consêrto de um caminhão já totalmente recuperado. Oficiamos ao Exmo. Snr. Governador no sentido de que nos fôsse entregue uma viatura (Jeep) para o transporte de médicos, dentistas e administrador para a Colônia "Antônio Aleixo". A lancha "Adolfo Lutz", único meio de transporte para a Colônia "Belisário Pena" foi totalmente remodelada conforme V. Sa., já verificou pessoalmente.

Instalamos um Curso de Lepra para leigos com uma frequência de 40 alunos. O espírito do curso em tela era ministrar ligeiras noções de leprologia, para que os alunos, verdadeiros monitores levassem ao povo, num linguajar mais simples, ensinamentos preconizados pelo Serviço Nacional de Lepra. Palestras radiofônicas foram proferidas pela equipe médica do Serviço de Profilaxia da Lepra. Conselhos, instruções foram transmitidas pelo D.I.T.P.E.A. com a finalidade precípua de que o homem interlandino também pudesse auferir lucros quanto à profilaxia da hansenose.

Através da Assessoria dos Municípios, entramos em contato com prefeitos, professôres, sacerdotes que levaram medicação específica, numa tentativa honesta e sadia de se tomar o primeiro contato com doentes que ainda não foram assistidos e controlados por nós mas que, ainda êste ano, irão auferir benefícios numa estreita colaboração triangular: Secretaria de Assistência e Saúde, Serviço de Profilaxia da Lepra e Campanha Nacional de Combate a Lepra.

Quanto ao contrôle de comunicantes em Manaus, acontece um fenômeno peculiar à Região. Êsses referidos comunicantes, não podem ser controlados com eficiência, pois mais de 80% residem no Interior. Tal assertiva impede sofismos. E' o que temos observado pela prática.

Poderemos observar nos dados anexos, o volume de gêneros, vestuário e medicamentos consumidos pela Colônia "Antônio Aleixo", "Belisário Pena", Dispensário "Alfredo da Matta" e Municípios em geral.

Sem mais, aproveitamos o ensejo que se nos oferece para apresentar a V. Exa., protestos de elevada estima e distinguida consideração.

a) MÁRIO DE SOUZA ROSAS, Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra no Amazonas.

ALIMENTAÇÃO E FORRAGEM

90 Toneladas de Carne Bovina, 62 de Peixe Fresco, 6 de Peixe Salgado, 16 de Farinha, 5 de Feijão, 6 de Arroz, 5 de Açúcar, 3 Farinha de Trigo, 1 de Macarrão, 10 de Azeite (algodão), 9 de Café moído, 2 de Sal, 9.000 Latas de Conserva (diversas)

VESTUÁRIO E ROUPARIA

1.412 Metros de Mescla, 1.178 de Brim, 450 de Brim linho, 5.500 de Brim (diversos), 500 de Jofre, 190 de Eretone, 309 de Tecido sortido para mulher, 42 de Popeline, 1.145 de Tecidos para mulher, 1.006 de Tecidos para mulher (sortidos), 500 de Kaqui, 1.500 de Morim, 800 de Americano, 1.000 de Luizine estampado, 1.000 de Lonita, 1.000 de Platilha, 10 Grosas de Botões para calça, 2 de Colchetes, 7 de Linha n.º 40 e 50, 3 de Colibri.

MEDICAMENTOS E ACCESSÓRIOS MÉDICOS

15.000 Carros de Esparadrapo, 1.200 Litros de Álcool, 15.000 Pacotes de Gaze, 10 Rolos de Gaze (embalagem hospitalar), 7.500 Quilos de Algodão, 200 Litros de Mercúrio Cromo, 500 Cartuchos de Anestésico Dentário, 5.000 Comprimidos de Sulfaguanidina, 3.000 Ampolas de Gadusvita, 5.000 de Glicose, 22.000 de Vitamina "B1", 2.000 de Vitamina "C", 6.000 de Cálcio, 32.000 de Extrato Hepático.

MEDICAÇÕES USADAS NO TRATAMENTO DA LEPRA

COLÔNIA "ANTÔNIO ALEIXO"

Dapsone 27.000 comprimidos, Sulfona Lafi 1.000, Tebessal 3.000, Hidrapas 5.000 drágeas

COLÔNIA "BELISÁRIO PENA"

Dapsone 15.000 comprimidos, Sulfona Lafi 10.000, Tebessal 6.000, Avlosulfona 24 frascos de 50 cc, Liosulfona 7.300 comprimidos, Hidrapas 1.250 drágeas.

DISPENSÁRIO "ALFREDO DA MATTA"

Dapsone 5.300 comprimidos, Tebessal 60.000, Sulfona Lafi 25 800, Difinil-de-Amino Sulfona 10 frascos de 50 cc.

MEDICAMENTOS USADOS NO TRATAMENTO DA LEPRA, ENTREGUES AOS SEGUINTES MUNICÍPIOS

Fonte Boa: Sulfona Lafi 8.000 comprimidos, Tebessal 7.000, Dapsone 10.000 — São Paulo de Olivença: Dapsone 3.000, Sulfona Lafi 5.000. — Codajás: Sulfona Lafi 5.000, Dapsone 3.000, Tebessal 3.000. — Coari: Tebessal 500, Dapsone 2.000, Sulfona Lafi 400. — Lábrea: Tebessal 1.200, Sulfona Lafi 1.200, Dapsone 3.000. — Itacoatiara: Sultona Lafi 5.700, Dapsone 5.000, Tebessal 5.000. — Carauari: Sulfona Lafi 400, Dapsone 6.000, J.M. 1005: 4.000, Tebessal 300. — Santos Dumont: Tebessal 3.000, Dapsone 10.000, Sulfona Lafi 200. — Benjamin Constant: Tebessal 3.000, Dapsone 10.000, Sulfona Lafi 1.500. — Itamarati: Sulfona Lafi 3.000 — Manacapuru: Sulfona Lafi 200 comprimidos, Tebessal 200, Dia-

phenilsulfona 60 frascos 50cc. — Anamã: Sulfona Lafi 1.500 comprimidos, Dapsone 2.000, Tebessal 800. — Urucurituba: Sulfona Lafi 300, Dapsone 1.000. — Trocari: Sulfona Lafi 2.000, Dapsone 1.000. — Envira: Diaminixil 10.000, Sulfona Lafi 2.000, Dapsone 2.000, Tebessal 1.000 — Tefé: Sulfona Lafi 3.200, Tebessal 1.000, Avlosulfona 500. — Tonantins: Dapsone 5.000, Sulfona Lafi 200, Avlosulfona inj. 2 caixas. — Maraã: Sulfona Lafi 5.000 comprimidos, J.M. 1.001: 500 — Auati-Paraná: Sulfona Lafi 2.000. — Autaz Açu: Sulfona Lafi 1.000. Catatiá: Sulfona Lafi 2.000. — Santo Antônio do Içá: Sulfona Lafi 1.400. — Taberebá: Sulfona Lafi 1.100. — Palheta: Sulfona Lafi 400. — Tapauá: Sulfona Lafi 1.000. — Caapiranga: Sulfona Lafi 1.000.

HOSPITAL COLÔNIA "EDUARDO RIBEIRO"

Senhor Governador:

Tenho a satisfação de incluir em nosso relatório, a palavra autorizada do Dr. José Rayol dos Santos, Médico-Chefe do Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro". Do mesmo modo que ressaltamos as nossas realizações, sentimos o dever de dizer de nossas deficiências, pois o caso em tela é o da casa grande para os nossos irmãos infelizes "inconscientes da própria desgraça".

Devido a sua localização, o mesmo presta assistência médica e dentária aos moradores pobres da circunvizinhança, inclusive fornece medicamentos aos necessitados.

As nossas necessidades são materiais, principalmente no que diz respeito ao velho e abandonado casarão onde se alojam cêrca de três centenas de homens, mulheres e crianças. Mesmo com estas deficiências, os pacientes recebem um tratamento humano, sendo-lhes fornecida alimentação sadia e abundante, não lhes faltando a medicação específica, e o testemunho de nossas palavras são os dados referentes a ALTAS onde pode se vêr o elevado número de doentes recuperados e voltando ao convívio dos seus e tornando-se útil à sociedade.

Em visita a esta Secretaria, o doutor Brahim Jorge, do Serviço Nacional de Doenças Mentais, prontificou-se a remeter, por nosso intermédio, ao Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro", material médico e cirúrgico no valor de dois milhões de cruzeiros, uma gota nas nossas grandes necessidades.

Senhor Secretário:

Em resposta ao ofício n.º 01/64, encaminho a V. Exa., o relatório hospitalar correspondente ao período de fevereiro de 1963 a janeiro de 1964 e junto a êste as necessidades do Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro" que tem uma área de 1.000 m2 de conformidade com o Convênio do Estado com o Serviço Nacional de Doenças Mentais.

HOSPITAL: Tem uma pequena área construída, sendo um edifício com o corpo central que serve para a administração e duas alas laterais com enfermarias, de um lado para abrigar homens e do outro para abrigar mulheres. Há mais três pavilhões isolados, construídos pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais, um para homens, um para mulheres e um para crianças. A capacidade é para cento e doze doentes e temos internados duzentos e quarenta e oito. Daí a necessidade da construção de mais pavilhões para abrigar êsses pobres infelizes, inconscientes da própria desgraça. Necessitamos pelo menos de mais quatro pavilhões, sendo de imediato dois. Quanto a parte construída, precisa de uma revisão geral, principalmente no telhado e nas calhas, pois quando chove a água passa para o interior da casa. Algumas paredes, apesar da construção sólida, estão rachadas em consequência da erosão das águas da chuva e das saúvas. Os sanitários necessitam de reformas e construção de maior número.

RECREIO: Quanto a recreios, existem dois páteos cercados, que estão localizados um ao lado da ala lateral dos homens e outro da ala lateral das mulheres, em péssimas condições, além de serem pequenos, de terra batida e que, com as chuvas estão sempre cheios de lama. Nêles se reúnem de uma parte todos os homens e da outra parte tôdas as mulheres. Os doentes melhorados, ou já em véspera de alta, ficam misturados com os crônicos e agitados, motivo porque, muitas vêzes voltam a recair de sua insânia, impossibilitando-os de uma remissão completa.

COZINHA: Foi construída há pouco tempo uma nova, graças ao Convênio do Estado com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, que ainda não foi usada por falta de um fogão para trezentas pessôas, ou melhor, por prevenção, dois para duzentas pessôas cada. Temos dois fogões muito velhos, que não poderam ser transportados do lugar em que estão, sob pena de ficarmos sem nenhum. Onde está a atual cozinha, futuramente será o refeitório para os doentes calmos e melhorados.

LUZ: Foi por nós, insistentemente pedida ligação de luz da Companhia de Eletricidade de Manaus para o Hospital. Em novembro foi feita uma instalação chamada arraial, deixando muito a desejar devido a precariedade da instalação, tendo mesmo havido um início de incêndio. Diversos quartos estão sem luz faltando a instalação elétrica nos mesmos.

ÁGUA: Há muito pedimos que fôsse ligada a água do Hospital, na rêde geral do Serviço de Águas do Estado. Mas, até agora nada foi feito. Houve tempo em que o Hospital era abastecido pelo precioso líquido da respectiva rêde. A água que nos serve é do igarapé que passa atrás do terreno do Hospital. Êsse igarapé atravessa diversos balneários ou mesmo diversos terrenos antes do nosso, onde as lavadeiras usam para lavar as roupas sujas de onde tiram seu sustento. Essa água é portadora de germens causadores de infecções e disenterias de doentes internados.

TRANSPORTE: Há muito se faz necessário uma condução para o Hospital. Tivemos duas que estão hoje completamente irrecuperáveis, pois já contam com mais de dez anos de uso.

LEITOS: Temos cama padrão. Com o número que temos no Hospital não há cama que resista, pois rompem-se com facilidade, principalmente no dormitório das mulheres onde dormem duas ou três doentes em uma só cama. Com os homens não acontece o mesmo pois cada um dorme em uma só cama e os que não têm dormem no chão.

EMPREGADOS: Temos relativamente um número reduzido de empregados que trabalham geralmente vinte e quatro horas ao dia, isto quando solteiros e os casados quatorze horas. Levantam-se às cinco horas para a limpeza, contrôle dos doentes, distribuição do café, etc., durante o dia permanecem no Hospital com exceção do dia de folga. À noite cada um faz duas horas de plantão, de conformidade com a escala. Mas, se houver necessidade de uma emergência ou de internamento de um agitado no meio da noite, todos são mobilizados (se fôr homem serão empregados, se mulher serão empregadas). Com os empregados temos outro problema, pois quando admitidos não sabemos se estão capacitados para tratarem bem os infelizes insânos. No caso de maltratarem um doente, são imediatamente dispensados. Fazemos essa referência porque necessitamos frequentemente de pedir substituição de empregados, o que no momento estamos precisando de um grande número. Não é só isso, as vêzes o empregado adoece, há ne-

cessidade de licença para tratamento de seus males, ou mesmo no caso de agressões, ficando a pequena equipe de abnegados anônimos desfalcada, com a sobrecarga de serviço para os que ficam. Atualmente estamos lutando com a falta dêles, pois não é qualquer um, como dissemos, que serve. Há muito trabalho, mas os candidatos que aparecem sòmente querem emprêgo.

Para terminar, temos que reconhecer que apesar dessas necessidades do Hospital, tudo corre bem, devido sem favor algum ao seu abnegado administrador, Sr. Urbano Nóvoa que cumpre além de suas obrigações.

Cordiais saudações

a) Dr. José Rayol dos Santos
Médico-Chefe do Hospital
Colônia "Eduardo Ribeiro"

Anexamos o movimento do Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro", referente ao ano de 1963.

Desejamos salientar que vêm para serem internados no mesmo, pacientes enviados do Estado do Acre e Territórios Limítrofes; bem como todos os Institutos de Previdência internam seus associados sem contribuirem para sua manutenção.

MOVIMENTO DE DOENTES DO HOSPITAL COLÔNIA "EDUARDO RIBEIRO", REFERENTE AO ANO DE 1963

	Doentes existentes em 31-12-62	Internados em 1963	Altas	Existentes em 31-12-63
Homens	128	160	159	129
Mulheres	100	121	124	97
Crianças	22	18	18	22
Total	250	299	301	248

RECEITAS MÉDICAS:

Doentes hospitalizados	2.279
Pessoas externas	255
Total	2.534

EXTRAÇÕES DE DENTES:	
Doentes	596
Pessoas externas	114
Total	710
APLICAÇÕES DE INJEÇÕES:	
Intramusculares	6.256
Endovenosas	1.606
Total	7.862
ELETRO-CHOQUES:	
Doentes hospitalizados:	
Homens	545
Mulheres	839
Pessoas externas	45
Total	1.429

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

Conforme ofício recebido do Dr. Clóvis Smith Frota, Médico-Chefe do Serviço de Socorros de Urgência, em que comunica ter o mesmo sido extinto em 10.1.1964, e onde fez a entrega do patrimônio — Material médico cirúrgico, inclusive todo o estoque de medicamentos — ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) e por determinação de V. Exa., os Serviços não deveriam sofrer solução de continuidade, assim sendo os médicos cirurgiões e o serviço de enfermagem, passariam à disposição do SAMDU, que ora se instalou.

Médicos Cirurgiões efetivos

Dr. Arlindo Rubens Smith Frota, Dr. Jorge Isper Abrahim, Dr. Paulo Cesar de Araujo Lima.

Cirurgião dentista efetivo

Morluf Júlio Levy.

Médicos Cirurgiões credenciados

Dr. Clóvis Smith Frota, Dr. Oswaldo Leal Gesta, Dr. Francisco Romulo Rabêllo, Dr. Guido de Paula Ribeiro, Dr. José de Tommaso Donádio, Dr. José Pedro Seffair, Dr. Higino

Caetano da Silva Filho, Dr. José Jorge Marinho Aucar, Dr. Jair Cavalcante, Dr. Euzébio Rodrigues Cardoso, Dr. Jacob Assayag, Dr. João Lúcio Pereira Machado.

Funcionários efetivos

Manoel Rodrigues, Maria Avany Marinho, Maria de Nazaré Amaral, Waldemar Alves de Lima, Raimundo Plácido Gomes, Iria Rodrigues de Araújo.

Motoristas

Tércio Dias e Cipriano da Santa Cruz.

Extranumerários no desempenho das funções de "Práticos de Enfermagem"

Almira Gomes de Barros, Berenice de Souza Lima, Francis de Souza Lima, Zila Guimarães Plácido, Terezinha de Jesus Batista Bezerra, Isaias Alves de Souza, Zózimo João Soares, Georgina Matos, Arlete Coêlho Barbosa, Jacira Pereira de Souza, Benedita Barroso de Oliveira, Francisca Carneiro Freire, Alcina Barbosa Lima, Adelina Silva, Maria das Graças Rodrigues da Silva, Wilma Pereira, Osmar Alves Ribeiro e Cleópatria Azevêdo de Abreu.

A Secretaria de Assistência e Saúde, cumprindo determinações de V. Exa., colocou à disposição do SAMDU os funcionários acima, para que a população continue a receber o mesmo atendimento médico-cirúrgico de alto padrão que era dado pelo Serviço de Socorros de Urgência, e dispende anualmente com a manutenção dos mesmos a importância de Cr$ ..... 16.738.994,40.

Apesar de extinto, esta Secretaria não demitiu nem dispensou qualquer servidor, aproveitando-os nos vários setores a nós subordinados, de acôrdo com as determinações de V. Exa.

O Serviço de Socorros de Urgência atendeu até o dia 10 de janeiro de 1964:

Serviços cirúrgicos	11.502
Serviços médicos	7.303
TOTAL DE ATENDIMENTOS	18.805

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA

O Departamento Estadual da Criança, funcionou em dependência desta Secretaria até o dia 12 de outubro, quando foi solenemente instalado no "Hospital Infantil Dr. Fajardo", por ordem de V. Exa.

Criado que foi por V. Exa., pela Lei n.º 108 de 23.12.1955 e reestruturado pelo Decreto n.º 54 de 9.3.1963, lhe conferiu maior autonomia.

Esta Secretaria prestou tôda a assistência à sua instalação, fornecendo-lhe material médico cirúrgico, medicamentos e seu mobiliário.

Sob a direção da Dr. Volúsia Dantas da Silva, vem prestando sua colaboração ao govêrno de V. Exa., no atendimento ao homem e à mulher de amanhã.

Orientou a distribuição do leite fornecido pelo programa "Alimentos para a Paz", em novos moldes, tendo sido distribuido às gestantes, nutrizes, pré-escolares e lactentes, um total de 193.050 quilogramas.

Vem realizando vacinações preventivas e o exame dos escolares, como não o foi até hoje.

Esta Secretaria de Assistência e Saúde, vem de receber a colaboração do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (S.U.S.A.), na realização do censo toráxico de nossa população infantil.

Já foram examinados até 31.1.64, 30.513 escolares (fézes, tracoma, pele etc. e mais as imunizações).

O Gabinete Dentário atendeu 3.197 crianças.

Esta Secretaria dispendeu com êste setor público com "Pessoal e Material", durante o período de 1.2.63 a 31.1.1964, o seguinte :

Pessoal Efetivo	19	Cr$ 6.581.000,00
Pessoal Credenciado	8	3.270.000,00
Pessoal Extranumerário	28	2.016.000,00
TOTAL GERAL:		Cr$ 11.687.000,00

MOVIMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA, ATE' O DIA 31.1.1964

Lactário	11.134
Higiêne Pré-Natal	4.960
Higiêne Infantil	21.622
Higiêne Pré-escolar e escolar	23.023
Higiêne Dentária	3.197
Serviço de Reitratação	2.006
TOTAL GERAL:	65.942

CENTRO DE SAÚDE DE MANAUS:

O Centro de Saúde de Manaus, abriga dentro de seu organograma, os mais variados serviços, desde o contrôle das doenças transmissíveis, Polícia Sanitária, vacinação etc. Quase todos serviços existentes e em funcionamento nesta Secretaria.

POLÍCIA SANITÁRIA:

O Serviço de Polícia Sanitária, foi por nós reestruturado, tendo sido dado ao mesmo, nova feição e modos de agir. Como o próprio nome significa Polícia, achamos por bem dar maior personalidade, fornecendo-lhe uniformes completos, para que os mesmos pudessem se apresentar condignamente no desempenho de suas funções.

Alta madrugada com chuva ou não, é visto o polícia sanitária em todos os mercados e feiras de Manaus. Durante o dia fiscalizam os estabelecimentos comerciais que lidam com os gêneros alimentícios, como sejam: fábricas, mercearias, restaurantes, botequins, etc. Independentemente de sua ação fiscalizadora de gêneros, o Serviço de Polícia Sanitária examina as denúncias do não cumprimento do Regulamento de Polícia Sanitária, preservando dêste modo, a saúde da população.

A Secretaria de Assistência e Saúde, mantém um Pôsto de Polícia Sanitária permanente, junto a Manaus Harbour Limited para a fiscalização e contrôle dos gêneros que aquí chegam procedentes de outros Estados.

De acôrdo com o mapa anexo, poderá ser examinado o trabalho dêste Setôr da Pública Administração, que vem silenciosamente velando pelo bem estar da população e dêste modo concluímos: "Enquanto a cidade dorme, a Secretaria de Assis-

tência e Saúde vela pela saúde e bem estar de tôda a população".

PÔSTO LACTOMÉTRICO:

O Pôsto Lactométrico, funciona no Roadway da Manaus Harbour Limited, em expediente noturno e diurno, para o exame do leite que chega a Manaus, por via fluvial única e exclusivamente, proveniente de zona agro-pecuária dos arredores de Manaus.

Êste leite é examinado e sòmente é liberado sua venda à população depois de ser comprovada a integridade de suas qualidades físicas e químicas. Sendo um leite que chega in-tura, transportado pelo modo mais primitivo inclusive sem ser pasteurizado, não podemos pesquisar suas condições bacteriológicas sob pena de têrmos que inutilizá-lo totalmente, o que viria acarretar incalculáveis prejuízos aos criadores, negociantes e muito mais à população. Em vista desta explanação aconselhamos a todos que, sòmente utilizem êste leite depois de devidamente fervido. O Pôsto Lactométrico, examinou durante o nosso primeiro ano de gestão, 1.455.281 litros de leite, condenando e inutilizando sòmente 17.909 litros.

Mais uma vez repetimos: "Enquanto a cidade dorme, a Secretaria de Assistência e Saúde vela pela saúde e bem estar de tôda a população".

Hoje o Pôsto funciona, como é do Vosso conhecimento, em três expedientes, a saber:

Primeiro Expediente: Das 2 às 6 horas
Segundo Expediente: Das 8 às 11 horas
Terceiro Expediente: Das 14 às 18 horas

Graças, assim, ao apôio que encontramos, podemos agora assegurar que todo o leite consumido por nossa população é meticulosamente analisado.

No Pôsto Lactométrico, procedemos as seguintes análises: densidade, acidez, matéria, gorda, extrato sêco com gordura, extrato sêco sem gordura, prova de Alizarol, pesquisas de cloreto, etc.

Durante o primeiro ano da gestão de V. Exa. ou seja, de 1.º de fevereiro de 1963 à 31 de janeiro de 1964, procedemos análises em nosso Pôsto de 1.455.281 litros de leite, sendo, dêste total, condenados 17.909 litros, ou seja 1,3% (um e três décimos por cento).

E' mister que se afirme nêste relatório que, a despeito do Govêrno gastar grandes somas com funcionários, reagentes químicos e materiais diversos, os exames são totalmente gratuitos, prestando a Secretaria um serviço inestimável na preservação da saúde do povo, notadamente se atentarmos para o detalhe que a maior parcela do leite destina-se à população infantil, òbviamente a que merece maiores cuidados.

Trabalhamos com seis técnicos de laboratório, um contínuo e dois serventes. Dêstes colaboradores, sòmente três são efetivos e o restante extranumerários, o que significa afirmar que, apesar de perceberem ùnicamente quatorze mil cruzeiros mensais, prestam o máximo de colaboração, dêsde as horas matinais até ao pôr do Sol, demonstrando competência, dedicação e eficiência, o que tem garantido o bom desempenho de nosso missão de encarregado do Pôsto Lactométrico

Ao encerrar o presente relatório, desejo demonstrar os meus agradecimentos pelo incondicional apoio que temos merecido da parte de V. Exa. e afirmar a convicção de que continuaremos a servir com dedicação, prestando uma parcela de colaboração que possa aumentar os méritos da honrada administração de V. Exa., frente à Secretaria de Assistência e Saúde do Estado do Amazonas.

Solicitando vênia, firmo-me, respeitosamente,

LÁZARO FREIRE LOUREIRO
Encarregado do Pôsto Lactométrico da SAS.

SERVIÇO DE CADERNETA SANITÁRIA:

Sentimos que o modo como funcionava não correspondia ao nosso objetivo, logo de início estudamos outra forma para as Cadernetas Sanitárias, introduzindo nas mesmas a identificação pessoal do dono da Caderneta, obrigando a que as vacinações, o resultado do Raio X, do exame de pele e do exame clínico, fôssem assinados à sua execução o resultado pelo funcionário ou pelo médico que realiza o exame, não havendo a possibilidade de fraudes na feitura dos mesmos, nem tão pouco a facilidade funcional para a aquisição das mesmas como chegou ao nosso conhecimento. Só será entregue a Caderneta Sanitária ao seu portador, depois do mesmo ter sido submetido ao Raio X, o exame de pele e as vacinações contra doenças infecto-contagiosas, feito sistemàticamente

e sem exceção, tudo pronto é entregue êste documento, que o habilita a exercer o negócio de gêneros alimentícios, o ingresso nas fábricas etc. E' obrigatório também o comparecimento dentro de seis meses a um ano no máximo para repetir a sequência de exames e de vacinações.

Queremos dêste modo, formular um apêlo às donas de casa, para que encaminhem suas domésticas até a Secretaria de Assistência e Saúde, a fim de submeterem-se a estas medidas preventivas, tornando-se portadoras dêste documento de saúde.

Já fizemos apêlos pelos jornais e pelas rádios nêste sentido. Êstes ditos apêlos não tiveram écos, demonstrando desta maneira que a nossa população ainda não está preparada para receber os benefícios de uma saúde pública como é comum nos grandes centros. E' exigência principal das donas de casa que, aceitando uma doméstica, a mesma venha munida de sua caderneta sanitária, porque assim estão defendendo a saúde de seus filhos principalmente e também colaborando com as autoridades de saúde pública.

Queremos terminar estas palavras com o seguinte slogan que há tempos estamos usando: "Minha senhora, perca alguns dias de trabalho de sua empregada mas não perca para todo o sempre, a alegria e a saúde de seu filhinho".

Justificamos nosso apêlo do seguinte modo: quase tôdas as nossas domésticas provêm do Interior do Estado, principalmente dos altos rios, onde predominam as doenças infecto-contagiosas e assim quem sabe, se esta moça não descende de um lar doente? ou se a mesma não está contaminada servindo de veículo das doenças?

CLÍNICA GINECOLÓGICA:

Logo no início de nossa gestão, sentindo a necessidade de dar um melhor amparo à mulher, instituimos a clínica ginecológica na Secretaria de Assistência e Saúde, que inexistia, entregando a direção da mesma à Dra. Tereza de Melo Cavalcante, que vem desempenhando a contento e atenciosamente. Atende tôdas as mulheres que procuram êste Serviço, ao mesmo tempo que funciona com o ambulatório de clínica, concomitantemente seleciona os casos de doenças venéreas e outros de interêsse da saúde pública.

Atendeu até 31.1.1964, 4.031 pacientes, tratando os casos clínicos e encaminhando os casos de doentes reconhecidamente pobres, ao Departamento de Assistência e Previdência Social (DAPS) para internamento.

CLÍNICA MÉDICA:

Grandemente procurada nesta Secretaria de Assistência e Saúde pelas classes menos favorecidas, onde o doente depois de devidamente examinado à luz do Raio X e do Laboratório — se assim for preciso — é receitado e medicação esta fornecida gratuitamente de acôrdo com o caso clínico.

Atende homens, mulheres e crianças maiores de 13 anos. Atendemos 46.056 pessoas.

CLÍNICA DERMATOLÓGICA:

Como o nome bem diz são as consultas destinadas aos portadores de afecções da pele. O serviço instituido nesta Secretaria tem o grande mérito de atrair todos aquêles que precisam dirimir alguma dúvida, relacionada com a sua pele e dêste modo são identificadas as mais variadas doenças parasitárias, metabólicas etc. etc...

Êste capítulo é melhor estudado quando abordamos o Serviço de Profilaxia da Lépra. A Clínica Dermatológica funciona na Secretaria de Assistência e Saúde que por sua vez, vem colaborando com o Departamento Estadual da Criança, no fornecimento de atestados escolares.

Até o dia 31.1.1964, realizou-se 30.513 exames, num trabalho herculeo que só os espíritos esclarecidos são capazes de desempenhar semelhante tarefa.

SERVIÇO DE RAIOS X:

O Serviço de Raio X, é realizado por um aparelho antigo cujo rendimento é insignificante, não permitindo a realização de cadástros toráxicos em massa, como seria o nosso desejo. Vale ressaltar que êste Serviço é utilizado por todo o funcionalismo do Estado, Municípios, além das Fôrças Armadas, Serviços Industriais do Estado e o povo em geral.

No capítulo referente a tuberculóse estudamos a correlação dêste Serviço com o Raio X.

SERVIÇO DE RAIOS X.
PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Total de pessoas encaminhadas: 4.547, Dos Servidores do Centro de Saúde 2.946, a) do Serviço do Tuberculóse 1.050, b) do Serviço de Doenças Transmissíveis 10, c) do Serviço de Cadernetas Sanitárias 1.567, d) do Serviço de Clínica Geral 313, e) de outros Serviços 6. De outros setores da Secretaria de Assistência e Saúde: 359, a) do Departamento Estadual da Criança 346, b) de outros 13, Da Junta Médica 520, De outros Serviços Oficiais (discriminar) 551, De Clínicas Particulares 171, Indicações das Requisições: 4.548, Para áreas pulmonares 4.548, a) com imagem normal 3.929, b) com alterações 436, c) chapas imprestáveis para leitura 183.

SERVIÇO DE TUBERCULOSE:

O Serviço de Tuberculose Pulmonar da Secretaria de Assistência e Saúde, junto com o Serviço de Raios X, faz o Cadastro Toráxico, solicitado por todos os demais Departamentos e Serviços de Saúde, Estaduais, Federais e Municipais. Uma vez constatada a suspeita na Abreugrafia, o doente é encaminhado ao Serviço de Tuberculóse, que lança mão de tôdas as armas disponíveis no Setor de Saúde Pública, para esclarecimento desta suspeita, seja esta qualquer afecção toráxica, por exemplo, um tumor de mediastino, encaminha-se ao Departamento de Assistência e Previdência Social (DAPS) para cirurgia; se necessitar de endoscopia, também o Estado dispõe de aparelhagem própria, é feito pelo próprio Serviço. Se tuberculoso o doente previdenciário, é encaminhado pelos seus Institutos, se não, o mesmo tendo negativo seu exame de escarro, é tratado no nosso Ambulatório, se positivo internado no Sanatório Adriano Jorge, que mantém convênio de leitos sem limite com o Estado.

O doente tratado no Ambulatório, recebe sua medicação semanalmente, o doente do Interior mensalmente, gratuitamente.

Esta terapêutica a que se submetem é a terapêutica tríplice padronizada pelo Serviço Nacional de Tuberculóse, até completar 1 ano e 6 meses de tratamento. O doente internado no Sanatório, tem alta para continuar seu tratamento no Ambulatório desta SAS assim que negativo seu exame de escarro, passando a receber a medicação pela Saúde.

O problema de tuberculóse no Estado é grande e tendendo a se agravar, pois há 10 anos o Sanatório que contava com 432 leitos que nunca foram ocupados, hoje só dispõe de 300 leitos ocupados. Isto mais as falhas de tratamento, a ignorância do doente, fez com que o índice de doentes virgens já resistentes, variasse de 10 a 20% o que é altíssimo. Porém o esfôrço desenvolvido pelas autoridades federais, e o decidido apôio de V. Exa., faz prever uma diminuição dêste índice num futuro recente.

O Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, vem colaborando com a SAS, e só tem merecido elogios e se continuar trabalhando de comum acôrdo com as autoridades sanitárias do Estado, poderá acabar com a tuberculose no interior ou diminuir o problema.

Dirige o mesmo Serviço o Dr. João Lúcio Pereira Machado.

MOVIMENTO DO SERVIÇO DE TUBERCULOSE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE E MEDICAMENTOS FORNECIDOS NO PERÍODO DE 1.2.1963 a 1.2.1964

Pessoas atendidas — 5.076, Doentes em tratamento — 260, Empolas de Estreptomicina — 13.000, Hidrazida comprimidos — 120.000, P A S comprimidos — 70.000.

PÔSTO LACTOMÉTRICO:

Senhor Secretário:

No ensejo em que V. Exa. completa o primeiro ano de proveitosa administração, frente a Secretaria de Assistência de Saúde do Estado do Amazonas, tomamos a liberdade de formular o presente relatório, espelhando uma síntese das atividades do Pôsto Lactométrico mantido pela S.A.S. e, por Vossa honrosa indicação, sob a nossa responsabilidade profissional.

Ao assumirmos a direção do Pôsto Lactométrico, efetuamos o balanço do material encontrado, informando os resultados a V. Exa., em nosso ofício n.º 01/63.

Notamos, na oportunidade, que o serviço atuava deficientemente, não por culpa dos funcionários do quadro e sim pela falta do necessário apôio dos dirigentes maiores, ocasionando sérios aborrecimentos.

Não fôsse o nosso dever de servir a administração de V. Exa. e, consequentemente, ao dinâmico Govêrno do Doutor Plínio Ramos Coêlho, teríamos declinado da honra funcional que nos havia sido conferida.

Notamos que aproximadamente um têrço do leite consumido em nossa Cidade era vendido clandestinamente, sem submeter-se às necessárias análises em nosso Pôsto, o que vinha em prejuízo direto da população.

Tão logo assumimos, procuramos verificar as causas desta irregularidade, concluindo que parte do leite chegava à Cidade entre as oito e onze horas, encontrando o pôsto fechado.

Em comum acôrdo com V. Exa., resolvemos estabelecer um horário especial, possível de atender aos transportadores que aportassem em qualquer horário, conseguindo regularizar a situação.

SERVIÇO DE TUBERCULOSE

MÉDICO-CHEFE: DR. JOÃO LÚCIO PEREIRA MACHADO

Testes para tuberculosos: — a) pessoas submetidas p/1a. vez às provas tuberculínicas, b) número de reações positivas verificadas no mês. Total de pessoas submetidas a exames radiográficos — Contactos examinados — a) pela radiografia, b) pelas provas tuberculínicas, c) crianças até 16 anos, d) de 17 anos em diante. — Doentes inscritos pela 1a. vez como tuberculosos 161, Radiografias realizadas 642, a) abreugrafia 642 b) tela 0. — Exames requisitados ao Laboratório (escarro) 188, a) positivo 59, b) negativo 129. — Doentes que abandonaram o tratamento: 13, a) por cura 9, b) voluntàriamente 0, c) intervenção cirúrgica 0, d) para intervenção 4, e) por impedimento de tratamento no Ambulatório 0. — Total de comparecimentos: 5.076, a) de tuberculosos 4.772, b) de suspeitos 130, c) de não tuberculoso 174, d) em tratamento 260. — Visitas domiciliares: 0, a) por médicos 0, b) por enfermeiras 0. — Notificações recebidas: 0. — Óbitos: 0 — a) de doentes inscritos no Dispensário 0, b) de doentes não inscritos no Dispensário 0, c) número de tuberculosos que vieram ao Dispensário no mês 0. — Tratamentos pelos quimioterápicos: a) hidrazida (comprimidos) 120.000, b) estreptomicina 13.000, c) P.A.S. 70.000.

SERVIÇOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS:

Tem-se confirmado o valor do contrôle de doenças transmissíveis, sobretudo das agudas tarefas de saúde pública, como o verdadeiro termômetro, permita-se assim comparar, do estado sanitário de uma comunidade.

O Serviço de Doenças Transmissíveis, mesmo lutando contra fatores, alguns internos condizentes à própria Secretaria, como falta eventual de medicamentos esgotados ou inexistentes no comércio local ou pelo baixo número de notificações dos anos anteriores, regularmente cumpridas ao Serviço de Doenças Transmissíveis pelos Laboratórios, ambulatórios ou consultórios médicos, autárquicos ou privados, vem obtendo um contrôle restrito mas satisfatório no campo das doenças contagiosas.

Os registros do Serviço, demonstraram que o estado sanitário de Manaus, melhorou relativamente aos anos anteriores, mormente nos casos de difteria, cujos números absolutos de casos foram de 380 (1961), 938 (1962) para 513 no ano findante.

Os números absolutos de óbitos pela difteria, relação casos-óbitos, baixaram, demonstrando estado de melhora sanitárias.

Dos 17 casos de febre tifóide registrados e conhecidos no Serviço, a investigação epidemiológica efetuada, classificou sòmente 2 como autóctones, localizados como moradores em Manaus, mas há dúvidas ainda a esclarecer se os mesmos tiveram sua fonte de contágio em zonas rurais, como os restantes o foram, onde nossa ação não pôde prevení-los.

Deve-se registrar neste Relatório a involução epidêmica dos casos de varíola menor (alastrim), tanto na morbidade como na mortalidade, evidentemente proporcionada pela vacinação anti-variólica em massa, que vem sendo feita sistemàticamente. Os casos eventualmente surgidos são quase a totalidade vindos de áreas rurais onde a vacinação não pôde ser atingida, pelos obstáculos naturais de distância e rarefação demográfica das margens dos rios. Entretanto nos núcleos de população ou proximidades de unidades sanitárias, a erradicação da doença parece se fazer ràpidamente.

As demais moléstias transmissíveis não merecem destaque, podendo entretanto serem estudadas no mapa de Notificações, Casos e Óbitos do Serviço de Doenças Transmissíveis, anexo ao presente.

O número de vacinações também foi expressivo, mantendo-se equipes de vacinadoras domiciliares, e intensificadas as de difteria, variólica e tifóide.

ISOLAMENTO "CHAPOT PREVOST" E ENFERMARIA VEREADOR "FRANCISCO PLÍNIO COELHO"

Complementa o Serviço de Doenças Transmissíveis, para internamento de doenças contagiosas agudas, cuja situação ou mesmo econômica não permite o isolamento domiciliar. Foram atendidos casos de doenças infecciosas crônicas ou parasitárias, tétano, malária, leishmaniose, tuberculose, como nos mostra a estatística médica. Atendendo a prementes situações econômicas e cumprindo um sentimento de respeito e solidariedade humana, com a devida autorização desta Chefia, foram internados alguns casos de câncer em doentes desprovidos de qualquer recurso econômico, principalmente do interior do Estado.

Na observação dêsses casos, julgou-se da necessidade de ampliar a lotação do Isolamento e, ciente do problema, procuramos solucionar êsse prisma, com a construção de uma Enfermaria, localizada no mesmo terreno, sem contudo estar em contacto com o Isolamento pròpriamente dito.

Serão internados casos de clínica médica geral, abrigando a Enfermaria com 40 leitos, sendo 24 para mulheres e 16 para homens, isolada devidamente.

Será mantida pela cozinha do Pavilhão anexo, que proverá sua manutenção, obtendo-se com esta medida, uma economia em benefício de melhoramentos futuros à mesma Enfermaria. Demos à referida Enfermaria o nome do Vereador FRANCISCO PLÍNIO COELHO, ancião que, embora de plagas nordestinas, se fixou e vive ainda no Amazonas, contribuindo para o progresso da gleba, como o patriarca político de nossa terra, onde seu nome é um estímulo e exemplo a todos nós para a luta e para o trabalho.

Com esta unidade médica assistencial anexa, os casos egressos do Isolamento, da cidade e sobretudo do interior, poderão ser recuperados, vista a dificuldade que se lhes antepõe ao ingresso em hospitais, mesmo sôbre o amparo do Departamento de Assistência e Previdência Social (D.A.P.S.), cuja assistência no momento se restringe a casos cirúrgicos.

Para melhor observação das atividades do Isolamento "Chapot Prevost", atualmente com 12 leitos, poderá ser manuseado o mapa de serviço da mesma unidade.

VISITADORAS SOCIAIS:

As Visitadoras Sociais, são funcionárias que requerem um mínimo de conhecimentos técnicos e algum traquejo social para o desempenho de suas funções. São poucas para as grandes necessidades desta Secretaria. São os nossos braços, nossos olhos e nossos ouvidos que, saindo desta Secretaria, vão aos mais afastados pontos do município de Manaus e municípios vizinhos, levando as vacinas, o contrôle dos portadores de doenças infecto-contagiosas e seus comunicantes, realizando vacinações preventivas e curativas quando se faz necessário.

E' um corpo de abnegadas funcionárias, que enfrentando o nosso sol causticante, deslocam-se para todos os bairros de Manaus, mesmo aonde não chega o ônibus, obrigando-as a viajar a pé, ao longo dos igarapés, subindo e descendo os barrancos, entrando em residências infectas, percorrendo tôda a Cidade Flutuante, fazendo levantamentos e cadastrando a nossa população enfêrma.

No ano recém-findo realizaram a vacinação preventiva dos moradores ao longo do Igarapé de Manaus, igarapé da 2.ª Ponte, igarapé da 3a. Ponte ou Ponte Metálica, igarapé de Educandos, igarapé do Franco e igarapé de S. Raimundo, todos êles, desde as suas cabeceiras, para virem terminar seu trabalho, concentrando-se as várias equipes formadas inicialmente na célebre Cidade Flutuante onde é o foco de tôda uma patologia médica, principalmente das doenças transmissíveis.

Graças ao nosso trabalho os quatro casos fatais de febre tifóide ocorridos em Manaus no 3o. trimestre do ano recém-findo, na investigação epidemiológica provou que os mesmos tiveram sua origem nas zonas rurais.

Enfrentamos a maior sêca já registrada e levando em conta as condições de higiêne das classes menos favorecidas, numa cidade cujos bairros não possuem esgôtos e muito menos fossas higiênicas com exceção de algumas residências.

Era, para enfrentarmos uma epidemia de doenças infecto-contagiosas a começar pela febre tifóide e os processos disentéricos colibacilares etc..., como ocorreu segundo noticiário de todos os jornais do Sul do País, verdadeiras epidemias de doenças transmissíveis, na Guanabara, Brasília e em São

Paulo, citando dêste modo os três grandes centros cujas condições de higiêne e sanitárias estão muito além das nossas.

Graças a Deus, a colaboração recebida de V. Exa., bem como do corpo de funcionários desta Secretaria, as doenças transmissíveis em Manaus, por uma força de expressão não são nem consideradas endêmicas.

Examinando-se os mapas anexos, poder-se-á ver o gigantesco trabalho encetado por esta Secretaria.

O Centro de Saúde de Manaus, foi em boa hora por nós entregue ao Dr. José Amazonas Palhano, bem como o Serviço de Assistência Médica ao Interior ao Dr. Stélio José dos Santos Lobatto.

HOSPITAL ISOLAMENTO "CHAPOT PREVOST"

PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Doentes existentes em 31 de janeiro de 1963: 4, Doentes internados no ano 44, Doentes que tiveram alta 46, a) por cura 18, b) por pedido 6, c) por fuga 1, d) por melhora 7, e) por transferência 2, f) por óbito 12. — Doentes que passaram para o ano seguinte: 2. — Total de doentes existentes durante o ano: 90

MOVIMENTO NOSOLÓGICO: Úlcera 5, Câncer 16, Disenteria não especificada 1, Difteria 1, Febre tifóide 3, Gangrena 1, Leishemaniose 2, Pênfifo foleaceo 4, Tétano 10, Tuberculose Pulmonar 10, Varicela 2, Causa não determinada 1, Poliomielite 1, Malária 4, Ferimento infectado no pé 1, Câncro mole 1, Sinovite no joelho, 1.

AMBULATÓRIO POPULAR:

Inaugurado no dia 29 de abril de 1963, tem se tornado cada dia que se passa, de uma utilidade à coletividade pobre que não pode pagar a própria injeção que toma, (muscular ou venosa) realizar um curativo ou submeter-se a uma pequena cirurgia de ambulatório.

Observemos seu movimentos que foi o seguinte:

Injeções aplicadas 10.896, Curativos 4.772, Pequena Cirurgia 53. TOTAL de atendimentos — 15.721.

Conclue-se que, tem sido procurado desde as 6,30 horas até às 18 horas nos dias úteis e de 7,00 horas às 11,00 aos domingos e feriados. Todo o material de injeção ou curativo é fornecido gratuitamente e ainda mais, o paciente é submetido a exame médico, quando se faz necessário a fim de que seja instituída a terapêutica própria.

FARMÁCIA:

Apesar de sua pequena produção, executou 3.854 fórmulas num total aproximado de 440 litros de medicamentos.

SERVIÇO DENTÁRIO: Compreendemos o valor do Cirurgião Dentista no auxílio ao Médico. Não pode existir organismo sadio onde exista um foco dentário. Por esta razão temos procurado incentivar cada vez mais o Serviço Odontológico desta Secretaria de Assistência e Saúde. E' um auxiliar indispensável na preservação da saúde tornando o homem capaz para o trabalho, aliviando-o de uma sintomatologia as mais das vêzes vaga e inexpressiva quando tudo se restringe a um ou mais dentes, lançando na corrente circulatória suas toxinas até a invalidez ou destruição total do corpo humano.

CIRURGIÕES DENTISTAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE E RESPECTIVAS LOTAÇÕES

Inspetor de Odontologia — Horácio Girão de Alencar, Sub Inspetor de Odontologia — Idalmir Ximenes Monteiro.

CENTRO DE SAÚDE DE MANAUS:

Edgar Guedes Valente, Fernando Augusto Lima Verde São Thiago, Benedito Rêgo Barros e Santos, Mirabeau dos Santos, Tertuliano D'Alcantara Rebello, Oscar Pereira Barroso, Angela Ribeiro de Oliveira Mendes (licenciada), Abdoral Nogueira Borges (licenciado), Alfredo Augusto Pereira Campos (Dep. Estadual), Protéticos — Sebastião Ramos de Oliveira e Adelson de Souza Lima, Alberto Nogueira Borges (licenciado).

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL:

Pôsto Médico "Ismael Benigno" — Raimundo Brasil Cantanhede, Pôsto Médico "S. Raimundo" — Pedro Bernardino de Sena, Pôsto Médico "Cruzeiro" — Rossini Barbosa de Lima, Pôsto Médico "Gilberto Mestrinho" — Cromwell P. Vas-

concelos, Instituto "Benjamin Constant" — Camilo Dixo, Penitenciária Central do Estado — Rui Cordeiro de Magalhães, Pôsto Médico "Martagão Gesteira" — Demosthenes de A. Jardim. À disposição do S.A.M.D.U. — Júlio Marluf Levy.

Gabinete Dentário Ambulante — José Sarkis Antônio, José Alconir B. Barros, Departamento Estadual da Criança — Francisco T. Couto Valle, Ivete Messias Affonso, Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro" — Vicente Monteiro de Souza.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO INTERIOR:

Município de Bôca do Acre — Alberico Nogueira Borges, Humaitá — Protético Amâncio Vasconcelos, Careiro — Protético Waldo Bezerra de Souza.

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA:

Colônia "Belisário Pena" — Raimundo Garcia de Moraes, "Antônio Aleixo" — Sebastião Souza.

Nosso objetivo foi única e exclusivamente visando o trabalhador e o operário que precisando submeter-se a uma ou mais extrações dentárias, pudessem fazê-la nas horas de folga ou aos domingos e feriados, evitando dêste modo faltar ao trabalho e assim ver diminuído seu salário no fim da semana ou do mês. Com a colaboração decidida de todos os dentistas, instituimos o seguinte horário:

Dias úteis: das 6,30 horas às 18 horas.

Domingos e feriados: das 7 às 11 horas.

MOVIMENTO DO SERVIÇO DENTÁRIO NO EDIFÍCIO SEDE. POSTOS MÉDICOS, E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO INTERIOR, até 31.1.1964

Centro de Saúde 13.685, Camioneta Kombi 2.045, Postos Médicos da Capital 7.954, Serviço de Assistência Médica ao Interior 6.839.

Distribuimos pela Secretaria de Assistência e Saúde, para todos os serviços a nós subordinados, para as Caravanas Médicas e principalmente para as ambulâncias quando solicitado o Anestésico Dentário indispensável.

Fornecemos no ano recém-findo o total de 45.500 cartuchos de anestésico, tendo nosso estoque se esgotado aos primeiros dias de janeiro. De lá para cá vem decrescendo o movimento em nosso serviço dentário e já nos últimos dias de janeiro suspendemos o atendimento aos Bairros com a Camioneta Kombi pelo mesmo motivo. Compreendendo as dificuldades financeiras que vem atravessando o Estado, sobejamente conhecida de tôda a população, aguardamos dias melhores a fim de que esta Secretaria de Assistência e Saúde, não deixe de atender ao homem, eliminando do mesmo um foco e, as mais das vêzes, quem sabe, a dôr, e que dôr!

O nosso serviço dentário vem durante anos trabalhando com material já desgastado, necessitando urgente sua substituição sob pena de sua paralização total.

GABINETE DE PRÓTESE:

Em vias de entrar em funcionamento dependendo da aquisição de algum material a ser feito no Sul do País. O funcionamento do mesmo, ordenado que foi por V. Exa., virá preencher uma grande lacuna e assim beneficiar ao homem ou mulher que não pode dar-se ao luxo de mandar fazer sua prótese nos consultórios particulares, pois a prótese é uma necessidade e não luxo, evitando graves perturbações digestivas.

A Secretaria de Assistência e Saúde, recebeu do govêrno de V. Exa., uma camioneta Kombi dentária, destinada ao atendimento aos bairros e às zonas rurais.

Recuperamos sua pintura e feito uma revisão geral em sua máquina. Atendeu a população sòmente nos meses de dezembro e janeiro, sendo recebida nos lugares onde chegava, com um verdadeiro delírio popular. Escalamos dois cirurgiões dentistas para funcionarem no veículo, a fim de se evitar a substituição constante de profissionais.

SERVIÇO DE HIGIENE DENTÁRIA
PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Comparecimentos Subsequentes: 4.579, a) de escolares 69, 49, b) de gestantes 9, c) de outros 3.136.

Comparecimento Subsequentes: 4.579, a) de escolares 69, b) de gestantes 13, c) de outros 4.497. TOTAL de comparecimentos — 7.773. Extrações: 13.685, a) em escolares 170, b) em gestantes 34, c) em outros 13.481, Curativos: 678, Cirurgia: 131.

JUNTA MÉDICA DE INSPEÇÕES DE SAÚDE:

A Junta Médica de Inspeções de Saúde desta Secretaria, vem funcionando num atendimento público durante os seguintes dias da semana: segundas, quartas, sextas e sábados, com o expediente normal desta Secretaria. A mesma tem sido solicitada a emitir seu parecer nos casos os mais complexos. Normalmente funciona para atender ao funcionalismo estadual, do Município de Manaus e demais Municípios do Estado. Atende o Poder Judiciário nos casos de rotina e quando torna-se necessário a Junta funciona nos casos de perícia a fim de orientar o mesmo Poder quando as partes em litígio acharem por bem recorrer a êste órgão estadual.

Tem sido solicitada por funcionários de outros Estados quando os mesmos se encontram em trânsito por esta Capital.

JUNTA MÉDICA DE INSPEÇÕES DE SAÚDE

Inspeções Realizadas no Período de 1.2.1963 a 31.1.1964.

Secretaria de Educação e Cultura — 566; Departamento de Estradas de Rodagem — 537; Secretaria de Assistência e Saúde — 474; Diversos — 343; Departamento de Águas do Estado — 145; Guarda Civil — 144; Tribunal de Justiça — 136; Departamento Estadual de Segurança Pública — 93; Secretaria de Economia e Finanças — 87; Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — 71; Departamento de Imprensa Oficial — 44; Instituto de Educação do Amazonas — 31; Prefeitura Municipal de Manaus — 31; Secretaria de Viação e Obras Públicas — 29; Secretaria de Interior e Justiça — 29; Departamento Estadual de Estatística — 27; Departamento de Administ. e Serviço Público do Amazonas — 25; Procuradoria Geral do Estado — 21; Tribunal de Contas — 20; Assembléia Legislativa do Estado — 11; De outros Estados — 11; Secretaria do Palácio Rio Negro 10; Penitenciária Central do Estado — 7; Comissão de Compras e Concorrências — 6; Transporte Coletivo de Manaus — 6; Colégio Estadual do Amazonas — 4; Companhia de Bombeiros Municipais de Manaus — 4; Tribunal Regional Eleitoral — 2; D.I.T.P. E.A. — 2; TOTAL — 2.916.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO CENTRO DE SAÚDE DE MANAUS NO PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964.

Doenças Transmissíveis (SDT)

Notificações: 2.275; Casos confirmados — 669; Imunizações — Total — 64.306; a) varicela — 16.549; b) tífica — 19.670; c) diftérica (tritoxóide) — 15.422; d) tetânica — 1.241; e) pertussis — 1.241; f) rábica humana — 9.969 (1; g) poliomielite (Salk) — 24; h) tuberculóse (BCG) — 190.

Polícia Sanitária:

Visitas sistemáticas — 27.274; Intimações expedidas — 1.004; Autos de infração expedidos — 349; Autos de multa expedidos — 213; Habite-se concedidos — 173; Licenças concedidas — 1.135.

Visitadoras Sociais (SVS):

Visitas procedidas — 592; Imunizações feitas — 29.639 (2.

Serviço de Tuberculóse (SV):

Pessoas atendidas — 5.076.

Cadernetas Sanitárias:

Pessoas atendidas — 4.606.

Clínica Médica (Triagem):

Pessoas atendidas — 46.056 (3.

Clínica Ginecológica:

Pessoas atendidas — 4.031 (4.

Clínica Dermatológica:

Pessoas atendidas — 30.513 (5.

Clínica Dentária:

Número global de extrações — 13.685.

Raios X:

Pessoas atendidas — 4.547 (6.

Ambulatório Popular:

Injeções aplicadas — 10.896 (7; Curativos — 4.772; Pequenas cirurgías — 53; Total de atendimentos: 15.721.

Farmácia:

Número de fórmulas aviadas — 3.854.

Isolamento "Chapot Prevost": (SDT)

Doentes internados — 44; Altas — 46; Curados — 18; Falecidos — 12; por transferência — 2; por fuga — 1; por pedido — 6; por melhora — 7.

Pôsto Lactométrico:

Leite examinado (litros) — 1.455.281; Leite condenado (litros) — 17.909.

OBS.: 1) Referente a dóses aplicadas; 2) Número global; 3) Funciona como triagem, surpreendendo e encaminhando casos de interêsse de Saúde Pública; 4) Selecionando casos de doenças venéreas e de interêsse de Saúde Pública; 5) Selecionando casos de lépra, leishmaniose cutânea etc.; 6) Reiniciado o funcionamento, março de 1960; 7) Atendendo aplicações de injeções, curativos e pequena cirurgía.

SERVIÇO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS:

PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Notificações recebidas: 2.275; a) de alastrim — 33; b) de coqueluche — 17; c) de disenteria não especificada — 3; d) de diftería — 1.977; e) de febre tifóide — 29; f) de leishmaniose — 5; g) de malária — 147; h) de oftalmia purulenta — 3; i) de poliomielite — 1; j) de raiva humana — 3; l) de sarampo — 4; m) de tétano — 17; n) de tuberculose pulmonar 3; o) de úlcera na perna esquerda — 1; p) de varicéla — 32.

Exames pedidos ao Laboratório para diagnóstico: — 2.225; a) de diftería — 2.058; b) de febre tifóide — 24; c) de leishmaniose — 3; d) de malária — 137; e) de oftalmia purulenta — 3.

Exames pedidos ao Laboratório Central p| libertação — 909; a) de diftería — 898; b) de febre tifóide — 11; Casos investigados: — 2.276; Visitas: 769; a) por médico — 274; b) por enfermeira — 495; Imunizações praticadas: — 64.306; a) contra varíola — 16.549; Vacinações: — 103. a) na unidade sanitária — 103; Revacinações: 16.446; a) na unidade sanitária — 12.744; b) fora — 3.702; Contra diftería — 15.422; a) na unidade sanitária — 2.113; b) fora — 13.309; Contra febre tifóide: 19.670; a) na unidade sanitária — 7.021; b) fora — 12.649; contra coqueluche: 1.241; a) na unidade sanitária — 729; b) fora — 512; Contra tétano: 1.241; a) na unidade sanitária — 728; b) fora — 513; Contra poliomielite: 24; a) na unidade sanitária — 7; b) fora — 17; Contra raiva humana: 9.969; a) na unidade sanitária — 9.969; Contra tuberculóse: 190; a) na unidade sanitária — 168; b) fora — 22; Total dos casos confirmados no ano: 669; a) de alastrim — 30; b) de coqueluche — 19; c) de diftería — 513; d) de disenteria não especificada — 3; e) de febre tifóide — 17; f) de leishmaniose — 3; g) de minigite epidêmica — 1;

h) de malária — 29; i) de oftalmia purulenta — 1; j) de poliomielite — 1; l) de úlcera da perna esquerda — 1; m) de raiva humana — 3; n) de sarampo — 4; o) de tétano — 17; p) de varicéla — 32.

Injeções aplicadas no Serviço de Doenças Transmissí-

SERVIÇO DE CADERNETAS SANITÁRIAS: PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Pessoas atendidas: 4.606, Manipuladores de gêneros alimentícios — 3.444, a) de laticínios — 10, b) de panificações — 225, c) de carnes, verduras etc. — 212, d) de hotéis e bares — 255, e) de mercadorias etc. — 549, f) de vendedores ambulantes — 75, g) de outros — 2.118, Barbeiros — 46, "Curiosas" — 24, Amas nutrizes — 1, Outras empregadas domésticas — 532, Outras profissões — 559; Pessoas encaminhadas — 9.375, a) ao Serviço de Doenças Transmissíveis — 3.108, b) ao Serviço de Profilaxia da Lepra — 3.156. c) ao Serviço de Doenças Venéreas — —, d) ao Serviço de Raios X — 3.111, Cadernetas expedidas — 3.259, Cadernetas revalidadas — 885.

FISCALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NOS MERCADOS, FEIRAS E MERCADINHOS, NO PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964.

Condenações efetuadas — 368.259, Peixes diversos (quilos) — 106.903, Carne verde (quilos) — 16.723, Carne salgada (quilos) — 745, Carne gelada (quilos) — 85.942, Carne de porco (quilos) — 35, Carne de caça (quilos) — 15.051, Vísceras diversas (quilos) — 94.916, Vísceras geladas (quilos) — 84, Xarque (quilos) — 330, Cebola (quilos) — 28.904, Batatas (quilos) — 11.200, Feijão (quilos) — 6.150, Extrato de tomates (latas) — 323, Massa de tomates (latas) — 168, Bananada (latas) — 3, Macarrão (quilos) — 2, Farinha de trigo (quilos) — 300, Verduras e frutas (quilos) — 75, Bicho de casco (unidade) 84, Goiabada (latas) — 32, Viandada (latas) — 2, Marmelada (latas) — 245, Compota (latas) — 50, Compota de Pêra (latas) — 7, Doces (latas) — 5, Palmito (latas) — 24.

CONDENAÇÕES E INUTILIZAÇÕES EFETUADAS NOS ARMAZENS E ESTABELECIMENTOS

Louças inutilizadas — 200, Pratos — 64, Açucareiros —2, Baldes esmaltados — 2, Bilhas — 1, Copos — 27, Fru-

teiras — 2, Funil — 1, Pires — 64, Panelas — 6, Travessas — 10, Tijelas — 1, Xícaras — 20.

SERVIÇO DE POLÍCIA SANITÁRIA:

PERÍODO DE 1.2.1963 a 31.1.1964

Pedidos cadastrados: 60, Visitas de Polícia sistemática — 27.274, a) habitações — 25.104, b) estabelecimentos, vendas, gêneros alimentícios — 1.842, c) fábricas de produtos alimentícios — 98, d) cinemas e teatros — 6, e) piscinas — 4, f) barbearias — 133, g) hortas, chácaras, capinzais, terrenos baldios — 1, h) estabelecimentos industriais — 86.

Habite-se concedidos — 175, Poços construídos — 70, fossas inspecionadas — 4.666, fossas verificadas e melhoradas — 1.440, fossas construidas — 112, a) absorventes — 64, b) sética — 7, c) liquefatores — 41, Criadores de moscas e mosquitos inspecionados — 115.322, Criadores de moscas e mosquitos destruidos — 1.988, Manipuladores enviados ao Centro de Saúde — 120, Manipuladores afastados — 68, a) definitivamente — 68, Gêneros alimentícios apreendidos — 127, Gêneros alimentícios inutilizados — 92, Gêneros alimentícios enviados para amostra (análise) — 35, Outras visitas — 690, a) por médico — 197, b) por guarda — 440, c) por engenheiro — 53, Licenças concedidas — 1.135, Intimações expedidas — 1.004, Intimações verificadas — 4.062, Intimações cumpridas — 281, Intimações não cumpridas — 2.066, Multas expedidas — 213, Autos de infração expedidos — 349, Ofícios recebidos —5, Ofícios expedidos — 20, Memorandos recebidos — 6, Memorandos expedidos — 16, Reclamações recebidas — 196, Reclamações atendidas — 196.

PÔSTO LACTOMÉTRICO:

Leite examinado (litros) — 1.455.281, Leite condenado (litros) — 17.909.

SERVIÇO DE FARMÁCIA

PERÍODO DE 1.2.63 a 31.1.64

Total de Fórmulas aviadas — 3.854, Do Serviço de Higiêne Infantil — 805, Do Serviço de Higiêne Pré-natal —

417, Do Serviço de Higiêne Pré-escolar — 309, Do Serviço de Higiêne Escolar — 583, Do Serviço de Clínica Geral — 1.289, De outros Serviços — 451.

Os Serviços de Higiene Infantil, Pré-natal, Pré-escolar e escolar, as requisições foram fornecidas pelo Departamento Estadual de Criança.

Quantidade total de Fórmulas aviadas; 440.947 — Fórmula 1 (litros) — —, Fórmula 2 (litros) — 400, Fórmula 3 (litros) — —, Fórmula 4 (litros) — —, Fórmula 5 (litros) — —, Fórmula 6 (litros) — 11.350, Fórmula 7 (litros) — —, Fórmula 8 (litros) — —, Fórmula 9 (Kg.) — 45.620, Fórmula 10 (Kg) — 6.210. Fórmula 11 (Torp.) — —, Fórmula 12 (litros) — 150, Fórmula 13 (litros) — —, Fórmula 14 (litros) — —, Fórmula 15 (litros) — —, Fórmula 16 (litros) — —, Fórmula 17 (litros) — 7.450, Fórmula 18 (litros) — 11.750, Fórmula 19 (litros) — —, Fórmula 20 (litros) — 17.005, Fórmula 21 (litros) — —, Fórmula 22 (litros) — —, Fórmula 23 (Kg) — 59.400, Fórmula 24 (litros) — 178.410, Fórmula 25 (litros) — 1.150, Fórmula 26 (Kg) — 4.560, Fórmula 27 (litros) — —, Fórmula 28 (litros) — 200, Fórmula 29 (litros) — —, Fórmula 30 (litros) — —, Fórmula 31 (litros) — 25, Fórmula 32 (litros) — 6.000, Fórmula 33 (litros) — 500, Fórmula 34 (litros) — —, Fórmula 35 (litros) — —, Fórmula 36 (litros) — 6.000, Fórmula 37 (Kg) — 587, Fórmula 38 (litro) — —, Fórmula 39 (litro) — 300, Fórmula 40 (litro) — 83.880.

SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS:

Senhor Governador:

Com a inflação que assola o povo brasileiro, quem mais sofre é o homem da classe média e o que não tem o amparo de Institutos de Previdência. Todos os serviços médicos vão se tornando cada vez mais caros, chegando ao ponto de se tornar proibitivo o seu uso pelas classes menos favorecidas. Com a evolução da ciência médica, se faz cada vez mais imperioso e imprescindível o auxílio do Laboratório Clínico na elucidação de um diagnóstico clínico ou cirúrgico, e assim para êste fim, esta Secretaria mantém em pleno funcionamento um bem montado e equipado Laboratório Clínico Biológico e Bromatológico, sob a direção do Dr. Luiz Montenegro e coadjuvado pelo Farmacêutico Edvar Fernandes e pelo Químico Manoel Bastos Lira. O Laboratório Clínico pode colaborar com o Hospi-

tal de Cirurgia a ser inaugurado em breve, no antigo Centro de Saúde de Educandos.

Poderá ser examinado nos quadros anexos, o que foi na realidade o Laboratório Clínico Biológico da Secretaria de Assistência e Saúde, no período de 1.º.2.1963 a 1.2.1964, Foram realizados 55.355 exames dos mais diversos em todos os campos da medicina humana. Se fôssemos computar para cada exame o valôr mínimo de Cr$ 1.500,00, teríamos a cifra aproximada de Cr$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), uma pálida idéia de quanto é útil êsse Serviço a todos que dele necessitam.

O Laboratório Bromatológico presta seus serviços à Polícia Sanitária e à Indústria em geral. Mesmo sem dispormos de aparelhagem moderna, a realização de exames vêm sendo atendidos e assim vamos cumprindo nossa missão no atendimento às solicitações que são dirigidas a esta Secretaria.

Observando o quadro estatístico apenso a êste, conclue-se que êste órgão assistencial deve continuar merecendo integral apôio, não só desta Secretaria como também do próprio Govêrno.

SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS

MOVIMENTO DO LABORATÓRIO CLÍNICO BIOLÓGICO, REFERENTE AO PERÍODO DE 1|2|1963 a 1|2|1964

BACTERIOLOGIA

Coproculturas — 17, Urinoculturas — 17, Idem, de exudato naso-faríngea (B.D.) — 2.673, Hemocultura — 202.

BACILOSCOPIAS E BACTERIOSCOPIAS

Escarro (B. K.) — 365, Muco nasal (B.A.A.R.) — 225, Secreção vagino-cervical (Neisser) — 7, Secreção uretral (Neisser) — 2, Secreção naso-faríngea (B.D.) — 2.802.

SOROLOGIA E IMUNOLOGIA

Reação de V.D.R.L. (Lues) — 2.362, Reação de Widal p| grupo tifóidico — 10.

PARASITOLOGIA FECAL

Pesquisa de parasitos intestinais — 11.382.

PARASITOLOGIA SANGUÍNEA

Pesquisa de Hematozoários — 407.

BIOQUÍMICA DA URINA

Uranálises — 16.543.

BIOQUÍMICA DO SANGUE

Uréias — 310, Glicoses — 366, Creatininas — 91, Colesteronemias — 115, Turvação de timol — 13, Índice ictérico — 15, Proteínas — 1, Takata-Ara — 3.

HEMATOLOGIA

Hemoglobinas — 4.195, Hemácias — 4.195, Leucócitos — 4.205, Hemogramas — 4.205, Tempo de sangramento — 156, Tempo de coagulação — 156, Hematócrito — 1, Hemoglobinometrias — 8, Hemossedimentação — 48, Grupo sanguíneo — 125, Fator Rh — 104.

EXAMES DIVERSOS

Reação de Schlor — 9, TOTAL GERAL — 55.355.

LABORATÓRIO QUÍMICO BROMATOLÓGICO

Exames fiscais (originados pelo Serviço de Polícia Sanitária) — 27.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO INTERIOR

Senhor Governador:

Depois de um exame de consciência pelo trabalho prestado durante 365 dias ininterruptos, dias de 24 horas porque tem sido êste o expediente desta Secretaria, seguindo o exemplo de V. Exa., à frente do Govêrno.

Atendemos todas as ordens emanadas de V. Exa., diretamente ou por intermédio da Assessoria de Assuntos Municipais. (A.T.A.A.M.).

Aos Parlamentares que honram e dignificam o Legislativo Estadual, bem como os demais representantes do Estado na Câmara Baixa e na Câmara Alta.

Aos senhores Prefeitos, líderes religiosos católicos ou não.

Atendemos também ao homem do povo anônimo na solução de seus problemas. Queremos ressaltar a V. Exa., que em todos os casos, foram estudados individualmente, de acôrdo com as condições locais, e endêmicas que afetam o Município ou a região.

Não distribuimos medicamentos a êsmo, o nosso objetivo principal é, visando como disse acima, os processos mórbidos em seus períodos cíclicos e assim atacando-os de per si, a Secretaria de Assistência e Saúde pôde assim cumprir êste gigantesco programa, tendo criado mais 73

Sub-Postos Médicos para o Interior, extinguindo 12, por motivos os mais diversos e existindo atualmente em funcionamento 153 Sub-Postos Médicos sob o contrôle e fiscalização direta desta Secretaria, do Deputado líder político local, que também tem interêsse no funcionamento da máquina de saúde aos seus liderados.

Ao assumirmos esta Secretaria, suprimimos de logo, a função distribuidora de medicamentos populares, gerando com isto, algum ressentimento aos que não souberam compreender a nossa verdadeira missão que é de prevenir e curar as doenças, isto é, função precípua preventiva e curativa, evitando assim que um pequeno problema venha a tornar-se verdadeira epidemia. Fornecemos 906 ambulâncias médicas a todos aqueles que nos procuraram, inclusivé, para as caravanas médicas, num total de ..... Cr$ 37.040.961,90.

Vale ressaltar também que, no mês de novembro de 1963, V. Exa., atendendo ao Povo de Parintins, ordenou que fôsse feita a remessa de material médico cirúrgico ao Hospital da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para que o mesmo não viesse a sofrer solução de continuidade, e assim trazer prejuizos locais.

Cumprimos imediatamente, depois de solicitar à Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, as necessidades regionais.

O valor da mesma foi além de quatro milhões de cruzeiros.

Instalamos na Cidade Flutuante, em conjunto com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), um Pôsto de vacinação anti-variólica, para todos aqueles com destino ao interior do Estado, obrigando, inclusive, que para poder viajar devam estar munidos do Atestado de Vacinação anti-variólica. É uma das maneiras mais práticas e mais econômicas de podermos vacinar o maior número possível de homens, mulheres e crianças, por êste regime compulsório.

Senhor Governador:

Nêste momento quando abordamos o trabalho realizado por esta Secretaria para o interior do Estado, desejaríamos escrever com letras de ouro se assim nos fôsse permitido, a atuação da Caravana Médica enviada por determinação de V. Exa., para o Município de Lábrea, a fim de "estudar" e debelar de uma vez por tôdas, a fami-

gerada febre de etiologia desconhecida que grassa no Rio Purús e seus afluentes e que vem desafiando os Poderes Públicos, bem como a Medicina de um modo geral.

Senhor Governador:

Esta Caravana passou para a história Política e Médica do Amazonas, mercê do trabalho de V. Exa., demonstrando com êste fato concreto, o desejo que nos anima na direção desta Secretaria, onde o nosso principal objetivo, é o estudo e o tratamento das doenças e não simples função de distribuidores de medicamentos.

Queremos nêste relatório, deixar patente os nossos agradecimentos pela colaboração recebida espontaneamente dos serviços e colegas que participaram desta Caravana, como sejam: Serviço Cooperativo de Saúde, na pessôa do Dr. Ciro Lacôrte; Departamento Nacional de Endemias Rurais, Dr. Ney Lacerda; Campanha de Erradicação da Malária, Dr. Albanyr Leal; Delegacia Federal de Saúde, Dr. Walter Dantas Corrêa de Góes e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Dr. Djalma Batista e Dr. Nelson Cerqueira, bem como as suas respectivas equipes que colaboraram conosco para o êxito de nossa missão.

Foram enviadas outras Caravanas de menor vulto para identificação de doenças e seu respectivo tratamento, para: Humaitá, Tefé, Médio Solimões, Benjamin Constant, Rio Negro, etc.

Agora passamos a analisar os nossos Sub-Postos Médicos, suas localizações, seus movimentos, enfim, tudo que foi feito para cumprirmos a contento, as determinações de V. Exa., líder inconteste do Povo do Amazonas, eleito que foi, pela vontade soberana do povo amazonense, a quem durante sua campanha, prometeu que iria governar da Capital para o Interior e que todos os recursos disponíveis pelo Govêrno de V. Exa., seriam postos a serviço dos mesmos para que tendo mais saúde, tivessem mais alegria, maior disposição para o trabalho e assim sendo, teriam em suas mesas um pouco mais de pão para sí e seus filhos.

Até o dia 31 de janeiro de 1964, achavam-se instalados os seguintes Sub-Postos de assistência medicamentosa por Municípios: Acaratuba no Município de Acaratuba; Aiapuá no Município de Aiapuá; Airão no Município de Airão; Alvarães no Município de Alvarães; Ama-

tarí no Município de Amatarí; Amaturá no Município de Amaturá; Costa do Gabriel no Município de Anamã; Brasília no Município de Anamã; Floresta no Município de Anamã; Anorí no Município de Anorí; Santa Maria do Anorí no Município de Anorí; Cabo Verde no Município de Apoquitaua; Apuau no Município de Apuau; Araçarí no Município de Araçarí; Arumanduba no Município de Arumanduba; Atalaia do Norte no Município de Atalaia do Norte; Auatí Paraná no Município de Auatí Paraná; Quirimirizinho, Escola Agrícola de Itapará; Ambrósio Aires, Inácio Arcos, Cumã, Paraíso, Dois Unidos e São José no Município dos Autazes; Axini, Maracá e Santa Maria do Puru Grande no Município de Axini; Barcelos no Município de Barcelos; Freguesia, Barreira do Andirá, Mocambo, Terra Preta e Ponta Alegre no Município de Barreirinha; Batalha no Município de Batalha; Praia Grosso e Terezina no Município de Benjamin Constant; Berurí no Município de Berurí; Bôa Vista do Ramos e São Benedito no Município de Bôa Vista do Ramos; Bôca do Iáco no Município de Bôca do Iáco; Bom Jardim no Município de Bom Jardim; São Sebastião, Flexal, Caiçara e Puruzinho no Município de Borba; Caapiranga e Maloca no Município de Caapiranga; Terra Preta do Castanhal, Bôca do Urucará, Vila Pereira, São Pedro e Vila Cametá no Município de Cametá do Ramos; Campina do Norte no Município de Campina do Norte; Canumã no Município de Canumã; Carapanatuba no Município de Carapanatuba; Carauarí no Município de Carauarí; Careiro no Município do Careiro; Lago do Castanho e Dr. Akel Nicolau Akel (Marajazinho) no Município de Castanho; Dr. Plínio Ramos Coelho no Município de Cinco Ilhas; Ilha do Andirá no Município de Coarí; Laguinho, Ilha de Flores, Colônia Thury no Município de Codajás; Curarí Grande no Município de Curarí; Aquariquaral no Município de Eirunepé; Fôz do Envira no Município de Envira; Esperança no Município de Esperança; Estirão do Equador no Município de Estirão do Equador; Paraná da Eva, Bôca do Arumã e Eva no Município de Eva; Fonte Bôa e Foz do Jutaí no Município de Fonte Bôa; Guajará no Município Guajará; Morada Nova, Piraíba e Ilha das Pupunhas no Município de Humaitá; Ilha Grande no Município de Ilha Grande; Ipixuna no Município de Ipixuna; Iranduba no Município de Iranduba; Novo Remanso, Ilha do Soriano, Bom Jesus e N.S. das Graças no Município de

Itacoatiara; Terra Preta do Limão, Raminho, Tabocal, Vila Alves, Urucarazinho, Aracaju, N. S. da Conceição, Primeiro Campo e Tabocalzinho no Município de Itapeassu; Terra Nova, Cucuiarí e Chapéu no Município de Itapiranga; Janauacá, Ilha do Jacurutú e Curarizinho no Município de Janauacá; Ilha do Surára no Município de Janauarí; Japurá no Município de Japurá; Paranaguá do Norte no Município de Juruá; Jutaí no Município de Jutaí; Jutica no Município de Jutica; São Luiz do Cassianã e Bom Futuro no Município de Lábrea; Mamorí no Município de Mamorí; Correnteza e Monte Cristo no Município de Manacapuru; Manaquirí e Andiroba no Município de Manaquirí; Maraã e Capivara no Município de Maraã; Marco no Município de Marco; Moraes, Nova Olinda, Arrozal e Casa Nova no Município de Maués; Mecejana do Norte no Município de Mecejana do Norte; Nhamundá no Município de Nhamundá; Nova Olinda do Norte no Município de Nova Olinda do Norte; Nova Estrêla, Mata-Matá, Bolívia, Foz do Rio Mariepaua, Marajá Grande e N.S. do Rosário no Município de Novo Aripuanã; Pôrto Santo no Município de Ozório da Fonseca; Paracony no Município de Paracony; Macuraní, Uaicurapá, Araçatuba, Tracajá, Remanso, Estrada de Terra Santa e Mirití no Município de Parintins; Pauiní no Município de Pauiní; Pedras no Município de Pedras; Pliniópolis, Cachoeirinha e São João no Município de Pliniópolis; Pôrto Sérgio no Município de Pôrto Sérgio; Prainha no Município de Prainha; Santa Maria no Município de Puraquequara; Purupurú no Município de Purupurú; Sta. Rita de Wéll no Município de Sta. Ritta de Wéll; Santo Antônio do Içá no Município de Santo Antônio do Içá; Silves e Bôa Vista do Espírito Santo no Município de Silves; Caiabé e Nogueira no Município de Tefé; Tonantins e Caeté no Município de Tonantins; Uariní e Jacaré no Município de Uariní; Waupés no Município de Waupés; Francisco Plínio Coelho (Jurupari) e Ponta Grossa no Município de Urucurituba; Vila Bitencourt no Município de Vila Bitencourt.

Sub-Postos Médicos que não funcionaram por demissão ou transferência dos servidores: Amaturá no Município de Amaturá; Auatí-Paraná no Município de Auati Paraná; Terezina no Município de Benjamin Constant: Bôa Vista do Ramos no Município de Bôa Vista do Ramos; Vila Pereira no Município de Cametá do Ramos; Foz do

Jutaí no Município de Fonte Bôa; Ipixuna no Município de Ipixuna; Iranduba no Município de Iranduba; Primeiro Campo no Município de Itapeassu; Maraã no Município de Maraã; Nova Olinda do Norte no Município de Nova Olinda do Norte; Santa Maria no Município de Puraquequara.

Sub-Postos extintos no ano de 1963: Canaã no Município de Itacoatiara; Vilazinha e Santa Quitéria no Município dos Autazes; Tapauá no Município de Tapauá; Santa Lucy no Município do Careiro; Terra Preta no Município de Barreirinha; Atalaia do Norte no Município de Atalaia do Norte; Nhamundá no Município de Nhamundá; Silves no Município de Silves; Jaiteua de Cima no Município de Manacapuru; Jerusalém no Município de Eva; Ilha do Macarrão no Município de Manacapuru.

Sub-Postos criados e instalados por Municípios, durante o ano de 1963: Terra Nova no Município de Itapiranga; N. S. da Conceição no Município de Itapeassu; Escola Agrícola de Itapará no Município dos Autazes; Mamorí no Município de Mamorí; Dois Unidos no Município de Autaz Açu; Sta. Maria no Município de Puraquequara; Esperança no Município de Esperança; Camará no Município de Camará; Gov. Plínio Coelho no Município de Itacoatiara; Bom Futuro no Município de Lábrea; Estirão do Equador no Município de Estirão do Equador; Costa do Gabriel no Município de Anamã; Aquariquaral no Município de Eirunepé; Prainha no Município de Prainha; Ilha do Soriano no Município de Itacoatiara; Jerusalém no Município de Eva; Matá-Matá no Município de Novo Aripuanã; Laguinho no Município de Codajás; Apuau no Município de Apuau; Flexal no Município de Borba; Campina do Norte no Município de Campina do Norte; Vila Brasilia no Município de Anamã; Ilha do Surára no Município de Janauarí; Bôca do Arumã no Município de Eva; Correnteza no Município de Manacapuru; Eva no Município de Eva; Ilha das Pupunhas no Município de Humaitá; Carapanatuba no Município de Carapanatuba; Mecejana do Norte no Município de Mecejana do Norte; São José no Município de Autaz Açu; Bôa Vista do Espírito Santo no Município de Silves; Maloca no Município de Caapiranga; Cucuiarí no Município de Itapiranga; Floresta no Município de Anamã; Arumanduba no Município de Arumanduba; Chapéu no Município de Itapiranga; Maracá no Município de Axini; N. S. do Rosário no Municí-

pio de Novo Aripuanã; Vila Bitencourt no Município de Vila Bitencourt; Marajá Grande no Município de Novo Aripuanã; Colônia Thury no Município de Codajás; Foz do Rio Mariepaua no Município de Novo Aripuanã; Bolivia no Município de Novo Aripuanã; Japurá no Município de Japurá; Sta. Maria do Anorí no Município de Anorí; Tabocalzinho no Município de Itapeassu; Marajazinho, Dr. Akel Nicolau Akel, no Município de Castanho; Tracajá no Município de Parintins; Monte Cristo no Município de Manacapuru; Ilha de Flores no Município de Codajás; Bom Jardim no Município de Bom Jardim; Araçarí no Município de Araçarí; Batalha no Município de Batalha; Pliniópolis no Município de Pliniópolis; Primeiro Campo no Município de Itapeassu; Terra Preta do Castanhal no Município de Cametá do Ramos; Vila Pereira no Município de Cametá do Ramos; Bôca do Urucará no Município de Cametá do Ramos; Sta. Maria do Puru Grande no Município de Axiní; Pôrto Sérgio no Município de Pôrto Sérgio; Remanso no Município de Parintins; Terra Preta no Município de Barreirinha; Mocambo no Município de Barreirinha; Ponta Alegre no Município de Barreirinha; Sta. Maria do Ramos no Município de Itapeassu; Estrada de Terra Santa no Município de Parintins; Bôca do Iáco no Município de Bôca do Iáco; Puruzinho no Município de Borba; Cachoeirinha no Município de Pliniópolis.

Sub-Postos recriados durante o ano de 1963: Silves no Município de Silves; Vilazinha no Município dos Autazes; Nhamundá no Município de Nhamundá.

Funcionaram durante o ano dois Sub-Postos de Assistência dentária; o de Bôca do Acre desde 1962, tendo sido criado nêste ano e o de Dois Irmãos no Município do Careiro. O Sub-Pôsto dentário de Bôca do Acre, apesar de receber medicamentos, até a presente data não enviou nenhum mapa de atendimentos.

MOVIMENTO DO SUB-PÔSTO DENTÁRIO DO CAREIRO:

Comparecimento para o 1.º exame — 404; Total de comparecimentos — 551; Total de extrações — 297.

TOTAL DE IMUNIZAÇÕES FEITAS DURANTE O ANO DE 1963:

Vacina Anti-tífica — 5.645; Anti-variólica — 2.105; Total geral de imunizações — 22.550.

Foram feitas no decorrer do ano de 1963, 18 caravanas médicas e 11 dentárias.

MOVIMENTO DA SECRETARIA

Total de ambulâncias pedidas ao almoxarifado — 906;
Total de ambulâncias expedidas p| almoxarifado — 906;
Total de ambulâncias canceladas — 11.

Discriminando o fornecimento de ambulâncias médicas, por Município e meses, para os Sub-Postos, Prefeituras e diversos:

MÊS DE FEVEREIRO:

1 — Coarí: Prefeito Municipal — 1; 2 — Codajás: Diversos — 1; 3 — Eirunepé: Prefeito Municipal — 1; 4 — Lábrea: Prefeito Municipal — 1; 5 — Parintins: Diversos — 1.

MÊS DE MARÇO:

1 — Alvarães: Prefeito Municipal — 1; 2 — Anamã: Prefeito Municipal — 1; 3 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1; 4 — Autazes: Sub-Postos Médicos — 3, Diversos — 1; 5 — Barreirinha: Diversos — 1; 6 — Benjamin Constant: Sub-Pôsto Médico — 2; 7 — Bôca do Iáco: Diversos — 1; 8 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 2; 9 — Camará: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Carauarí: Sub-Pôsto Médico — 1; 11 — Careiro: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 1; 12 — Carvoeiro: Prefeito Municipal — 1; 13 — Codajás: Diversos — 1; 14 — Esperança: Sub-Pôsto Médico — 1; 15 — Estirão do Equador: Prefeito Municipal — 1; 16 — Humaitá: Sub-Pôsto Médico — 3; 17 — Ilha Grande: Sub-Pôsto Médico — 1; 18 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 2; 19 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 2; 20 — Janauacá: Sub-Pôsto Médico — 1; 21 — Juruá: Sub-Pôsto Médico — 1; 22 — Lábrea: Sub-Pôsto Médico — 1; Prefeito Municipal — 1; 23 — Manacapuru: Diversos — 1; 24 — Marmelos: Prefeito Municipal — 1; 25 — Novo Aripuanã: Prefeito Municipal — 1; 26 — Pauiní: Sub-Pôsto Médico —1; 27 — Pedras: Sub-Pôsto Médico — 1; 28 — Santo Antônio do Içá: Sub-Pôsto Médico — 1; 29 — São Paulo de Olivença: Sub-Pôsto Médico — 1; 30 — Taracuá: Prefeito Municipal — 1; 31 — Tonantins: Sub-Pôsto Médico — 2; 32 — Urucará: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 33 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1.

MÊS DE ABRIL:

1 — Abufarí: Prefeito Municipal — 1; 2 — Alvarães: Prefeito Municipal — 1; 3 — Amatarí: Diversos — 1; 4 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos 1; 5 — Apuau: Prefeito Municipal — 1; 6 — Atalaia do Norte: Prefeito Municipal — 1; 7 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 1; 8 — Barcelos: Diversos — 1; 9 — Canumã: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Canutama: Diversos — 1; 11 — Careiro: Diversos — 1; 12 — Coarí: Diversos — 1; 13 — Codajás: Sub-Pôsto Médico — 1; 14 — Eva: Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos — 2; 15 — Fonte Bôa: Prefeito Municipal 1; 16 — Humaitá: Diversos — 1; 17 — Içana: Diversos — 1; 18 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 4, Diversos — 2; 19 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 1; 20 — Janauacá: Sub-Pôsto Médico — 1; 21 — Japurá: Prefeito Municipal —1; 22 — Lábrea: — Sub-Pôsto Médico — 1; 23 — Manacapuru: Sub-Pôsto Médico — 2; 24 — Manaquirí: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 25 — Manicoré: Diversos — 1; 26 — Maraã: Sub-Pôsto Médico — 1; 27 — Nhamundá: Sub-Pôsto Médico — 1; 28 — Nova Olinda: Sub-Pôsto Médico — 1; 29 — Novo Aripuanã: Sub-Pôsto Médico — 2; 30 — Parintins: Sub-Pôsto Médico — 2; 31 — Pedras: Sub-Pôsto Médico — 1; 32 — Prainha: Sub-Pôsto Médico — 1; 33 — Puraquequara: Sub-Pôsto Médico — 1; 34 — Santa Rita de Wéll: Diversos — 1; 35 — Silves: Sub-Pôsto Médico — 1; 36 — Tapauá: Prefeito Municipal — 1; 37 — Tefé: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 38 — Uariní: Sub-Pôsto Médico — 1.

MÊS DE MAIO:

1 — Alvarães; Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 2 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 2; 3 — Araçatuba: Diversos — 1; 4 — Araçarí: Diversos — 1; 5 — Arimã: Diversos — 1; 6 — Arumanduba: Prefeito Municipal — 1; 7 — Apuau: Sub-Pôsto Médico — 1; 8 — Auatí Paraná: Diversos — 1; 9 — Barreirinha: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Barreira Branca: Prefeito Municipal — 1; 11 — Batalha: Diversos — 1; 12 — Bôca do Acre: — Diversos — 2; 13 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 2; 14 — Caapiranga: Diversos — 1; 15 — Canutama: Diversos — 1; 16 — Capaciní: Diversos — 1; 17 — Capanazinho: Prefeito Municipal — 1; 18 — Castanho: Prefeito Municipal — 1, Diversos

— 1; 19 — Coarí: Diversos — 1; 20 — Codajás: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal 1; 21 — Curuçá: Diversos 1; 22 — Humaitá: Sub-Pôsto Médico — 1; 23 — Ipiranga: Prefeito Municipal — 1; 24 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 3; 25 — Janauacá: Diversos — 1; 26 — Lábrea: Diversos — 2; 27 — Manacapuru: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 28 — Manaquirí: Sub-Pôsto Médico — 1; 29 — Maraã: Sub-Pôsto Médico — 1; 30 — Mineruá: Diversos — 1; 31 — Novo Aripuanã: Diversos — 1; 32 — Parintins: Diversos — 1; 33 — Pauiní: Prefeito Municipal — 1; 34 — Pioriní: Prefeito Municipal — 1; 35 — São Sebastião: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 36 — Silves: Diversos — 1; 37 — Tamaniquá: Prefeito Municipal — 1; 38 — Tarumã: Diversos — 1; 39 — Tefé: Sub-Pôsto Médico — 3; 40 — Teuiní: Prefeito Municipal — 1; 41 — Trocarí: Prefeito Municipal — 1; 42 — Urucará: Diversos — 1; 43 — Urucurituba: Diversos — 2.

MÊS DE JUNHO:

1 — Assaituba: Diversos — 1; 2 — Aiapuá: Prefeito Municipal — 1; 3 — Amaturá: Diversos — 1; 4 — Anarucu: — Prefeito Municipal — 1; 5 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 6 — Apoquitaua: Prefeito Municipal — 1, Sub-Pôsto Médico — 1; 7 — Araçarí: Prefeito Municipal — 1; 8 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 4; 9 — Barcelos: Diversos — 1; 10 — Barreirinha: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 11 — Berurí: Diversos — 1; 12 — Borba: Diversos — 1; 13 — Carauarí: Diversos — 1; 14 — Careiro: Sub-Pôsto Médico — 1; Diversos — 1; 15 — Carvoeiro: Prefeito Municipal — 1; 16 — Coarí: Sub-Pôsto Médico — 1; Diversos — 1; 17 — Concórdia: Diversos — 1; 18 — Eva; Prefeito Municipal — 1; 19 — Fonte Bôa; Sub-Pôsto Médico — 2; 20 — Ilha Grande: Diversos — 1; 21 — Iutanhaã: Diversos — 1; 22 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 1; 23 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos — 3; 24 — Januacá: Sub-Pôsto Médico — 1; 25 — Lábrea: Prefeito Municipal — 2; 26 — Manaus: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 27 — Maués: Diversos — 1; 28 — Pedras: Sub-Pôsto Médico — 1; 29 — Puraquequara: Prefeito Municipal — 2; 30 — São João da Barra: Prefeito Municipal — 1; 31 — São Paulo de Olivença: Prefeito Municipal — 2; 32 — Tapauá: Diversos — 1; 33 — Terra Nova: Prefeito Municipal — 1;

34 — Teuiní: Diversos — 1; 35 — Tonantins: Prefeito Municipal — 1; 36 — Urucará: Diversos — 2; 37 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 1.

MÊS DE JULHO:

1 — Acajatuba: Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 2 — Airão: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 3 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 4; 4 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 5 — Apuau: Diversos — 1; 6 — Arumanduba: Sub-Pôsto Médico — 1; 7 — Ararí: Diversos — 1; 8 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 2; 9 — Axini: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Badajós: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 11 — Bôca do Acre: Diversos — 1; 12 — Bôca do Iáco: Diversos — 1; 13 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos — 1; 14 — Caapiranga: Sub-Pôsto Médico — 1; 15 — Cametá do Ramos: Diversos — 1; 16 — Careiro: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 3, Prefeito Municipal — 1; 17 — Castanho: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 18 — Catuá: Diversos — 1; 19 — Coarí: Diversos — 1; 20 — Codajás: Sub-Pôsto Médico — 1; 21 — Curarí: Diversos — 1; 22 — Envira: Prefeito Municipal — 1; 23 — Eva: Sub-Pôsto Médico — 2, Prefeito Municipal — 1; 24 — Humaitá: Sub-Pôsto Médico — 4; 25 — Ilha Grande: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 26 — Iranduba — Diversos — 14; 27 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 7; 28 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 29 — Itapiranga: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 1; 30 — Jacaré: Prefeito Municipal — 1; 31 — Janauacá: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 17; 32 — Jarí: Diversos — 1; 33 — Lindóia do Norte: Diversos — 1; 34 — Manacapuru: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 35 — Manaus: Diversos — 1; 36 — Manaquirí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 37 — Manicoré: Diversos — 1; 38 — Maraã: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 1; 39 — Mariepaua: Diversos — 1; 40 — Mirimití: Diversos — 1; 41 — Nhamundá: Diversos — 1; 42 — Novo Aripuanã: Sub-Pôsto Médico — 1; 43 — Nova Olinda do Norte: Diversos — 1; 44 — João Goulart: Diversos — 1; 45 — Parintins: Diversos — 1; 46 — Prainha: Sub-Pôsto Médico — 1; 47 — Pedras: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 48 — Puraquequara: Diversos — 2; 49 — Purupuru: Sub-Pôsto Médico — 1; 50 — Santo Antônio do Içá: Sub-

Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 51 — São Paulo de Olivença: Prefeito Municipal — 1; 52 — São Sebastião: Diversos — 2; 53 — Silves: Sub-Pôsto Médico — 2; 54 — Tapauá: Diversos — 1; 55 — Taquirana: Diversos — 1; 56 — Teuiní: Diversos — 1; 57 — Tonantins: Sub-Pôsto Médico — 2; 58 — Tuiué: Diversos — 1; 59 — Urucará: Diversos — 2; 60 — Urucurituba: Diversos — 2;

MÊS DE AGÔSTO

1 — Abufarí: Prefeito Municipal — 1; 2 — Acajatuba: Diversos — 1; 3 — Acaratuba: Prefeito Municipal — 1; 4 — Airão: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 5 — Amatarí: Diversos — 1; 6 — Amaturá: Prefeito Municipal — 1; 7 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 1; 8 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1; 9 — Apuau: Diversos — 1; 10 — Araçarí: Sub-Pôsto Médico — 1; 11 — Atalaia do Norte: Sub-Pôsto Médico — 1; 12 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 3; 13 — Axini: Sub-Pôsto Médico — 2; 14 — Barreirinha: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 1; 15 — Benjamin Constant: Diversos — 1; 16 — Berurí: Diversos — 1; 17 — Bôa Vista: Diversos — 1; 18 — Bôca do Acre; Diversos — 1; 19 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 2; 20 — Cametá do Ramos: Sub-Pôsto Médico — 3; 21 — Canutama: Diversos — 1; 22 — Carauarí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 23 — Careiro: Diversos — 1; 24 — Coarí: Diversos — 1; 25 — Codajás: Diversos — 1; 26 — Concórdia: Prefeito Municipal — 1; 27 — Curarí: Prefeito Municipal — 1; 28 — Esperança: Diversos — 1; 29 — Fonte Bôa: Sub-Pôsto Médico — 1; 30 — Guajará: Sub-Pôsto Médico — 1; 31 — Ipixuna: Diversos — 2; 32 — Iranduba: Diversos — 2; 33 — Itacoatiara: Diversos — 3; 34 — Itapeassu: Sub-Pôsto Médico — 8, Diversos — 4; 35 — Janauacá: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 4; 36 — Janauarí: Diversos — 1; 37 — Japurá: Sub-Pôsto Médico — 1; 38 — Jauaretê: Diversos — 1; 39 — Juma: Prefeito Municipal — 1; 40 — Jutaí: Sub-Pôsto Médico — 1; 41 — Manacapuru: Diversos — 1; 42 — Manaquirí: Sub-Pôsto Médico — 1; 43 — Manaus: Diversos — 1; 44 — Manicoré: Prefeito Municipal — 1; 45 — Marmelos: Diversos — 1; 46 — Novo Aripuanã: Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos — 2; 47 — Nova Olinda do Norte: Diversos — 1; 48 — Parintins: Sub-Pôsto Médico — 5, Diversos — 2; 49 — Parí Cachoeira: Prefeito Municipal — 1; 50 — Pedras: Sub-Pôsto Mé-

dico — 1; 51 — Pliniopolis: Sub-Pôsto Médico — 1; 52 — Puraquequara: Sub-Pôsto Médico — 1; 53 — Santa Rita do Well: Prefeito Municipal — 1; 54 — São Sebastião: Diversos — 1; 55 — Tapauá: Diversos — 2; 56 — Tefé: Diversos — 2; 57 — Tonantins: Prefeito Municipal — 1; 58 — Urucará: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 59 — Trocarí: Prefeito Municipal — 1; 60 — Vila Bitencourt: Sub-Pôsto Médico — 1; 61 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos — 6.

MÊS DE SETEMBRO:

1 — Acajatuba: Diversos — 1; 2 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 1; Diversos — 2; 3 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos 6; 4 — Apuaú: Diversos — 2; 5 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 6 — Badajós: Diversos — 1; 7 — Barreirinha: Diversos — 4; 8 — Barreira Branca: Prefeito Municipal — 1; 9 — Benjamin Constant: — Diversos — 1; 10 — Bela Vista: Prefeito Municipal — 1; 11 — Bôa Vista do Ramos: Sub-Pôsto Médico — 1; 12 — Bom Jardim: Sub-Pôsto Médico — 1; 13 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 14 — Caapiranga: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 15 — Cametá do Ramos: Sub-Pôsto Médico — 4; 16 — Campina do Norte: Prefeito Municipal — 1; 17 — Canumã: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 18 — Canamarí: Diversos — 1; 19 — Capanazinho: Prefeito Municipal — 1; 20 — Careiro: Diversos — 2; 21 — Carvoeiro: Diversos — 1; 22 — Castanho: Diversos — 1; 23 — Cinco Ilhas: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 24 — Coarí: Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 25 — Codajás: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 26 — Cuia: Diversos — 1; 27 — Curapatí: Diversos — 1; 28 — Envira: Diversos — 2; 29 — Eva: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 30 — Ipiranga: Prefeito Municipal — 1; 31 — Iranduba: Diversos — 1; 32 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos 5; 33 — Itapeassu: Diversos — 2; 34 — Tapiíra: Prefeito Municipal — 1; 35 — Itapiranga: Sub-Pôsto Médico — 3; 36 — Cuchuará: Diversos — 1; 37 — Janauacá: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 38 — Janauarí: Diversos — 1; 39 — Jaquirana: Prefeito Municipal — 1; 40 — Jarí: Diversos — 3; 41 — Lábrea: Diversos — 2; 42 — Manacapuru: Diversos — 2; 43 — Manaquirí: Diversos — 1; 44 — Maraã: Diversos — 1; 45 — Marmelos: Prefeito Mu-

nicipal — 1; 46 — Maués: Sub-Pôsto Médico — 5, Diversos — 1; 47 — Nhamundá: Diversos — 1; 48 — Aripuanã: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 3; 49 — Nova Olinda do Norte: Diversos — 1; 50 — Osório da Fonseca: Sub-Pôsto Médico — 1; 51 — Parintins: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 4, Prefeito Municipal — 1; 52 — Pari Cachoeira: Diversos — 1; 53 — Pauiní: Diversos — 1;54 — Phiniópolis: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 55 — Prainha: Prefeito Municipal — 1; 56 — Purupuru: Diversos — 1; 57 — Santo Antônio do Içá: Diversos — 2; 58 — Santa Maria: Diversos — 1; 59 — São Manoel da Barra: Diversos — 1; 60 — São Sebastião: Diversos — 1; 61 — São Tomás: Diversos — 3; 62 — Tapauá: Diversos — 1; 63 — Tefé: Diversos — 2; 64 — Terra Nova: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 65 — Tonantins: Prefeito Municipal — 1; 66 — Urucará: Diversos — 11, Prefeito Municipal — 1; 67 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 68 — Vila Rica: Prefeito Municipal — 1; 69 — Waupés: Diversos — 1.

MÊS DE OUTUBRO:

1 — Anamã: — Sub-Pôsto Médico — 1; 2 — Anorí: Diversos — 2; 3 — Apuaú: Diversos — 1; 4 — Benjamin Constant: Diversos — 1; 5 — Bôa Vista do Espírito Santo: Diversos — 1; 6 — Bôca do Acre: Diversos — 1; 7 — Codajás: Diversos — 3; 8 — Cinco Ilhas: — Prefeito Municipal — 1; 9 — Humaitá: Diversos — 1; 10 — Iranduba: Diversos — 1; 11 — Itacoatiara: Diversos — 1; 12 — Itapeassú: Diversos — 1; 13 — Janauacá: Diversos — 2; 14 — João Goulart: Diversos — 1; 15 — Juma: Diversos — 1; 16 — Lindóia do Norte: Diversos — 1; 17 — Manaquirí: Diversos — 1; 18 — Manacapurú: Sub-Pôsto Médico — 1; 19 — Mamori: Diversos — 1; 20 — Padauary: Diversos — 1; 21 — Silves: Diversos — 1; 22 — Tefé: iDversos — 1.

MÊS DE NOVEMBRO:

1 — Airão: Sub-Pôsto Médico — 1; 2 — Amaturá: Diversos — 1; — 3 — Anamã: Diversos — 1; 4 — Apapóris: Diversos — 1; 5 — Barcelos: Diversos — 1; 6 — Barreira Branca: Diversos — 1; 7 — Bela Vista: Diversos — 1; 8 — Camará: Diversos — 1; 9 — Cametá do Ramos: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Canutama: Prefeito Municipal

— 1; 11 — Carapanatuba: Sub-Pôsto Médico — 1; 12 — Careiro: Diversos — 3; 13 — Cinco Ilhas: Diversos — 1; 14 — Ccarí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 15 — Codajás: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2; 16 — Concórdia: Diversos — 1; 17 — Humaitá: Diversos — 1; 18 — Ilha Grande: Diversos — 1; 19 — Ipiranga: Prefeito Municipal — 1; 20 — Iranduba: Diversos — 2; 21 — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico — 1; 22 — Itapeassú: Diversos — 1; 23 — Jarí: Prefeito Municipal — 1; 24 — João Goulart: Diversos — 1; 25 — Lago do Castanho: Sub-Pôsto Médico — 1; 26 — Manaquirí: Sub-Pôsto Médico — 2; 27 — Maraã: Diversos — 1; 28 — Mecejana do Norte: Sub-Pôsto Médico — 1; 29 — Nhamundá: Sub-Pôsto Médico — 1; 30 — Novo Aripuanã: Diversos — 1; 31 — Parintins: Diversos — 1; 32 — Puraquequara: Sub-Pôsto Médico — 1; 33 — Santo Antônio do Içá: Sub-Pôsto Médico — 1; 34 — São Miguel da Barra: Prefeito Municipal — 1; 35 — São Paulo de Olivença: Diversos — 1; 36 — Tefé: Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 37 — Terra Nova: Diversos — 1; 38 — Tonantins: Sub-Pôsto Médico — 2; 39 — Uariní: Sub-Pôsto Médico — 1; 40 — Urucurituba: Diversos — 1; 41 — Vila Rica: Diversos — 1.

MÊS DE DEZEMBRO:

1 — Amatarí: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 2 — Anamã: Sub-Pôsto Médico — 1; 3 Apuaú: Prefeito Municipal — 1; 4 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 5 — Axiní: Sub-Pôsto Médico — 3; 6 — Barreirinha: Sub-Pôsto Médico — 5; 7 — Bela Vista: Diversos — 1; 8 — Berurí: Prefeito Municipal — 1; 9 — Bom Jardim: Sub-Pôsto Médico — 1; 10 — Borba: Sub-Pôsto Médico — 3; 11 — Caapiranga: Sub-Pôsto Médico — 1; 12 — Cametá do Ramos: Sub-Pôsto Médico — 1; 13 — Canumã: Prefeito Municipal — 1; 14 — Canutama: Prefeito Municipal — 2; 15 — Carabinani: Prefeito Municipal — 1; 16 — Careiro: Sub-Pôsto Médico — 1; 17 — Castanho: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 2; 18 — Catuá: Diversos — 1; 19 — Envira: Sub-Pôsto Médico — 1; Prefeito Municipal — 1; 20 — Estirão do Equador: Prefeito Municipal — 2; 21 — Humaitá: Sub-Pôsto Médico — 4, Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 22 — Ilha Grande: Prefeito Municipal — 2; 23 — Iranduba: Diversos — 1; 24 — Itacoatiara: Diversos — 7; 25

— Itapiranga: Sub-Pôsto Médico — 2; 26 — Itapeassú: Sub-Pôsto Médico — 5; 27 — Janauacá: Diversos — 1; 28 — Janauarí: Diversos — 1; 29 — Jaquirana: Prefeito Municipal — 1; 30 — Jauaretê: Diversos — 2; 31 — Urucurituba: Diversos — 1; 32 — Manaquirí: Diversos — 14; 33 — Mariê: Prefeito Municipal — 1; 34 — Nhamundá: Prefeito Municipal — 1; 35 — Novo Aripuanã: Sub-Pôsto Médico — 4; 36 — Osório da Fonseca: Sub-Pôsto Médico — 1; 37 — Paracony: Sub-Pôsto Médico — 1; 38 — Paraná da Eva: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 39 — Parintins: Sub-Pôsto Médico — 5, Diversos — 1; 40 — Pari Cachoeira: Prefeito Municipal — 1; 41 — Pauiní: Diversos — 1; 42 — Pioriní: Diversos — 1; 43 — Pliniópolis: Sub-Pôsto Médico — 2; 44 — Purupurú: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1; 45 — Santo Antônio do Içá: Prefeito Municipal — 1; 46 — São Francisco de Tonantins: Prefeito Municipal — 2; 47 — Tapauá: Diversos — 1; 48 — Taracuá: Prefeito Municipal — 1; 49 — Trocarí: Prefeito Municipal — 1; 50 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 1.

MÊS DE JANEIRO — 1964

1 — Ajaratuba: Prefeito Municipal — 1; 2 — Amaturá: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 3 — Amatarí: Sub-Pôsto Médico — 1, Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 3 — Anamã: Prefeito Municipal — 1, Diversos — 1; 4 — Anorí: Sub-Pôsto Médico — 1; 5 — Araçarí: Sub-Pôsto Médico — 1; 6 — Autazes: Sub-Pôsto Médico — 1; 7 — Badajós: Prefeito Municipal — 1; 8 — Barreirinha: Prefeito Municipal — 1; 9 — Barcelos: Diversos — 1; 10 — Benjamin Constant: Sub-Pôsto Médico — 1; 11 — Bôca do Acre: Prefeito Municipal — 1; 12 — Bôca do Iáco: Diversos — 1; 13 — Camará: Diversos — 1; 14 — Castanho: Sub-Pôsto Médico — 1; 15 — Cinco Ilhas: Sub-Pôsto Médico — 1; 16 — Codajás: Prefeito Municipal — 1; 17 — Itapeassú: Diversos — 1; 18 — Curarí: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 1; 19 — Curuçá: Diversos — 1; 20 — Envira: Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 21 — Humaitá: Diversos — 1; 22 — Iranduba: Diversos — 1; 23 — Itacoatiara: Diversos — 3; 24 — Itamaratí: Diversos — 1; 25 — Janauacá: Diversos — 1; 26 — Japurá: Sub-Pôsto Médico — 1; 27 — Jarí: Prefeito Municipal — 1; 28 — Urucurituba: Sub-

Pôsto Médico — 1; 29 — Mamorí: Prefeito Municipal — 1; 30 — Manaquirí: Sub-Pôsto Médico — 2; 31 — Marco: Prefeito Municipal — 1; 32 — Mari-Mari: Diversos — 1; 33 — Maués: Diversos — 1; 34 — Parintins: Diversos — 1; 35 — Pioriní: Diversos — 1; 36 — Prainha: Prefeito Municipal — 1; 37 — Puraquequara: Sub-Pôsto Médico — 1; 38 — Rosarinho: Diversos — 1, Prefeito Municipal — 1; 39 — São Sebastião: Diversos — 1; 40 — Tamaniquá: Prefeito Municipal — 1; 41 — Tapauá: Prefeito Municipal — 1; 42 — Tapiíra: Prefeito Municipal — 1; 43 — Tarumã: Diversos — 1; 44 — Tuiué: Prefeito Municipal — 1; 45 — Uariní: Diversos — 1; 46 — Urucará: Sub-Pôsto Médico — 1; 47 — Urucurituba: Sub-Pôsto Médico — 1, Diversos — 2, Prefeito Municipal — 1; 48 — Vila Bitencourt: Sub-Pôsto Médico — 1; 49 — Waupés: Prefeito Municipal — 1.

R E S U M I N D O :

Ambulâncias fornecidas para Sub-Postos Médicos: 304 — Para Diversos Municípios: 451 — Para Prefeituras: 133 — Para Caravanas Médicas: 18 — TOTAL : 906.

RESUMO DO MOVIMENTO DE ATENDIMENTOS NOS SUB-POSTOS MÉDICOS

Número de Consultas: 61.718 — Primeiras Consultas: 32.432 — Reconsultas: 29.286 — Medicações: 61.718 — Injeções aplicadas: 58.360 — Curativos: 15.670 — TOTAL de comparecimento: 135.748.

TOTAL DE ATENDIMENTOS DAS CARAVANAS MÉDICAS:

Consultas: 16.658 — Medicações: 16.658 — Injeções aplicadas: 4.363 — Curativos: 245 — TOTAL: 37.924.

TOTAL DE ATENDIMENTOS DAS CARAVANAS DENTÁRIAS:

Pessoas atendidas: 3.625 — Extrações feitas: 6.839.

TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS:

Consultas: 49.090 — Reconsultas: 29.286 — TOTAL de Consultas: 78.376. — Medicações: 78.376 — Injeções aplicadas: 62.723 — Curativos: 15.915 — TOTAL 157.014.

Senhor Governador:

Com êste relato suscinto, apresentamos o trabalho desta Secretaria de Estado, no cumprimento das determinações de V. Exa., para com o homem do Interior.

PLÍNIO CUMPRE! o que prometeu durante sua campanha, e assim, esperamos com a ajuda de Deus, podermos ampliar, cada vez mais, esta assistência idealizada por V. Exa. e executada por esta Secretaria.

AMBULÂNCIAS ENTREGUES AOS MUNICÍPIOS NO PERÍODO DE 1.2.1963 A 31.1.1964.

Abufarí: Prefeitura Municipal 2; — Acajatuba: Prefeitura Municipal 1, Diversos 3; — Acaratuba: Prefeitura Municipal 1; — Aiapuá: Prefeitura Municipal 1; — Airão: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 2; — Ajaratuba: Prefeitura Municipal 1; — Alvarães: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos; — Amatarí: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 3; — Amaturá: Prefeitura Municipal 2, Diversos 3; — Anamã: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 11, Diversos 5; — Anarucu: Prefeitura Municipal 1; — Anorí: Sub-Pôsto Médico 6, Diversos 10; — Apaporis: Diversos 1; — Apoquitaua: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 1; — Apuaú: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 5; — Araçarí: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 1; — Araçatuba: Diversos 1; — Ararí: Diversos 1; — Arimã: Diversos 1; Arumanduba: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 1; — Assítuba: Diversos 1; — Atalaia do Norte: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 1; — Auatí-Paraná: Diversos 1; — Autazes: Sub-Pôsto Médico 17, Diversos 6; Axiní: Sub-Pôsto Médico 6; — Barcelos: Diversos 4; — Badajós: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 1; — Batalha: Diversos 1; — Barreira Branca: Prefeitura Municipal 2, Diversos 1; — Barreirinha: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 10, Diversos 7; — Bela-Vista: Prefeitura Municipal 1, Diversos 2; — Benjamin Constant: Sub-Pôsto Médico 3, Diversos 3; — Berurí: Prefeitura Municipal 1, Diversos 2; — Bôa Vista do Espírito Santo: Diversos 2; — Bôa Vista do Ramos: Sub-Pôsto Médico 1; — Bôca do Acre: Prefeitura Municipal 1, Diversos 5; — Bôca do Iáco: Diversos 3; — Bom Jardim·

Sub-Pôsto Médico 2; — Borba: Sub-Pôsto Médico 12, Diversos 3; — Caapiranga: Sub-Pôsto Médico 3, Diversos — 3; Cametá do Ramos: Sub-Pôsto Médico 9, Diversos 1; — Campina do Norte: Prefeitura Municipal 1; — Camará: Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 2; — Capacini: Diversos 1; — Capanazinho: Prefeitura Municipal 2; — Carabinani: Prefeitura Municipal 1; — Carapanatuba: Sub-Pôsto Médico 1; — Carauarí: Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 3; — Careiro: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 6, Diversos 12; — Carvoeiro: Prefeitura Municipal 2, Diversos 1; — Canumã: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 2; — Canutama: Prefeitura Municipal 3, Diversos 3; — Castanho: Prefeitura Municipal 4, Sub-Pôsto Médico 3, Diversos 2; — Catuá: Diversos 2; — Cinco Ilhas: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 3; — Coarí: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 7; — Codajás: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 9; — Concórdia: Prefeitura Municipal 1, Diversos 2; — Cuchuará: Diversos 1; — Cuia: Diversos 1; — Curapatí: Diversos 1; — Curarí: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 2; — Curuçá: Diversos 2; — Eirunepé: Prefeitura Municipal 1; — Envira: Prefeitura Municipal 3, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 3; Esperança; Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 1; — Estirão do Equador: Prefeitura Municipal 3; — Eva: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 3; — Fonte Bôa: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 3; — Guajará: Sub-Pôsto Médico 1; — Humaitá: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 12, Diversos 5; — Iauretê: Prefeitura Municipal 3; — Içana: Diversos 1; — Ilha Grande: Prefeitura Municipal 3, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 2; — Ipiranga: Prefeitura Municipal 2, Diversos 2; — Ipixuna: Diversos 2; — Iranduba: Diversos 22; — Itacoatiara: Sub-Pôsto Médico 17, Diversos 28; — Itamaratí: Diversos 1; Itapeassú: Sub-Pôsto Médico 23, Diversos 11; — Itapiranga: Sub-Pôsto Médico 8; — Iutanahã: Diversos 1; — Jacaré: Prefeitura Municipal 1; — Janauacá: Sub-Pôsto Médico 6, Diversos 27; — Janauarí: Diversos 3; — Japurá: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2; — Jari: Prefeitura Municipal 2, Diversos 4; — Jaquirana: Prefeitura Municipal 2, — João Goulart: Prefeitura Municipal 3; — Juma: Prefeitura Municipal 3; — Juruá: Sub-Pôsto Médico 1; — Jutaí: Sub-Pôsto Médico 1; — Lábrea: Prefeitura Municipal 4, Sub-Pôsto Médico 2, Di-

versos 4; — Lago do Castanho: Prefeitura Municipal 3, Sub-Pôsto Médico 1; — Lindóia do Norte: Diversos 2; — Mamorí: Prefeitura Municipal 1, Diversos 1; — Manacapurú: Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 6; — Manaquirí: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 7, Diversos 18; — Manicoré: Prefeitura Municipal 1, Diversos 2; — Maraã: Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 3; — Marco: Prefeitura Municipal 1; — Mari-Mari: Diversos — 1; Mecejana do Norte: Sub-Pôsto Médico 1; — Marié: Prefeitura Municipal 1, Diversos 1; — Maués: Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 3; Mineruá: Diversos 1; — Murimiti: Diversos 1; — Nhamundá: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 2; — Nova Olinda: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 2; — Novo Aripuanã: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 11, Diversos 7; — Osório da Fonseca; Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 3; — Padauarí; Diversos 1; — Paraconí: Sub-Pôsto Médico 1; — Pari Cachoeira: Prefeitura Municipal 2, Diversos 1; — Parintins: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 13, Diversos 12; Pauiní: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 1, Diversos 2; Pedras: Sub-Pôsto Médico 5, Diversos 1; Piorini: Prefeitura Municipal 1, Diversos 2; — Plinióplis: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 4; — Prainha: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 2; — Puraquequara: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico 4, Diversos 2; — Purú-Purú: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos 1; Rosarinho: Prefeitura Municipal 1, Diversos 1; — Santa Maria: Diversos 1; — Santa Rita do Well: Prefeitura Municipal 1, Diversos 1; — Santo Antônio do Içá: Prefeitura Municipal 3, Sub-Pôsto Médico 3, Diversos 2; S. Francisco de Tonantins: Prefeitura Municipal 2; — São João da Barra: Prefeitura Municipal 1; — São Manoel da Barra: Prefeitura Municipal 1; Diversos 1; — São Sebastião: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico —, Diversos 6; — São Paulo de Olivença: Prefeitura Municipal 3, Sub-Pôsto 1, Diversos 1; — São Tomé: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 3; — Silves: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos 2; — Tamaniquá: Prefeitura Municipal —2, Sub-Pôsto Médico —, Diversos —; — Tapauá: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 6; Tapiíra: Prefeitura Municipal — 2, Sub-Pôsto Médico —, Diversos —; — Taquirana: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico —, Diversos 1; Taracuá: Pre-

feitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico —, Diversos —; — Tarumã: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 2; — Tefé: Prefeitura Municipal — 1, Sub-Pôsto Médico — 4, Diversos — 7; — Terra Nova: Prefeitura Municipal — 2, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 2; — Teuiní: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 2; Tonantins: Prefeitura Municipal — 3, Sub-Pôsto Médico — 6, Diversos —; Trocarí: Prefeitura Municipal —3, Sub-Pôsto Médico —, Diversos —; — Tuiué: Prefeitura Municipal —1, Sub-Pôsto Médico —, Diversos — 1; — Uariní: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico — 2, Diversos — 1; — Urucará: Prefeitura Municipal 2, Sub-Pôsto Médico — 3, Diversos 18; — Urucurituba: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico 8, Diversos 17; — Vila Bitencourt: Prefeitura Municipal —, Sub-Pôsto Médico 2, Diversos —; — Vila Rica: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico —, Diversos 1; — Waupés: Prefeitura Municipal 1, Sub-Pôsto Médico —, Diversos 1.

Deixaram de ser computadas nesta relação, as ambulâncias fornecidas e ainda estocadas no Almoxarifado desta Secretaria, esperando os interessados para buscá-las.

Manaus, 28 de fevereiro de 1964.

SENHOR GOVERNADOR:

Concluindo êste modesto Relatório, vivemos à frente desta Secretaria durante um ano. Se louros nos coube estes mesmos louros pertencem muito mais a V. Exa., pelo estímulo que nos destes pelo apôio incondicional recebido para que pudéssemos executar nossa tarefa à frente dêste setôr da pública administração.

As nossas atividades estenderam-se a todo o Estado e fóra dêle. Representamos V. Exa., no Congresso de Odontologia, realizado mês de julho no Estado da Guanabara. Comparecemos na primeira quinzena de dezembro à 3.ª Conferência Nacional de Saúde, representando o Amazonas, tendo levado conosco o Plano Integrado de Saúde para o Estado do Amazonas e defendido o mesmo, perante o conclave. Plano êste, encaminhado a V. Exa., pelo ofício n.º 189|63 de 2 de dezembro de 1963, trabalho meticuloso e que poderá a qualquer momento servir para ajudar a solucionar o problema de saúde em nosso Estado.

Disse V. Exa. na Mensagem do ano próximo passado, à página 9: "Não é possível, contudo, Estado melhor que ofereça vida melhor aos seus filhos, se êstes não têm possibilidade de, ao menos, conservarem a saúde".

Estas palavras têm nos norteados à frente desta Secretaria, para que não falte no momento de dôr e de sofrimento o medicamento salvador, aos seus diletos amigos, aquêles que sempre estiveram nas horas mais difíceis ao lado do líder inconteste que é PLÍNIO RAMOS COELHO.

A Organização Pan-Americana de Saúde, membro da Organização Mundial de Saúde, assim se expressou: "Ao melhorar as condições de bem estar e da saúde do homem, estamos contribuindo para o incremento de sua capacidade de produção e consequentemente, representará o subsídio valioso como estímulo ao desenvolvimento econômico dos países do Continente".

Dêste modo, esta Secretaria de Assistência e Saúde vem estimulando ao desenvolvimento econômico de nosso Estado, procurando proporcionar o bem estar e a saúde aos homens, mulheres e crianças que vivem e que lutam nesta SELVA SELVAGEM.

Concluindo, desejamos repetir que, na direção desta Chefia, não nos move a vaidade nem o interêsse político pessoal, a não ser, exclusivamente os interêsses de V. Exa., para que cada vez mais possamos transformar êste Amazonas numa Comunidade Feliz.

Que Deus guarde V. Exa.,

Respeitosas saudações.

AKEL NICOLAU AKEL
Secretário de Assistência e Saúde

SERVIÇO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

S.A.S. – C.S.M. – Notificações (N), Casos (C), e Obitos (O), por doenças transmissíveis, por trimestre do ano de 1983.

Doenças	1.º trimestre			2.º trimestre			3.º trimestre			4.º trimestre			TOTAL ANUAL		
	N	C	O	N	C	O	N	C	O	N	C	O	N	C	O
Tuberculose Pulmonar (002)	–	–	35	1	1	40	1	1	30	1	1	38	3	3	143
Outras Tuberculoses (008)	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Oftalmia Purulenta (033)	1	1	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	3	1	–
Febre Tifóide (040)	5	3	–	7	5	–	10	3	–	8	6	4	30	17	4
Disenteria Bacilar (045)	–	–	1	–	–	1	–	–	7	–	–	6	–	–	15
Disenteria Amebiana (046)	–	–	–	–	–	2	–	–	1	–	–	1	–	–	4
Disent. n| especif. (048)	–	–	10	1	1	7	–	–	9	2	2	9	3	3	35
Difteria (055)	283	65	3	623	107	9	830	206	8	243	45	5	1.985	513	25
Coqueluche (056)	–	–	–	7	7	–	–	–	1	11	11	2	18	18	3
Lépra (060)	–	–	1	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	2
Tétano (061)	3	3	4	5	5	6	7	7	10	2	2	3	17	17	23
Gangrena Gazoza (063)	1	1	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	1	1	2
Poliomielite (083)	1	1	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	1	1	1
Alastrim (varíola men.) (084)	1	1	–	5	5	–	24	22	2	2	2	–	32	30	2
Sarampo (085)	–	–	1	1	1	1	3	3	1	–	–	–	4	4	3
Varicela (087)	2	2	–	8	8	–	10	10	–	12	12	–	32	32	–
Hepatite Infecciosa (092)	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	4	–	–	7
Raiva Humana (094)	2	2	2	1	1	1	–	–	–	–	–	–	3	3	3
Malária (116)	41	9	31	54	11	23	31	5	14	21	4	21	147	29	89
Leishmaniose Cutân. (1201)	3	3	–	1	–	–	–	–	–	1	–	–	5	3	–
Gripe (480)	–	–	2	–	–	2	–	–	–	–	–	3	–	–	11
Totais de todas as doenças	349	91	91	716	242	97	916	257	89	303	85	96	2.284	675	373

Secretaria da Educação

e

Cultura

O desenvolvimento de um povo sob todos os ângulos e particularmente o econômico, está na dependência direta do fato educacional. Mas tal correlação não faz dirimir a complexidade que impõe êsse sector no panorama da administração estadual.

Cônscio dessas verdades, não apenas por informação, mas sobretudo, por formação o Govêrno de Vossa Excelência voltou-se com cuidados extremados para essa faixa da atividade norteadora, jungido as contigências impostas por um orçamento agravado também, pelas condições próprias da economia nacional.

A Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas, apesar da complexidade de sua tarefa, realizou no ano a que se refere esta exposição aos representantes do povo amazonense, trabalho que demonstra a preocupação de realidade cuidadosa que impõem as características peculiares da região.

Em todos os instantes e em todos os quadrantes é sempre atual o problema — escola.

Mas, como dá-la em nossa região, se desde o passado se constituiu encargo do Estado ao invés do Município como preceitúa a Constituição? Ocorre ainda maior agravamento à situação, a falta de conscientização dêsse imperativo e dessarte, resultando, o não investimento pelas municipalidades, da parcela prevista pela Lei magna.

Assim, se de um lado nos oprime a determinante de que toda a pessoa tem direito a educação, de outro distinguimos com nitidez que é tarefa de aduncas garras, impondo portanto, a preparação adequada de pessoal.

Imbuidos plenamente dessa consciência necessária ao sector educacional, visando alargar um esquema ampliado para a obtenção do Plano Estadual de Educação, viga mestra dêsse trabalho, reafirmaram-se os pesados encargos que recaem sôbre os Cursos de Formação Pedagógica e o de super-estrutura na Faculdade de Filosofia.

Enquanto não alcançarmos êsse grau de perfectibilidade, que é a meta de nosso trabalho, prosseguiremos indormidos, mas podemos afirmar que o ano de 1963 — "ANO DA EDUCAÇÃO" — na denominação do Chefe da Nação, foi no Amazonas, um período de trabalho dinâmico, de esforços conjugados do Govêrno com a colaboração do magistério e a atividade direta da Secretaria da Educação e Cultura.

Não menos profícuo se demonstrou o Conselho Estadual de Educação constituído pelos professôres: Affonso Celso Maranhão Nina, Aristóteles Comte de Alencar, Joaquim Ferreira Marinho, Ylsa Vieira Honório, Maria Júlia de Melo Rodrigues, Maria Isis Falcone, Raimundo Abdon Said e Weselys de Miranda Braga, presidido pelo Secretário da Educação e Cultura, como organismo diretor, traçando as normas básicas para o trabalho e desenvolvimento do mesmo pela S.E.C. Destaca-se o Plano Trienal de Educação de 1963, e as emanações dêste e da Lei que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, como a adoção da extensão da escolaridade, através das 5ª e 6ª séries, no intuito de poder incluí-las na sistemática dos curriculos estaduais, fazendo-se as imprescindiveis amostragens, oportunidade em que, serão fixados os valores que nelas esperamos buscar para uma verdade no quadro educacional do Estado.

Após essa síntese perfunctória podemos passar as evidências do trabalho no campo do ensino do Amazonas.

Todo labor demanda preparação ao elemento encarregado de realiza-lo. Em contra-partida, o desenvolvimento de esforço humano, está em constante mutação e assim a atualização de conehcimento é obrigação irrecorrível e particularmente ao professor, forjador de caracteres, formador de nacionalidades e mais responsável pelo destino dos povos.

Assim, tem o professor de ser o estudante perene, para que possa corresponder as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Em face dessa convicção, os **Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério** catalizaram grande parcela de esfôrço à sua consecução.

Conseguiu o Govêrno do Estado, através da S.E.C. propiciar aos docentes primários um aperfeiçoamento, contando, em uma primeira parte, com a colaboração de sete professôras primárias de São Paulo, selecionadas e encaminhadas pelo Centro de Pesquisas Educacionais daquele Estado e em a segunda parte, a preparação de Docentes para 5ª e 6ª séries primárias. O plano elaborado pela Assistência Técnica sob a orientação da professôra Dra. Inês de Vasconcellos Dias, que supervisionou e coordenou sua execução na Capital e Interior, contou com os Auxiliares Técnicos professôras Maria Amélia Antunes Ramos e Nisa Simões Moutinho.

A realização do trabalho em suas fases, como programas, seleção de técnicas horários dos cursos, recebeu os maiores louvores dos órgãos técnicos do C.R.E.P. bandeirante e do Ministério da Educação e Cultura.

Na primeira etapa, foi desenvolvido o trabalho na Capital, congregando os batalhadores da Escola Primária para, numa troca de experiência, mas com o interesse comum de educar as gerações em botão fazermos um balanço daquilo que temos e daquilo que necessitamos para realizarmos uma educação accessível independente de situações econômicas, a todos os cidadãos, dentro dos critérios da justiça social.

Participaram, dêsse afã de melhora, na Capital 512 professôras, no período de março a junho e de agôsto a novembro, os mestres paulistas, miscigenados com docentes locais, derramaram-se nêsse território amazonense, de potencial incomensurável —, como é seu povo no desejo de se relizar — e deram treinamento aperfeiçoativo em 14 cidades interioranas deste vale, somando-se os partipantes: 169 normalistas e 499 leigos.

Os valores econômicos aplicados nesse trabalho foram de Cr$ 2.000.080,00, dotação retirada do Fundo de Educação, sendo essa parcela dispendida em transporte dos grupos, material didático, e despesas de manutenção em algumas cidades.

O resultado dêsses encontros, mensagem viva do Executivo, levando ao professor de cidades e regiões distantes as noticias das modernas técnicas aplicáveis à sua escola, foi de incalculável rentabilidade, proporcionando um estímulo e o reconhecimento do seu trabalho. As manifestações de aprêço e exaltação do trabalho nas comunidades foram expressas de forma marcante ao Govêrno, e em algumas localidades, manifestas pessoalmente, e corroboradas pelo Executivo.

A preparação de Docentes para as 5ª e 6ª séries, ajustou-se às diretrizes existentes e podemos esclarecer que o nosso Estado foi pioneiro no trabalho. Os frutos colhidos são animadores e esperamos sejam animadores também, os que dêsse passo por certo, advirão.

ENSINO PRIMÁRIO — Dispondo de 1.482 professôres, sendo:

1.026 — normalistas de 2º ciclo
234 — normalistas de 1º ciclo
e 227 — leigos estabilizados, distribuídos pelos Grupos Escolares da Capital e das sédes municipais, em escolas agrupadas e isoladas, o Estado teve que servir-se dos concluintes dos cursos pedagógicos e auxiliares de ensino, em regime de credenciamento, para atender as classes surgidas pelo acréscimo de escolaridade. Setor de muita atividade, contou com o trabalho do Professôr Garcibal do Lago Silva, Diretor da Divisão do Ensino Primário e Iniciação Profissional e seus dedicados auxiliares.

Na capital, matricularam-se, nos três turnos, 31.129 alunos, e no interior, somente nos grupos escolares e escolas estaduais, cujos mapas já foram apurados, 23.697 discentes, devendo ainda essa escolarização elevar-se mais, em virtude de, por credenciamento, no interior, terem funcionando mais 303 classes e com recursos do Plano Trienal de Educação mais 216 outras classes, sendo êsse último quantitativo, distribuído na Capital e no Interior.

As comemorações cívicas e as datas notáveis, como nascimento e morte de grandes vultos, tiveram festividades oportunas, propiciando momentos plenos de fatos positivos e de incomensurável riqueza, para firmar valôres morais e pátrios.

A Semana da Pátria se desenvolveu com o civismo que se impõe e o desfile escolar satisfez as expectativas, representando o coroamento do interesse sempre renovado pelo acontecimento.

Vem se processando uma tentativa de mentalização da massa, no sentido de que o **próprio povo** entenda a necessidade educativa. Assim, todas as oportunidades têm sido aproveitadas para o desenvolvimento dêsse processo de "educação de base", pois chegamos a realidade de que nem sempre as camadas que reclamam escolas sabem aproveitar àquelas que lhes são facultadas.

A distribuição de livros aos escolares atendeu a um plano, em que sempre estão presentes o interesse cuidadoso e os objetivos educacionais, ficando patente que é imprescindível a correspondência das comunidades ao trabalho das autoridades constituídas.

Nos exames, encontra-se o desejo de inovar, no bom sentido de fazer compreender que todo o esfôrço do escolar é canalizado, é orientado, no intuito de que êle se forme um homem integral, útil a si, a família e a comunidade.

As provas que atenderam a 15.200 discentes — na Capital — compreendidos da 2ª à 5ª série, bem dizem o esforço dispendido.

Mas, alentou êsse gasto de energia, saber que Vossa Excelência, apesar de todas as tarefas peculiares ao pôsto de mando que desempenha, estava seguindo-a e, no momento exato, fez sentir. A oportuna interpretação da "premiação" aos "aprovados" nos exames primários, como foi feito em 1963, foi um programa de melhora da mentalidade dos pais e responsáveis. Todavia, não se ateve o Chefe do Executivo tão sòmente a valorizar o esfôrço do escolar, e portanto, a frequência, mas também o "mestre", fazendo correr a distribuição dos brin-

quedos, pelas Diretoras dos Grupos e Escolas da Capital e Interior, e assim sentiram que a ESCOLA é a célula máxima das sociedades.

Manteve o Estado — Convênios Educacionais — com as Prefeituras do Interior, alcancando dos 89 firmados somando a parcela de Cr$ 112.964.000,00, o atendimento às comunas com mais de 1.609 regentes de ensino.

Custou ao Estado o Ensino Primário, ... Cr$ 562.981.978 00, não incluindo-se nesse "quantum" os investimentos feitos com construção de novas unidades, com os artezanatos e com a Merenda Escolar.

ARTEZANATOS: As tarefas de Artezanatos com as cadeiras criadas e distribuidas pelos decretos governamentais sob os ns. 33 (20.4.1961), 42 (8.6.1962) e 115 (31.12.62), fixaram as bases para êsse trabalho.

Três foram as unidades de atividades artezanais que funcionaram no ano escolar de 1963 na Capital, situados nos bairros de São Jorge, Cachoeirinha e Educandos. Apesar de não poderem desenvolver várias técnicas por deficiência de máquinas e outros implementos, o trabalho foi realizado com dedicação e interesse dos professôres, obtendo-se elevado rendimento de seus 551 alunos matriculados.

A preocupação no campo educacional possui uma diversificação de sectores onde aferimos como uma das marcantes: as sédes escolares.

Em 1963 o Ensino Primário foi enriquecido com mais uma unidade — o Grupo Escolar "Senador Antóvila Mourão Vieira" — e com a restauração completa dos próprios: Jardim da Infância "Visconde de Mauá" e Grupo Escolar "Barão do Rio Branco".

ENSINO MÉDIO E SUPERIOR — Na Divisão de Ensino Médio e Superior desfrutamos da colaboção do professor Dr. Fueth Paulo Mourão. Contando nosso Estado com 47 estabelecimentos dêsse nível educacional, 28 se encontram na Capital e 19 no Interior do Estado. Em consonância às determinações emanadas da lei que fixa as Diretrizes e Bases

da Educação Nacional, 23 desfrutam da tutela do regime estadual e os restantes submetidos à fiscalização do M.E.C., através da Inspetoria Seccional do Amazonas.

A matrícula geral apresentada nos curriculos de ensino médio, nos estabelecimentos estaduais está assim representada:

Colégio Estadual do Amazonas:	— primeiro ciclo:	1 2 9 4
	— segundo ciclo:	6 0 1
Instituto de Educação do Amazonas:	— primeiro clico:	1 4 4 5
	— segundo clico:	4 9 4
Colégio Comercial "Solon de Lucena"	— primeiro ciclo:	3 6 2
	— segundo ciclo:	2 8 4
Ginásio Normal "Benjamin Constant"	— primeiro ciclo:	4 2
Ginásio Comercial de Itacoatiara	— primeiro ciclo:	1 6 2

Concluiram o curso em 1963: no "Instituto de Educação" 183 professôres e no Ginásio Normal "Benjamin Constant" — 8.

Nêste ano, outro estabelecimento de ensino médio surgiu resultante da criação do Ginásio Comercial de Itacoatiara com a expressiva matrícula de 162 discentes.

O Estado terminou as obras do Ginásio Industrial "João Goulart", próprio escolar que, complementado com as oficinas poderá abrigar, em dois turnos, 900 escolares, que a par da formação intelectual receberão a orientacão vocacional, nas diversas arte e técnica que serão instaladas no mesmo.

No novo Ginásio, dispondo de uma área coberta de 1.700 metros quadrados, com 14 salas de aula e demais dependências, teremos nêste ano, funcionando, dêsde o início, no turno da noite o Colégio Comercial "Solon de Lucena", devendo os cursos diurnos iniciarem-se dentro de curto prazo.

Como vemos, ainda não estamos no estágio que aspiramos e runo a esse "desideratum", que é "cada unidade escolar com sua séde" e essas dentro das exigências da técnica educacional, — o Estado iniciou a construção do Colégio Comercial "Solon de Lucena". A edificação situada na Avenida Joaquim Nabuco, também possui acesso pela Avenida Getúlio Vargas e espera concluir em 18 mêses.

Não apenas as novas construções são importantes no acêrvo estadual. A conservação dos imóveis é tarefa administrativa de relêvo e dessa maneira reparos completos foram executados no prédio do Instituto de Educação do Amazonas, possibilitando dessa maneira o aumento de capacidade de matrícula, no corrente ano já ultrapassando os 2.000, o mesmo acontecendo no Colégio Estadual.

Com o funcionamento do Ginásio Industrial temos certeza não faltará vaga a nenhum candidato do ensino médio.

ENSINO SUPERIOR: Os cursos superiores de responsabilidade do Estado representam-se: pelas Faculdades de Filosofia dirigida pelo Prof. Padre Luiz Augusto de Lima Ruas e Faculdade de Ciências Econômicas confiada ao Prof. Orlando de Lemos Falcone, que passarão em futuro, talvez não mui distante a integrar a Universidade do Amazonas, criada pela Lei Federal nº 4.069A, de 12 de junho de 1962, sob regime de fundação.

As matrículas dessas unidades de ensino superior, em 1963, foram:

FACULDADE DE FILOSOFIA	108
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	94

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO — Em 1962 houve uma distribuição de auxílios da União aos Estados, sob a denominação de Plano de Emergência. Em 1963 — o Plano Trienal de Educação, pelo Convênio firmado entre M.E.C. e o Estado do Amazonas — previu uma parcela de Cr$ 91.460.845,00. dos quais recebemos, até o momento apenas Cr$ 46.948.342,00.

PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O AMAZONAS:

Em outubro tivemos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o "Projeto de Educacão para o Amazonas tendo em vista a formação de mão de obra especializada", trabalho elaborado por Comissão sob a presidência do ilustre Assessor de Educação da S.P.E.V.E.A. — Professôr Dr. Orlando Sampaio da Silva.

O plano concebido e ordenado aos preceitos e exigências do Decreto Federal nº 52.256 de 11 de abril de 1963 temos a satisfação de esclarecer foi aprovado pelos órgãos técnicos e encaminhados ao Grupo Assessor da Presidência da República pelo que esperamos vê-lo situado entre os planos nacionais a serem executados a partir dêste ano.

MERENDA ESCOLAR — Sob a cuidadosa direção da professôra Creuza Marques da Silva Mouco, êsse serviço do Ministério da Educação e Cultura em regime de convênio vem assistindo com a distribuição de leite aos nossos escolares e podemos afirmar que das 80.000 merendas que cabem ao Estado, 27.971 diàriamente eram fornecidas aos alunos primários da Capital e as demais no interior.

Nêsse afã meritório o Estado deu sua ponderavel parcela representada pelo açúcar que ultrapassou a Cr$ 1.500.000,00.

BOLSAS DE ESTUDO — Êste serviço agora sob o contrôle do Estado conforme a Resolução nº 6, de 18.4.63, do Conselho Estadual de Educação, executado dentro do que prevê o Decreto Federal nº 51.736 de 21.2.63 tem a Comissão integrada pelo Secretário da Educação e Cultura e pelos representantes do M.E.C. Sr. Professôr Agenor Ferreira Lima e da União dos Estudantes Secundários do Amazonas o Sr. Manuel Catharino dos Santos.

Começamos em 1963, com 656, sendo 380 bolsistas da Capital e 276 do interior.

Recebida a primeira quota no valor de Cr$ 13.949.890,00, tendo sido dispendida a parcela de Cr$ 12.121.845,00, com o pagamento das bolsas de estudos dos alunos dos cursos secundários e obrigações outras.

No ano de 1964, inscreveram-se 1.330 candidatos na Capital, faltando ainda o número de inscritos no interior.

O Estado, por seu turno mantém pelo Fundo de Educação, bolsistas em estabelecimentos de ensino superior, em outras unidades da Federação, vez que cursam currículos inexistentes, no momento, nêste Estado. Foram distribuídas 54 bolsas, não ficando qualquer pedido de estudante amazonense sem o atendimento do Govêrno do Estado.

ENSINO PELAS EMPRÊSAS — Nos têrmos do Decreto Estadual nº 89, de 21 de junho de 1963, que se atem ao cumprimento do artigo 168, inciso III, da Constituição Federal e acorde com o artigo 31, da Lei nº 4.024 de 20.12.61 a Comissão de Ensino Primário pelas Emprêsas está composta pelos Srs. Drs. Affonso Celso Maranhão Nina, José Rebuzzi, professôres Manoel Belém e Elita Alves de Oliveira, que sob a Presidência do Secretário da Educação e Cultura, têm desenvolvido esforços para consecução dos propósitos a que se destina o novel organismo.

TEATRO AMAZONAS — Êste próprio estadual entregue à dedicação de Sátiro Barbosa, que sem figurações literárias podemos denominar de "cartão postal do Amazonas" — há sido no ano de 1963 fonte de atração ao grande número de visitantes que nos têm vindo conhecer. Do livro de impressões que há na "Ópera Amazonense", os turistas consignam merecidos encômios ao cuidado que o Govêrno dá aquele "símbolo de uma época" ressaltando o carinho e zelo de seu Diretor.

NUMISMÁTICA — Não menos apreciada pelos que aqui aportam, receberá no ano de 1964, o atendimento a fim de corresponder ao valor que encerra com a revisão geral de suas instalações.

BIBLIOTECA PÚBLICA — Esta casa onde Genesino Braga, empresta sua apreciada colaboração e que tem servido a tantos que não dispõem de recursos econômicos para aquisição de fontes de informação no seu processo de enriquecimento intelectual, permanece em seu programa de servir a todos que a procuram, de modo decisivo.

OFICINA "PLÍNIO RAMOS COÊLHO" — Anexa a Secretaria da Educação e Cultura funciona a Oficina de Marcenaria que vem prestando relevantes serviços na confecção de mobiliário escolar, suprida de recursos pelo Fundo de Educação. No ano de 1963, além da produção normal, pelas verbas próprias, pela Oficina aplicou-se a verba de ..... Cr$ 5.999.890, resultante do Convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura, com que foram confeccionadas 35 salas de aula.

Recebido do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foram duas (2) remessas de mobiliários escolares, a primeira, com 25 salas de aula e a segunda com 13, e mais 12 salas de aula da Valorização Econômica da Amazônia, mobiliário êsse montado na referida Oficina que continua atendendo a tôdas as necessidades dos Grupos Escolares da Capital e do Interior.

Queremos antes de encerrar, registrar que durante nossa ausência para a assinatura do Plano Trienal de Educação, em Brasília, esteve a frente da Secretaria da Educação e Cultura a professôra Maria Isis da Silva Falcone, cuja passagem assinalou-se pela sua dedicação e competência.

Devemos mencionar, de forma especial, por justiça o trabalho do Dr. Paulo de Melo Rezende, na direção do Departamento Estadual de Educação e Cultura, cargo que renunciou por motivos de saúde, deixando de sua passagem proveitosas marcas.

Formulando um agradecimento a todos aqueles que nos ajudaram no trabalho de 1963 e porque compreendemos que a EDUCAÇÃO é de todos e para todos expressamos, neste momento decisivo, nosso pensamento certo de que a defesa de um povo não se promove por polêmicas vãs, artificialmente criadas, mas sim pelo ESFÔRÇO SINCERO de tornar a EDUCAÇÃO — cada vez mais acessível a todos que mourejam nêste solo ubérrimo, e assim não pouparemos energias para que o AMAZONAS seja uma realidade.

Secretaria de Agricultura,

Indústria e Comércio

Secretaria de Agricultura,

Industria e Commercio

RELATÓRIO que faz o Dr. Manuel Alexandre Filho, Secretário de AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, das atividades de sua Pasta relativas ao exercício de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1964.

SENHOR GOVERNADOR:

Temos a subida honra de dirigir-nos a Vossa Excelência, ao expirar dêste primeiro ano de sua operosa administração, para relatar, ainda que de modo sucinto, os trabalhos realizados por esta Secretaria de Estado, à frente da qual nos encontramos desvanecidos com o prestígio e a confiança que nos foram depositados e em cujo lapso de tempo podemos realizar, assim prestigiados e igualmente assistidos por quantos aqui empregam suas atividades a serviço da administração estadual, o programa determinado por Vossa Excelência na faixa da agricultura e da pecuária.

As dificuldades com que contamos para o cumprimento de nossas tarefas, face à precariedade de recursos financeiros, materiais e de pessoal, são tôdas elas do inteiro conhecimento de Vossa Excelência, que sempre nos socorreu e assistiu, lutando com empenho para que não fôssem os obstáculos mais poderosos do que o desejo consciente de bem servir à terra iniciando uma nova fase para agricultura e para a pecuária amazonenses.

Assim, podemos dizer que os trabalhos realizados no exercício administrativo de 1963 por esta Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio,

provam de maneira inequívoca o esfôrço de um Govêrno que muito se tem preocupado com as soluções efetivas e sérias para os problemas da comunidade, dedicando especialmente ao homem do campo, ao trabalhador rural desassistido e desencorajado, tôda a assistência possível, ora fomentando a produção de suas lavouras, ora fornecendo meios para a ampliação de seus campos, de modo a criar condições de trabalho mais humanas e compensadoras, alerta ao grito de igualdade social que ecoa em todos os recantos da Pátria.

ESQUEMA DE TRABALHO

Com vistas à situação econômica e social de nossas comunidades rurais, elaboramos de acôrdo com instruções de Vossa Excelência, um programa de trabalho destinado ao aumento da produção agrícola e pecuária do Estado, tomando por base a necessidade de fixar o habitante rural à terra mediante assistência financeira, técnica, médica e educacional, lutando ao mesmo tempo pelo estabelecimento de preços compensadores para seus produtos, como estímulo à população e valorização ao trabalho.

Cumprimos assim um esquema de trabalho que nos oferece esta síntese:

I — Combate ao êxodo rural
II — Campanha para aumento da produção de gêneros alimentícios
III — Incentivo à criação pastoril
IV — Localização de agricultores em zonas próximas (colônias do Estado)
V — Concessão de terras para trabalhos agropastoris

I — No decênio de 1950/60 a população rural do Amazonas diminuiu de 6,7%. Em 1950 tínhamos uma população de 514099 habitantes, dos quais 376.363 viviam na zona urbana, representando 26,8%. Já o recenseamento de 1960 mostrando uma população total de 721.215 habitantes revelou, também que 66,5% ou seja 481.556 estavam na zona rural e 33,5% ou seja 239.669, na zona urbana.

A continuar neste ritmo, se não houver uma medida visando fixar o homem ao solo para evitar o êxodo rural, em 1970 os números mostrarão que metade da população do Estado estará concentrada nas zonas urbanas, compreendendo a capital e as cidades do interior.

Preocupados com êste fenômeno e conscientes de suas causas, procuramos neste primeiro ano de Govêrno intensificar a assistência de que tanto se ressente o nosso rurícola, através do fornecimento de sementes selecionadas para o fomento de suas lavouras, entrega de materiais e implementos agrícolas, casas motorizadas para o fabrico da farinha, fornecimento de vacinas preventivas e vacinação dos rebanhos bovinos nas várias zonas criatórias, além do auxílio creditício efetuado através de estabelecimento bancário.

Êste trabalho que realizamos, do ponto de vista social se completou com a assistência médica e educacional determinada por Vossa Excelência através das Secretarias de Saúde e da Educação.

Podemos oferecer em números, um comprovante dêsse trabalho, que se não teve proporções maiores foi antes pelos limitados recursos de que dispunhamos do que pela vontade de efetivamente servir e realizar.

Fazemos inicialmente referência à assistência financeira emprestada pelo Govêrno do Estado através de financiamento bancário concedido pelo Banco do Brasil e Banco de Crédito da Amazônia, a agricultores e pecuaristas da região, cuja soma bem explica o interêsse com que a administração tem reivindicado em favor dos trabalhadores rurais.

Essa, a ajuda creditícia efetuada no ano de 1963, por encaminhamento desta Secretaria, a criadores e agricultores proprietários de glebas adquiridas ao Govêrno do Estado, portadores de documentação hábil e legal:

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A

729 agricultores financiados	Cr$	80.342.615,90
69 pecuaristas financiados	Cr$	7.585.755,30
	Cr$	87.928.371,20

BANCO DO BRASIL S/A.

920 agricultores financiados	Cr$	169.168.000,00
60 pecuaristas financiados	Cr$	23.717.850,00
	Cr$	192.885.850,00

Como se vê, o Govêrno do Estado através desta Secretaria conseguiu, habilitando os interessados, na maioria homens e mulheres humildes do vasto interior amazônico, o financiamento necessário à melhoria de seus trabalhos, na tentativa de fixar ao solo o homem trabalhador que sem dinheiro e sem amparo emigra para as cidades abandonando os campos, por isso diminuindo a produção e criando problemas de ordem social mais graves.

Temos assim um total de 1.178 pessoas financiadas por ambos os estabelecimentos de crédito, perfazendo um montante de Cr$ 280.814.221.20 (DUZENTOS E OITENTA MILHÕES, OITOCENTOS E QUATORZE MIL DUZENTOS E VINTE E UM CRUZEIROS E VINTE CENTAVOS).

Acreditamos que sòmente assim, criando facilidades e efetivamente assistindo o homem do campo com os recursos financeiros de que precisa, será possível diminuir o êxodo rural, visto que êsse cuidado é condição básica para a permanência do habitante rural nos beiradões longínquos.

Não se pode negar, nesse particular, ao Banco do Brasil e ao Banco de Crédito da Amazônia os louvores pela adoção dessa política creditícia, identificada com as necessidades do agricultor e criador amazonense.

II — Não bastaria simplesmente entregar dinheiro ao criador ou agricultor sem uma campanha de produção orientada. Por isso a Secretaria de Agricultura realizou no ano passado intenso trabalho com vistas ao aumento da produção de gêneros alimentícios, notadamente do arroz e da farinha.

Não obstante as dificuldades, a SAIC adquiriu com recursos próprios sementes de arroz para plantio, distribuindo-as gratuitamente com os agricultores do Estado, num total de 30.000 quilos de sementes dessa gramínea.

Ao mesmo tempo, objetivando o aumento da produção da farinha, esta Secretaria entregou através de sistema de crédito, 162 conjuntos motorizados, 141 fornos, 160 caitetus, 60 motores para caitetus, 10 raladores manuais, além de haver cedido, por empréstimo a entidades rurais e a particulares, elevado número dêsse material, por vêzes entregando-os em cooperação àqueles que não têm absolutamente recursos para adquiri-los por compra.

Vale ressaltar que revendemos, ao mesmo tempo, preocupados em assistir técnica e materialmente o trabalho rural, materiais agrícolas e arame farpado, distribuindo adubos químicos e variadas espécies de sementes de hortaliças, conforme números que se seguem:

Terçados	150	
Enxadas	80	
Máquinas de plantar arroz	20	
Pulverizadores	15	
Extintores de saúva	15	
Arame farpado	227	rodas
Sementes de hortaliças	20.000	gramas
Uréia	99	sacos
Fosforita de Olinda	726	"
Sulfato de Armônio	345	"
Potassa	438	"
B.H.C.	80	Kg.
Sulfato de Cobre	20	Kg.

E não apenas o homem do interior, ainda que principalmente êle, a Secretaria de Agricultura assistiu e ajudou. Também as colônias localizadas ao longo de nossas rodovias receberam desta repartição a cooperação e o concurso devidos.

Assistência médica, escolar, social, técnica, material e financeira tem sido prestada, sem descuido, a quantos povoam os núcleos coloniais próximos, tudo isso para que a população de Manaus pudesse contar com uma alimentação mais barata e mais farta no comércio das feiras e dos mercados, visto que o abastecimento dessas casas de gêneros é feito em grande parte pelas colônias locais.

Vale acrescentar que a Secretaria de Agricultura, ainda na complementação dêsse trabalho transporta, gratuitamente, para a cidade, em caminhões de sua propriedade, os produtos dessas colônias agrícolas, prestando às famílias que ali empregam suas atividades ajuda efetiva e valiosa.

Os números abaixo mostram a produção de nossas colônias, elavada em 60% no ano de 1963 conforme estatística do ano anterior, o que prova de modo eloquente o trabalho realizado e o grande rendimento conseguido:

Farinha	91.123 alqueiros
Arroz..	28.758 toneladas
Feijão	3.426 quilos
Macacheira.	462.054 quilos
Cará..	10.020 quilos
Batata	12.326 quilos
Milho.	8.600 qulios
Tomate	20.000 quilos
Pimentão	6.000 quilos

III — Não nos limitamos todavia ao fomento da agricultura. Entendemos que as atividades pastoris estavam a exigir tanto quanto aquelas a ação dinâmica do Govêrno. Por isso não só atendemos o criador levando-lhe assistência financeira através de crédito bancário, técnica e material, como realizamos, marcando indiscutìvelmente para a administração de Vossa Excelência um tento singular, a I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS, não obstante as sérias dificuldades que tivemos de enfrentar.

A I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS, pela sua importância, pelo que haverá de represenfuturo próximo para a pecuária amazonense ocupa tar em futuro próximo para a pecuária amazonense ocupa nesta síntese despretenciosa que ora fazemos, o lugar de destaque merecido. Pedimos vênia para dissertar com minúcias sôbre tão importante empreendimento.

Referida Exposição contou com a participação de vinte e oito (28) criadores procedentes de regiões locais e dos Estados do Acre e de Minas Gerais, e fora de nossas fronteiras. Tivemos assim, presentes à I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS:

13 criadores de bovinos
3 " de suínos
1 criador de equínos
2 criadores de coelhos
2 " de galinhas
2 " de ovinos
1 criador de caprínos
1 " de marrecos
1 " de pombos

Acrescente-se que o Estado de Minas Gerais compareceu à I Exposição do Amazonas, através do Sr. João Múcio Amado criador em Uberaba, com setenta e seis animais transportados para cá, apesar das dificuldades seríssimas de transporte, com o objetivo de permitir a introdução em nossos rebanhos de reprodutores e matrizes de raças selecionadas ensejando à pecuária regional o surgimento de estirpes melhoradas e de maior produção. O Estado do Acre trouxe seis animais e as regiões criatórias do Amazonas encaminharam a I Exposição nada menos de quarenta e dois semoventes. Tivemos um total de aproximadamente 160 animais, computadas as várias raças.

A I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS revelou com extraordinário orgulho para nós a qualidade de nosso gado. Espalhados pelas imensas e bonitas fazendas do Careiro, Autazes e outros lugares de criatório, já temos espécimes tão bonitos e tão apurados como os melhores da aristocrática Uberaba, terra onde só se fala em boi. E isto não o dizemos nós mas aqueles que de lá vieram para vender aqui seus reprodutores. Não significa isto que sejamos produtores de gado raciado e que não precisemos trazer reprodutores e matrizes para nossos rebanhos. Muito ao contrário. Estamos no início e o que nos cabe é intensificar o trabalho que vimos realizando no sentido de sempre e cada vez mais assistir e encorajar o criador para que êle possa de fato cuidar de suas fazendas com o zêlo que todos proclamamos e reconhecemos por ocasião de nossa primeira feira de animais.

Ressalte-se que a I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS contribuiu efetivamente para ampliação de nossos rebanhos visto que os criadores

regionais tiveram a sua disposição o necessário financiamento para as operações desejadas. Conseguimos junto ao Banco do Brasil o crédito de CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS para financiamento aos criadores, graças ao interêsse de Vossa Excelência em formular às autoridades competentes os apelos que se faziam oportunos. Igualmente contamos com o crédito de DEZ MILHÕES DE CRUEIROS através do Banco do Estado do Amazonas para a mesma finalidade. Conforme informações dêsses estabelecimentos creditícios, estão sendo processados respectivamente no Banco do Brasil e Banco do Estado do Amazonas financiamentos no montante de DEZ MILHÕES e SETE MILHÕES DE CRUZEIROS, respectivamente.

Faz-se mister destacar o alto concurso dos órgãos federais do Ministério da Agricultura, aqui sediados, notadamente do Serviço de Promoção Agro-Pecuária e do Serviço de Acôrdo de Classificação de Produtos Agro-Pecuários das Associações Rurais, Prefeituras, Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, Companhia de Eletricidade de Manaus, da Imprensa e do Rádio amazonenses, de cujo apoio conseguimos dar à I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS o brilho que tanto desejávamos.

Diante da receptividade da I EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS, que mobilizou a massa popular de nossa capital interessada em conhecer o potencial do criatório do Estado aqui representado pelos seus melhores espécimes, e do interêsse com que os fazendeiros atenderam ao chamamento do Govêrno para êsse trabalho, estamos convencidos de que todo o sacrifício e tôda a luta dispendidos nada significam em face dos resultados positivos alcançados.

Ainda com referência à pecuária, vale dizer que esta Secretaria intensificou de modo tríplice a assistência que até então vinha sendo dada aos rebanhos das várias regiões, assim como atendeu técnica e materialmente os criadores necessitados da assistência e orientação. Tanto assim que no ano passado enviamos ao interior vacinadores e auxiliares de veterinário com o fim de aplicar medicação preven-

tiva nos rebanhos locais, trabalho êsse em que foram consumidas nada menos de 50 mil doses de vacina, sendo de acrescentar que a Secretaria empregou recursos próprios para a aquisição do medicamento, transporte e alimentação dos funcionários designados para êsse serviço. E caravanas assim daqui partiram repetidas vêzes, por isso que tivemos o cuidado de estocar, observados os processos modernos de conservação o medicamento veterinário indispensável a êsse atendimento.

E tudo isto realizamos, Senhor Governador, preocupados com as assombrosas estatísticas que têm provado o desânimo do trabalhador rural consequente do abandono e da desassistência de que tem sido vítima. Mostram os números que em 1962 produzimos 900.000 litros de leite e importamos 1.000 toneladas de leite em pó e condensado; consumimos 40 mil cabeças de gado vacum e a contribuição dos nossos rebanhos não chegou a 10.000 cabeças. Importamos ainda 270 toneladas de conservas de boi e 400 toneladas de xarque, isto para não citarmos outros gêneros como, por exemplo, a banha animal e vegetal.

Acreditamos, no entanto, que o trabalho agora iniciado modificará, se continuado e intensificado no futuro êste panorama. E temos certeza de que Vossa Excelência não nos faltará com o estímulo e a cooperação necessários à continuação dêsse programa tal o empenho que tem de bem servir à comunidade amazonense.

IV — Preocupamo-nos, Senhor Governador, igualmente, com o sério problema da colonização das zonas próximas da cidade, de sorte a intensificar os trabalhos agrícolas nas circunvizinhanças da capital a fim de permitir à nossa população a aquisição de gêneros alimentícios mais baratos e menos escassos. Foi indiscutìvelmente um trabalho que exigiu esfôrço e abnegação, para o qual tivemos de olhar com a mais acurada atenção tal a complexidade do problema. Não se trata apenas de franquear a terra para o lavoreio. A colonização exige mais. O homem sem recursos e sem assistência não pode trabalhar e produzir. A Secretaria de Agricultura dá aos colonos alimentação através do for-

necimento de ranchos semanais, assistência médica e medicamentosa, técnica e material, inclusive franqueando-lhes transporte para seus produtos.

Conseguimos assim localizar no ano passado 222 famílias, num total de aproximadamente 800 pessoas.

Isto representa a aquisição de novos braços a serviço da agricultura, muito embora ainda se tenha de atender a uma seleção natural, por isso que nem todos aquêles que se propõem a esses trabalhos conseguem o rendimento que têm em mira pela falta de habilitação para os mesmos. Todavia, a SAIC vem tentando aproveitar os novos colonos estimulando-os, assistindo-os e orientando-os a fim de que se estabelecam e se estabilizem, definitivamente naqueles núcleos e passem a produzir em benefício da população consumidora.

Repita-se, que a Secretaria de Agricultura teve de enfrentar sérios problemas de ordem financeira, material e de pessoal para o cumprimento dessa tarefa. Mesmo assim conseguimos executá-la e os frutos haverão de surgir como recompensa ao trabalho e estímulo a novos empreendimentos.

V — Trabalho de consideráveis proporções foi sem dúvida alguma à concessão de glebas a pessoas interessadas em misteres agropastoris.

Como se sabe, a Lei 89, de 31 de dezembro de 1959, se embase em princípio de ordem social e favorece, pelas condições que prevê, a quantos queiram dedicar-se ao amanho da terra ou à pecuária com o fornecimento de glebas para êsses trabalhos, valendo inclusive a documentação que a SAIC expede de elemento hábil para operações junto a estabelecimentos de crédito, por isso que não bastaria entregar a terra ao trabalhador sem conceder-lhe, por igual, os recursos necessários à execução de suas tarefas.

Esta, a estística de nossos trabalhos no setor de terras desta Secretaria de Estado, no exercício de 1963.

Títulos Definitivos expedidos	130
Títulos de Posse expedidos..	51
Títulos de Ocupação expedidos. ..	36
Títulos Provisórios expedidos.. ..	30
Certificados de Averbação	724
Requerimentos recebidos	2.664

PRODUÇÃO MINERAL

Queremos mencionar que a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, que também administra o Departamento de Produção Mineral, executou nesta faixa de atividades, em que pese a falta de recursos para essas operações, alguns serviços de interêsse do Govêrno, notadamente pesquisas de minerios no Rio Sucunduri, onde informa o Instituto de Pesquisas da Amazônia existir extenso lençol de manganês.

Tivemos ainda de recuperar as embarcações de propriedade dêsse Departamento, sem o que não seria possível enviar às regiões de interêsse as expedições pesquisadoras, tal o dispêndio financeiro que teríamos de ter utilizando embarcações particulares.

Esperamos dar continuação a êsses trabalhos, por isso que tentamos aparelhar, no ano passado, o Departamento, de modo a permtir êste ano o cumprimento de um programa mais intenso e de significações maiores.

EXPEDIENTE

Não podemos omitir, por outro lado, o trabalho burocrático desenvolvido por esta Secretaria no exercício de 1963, quando as estatísticas apontam um movimento tão expressivo, còmo prova de que realmente atuamos contribuindo para o desenvolvimento do programa administrativo de Vossa Excelência.

Os números mostram o que afirmamos:

Ofícios expedidos..	1.367
Telegramas expedidos..	109
Circulares expedidas..	102
Portarias	211
Decretos..	107
Ofícios recebidos	1.101
Telegramas recebidos	101

A Secretaria de Agricultura gastou no ano passado, de acôrdo com o crédito orçamentário, com o pagamento de pessoal, aquisição de materiais e serviços de desenvolvimento, as seguintes somas:

Pessoal	Cr$	40.388.430,00
Material		2.850.000,00
Despesas diversas		4.330.000,00
Auxílios e subvenções		2.420.000,00
Desenvolvimento		38.000.000,00
Equipamentos e instalações		3.500.000,00
TOTAL	Cr$	81.488.430,00

PROGRAMA PARA 1 964

Acordes ao desejo de Vossa Excelência de fomentar a agricultura e a pecuária no Estado, e já com uma preparação de base para êsses serviços, podemos aqui fornecer um esquema de trabalho para o exercício administrativo de 1964, que em resumo prevê a continuação dos serviços iniciados no ano anterior.

I — AGRICULTURA

a) Continuação da política de facilidades ao agricultor para adquirir sua gleba de terra onde possa, como legítimo proprietário, exercitar as suas atividades rurais.

b) Reaparelhamento das Colônias Agrícolas instaladas na rodovia BR-17 intensificando nelas as culturas de sustentação e, gradativamente, as culturas de vegetais agro-industriais anuais e permanentes, no sentido do fortalecimento da nossa economia pela industrialização e exportação das mesmas. Criar novas colônias nessa mesma estrada e em outras zonas.

c) Estabelecer convênios com Municípios que se interessarem pelo maior desenvolvimento agrícola dentro da sua área pelos quais o Govêrno do Estado, através da Secretaria de Agricultura entrará com 2/3 e o Município com 1/3 (quota parte do Impôsto de renda com aplicação obrigatória de 50% em benefício de ordem rural) para a formação do

"quantum" fôr convencionado. A execução dêste convênio, sempre que possível será feito pelo Estado e na sua impossibilidade, pelo próprio Município, fiscalizado pelo Govêrno do Estado. A parte do Estado poderá ocorrer pelo Fundo do Fomento-Econômico; pelo que determina o artigo 98, inciso V, da Constituição do Estado ou, ainda, por outra dotação específica.

d) Construção de uma rede de silos, previsto no ítem "d" cuja construção poderá ser financiada pelo Govêrno Federal, através do Banco do Brasil, de conformidade com o que determina o Decreto Federal 41.167, de 18 de março de 1957.

e) Entendimentos com o Banco do Brasil, Banco de Crédito da Amazônia e com todos órgãos do Govêrno Federal no Amazonas responsáveis pelo fomento agrícola para um perfeito entrosamento objetivando maior rendimento no processo de assistência ao agricultor, quer em têrmos de financiamento quer em assistência técnica.

f) Formação, no mínimo, de 5 (cinco) patrulhas mecanizadas compostas, cada uma delas, de 6 tratores sendo 4 de esteiras e 2 com rodas de pneus, equipados com guincho, buldozer, desenraizador, angledozer e demais implementos para o preparo de solo, plantio e colheira a fim de que, nas zonas indicadas, seja iniciada a mecanização da lavoura. O custo das operações será por conta do agricultor interessado e poderá ser deduzido de financiamentos conseguidos para fins agrícolas. Estas patrulhas mecanizadas atenderão também os pecuaristas na formação de campos de pastagens.

g) Mediante crédito rotativo adquirir, para revenda a agricultores, pelo preço do custo, e em prestações, ferramentas e outros materiais agrícolas como: terçados, enxadas, fornos conjuntos motorizados para farinha, milho, arroz, engenhocas, etc.

h) Ampliação das instalações do atual campo experimental da Secretaria de Agricultura para o estudo de espécimes do valor econômico, comportamento dos mesmos de acôrdo com as nossas condições ecológicas, solos, etc. Estudos de variedades que possam oferecer maior rendimento nas culturas pela sua precocidade, resistência, maior produtividade, etc.

II — PECUÁRIA

a) Realização da II EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DO AMAZONAS com vistas à ampliação de nossos rebanhos e introdução de gado raceado nas zonas do criatório.

b) Amparo efetivo aos pecuaristas proporcionando-lhes facilidades de crédito, assistência veterinária permanente, melhoramento dos campos e das pastagens com a utilização das patrulhas mecanizadas e introdução de variedades de forragens para a formação de pastagens indicadas, defesa dos rebanhos contra as grandes inundações com o preparo de invernadas em locais apropriados e até mesmo, se possível, com a utilização de máquinas para fazer "marombas" de atêrro, revenda a criadores, pelo preço de custo, de arame farpado para formação de cêrcas.

c) Nas pequenas regiões, em cooperação com as administrações municipais por meio de convênios que poderão ser firmados nas bases já sugeridas para o fomento agrícola, deverão ser introduzidos matrizes e reprodutores de gado de corte preferencialmente, os quais, adquiridos pelo Estado poderão ser vendidos diretamente aos criadores dessas regiões para pagamento parcelado ou aos Municípios interessados em promoverem o fomento pecuário dentro das suas áreas em cooperação com os criadores locais.

III — AVICULTURA

A avicultura constitui uma das principais atividades na sociedade humana, pois a sua exploração é imprescindível para a alimentação do homem.

Sabemos que a criação de galinhas é feita em tôda a parte, desde o pequeno fundo de quintal das cidades até as grandes granjas industriais, nos centros mais adiantados. Necessitamos assim fomentar à avicultura em nosso Estado, cabendo ao Govêrno êsse pioneirismo. Por êsse motivo propusemos a Vossa Excelência a aquisição de três incubadoras de 5.184 ovos cada uma bem como de três misturadores para fabricação de rações balanceadas, com o que pretendemos realizar um trabalho orientado no sentido de não só produzir como recolher conhecimentos para serem posteriormente levados àqueles que se venham a interessar por essas atividades.

CONCLUSÃO

Explicados ainda que em síntese os trabalhos realizados no exercício administrativo de 1963 e expostas as metas a serem alcançadas por esta Secretaria no corrente ano, cumprimos o indeclinável dever de expressar a Vossa Excelência, mais uma vez, os nossos agradecimentos pela confiança que nos depositou alçando-nos a êste pôsto da administração estadual, em cujo exercício procuramos colaborar efetiva e sinceramente com o Govêrno de Vossa Excelência, ajudando-o, embora modestamente a realizar a grande obra de recuperação econômica e social do Amazonas, com o fim de dar a seu povo "uma comunidade feliz".

Servimo-nos do ensejo para reiterar-lhe protestos do mais alto aprêço e erguido respeito.

Gabinete da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em Manaus, 29 de fevereiro de 1964.

MANUEL ALEXANDRE FILHO
Secretário de A.I.C.

Secretaria de Viação

e

Obras Públicas

Secretaria de Viação

e

Obras Públicas

No ano de 1963 a Secretaria de Viação e Obras Públicas realizou as seguintes obras:

GRUPO ESCOLAR "BARÃO DO RIO BRANCO" — Recuperação geral da cobertura, compreendendo os seguintes serviços: substituição de 20.00m2 de telha tipo marselha, de 300 palmos lineares de caibros com espessura de 3x2", de 500 palmos lineares de ripas com espessura de 2x1/2", de 3 vigas de madeira de lei com 36 palmos lineares com espessura de 6x4, de 35.00m de calhas de chapa galvanizada, de 40.00m de condutores d"agua galvanizado com o diâmetro de 3" e consêrto geral dos fôrros com 180.00m2 — recuperação do assoalho num total de 9.00m2 — consêrto de 30 portas, 19 janelas, assim como colocação dos vidros nas mesmas e construção de seis (6) vigas de concreto armado num total de 8.00m3 nos locais das paredes que foram eliminadas para sustentação da cobertura, fôrro e assoalho — abertura de seis (6) vãos de portas, medindo 11.00m3 em paredes de alvenaria de pedra — abertura de quatro (4) janelas, medindo 10.00m3 em paredes de alvenaria de pedra — alargamento em cinco (5) janelas para transformá-las em portas num total de 2.00 m3 construção de 32.40m3 de parede de alvenaria de tijolo — construção de 356.00m2 de revestimento de paredes — demolição dos pisos e substituição dos mesmos em mosaico num total de 270.00m2 — demolição de duas (2) paredes de alvenaria de tijolo e cimento, medindo 9.00m3 — demolição de quatro (4) paredes de alvenaria de pedra e cimento, medindo 18.00m3 — demolição e construção de tôdas as calçadas num total de 354.50m2, assim como de tôdas as sarjetas — reforma dos sanitários com substituição de quatro (4) aparelhos e quatro (4) caixas de descarga e abertura de buracos nos mesmos para entrada de ar e luz — aparelhamento de uma (1) cozinha com um (1) balcão de marmorite, um (1) armário, 2 pias e um (1) lavatório — cons-

trução de uma (1) caixa d"agua, com capacidade para 4.417 litros — substituição geral de todo serviço elétrico com 90 pontos de luz e entrada de corrente trifázica — construção de um (1) muro com 16.00m2 em alvenaria de tijolo para cercar o terreno dos fundos do prédio — colocação de cinco (5) portas novas — assentamento de 80.00m2 de azulejos nos sanitários e cozinha — construção de 90.00m de meio-fio para proteger o jardim — limpeza geral do quintal — pintura geral.

JARDIM DE INFÂNCIA "VISCONDE DE MAUÁ" — Construção de uma (1) fossa com 18.00m3 — reforma nos esgôtos — instalação e colocação de três (3) lavatórios — consêrto de seis (6) portas e vinte e cinco (25) janelas, assim como colocação dos vidros nas mesmas — substituição de todo o serviço elétrico com 9 pontos de luz — demolição e construção de tôdas as calçadas num total de 56.00m2 — reforma nas sarjetas — consêrto do beiral com 36.00m — consêrto da cobertura com substituição de 3.00m2 de telha tipo marselha — construção de um (1) anexo, contendo três latrinas, um (1) chuveiro, um (1) lavatório, uma (1) cozinha, uma (1) pia, um (1) balcão de marmorite e um (1) armário, sendo as paredes internas revestidas de azulejos até a altura de 1.50m e o seu piso com 21.00m2 em mosaico — construção de uma (1) calçada de proteção em volta do anexo com 10.00m2 — construção de um (1) passeio com cobertura de telha eternite e piso em mosaico, dando acesso para o "Jardim de Infancia" — pintura geral.

GRUPO ESCOLAR "OLAVO BILAC" — Reparo no telhado medindo 100.00m2 — colocação de 50m de calha — substituição de condutores d"agua de zinco para tubo de brasilite num total de 40.00m — construção de uma coluna de alvenaria de tijolo com 2.30m3 para sustentação do telhado.

PÔSTO MÉDICO DO BAIRRO DA GLÓRIA — Substituição das vidraças de matéria plástica por vidro martelado num total de 11.80m2 — reparo no serviço de esgôto — consêrto em dois (2) lavatórios, em dois (2) aparelhos sanitários e em dois (2) bebedouros.

HOSPITAL "Dr. FAJARDO" — Conclusão do serviço elétrico com 350 pontos de luz e entrada de corrente trifázica — reparo na instalação hidráulica — construção de uma (1) cisterna, com capacidade para 36.000 litros

— colocação de uma (1) bomba d"água elétrica — confecção de um (1) balcão para portaria — colocação de 8 fechaduras, 50 ferrolhos — reparo em tôdas as esquadrias.

TEATRO AMAZONAS — Instalação elétrica com 600 pontos de luz, 20 refletores de lâmpada de 1.000 watts. e entrada de corrente trifázica — término da pintura interna.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS — Recuperação geral de todo telhado — recuperação das calhas com 120.00m e dos condutores d"água com 80.00m — reparo e instalação de esgôtos — conserto em 38 aparelhos sanitários — colocação de dez (10) lavatórios — colocação das tampas em trinta e oito (38) aparelhos sanitários — recuperação de doze (12) bebedouros — troca da bomba da cisterna para o prédio — demolição e construção da calçada da frente com 382.80m2 — reforma geral do muro da frente com 265.80m2 — revestimento do piso em massa fina num total de 200.00m2 — revestimento da pista com 250.00m2 — substituição de telas de arame para tijolo num total de 12.00m2 — colocação de quatro (4) bebedouros — colocação de dezesseis (16) postes com globos — colocação de vinte (20) jarros no muro — reforma geral no muro interno, com substituição de todos balaustres num total de 500.00m2 — retoque em tôdas as paredes — construção de um jardim interno medindo 375.50m2 — demolição de 190.80m2 de reboco e revestimento no mesmo — revestimento em dezenove (19) degráus da escada principal — reparo geral no fôrro com substituição de madeira nova em 420.00m2 — demolição de um (1) palco de madeira e construção do mesmo com 35.00m2 de alvenaria e revestimento — colocação de oito (8) grades de madeira nos vãos em cima das portas — consêrto na quadra de esporte — reforma no piso em mosaico e cerâmica num total de 12.00m2 — reparo na instalação elétrica com 280 pontos de luz e entrada de corrente trifázica e pintura geral.

PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO — Construção de quatro (4) colunas tipo gigante num total de ... 6.00m3 para sustentação das paredes dos fundos — recuperação de 190.00m2 de telhado — construção de ... 33.00m2 de platibanda e revestimento — construção de 443.00m de calha de cimento armado para escoamento das águas do telhado — construção de onze (11) lajes de concreto armado (fôrro) num total de 66.80m3 — demo-

lição de 320.00m2 de piso de cimento e recuperação do mesmo em mosaico — confecção de armação de ferro para laje num total de 270.00m2 — colocação de nove (9) caxilios para receber portas — instalação de tubos d''água em seis (6) sanitários — demolição de 160.00m2 de reboco deteriorado — recuperação de seis (6) portões de ferro — consêrto no serviço elétrico com 81 pontos de luz e entrada de corrente trifázica.

GRUPO ESCOLAR "JOSÉ PARANAGUÁ" — Reparo no serviço elétrico com 60 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "DOM JOÃO DE SOUZA LIMA" — Bairro de São Raimundo — Consêrto em três (3) bebedouros e em 2 lavatórios — instalação de esgôto — colocação de uma (1) calha no beiral — entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "NILO PEÇANHA" — Recuperação de 30.00m2 do telhado — colocação de uma (1) viga de madeira com 8.00m para encaibramento.

GRUPO ESCOLAR "LORIS CORDOVIL" — Bairro de São Jorge — Reparo nos esgôtos — consêrto em dois (2) bebedouros e um (1) lavatório — reparo na instalação elétrica com 50 pontos de luz e entrada de corrente bifázica — pintura geral.

DELEGACIA DE POLICIA DE ADRIANÓPOLIS — Instalação elétrica com 8 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

DELEGACIA DE POLÍCIA DA MATINHA — Instalação elétrica com 4 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "MACHADO DE ASSIS" — Recuperação do telhado compreendendo tapamento de goteiras — recuperação do esgôto geral — construção de uma (1) fossa biológica com capacidade para 9.000 litros — reparo geral em oito (8) caixas de descarga e em oito (8) aparelhos sanitários — consêrto em três (3) bebedouros — colocação de dois (2) lavatórios — recuperação da instalação hidráulica — consêrto de um (1) muro com 10.00m2 — construção de um (1) portão que dá acesso para os fundos.

RESERVATÓRIO CASTELLANA — Consêrto geral do telhado compreendendo diversas soldas nas calhas e condutores d''água — consêrto em tôdas esquadrias — colo-

cação de um (1) quadro de tela na caixa d"água com 10.00m2 — consêrto nas escadas — colocação de dois (2) longarinas com 12.00m2 — pintura geral.

GRUPO ESCOLAR "MONTEIRO DE SOUZA" — Estrada de Educandos — Reparo na instalação elétrica com 50 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "LEOPOLDO NEVES" — Bairro de Santa Luzia — Reparo na instalação elétrica com 60 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "ANTÔNIO BITTENCOURT" — Bairro da Glória — Entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "SALDANHA MARINHO" — Entrada de corrente monofázica — mudança de vinte (20) lâmpadas.

GRUPO ESCOLAR "VIVALDO LIMA" — Matinha — Entrada de corrente monofázica.

GRUPO ESCOLAR "AGNELO BITTENCOURT" — Bairro de São Jorge — Consêrto na instalação de esgôto — consêrto em dois (2) lavatórios e em três (3) sanitários — reparo na instalação elétrica com 60 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

DELEGACIA DE POLICIA DO BAIRRO DE SÃO JORGE — Reparo na instalação elétrica com 5 pontos de luz e entrada de corrente monofázica.

CONJUNTO EDUCACIONAL "MINISTRO PAES DE ALMEIDA" — Colocação de uma (1) bomba d"água — reparo na instalação elétrica com 200 pontos de luz e entrada de corrente trifázica.

PALÁCIO RIO BRANCO — Reparo nos esgôtos — reparo na instalação elétrica com 50 pontos de luz e entrada de corrente trifázica.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO — Reparo na cobertura compreendendo diversas soldas nas calhas e nos condutôres d"água — substituição dos vidros — reparo em tôdas as esquadrias.

CENTRAL DE POLICIA — Reparo da cobertura compreendendo diversas soldas nas calhas e nos condutores d"água — confecção de andaimes para pintura — consêrto em três (3) xadrezes — construção de uma (1) parede de madeira na parte lateral com 15.00m2 — construção de dois (2) miquitórios em alvenaria de tijolo, cimento e areia — reparo na instalação hidráulica — confecção de pratilheiras na cantina — construção de caixas para servirem de cinzeiros.

CENTRO DE SAÚDE DO BAIRRO DE EDUCANDOS — Reparo no piso, com substituição de 5.00m2 de tacos — consêrto do telhado — reparo nas calçadas — instalação de uma (1) bacia hidráulica e um (1) lavatório — reparo na cisterna e no tanque — reparo nas esquadrias com colocação de fechaduras, ferrolhos e trincos — abertura de uma (1) porta com 2.50m2 — construção de uma parede com 6.00m2 — entrada de corrente trifázica para o prédio e bifázica para os Raios X.

DIÁRIO OFICIAL — Recuperação do esgôto.

GRUPO ESCOLAR "LUIZINHA NASCIMENTO" — Recalçamento de uma (1) escada que dá acesso para o andar superior — construção de três colunas para sustentação da laje num total de 4.80m3 — construção de um (1) depósito na parte inferior da escada.

ESCOLA "SÃO JOSÉ" — Kilômetro 16 — Recalçamento de todo alicerce — demolição de todo piso e substituição do mesmo num total de 90.00m2 — construção de dois (2) balcões em alvenaria de cimento burnido — demolição da estrutura do telhado e construção do mesmo — construção de um (1) passeio de proteção — pintura geral.

BOMBEAMENTO — Atêrro para proteção da bacia de decantação — construção de um (1) muro de arrimo num total de 110.00m3.

FRIGORÍFICO "F-2" — Construção de oito (8) pilares e sapatas em concreto armado — colocação de 114 tubos de esgôto em concreto armado em caixas coletoras para águas fluviais — construção de um (1) muro de arrimo com 50.00m3 para segurança do atêrro — construção de uma (1) caixa coletora em concreto — construção de quatro (4) tampões em concreto para as caixas.

VARA DA FAMÍLIA — Demolição geral do prédio para início da construção do palácio "Governador PLÍNIO COELHO" — construção do depósito e escritório para início das obras.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT — Assentamento de colunas e arcos para cobertura do telhado.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE — Uma das dependências se encontra em demolição para a instalação do Pronto Socorro (S.S.U.).

SERVIÇO DE SOCORRO DE URGÊNCIA — Reparo completo no telhado — consêrto em duas (2) caixas de descarga, três (3) lavatórios e uma (1) banheira — con-

sêrto em tôda instalação hidráulica — consêrto na calha com 30 soldas.

MATERNIDADE "BALBINA MESTRINHO" — Serviços executados: BERÇÁRIO: substituição dos combogois por esquadrias de madeira num total de 14.40m2 — adaptação de 1 sala para berçario com paredes de alvenaria num total de 19.00m2 — demolição e construção de piso de mosaico num total de 15.66m2 — assentamento de 19.00m de rodapés — abertura de parede para colocação de 1 porta de madeira medindo 1.60m2. SALA DE OPERAÇÃO: abertura de parede para colocação de 2 portas num total de 4.60 m2 — construção de 1 parede com 7.12m2 — construção de 1 porta com 1.60 m2 — construção de 1 balcão em marmorite com pia e armário, medindo 1.20m2 — construção de 1 pedra de marmorite em forma de "L", com 1.25m2 — demolição e construção do piso em mosaico com 50.84m2 — assentamento de 46.30 m de rodapés — assentamento de 107.00m2 de azulejos — colocação de um (1) lavatório — abertura de parede com colocação de 1 porta com 3.00m2. BANCO DE SANGUE: adaptação de 3 salas para funcionamento de um banco de sangue num total de 78.88m2 — construção de 1 balcão em marmorite com armário e porta corrediça num total de 1.56m2 — assentamento de 1 basculhante com 1.05m2 — colocação de um (1) lavatório — divisão de madeira num total de 35.20m2, com 3 portas medindo 4.80m2 — abertura de 1 porta com 1.60m2 — construção de 1 balcão com pia, armário e porta corrediça num total de 3.48m2. PRÉ-NATAL: adaptação de 1 sala com 78.88m2 — divisão de madeira num total de 18.00m2 — colocação de 1 porta com 1.44m2 — colocação de um (1) lavatório — construção de cinco (5) bancos de madeira para espera num total de 15.00m — pintura geral na mesma. ENFERMARIA: adaptação de 2 salas num total de 64.88 m2 com aplicação de 1 barra em massa escaiola, num total de 68.40m — abertura de parede para colocação de 1 porta num total de 1.60m2 — construção de piso em duratex com 68.40m2 — assentamento de 45.60m de rodapés de madeira. LABORATÓRIO: adaptação de 2 salas num total de 33.64m2 — construção de 1 balcão em marmorite com pia, armário e porta corrediça, medindo 3.48m2 — construção de 1 balcão em marmorite com pia, armário e porta corrediça com 1.25m2 — construção de 1 balcão em marmorite em forma de "T", medindo 0,75m2 — cons-

trução de 1 parede de alvenaria com 13.92m2 — colocação de 3 portas, num total de 4.80m2 — colocação de 1 janela com 1.50m2 — demolição de parede num total de 5.00m2. SERVIÇOS DIVERSOS: construção de 1 rampa em alvenaria de tijolo, medindo 21.60m2 — construção de 1 portão de ferro, medindo 2.20m2 — construção de 60.00m de esgôto — reparo na instalação elétrica com 60 pontos de luz — modificação do aparelho otoclavo, que funcionava com fio 12, para cabo 8 num total de 300.00m — construção de 1 balcão em marmorite com pia e armário com 0,84m2 — construção de 4 pestanas, num total de 2.88m2 — construção de 1 prateleira de madeira com 4.00m2 — pintura em 1.200.00m2 — reparo geral na instalação hidráulica.

INSTITUTO "MELO MATOS" — Reparo na instalação elétrica com 30 pontos de luz e entrada de corrente trifásica.

COLONIA DE ALIENADOS "EDUARDO RIBEIRO" — Reparo na instalação elétrica com 200 pontos de luz e entrada de corrente trifásica.

PALÁCIO "RIO NEGRO" — Construção de 1 muro em alvenaria de tijolo com 80.00m2 — consêrto no telhado com tapamento de goteiras — colocação de 40.00m de calha — consêrto em 40.00m de rufo — consêrto na instalação de esgôto num total de 8.00m — colocação de um gradil de madeira de lei, envernizado, na entrada principal com 15.00m2.

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS — Construção de um balcão com carteiras e vidros, em madeira de lei, envernizado, com 49.98m2 — reparo no telhado com tapamento de goteiras e diversas soldas nas calhas — colocação de 20 persianas columbias — construção de 2 estantes modernas, em madeira de lei, envernizadas, num total de 4.32m3 — construção de um (1) balcão com armário para portaria, em madeira de lei, envernizado, com 4.94m3 — construção e colocação de um corre-mão com 70,00m — consêrto nas carteiras com substituição de 20 fechaduras.

OBRAS CONCLUIDAS

GINÁSIO INDUSTRIAL — Construido de alvenaria de tijolo e pedra, com 14 salas de aulas, arquivo, diretoria, secretaria, sala dos professôres, sala para reuniões da congregação, 2 banheiros e 6 sanitários para mulheres; 6 sa-

nitários, 1 banheiro e miquitório para homens; 4 sanitários e 1 banheiro para os professôres; 2 bebedouros elétricos. Possui 1.780.13m2 de área coberta e 556.80m2 de área descoberta com 20 canteiros para plantas de jardim.

FORUM "PLÍNIO COELHO" — Construido em alvenaria de tijolo, com 28 salas, 5 sanitários. Possui 360.00m2 de área coberta e 45.00m2 de área descoberta (circulação do segundo pavimento), tendo um gradil de ferro para guarnição da circulação e escadas, medindo 112.00m2.

GRUPO ESCOLAR "ANTÓVILA MOURÃO VIEIRA" — Bairro Vermelho — Construido de alvenaria de tijolo, com 786.74m2 de área coberta. Possui 6 salas de aulas, arquivo, merenda escolar, biblioteca, diretoria, recreio coberto e 12 sanitários, sendo 6 para meninos e 6 para meninas.

OBRAS INICIADAS

GRUPO ESCOLAR DO BAIRRO DE PETRÓPOLIS — Está sendo construido de alvenaria de tijolo, tendo .... 843.54m2 de área coberta. Possui 14 salas de aulas, merenda escolar, arquivo, diretoria, secretaria, 2 recreios cobertos, 12 sanitários para meninos, 12 sanitários para meninas, 2 rampas que dá acesso ao andar superior, estando concluido o seu primeiro piso, primeira laje e 2 rampas, faltando apenas a concretagem para terminar a laje de forro para cobertura, o que ocorrerá brevemente.

CONSTRUÇÕES E RECUPERAÇÕES NO INTERIOR DO ESTADO

Também no interior, em convênios e contratos assinados com o Estado por intermédio desta Secretaria, foram construidos e recuperados vários próprios estaduais estando uns terminados, outros em fase de conclusão e diversos projetados para serem construidos ainda êste ano, a saber:

MUNICÍPIOS

ARAPAPÁ — Encontra-se em fase de conclusão a construção do Grupo Escolar "PLÍNIO COÊLHO";

BORBA — Iniciadas as obras de construção de u'a Maternidade com capacidade para nove leitos, prevê-se sua conclusão ainda êste ano.

BARREIRINHA — Está sendo completamente recuperado e já quase concluido um Grupo Escolar nesse Município.

COARI — Foi construido e já se acha concluido, nesse Município, um Grupo Escolar de 4 salas.

GUAJARÁ — Nesse Município está sendo construida 1 Delegacia de Polícia, cuja conclusão ocorrerá ainda êste ano.

HUMAITÁ — Está sendo construido um Hotel de alvenaria de tijolo, prevendo-se sua conclusão nêste exercício.

ITACOATIARA — Estão em pleno andamento as obras de construção de um Artezanato nesse Município.

MARAÃ — Em pleno andamento acham-se as obras de construção de 1 Pôsto Médico e 1 Delegacia de Polícia na sede dêsse Município, cujo término está previsto para breve. Também foi iniciada a construção de um Grupo Escolar de 2 salas, cuja conclusão se verificará em meados do ano em curso.

NHAMUNDÁ — Foram construidos nesse Município um Pôsto Médico e uma Delegacia de Polícia, cujas obras estão concluidas.

NOVO ARIPUANÃ — Para êste ano está prevista a conclusão do Grupo Escolar dêsse Município.

PARINTINS — Foram construidas nêsse Município as seguintes obras: 3 Escadarias, respectivamente nas localidades de "TAMAQUARÉ", "SÃO BENEDITO" e "TRAVESSA ORIENTAL; um Grupo Escolar de 6 salas, 1 Pôsto de abastecimento de água, 1 Trapiche Municipal; 1 Passeio Público e 1 praça denominada "CRISTO REDENTOR". Tôdas essas obras estão concluidas.

UARINÍ — Está concluido para ser inaugurado em meados de fevereiro do corrente ano, 1 Grupo Escolar.

OBRAS PROJETADAS EM 1963, DEPENDENDO DE ASSINATURA DE CONTRATOS

MUNICÍPIOS

AMATARÍ — 1 Pôsto Médico e 1 Delegacia de Polícia.

BADAJÓS — 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia, 1 Mercado Público, 1 Coletoria de Rendas, Escola Rural, 1 Grupo Escolar de 3 salas, Sede da Comuna Municipal.

BARREIRA BRANCA — 1 Pôsto Médico, 1 Grupo Escolar, Sede da Comuna.

CASTANHO — 1 Grupo Escolar, Sede da Comuna.

CAMPINA DO NORTE — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico e 1 Delegacia de Polícia.

CINCO ILHAS — 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

CARVOEIRO — 1 Grupo Escolar.

GUAJARÁ — 1 Escola Rural.

JURUÁ — 1 Grupo Escolar.

JUMA — 1 Grupo Escolar, 1 Delegacia de Polícia, 1 Pôsto Médico, Casa de Farinha e Sede da Comuna.

JANAUARY — 1 Grupo Escolar, 1 Delegacia de Polícia, 1 Pôsto Médico, 1 Escola Rural e 1 Casa de Farinha.

MARIÁ — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia, 1 Escola Rural, 1 Casa de Farinha e Sede da Comuna.

MAMORÍ — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

PARÍ-CACHOEIRA — 2 pontes ligando a sede do Município às povoações circunsvizinhas.

PADAUARY — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia, Casa de Farinha, 1 Escola Rural e Sede da Comuna.

SÃO FRANCISCO DE TONANTINS — 1 Pôsto Médico, 1 Grupo Escolar e 1 Delegacia de Polícia.

SORATINI — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

ENVIRA — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

TERRA NOVA — 1 Grupo Escolar, 1 Pôsto Médico, 1 Delegacia de Polícia, Casa de Farinha, 1 Escola Rural.

TARUMÃ — 1 Grupo Escolar, 3 Postos Médicos, 4 Delegacias de Polícia, 2 Escolas Rurais e 5 Casas de Farinha.

TROCARÍ — 1 Pôsto Médico, 2 Grupo Escolar, 1 Delegacia de Polícia e Sede da Comuna.

Departamento de Administração

e

Serviço Público do Amazonas

Departamento de Administração
©
Serviço Público do Amazonas

Manaus, 29 de fevereiro de 1964.

SENHOR GOVERNADOR:

Cumpre o dever de apresentar a Vossa Excelência, o RELATÓRIO das atividades dêste Departamento no período de 31 de janeiro de 1963 até a presente data.

ATIVIDADES DO GABINETE
E X P E D I E N T E :

EXPEDIDOS:

Ofícios ao Governador do Estado	38
" à Chefia do Gabinete do Executivo..	7
" à Secretaria do Interior e Justiça..	1
" à Secretaria de Assistência e Saúde	42
" à Secretar a de Agricultura Indústria e Comércio	2
" à Secretara de Viação e Obras Públicas	1
" à Secretaria de Economia e Finanças	39
" à Diversos	48
Pareceres da Consultoria Jurídica	19
Portarias	77
Circulares	4

RECEBIDOS:

Ofíc os do Governador do Estado	18
" do Secretário do Interior e Justiça ..	7
" do Secretário de Educação e Cultura	1
" do Secretário de Assistência e Saúde	74
" do Secretário de Agric. Ind. e Comércio	10
" do Secretário de Viação e Obras Públicas	31

" do Secretário de Economia e Finanças 361
Diversos 302
Circulares do Governador 5
Memorandos da Secretaria de Viação e Obras Públicas 56

Recebemos ainda, cópias de decretos e portarias das seguintes repatrições :

ESPÉCIE	SIJ	SEF	SVOP	SEC	SAIC	SAS	TOTAL
Nomeação	32	80	8	19	3	66	208
Exoneração	4	15	4	—	—	14	37
Promoção	20	15	6	7	2	15	65
Adicional	4	99	2	—	—	19	124
Reformas	4	—	—	—	—	—	4
Remoção	4	—	—	—	—	—	4
Aposentadoria	3	14	—	2	—	6	25
Tornar s/ efeitos	2	3	2	1	—	11	19
Licença trat. saúde	—	33	93	—	—	317	443
Licença-prêmio	—	2	5	—	—	5	12
Int. particulares	—	—	1	—	—	1	2
Cessando disposição	—	—	1	—	—	1	2
Transferência	—	—	—	1	—	—	1
À disposição	—	6	—	—	—	3	9
Lotação	—	129	—	—	—	—	129
Designação	—	197	1	—	—	—	198
Reintegração	—	2	—	—	—	—	2
Diversos	4	35	1	17	—	—	57
Férias	—	35	6	—	—	—	41
Nível Universitário	—	3	—	—	—	—	3
Total Geral	77	668	130	47	5	458	1.385

DIVISÃO DE PESSOAL

MOVIMENTO DE PROCESSOS ENTRADOS

Originários das diversas Secretarias e outros setores da Administração Estadual, somaram em 1.013 processos entrados, quais sejam :

Certidões (fins diversos)	314
Aposentadorias	66
Gratificação Adicional	271
Assuntos Diversos	362

MOVIMENTO DE PROCESSOS EXPEDIDOS

Relativamente grande, foi o número de processos expedidos, já devidamente informados pela Divisão de Pessoal num total de 930, como sejam:

Certidões (fins diversos)	266
Aposentadorias	59
Gratificação Adicional	262
Assuntos Diversos	343

FICHAS INDIVIDUAIS

O preenchimento de fichas individuais, serviço procedido durante o ano apresenta uma produção de 1.970 fichas preenchidas, representa o total de declarações individuais feitas por funcionários de tôdas as categorias que comparecerem à referida Divisão, uns para iniciar e outros para legalizar a vida funcional.

TITULOS ANOTADOS

Os títulos trazidos por funcionários de tôdas as Repartições, a fim de serem anotados na vida funcional dos mesmos, deu um número de 1.585, incluindo aposentadorias, nomeações e assuntos diversos.

ANOTAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL

Continua sendo regularmente feito êste serviço, sendo o mesmo muito moroso, devido as dificuldades de localizar os nomes nos índices e manusear livros velhos, em péssimo estado de conservação, porém alcançou um número elevado de 10.500 anotações. Para substituição dêsses livros, solicitamos medidas urgentes, a fim de que o serviço público estadual não seja prejudicado pela completa deterioração dêsse material, que se encontra em situação precária, em virtude de constante uso já por longos anos.

APOSTILAS

Foram 3 as apostilas feitas em títulos trazidos por funcionários dêste Departamento, em virtude do reajustamento concedido pela Lei nº 20, de 4|7|63.

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO E SELEÇÃO

A D.A.S., iniciando suas atividades esteve diligenciando no sentido de cumprir despacho governamental de 11-2-63, exarado no processo nº 178, de 29-1-63, para a realização do Concurso para o cargo de Ajudante de Despachante junto à Secretaria de Economia e Finanças.

TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS

Oriundos das diversas Secretarias e outros setores da Administração Estadual, somaram em 63, dos quais apenas 4 foram informados, enquanto que os restantse, por se tratar de processos de inscrição, não exigiam qualquer informação.

ATIVIDADES ATUAIS

Até o presente momento a D.A.S. vem aguardando a determinação de Vossa Excelência para a realização do Concurso para o cargo de Ajudante de Despachante, conforme disciplina o Decreto nº 80, que regulamenta a realização dos concursos levados a efeito pela referida Divisão. Desta forma, encontra-se a D.A.S. devidamente preparada para cumprir determinação governamental no sentido de que referido concurso se efetive, isto tudo, cumpre-me acentuar, de conformidade com o que disciplina o Decreto nº 80.

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Como tarefa inerente à própria Divisão, foi elaborado o Orçamento do Estado, para 1964, contendo tôdas as alterações sofridas na estruturas econômico-financeira do Estado, decorrentes de leis de reajustamento dos quadros do funcionalismo público, criação de novos encargos, etc.

O Orçamento para o ano em curso, apresentou-se atualizado, isto porque, no mesmo, fôram incluidas as alterações provenientes da lei nº 20, de julho de 1963, isto em virtude do dilatamento do

prazo para remessa do Orçamento à Assembléia Legislativa concedido por esta a pedido do Chefe do Poder Executivo que atendeu à solicitação do DASPA.

COMISSÃO ESPECIAL

Em vista das observações feitas pela Divisão de Orçamento, em derredor da lei nº 20/63, com pronunciamento vários em requerimento de funcionários pedindo aclaramento de suas situações, foi constituida Comissão Especial para observar e opinar sôbre cargos que escaparam do bôjo da mencionada Lei. Dita comissão, funcionou sob a presidência do Diretor da D.O.O., concluindo o seu trabalho, o qual fôra encaminhado a Vossa Excelência.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO DASP

À D.O.O. foi encaminhada a proposta orçamentária do DASP, para 1964, em dezembro do ano próximo passado, sob forma de processo que tomou o número 617/63, recebendo o mesmo, a opinião da referida Divisão.

PROPOSTA PARCIAIS

Recebemos até a presente data, nove (9) propostas parciais de diversos órgãos administrativos do Estado, para o exercício de 1965, conforme circular nº 1/64, dêste Departamento.

É o RELATÓRIO.

SILENO KLEBER GUEDES
Diretor Geral

Departamento de Assistência

e

Previdência Social

Departamento de Assistência

e

Previdência Social

R E L A T Ó R I O

O ano de 1963 marcou realmente renovação dentro do esquema administrativo do Departamento de Assistência e Previdência Social.

Assumindo a direção geral desta Autarquia logo nos primeiros dias do mês de FEVEREIRO, a senhora MARIA DA CONCEIÇÃO COÊLHO DO NASCIMENTO procurou incrementar mais e mais, o serviço social-assistencial-previdenciário de que fala o decreto nº 30, de 8 de junho de 1956, regulamentador das atividades do D.A.P.S.

Seguindo a política administrativa, instituída no Govêrno do doutor PLÍNIO RAMOS COÊLHO, á frente da Chefia do Executivo, desde 31 de Janeiro de 1963, a diretora geral dêste Departamento procurou enquadrar todos os setores da máquina burocrática da autarquia, dentro da planificação pré-determinada pelo governante do Estado. Assim, traçando pontos de ação fez salientar tanto a assistência aos associados, como também expandir mais ainda a assistência aos reconhecidamente pobres, fator que determina o Govêrno do doutor PLÍNIO RAMOS COÊLHO.

O D.A.P.S. que foi idéia brotada do espírito de iniciativas do governador PLÍNIO RAMOS COÊLHO, de quando á testa dos destinos do Amazonas no ano de 1955, jamais poderia ser olvidado nas suas promoções, tanto quanto é órgão assistencial-previdenciário dos próprios funcionários públicos estaduais, prestando-lhes amparo nêsse sentido.

A assistência do D.A.P.S. extende-se também às classes proletárias do Estado, desde que reunidas em sindicatos, indo até mais adiante, êsse motivo assistencial ás pessôas reconhecidamente pobres.

Passemos então aos movimentos que determinaram as iniciativas do Departamento de Assistência e Previdência Social no ano de 1963, demonstração dos dois semestres, para que se possa determinar a assistência prestada por esta Autarquia, antes e depois da vigência da Lei nº 33, de 26 de julho de 1963 que disciplinou a contribuição dos funcionários públicos estaduais para o D.A.P.S.

SERVIÇO DE CONTADORIA

Responsável pelo organograma da autarquia, a Contadoria, sob a direção do contador doutor EDUARDO DONALD apresentou durante o ano de 1963, em cumprimento da própria lei, os balancetes mensais, oferecendo em dezembro o balanço geral do movimento orçamentário do D.A.P.S., já encaminhado á Chefia do Executivo para apreciação.

SERVIÇO DE TESOURARIA

A tesouraria cumpriu as determinações emanadas da Diretoria Geral, processando todos os casos a si encaminhados, e ressarcindo compromissos assumidos pela autarquia. Ressalte-se o trabalho do tesoureiro ZULDIMAR ALVES DE OLIVEIRA á frente dêsse Setor.

SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:
SETOR DE PENSÕES E APOSENTADORIAS

De vital importância, êsse setor representa a concretização de um ponto de vista já amadurecido do governador PLÍNIO RAMOS COÊLHO, quando procurou dar um maior âmbito e atendimento aos pensionistas do MONTEPIO, assim como aos funcionários aposentados do Estado que fossem enumerados através de lei para dependência da autarquia.

Num trabalho digno de encômios, o Setor procede o levantamento dos contribuintes do MONTEPIO, inscrevendo-os devidamente para um atendimento mais exato. Perto de 12.000 inscrições foram compulsadas, havendo atualmente SETECENTOS

E DEZ (710) PENSIONISTAS PERCEBENDO PENSÕES pelo DAPS.

Diga-se que pela Lei nº 33, de 26 de julho de 1963, o governador PLÍNIO RAMOS COÊLHO beneficiou os mutuários e os próprios dependentes de funcionários-associados, pois a menor pensão deixada pelo funcionário que desconta para êsse fim é de CINCO MIL CRUZEIROS (Cr$ 5.000,00), dos que ele desconte até QUINHENTOS CRUZEIROS (Cr$ 500,00), sendo a maior de OITENTA MIL CRUZEIROS (Cr$ 80.000,00) para aqueles que descontam em vida, além de VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS (Cr$ 25.000,00).

Para os que já percebiam pensões, a lei nº 33, elevou ditas pensões em CEM POR CENTO (100%) e em TRINTA POR CENTO (30%), as conferidas por leis especiais.

A lei nº 33 ainda beneficiou as viuvas dos servidores falecidos antes da vigência dessa lei, e que não haviam contribuido para o MONTEPIO, concedendo-lhes pensão mensal de QUATRO MIL CRUZEIROS (Cr$ 4.000,00).

SETOR IMOBILIÁRIO E DE EMPRÉSTIMOS

Sabemos muito bem que desde a regulamentação da lei que criou o D.A.P.S., através do decreto nº 30, de 8 de junho de 1956, vigora o determinismo de empréstimo para reembolso no prazo de doze (12) meses, sendo o této estipulado em VINTE E QUATRO MIL CRUZEIROS (Cr$ 24.000,00). No ano de 1963 que marcou a volta do doutor PLÍNIO RAMOS COÊLHO ao govêrno do Estado, o D.A.P.S. também teve sua reestruturação, cabendo, inclusivé ao funcionalismo estadual essa parcela de coordenação no tocante aos empréstimos. Presentemente, pela lei nº 38, de 26 de julho de 1963, o této é determinado pela incidência do terço do interessado, havendo por outro lado, interêsse legítimo do governador PLÍNIO RAMOS COÊLHO no funcionamento da Carteira Imobiliária, em plano acessível, obedecendo-se á Tabela Price, em limites que, sobremaneira, não venham prejudicar os funcionários e beneficiá-

rios do D.A.P.S., para que associados da autarquia possam adquirir ou construir casa própria.

Tivemos então um movimento de 1.103 EMPRÉSTIMOS PARA REEMBOLSO EM DOZE (12) MESES num total de CINCOENTA E CINCO MILHÕES QUATROCENTOS E VINTE E OITO MIL SETECENTOS E OITENTA CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS (Cr$ 55.428.780 80).

No referente a EMPRÉSTIMOS IMOBILIÁRIOS movimentou o D.A.P.S. a cifra de ONZE MILHÕES OITOCENTOS E CINCOENTA E CINCO MIL CRUZEIROS (Cr$ 11.855.000,00), concernente a 29 empréstimos efetuados.

SETOR IMOBILIÁRIO E DE EMPRÉSTIMO

Demonstramos, por repartições estaduais, os movimentos que se operaram nos dois semestres, sendo CINCO MILHÕES QUINHENTOS E CINCOENTA E NOVE MIL CRUZEIROS (Cr$ 5.559.000 00) no primeiro e SESSENTA E HUM MILHÕES SETECENTOS E VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA CRUZEIROS E OITNTA CENTAVOS (Cr$ 61.724.780 80), no segundo, deduzindo-se dessa importância a cifra de ONZE MILHÕES OITOCENTOS E CINCOENTA E CINCO MIL CRUZEIROS (Cr$ 11.855.000 00), para EMPRÉSTIMOS IMOBILIÁRIOS, ocorridos nos meses de SETEMBRO, OUTUBRO e NOVEMBRO.

Alogando-nos mais ainda temos que comentar que uma das obrigações do D.A.P.S., constante da lei nº 33 de 26 de julho de 1963, em seu art. 3º, incisos IV e V, é a concessão de financiamento para construção ou aquisição de casa própria, sob juros módicos e concessão de empréstimos em dinheiro para reembolso até 12 (doze) meses, com garantia de consignação em folha de pagamento, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

A título de sugestão, a diretoria geral do D.A.P.S. encaminhou á consideração de Sua Excelência, um ante-projeto regulamentando o art. 3º, em seus incisos IV e V.

Numa prova cabal do seu interêsse pelo bem estar do funcionário, assim como pré-determinando um modo mais útil e real para o emprêgo dos dinheiros públicos, o Senhor Governador do Estado encaminhou referida proposição á Secretaria do Interior e Justiça para lavratura de decreto. O ponto principal, dentro do esquema governamental, para um melhor incremento do SETOR IMOBILIÁRIO E DE EMPRÉSTIMOS está na consecução do plano de ação, já elaborado por Sua Excelência, fazendo movimentar a Carteira Imobiliária, com o fim único de proporcionar a todos os associados do D.A.P.S. — CASA PRÓPRIA.

SETOR DE ASSISTÊNCIA À VELHICE, 'A MATERNIDADE, 'A INFÂNCIA E AO DESEMPREGADO.

Já se frizou que o Govêrno do Estado, sob o pensamento do doutor PLÍNIO RAMOS COÊLHO, tem procurado expandir a assistência médico-hospitalar, dentro de um critério prioritário aos realmente necessitados, quer da capital ou do interior.

Não apenas através a Secretaria de Assistência e Saúde, o Govêrno tem dado o muito dos seus esforços para dar consecução a um plano de ação, muitas vezes, chegando-se ao emergencial, aos pobres que se amparam no próprio Govêrno. Não. O Departamento de Assistência e Previdência Social, também, como autarquia previdenciária-assistencial, tem dado dentro do que dispõe em suas verbas, constantes do seu orcamento, a efetiva assistência ao associado-funcionário — ao associado-dependente de associado ao associado-sindicalizado e porque não se dizer idênticamente ao associado-pobre, pois dos que usufrúia dos benefícios do Govêrno, através do D.A.P.S. merece toda a atenção, quer cirúrgica, quer clínicamente.

Essa assistência ainda se extende ao campo do serviço DENTÁRIO — ao serviço JURÍDICO e outros órgãos assistenciais.

Note-se que no ano de 1963, o D.A.P.S. fêz encaminhamentos ao Asilo de Mendicidade "Dr. Tomas" — à Maternidade "Balbina

Mestrinho" — ao Laboratório de Análises Clínicas do D. A. P. S. (anexo á Maternidade "Balbina Mestrinho") — a entidades e firmas solicitando emprêgos para pessôas desempregadas; concedeu auxílios a diversos necessitados, principalmente o auxílio-funerário, incluindo-se também o atendimento de receituário médico.

É assim o D.A.P.S. uma entidade que realiza, dentro do plano administrativo do governador PLÍNIO RAMOS COÊLHO salientando-se o seu papel junto á pobreza de Manaus, e de todo o Amazonas.

SERVIÇO MÉDICO:

É também de suma importância para o D.A.P.S. o trabalho que vem realizando o Serviço Médico, quer na parte clínica quer nos atendimentos cirúrgicos.

Chefiado pelo doutor José Leite Saraiva, o Serviço Médico mantêm uma equipe clínica, em uma das dependências do próprio Departamento, onde atende associados e pessôas reconhecidamente pobres, com prioridade dos primeiros.

Podemos constatar o número de atendimentos efetuados pelo Serviço Médico do D.A.P.S. que apresentou assim em 1963:

Parte Clínica: de Janeiro a Junho:

Associados	518	pessôas
Não Associados..	1.225	pessôas
Total	1.743	pessôas atendidas

de Julho a Dezembro:

Associados	6.014	pessôas
Não Associados..	10.337	pessôas
Total	16.351	pessôas

Juntando-se Janeiro a Dezembro de 1963:

Associados	6.532	pessôas
Não Associados..	11.562	pessôas
Total Geral	18.094	pessôas atendidas

A prova mais evidente de que o Govêrno do Estado, através uma planificação determinada pelo Doutor Plínio Ramos Coêlho, vem realizando no Setor Assistencial é o aumento crescente dos atendimentos de Julho a Dezembro, quando o próprio Govêrno pôs em evidência a Lei 33, de 26 de Julho de 1963 que deu, inclusivé maior amparo ao funcionário público estadual.

No que concerne ao Setor de TRIAGEM, responsável pelo selecionamento dos pacientes para posterior internamento hospitalar, o movimento ocorrido foi o seguinte em 1963 :

Associados	249	
Não Associados..	1.365	
Total Geral..	1.614	pessôas atendidas e encaminhadas.

PARTE HOSPITALAR:

Inegávelmente, após a publicação da Lei nº 33, de 26.7.1963, o Departamento de Assistência e Previdência Social teve maiores obrigações para com o funcionalismo público, principalmente no que tange à hospitalização, de vez que a própria lei de julho determinava obrigações da Autarquia para com seus associados e mandava que os funcionários descontassem de seus vencimentos 10, 7, 5, 3% assim como dava aos extranumerários as vantagens da lei 33 desde que descontassem em favor do D.A.P.S. 2% sôbre seus vencimentos.

Já em agôsto de 1963, o governador Plínio Ramos Coêlho extendia mais ainda favores aos que contribuiam 10% para a Autarquia Estadual, concedendo-lhes, através de um decreto, hospitalização de primeira classe, em quaisquer dos hospitais da capital. Prova evidente do interêsse de Sua Excelência á classe funcionária do Estado.

Assim, tivemos no período de Janeiro a Junho:

Associados	22
Não Associados	102
Total..	124

De Julho a Dezembro :

Associados	146
Não Associados.. ..	290
Total..	436

Totais Gerais :

Associados	168
Não Associados	392
Total Geral	560 internamentos.

Comprova essa explanação dos atendimentos hospitalares realizados pelo D. A. P. S. no ano de 1963. Dêsses 560 internamentos hospitalares, 491 foram para intervenções cirúrgicas, processadas pela equipe de cirurgia do Departamento, tendo á frente o próprio Chefe do Serviço Médico, doutor José Leite Saraiva, contando ainda com a participação dos doutores José Pedro Seffair, Elias Abdalla, Guido Ribeiro, Jorge Aucar, João Lúcio Machado, Jacob Cohen Assayag.

Dois hospitais foram utilizados pelo D.A.P.S. para os internamentos hospitalares: Sociedade Portuguesa Beneficente e Santa Casa de Misericórdia, além de contar ainda com a "Maternidade Balbina Mestrinho", para os casos de delivrances.

SERVIÇO DE AMBULATÓRIO :

O D.A.P.S. também encaminhou associados e pessôas reconhecidamente pobres ao Ambulatório da Sociedade Portuguesa Beneficente para casos de pequena cirurgia, utilisando também o seu próprio quadro médico para as intervenções, embora mantenha um pequeno ambulatório na própria séde para atendimentos de curativos e aplicações de injeções.

O movimento no Ambulatório da S.P.B. foi o seguinte no ano de 1963 :

Associados	104
Não Associados	45
Total	149 pessôas.

AMBULATÓRIO DO D.A.P.S. :

Com um serviço de atendimento em curativos e aplicações de injeções, o Ambulatório do D.A.P.S. vem prestando uma bôa parcela de colaboração, como bem demonstra o seu movimento.

Em 1963 houve o seguinte movimento :

Associados..	6.135
Não Associados	8.130
Total de atendimentos ..	14.265
Foram realizados.	14.608 curativos
Sendo aplicadas..	13.397 injeções.

ATENDIMENTOS RADIOLÓGICOS :

O Departamento de Assistência e Previdência Social, antes da instalação de seu Gabinete Radiológico utilizou os serviços profissionais dos doutores Amim Said e Moura Tapajoz.

Em meados de Agôsto de 1963 foi instalado um aparelho de Raio X em uma das dependências do próprio D.A.P.S., atendendo assim com maior regularidade todo o serviço atinente ao campo radiológico, si bem que sem se deixar de utilizar os serviços daqueles dois médicos, em muitos casos imprescindível.

Conforme já foi dito, o D.A.P.S. vem realizando com real êxito, os atendimentos pelo seu próprio aparelho de Raio X, num trabalho de fôlego do doutor Ivo Cabral, técnico especialista.

O movimento ocorrido de Agôsto a Dezembro de 1963 pelo Gabinete Radiológico do D.A.P.S., comprovando assim a assistência efetiva que o Govêrno presta não sòmente a associados, como a pessôas reconhecidamente pobres.

Tivemos então um total de 457 radiografias, sendo atendidos :

150 Associados
307 Não Associados, num total de 457 pessôas.

Entre filmes adquiridos e material (drogas especiais) foi gasta a importância de QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO MIL E VINTE CRUZEIROS (Cr$ 424.020,00).

SERVIÇO DE FISIOTERAPIA:

Outro Serviço de grande valía para o bom andamento do programa assistencial do D.A.P.S. é o Serviço de Fisioterapia, também inaugurado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no mês de agôsto de 1963.

Dirigido pelo doutor Agnaldo Esteves da Silva, êsse Gabinete atende tanto associados como não associados (pessôas reconhecidamente pobres) em aplicações de raios infra-vermelhos, ultravioleta, ondas curtas, além de aplicações com bisturí-elétrico.

Foram feitas 292 aplicações várias, sendo atendidas 58 pessôas, entre associados e não associados.

SETOR DENTÁRIO:

Desde a instalação do D.A.P.S. que vem funcionando o Serviço Dentário que obedece á direção do profissional Agnaldo Esteves da Silveira, contando atualmente com a participação dos seguintes cirurgiões-dentistas: doutores Ruy Cordeiro de Magalhães, Idalmir Monteiro, Leônidas Pereira dos Santos, José Sarkis, Waldemar Braga, Abdoral Borges, Carlos Saraiva, Francisco Carvalho, Tertuliano Rebelo e Edgar Valente.

Comprovamos assim o seguinte movimento:

Extração	2.077
Curativos	2.064
Exames..	725

No que se refere aos atendimentos a associados e pessôas reconhecidamente pobres temos:

Associados..	1.322
Não Associados..	861
Total	2.183 pessôas

Os totais demonstrados acima com referência aos atendimentos em extrações, curativos e exames são relacionados apenas ao segundo semestre, quando já em vigor a lei 33, de 26 de julho de 1963.

Os totais do ano de 1963 apresentam os seguintes números:

Extrações	2.891
Curativos	2.939
Exames	1.105

Os atendimentos dentários são realizados no Gabinete instalado no próprio D.A.P.S., funcionando durante todo o expediente, isto é, das 7 às 13 horas.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATÚITA:

Quiz Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, doutor Plínio Ramos Coêlho, que o Serviço Jurídico do D.A.P.S. funcionasse gratúitamente, a fim de que não sòmente associados, como também pessôas reconhecidamente pobres fossem atendidas sem maiores delongas.

Os causídicos do D.A.P.S. movimentam-se nos tribunais, na Polícia Civil, nos Institutos de Previdência, no Ministério do Trabalho, enfim, em todos os órgãos, onde há necessidade de um trabalho em que o próprio D.A.P.S. deverá estar presente, quando solicitado, defedendo os direitos e as garantias de todos aqueles menos favorecidos, como é realmente o desejo de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

Assim sendo, registros de nascimento — ações de alimento — retificação de registro civil — habilitação de casamento — ação de emissão de posse — ações ordinárias de cobrança — embargos deterceiros —ações de acidentes de trabalho — de indenizações — de investigação de paternidade — de desquite — de reintegração de posse — de justificação — de despêjo — alvarás — pensões nos institutos de previdência — chamados ao D.E.S.P.

e outros aspectos jurídicos, recebem na consultoria da autarquia, o tratamento necessário para que o postulante tenha seus direitos e garantias assegurados.

Vale ressaltar também o trabalho que o Serviço de Assistência Jurídica Gratúita há realizado e vem desenvolvendo ainda no interior do Estado, quando para isso se faz necessária a sua interferência.

Municípios como Tefé — Humaitá — Nhamundá — Codajás — Coarí — Borba — Lábrea — Parintins e Itacoatiara já receberam a visita de advogados do D.A.P.S. para dar solução a numerosos processos e resoluções a querelas jurídicas. Isto prova evidentemente que o governador Plínio Ramos Coêlho há olhado também com verdadeiro carinho para as regiões hinterlandinas, procurando também ajudar aqueles que necessitam de ajuda e que não podem comparecer á séde do Estado.

Desenvolvem êsse trabalho os advogados Branca Ferreira Amande, Fernando Brito da Frota, José Roberto Cavalcante, George Antony Jacob, Francisco Silva.

ATENDIMENTOS DE RECEITUÁRIOS:

Mesmo antes da publicação e vigor da lei nº 33, de 26 de julho de 1963, que o D.A.P.S. vinha atendendo receituário, embora sem grande intensidade. A partir de julho, no entanto, a própria lei 33, determinou a obrigatoriedade do D.A.P.S. nos atendimentos de receituário de associados, cobrando-lhes cincoenta por cento (50%) da receita, si bem que as pessôas reconhecidamente pobres também são obsequiadas pelo Govêrno do Estado, através esta Autarquia, desde que comprovem pobreza.

Os totais apresentados em 1963 são os seguintes:

De Janeiro a Dezembro de 1963:

Associados	5.296
Não Associados	6.397
Total geral anual ..	11.693 receituários

Um dos benefícios constantes da lei nº 33, foi a idéia do funcionamento de uma Drogaria Popular para atendimentos dos associados funcionários.

A Diretoria Geral do D.A.P.S. já encaminhou a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, um plano para o funcionamento da mencionada Drogaria Popular, de conformidade com o que estipula a lei.

Enquanto não funciona a Drogaria Popular, o D.A.P.S., através sua Diretoria Geral vem atendendo o receituário médico de associados, encaminhando-o a várias drogarias e farmácias de Manaus para atendimento, sendo que o funcionário, no mês imediato ao da aquisição do medicamento, desconta em fôlha de pagamento cincoenta por cento (50%) do total do medicamento adquirido.

SERVIÇO SOCIAL:

Embora sem um determinismo que o defina na sua plenitude, O Serviço Social existe também no D.A.P.S., pelo trabalho que se desenvolve junto às pessôas reconhecidamente pobres.

Podemos bem destacar as pesquisas realizadas para atendimentos a pessôas necessitadas em Auxílio-alimento — auxílio-monetário — auxílio-material — auxílio-funerário.

Nêsse sentido forma-se o seguinte quadro de pessôas atendidas no ano de 1963:

Homens	273
Mulheres	498
Crianças	290
Total Geral	1.061 pessôas atendidas

Isto, sem contarmos com os atendimentos médicos, dentários, hospitalares, receituários, jurídicos.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS:

Não se há negar o trabalho insano que vem realizando o Laboratório de Análises Clínicas que obedece à competência técnica do senhor Raimundo Martins.

Diga se também, por outro lado, da importância dos exames de sangue, fezes e urina na preparação do paciente para uma intervenção cirúrgica. Pois o D.A.P.S. vem mantendo há anos um laboratório espelicializado para êsse serviço, atestando plenamente o interêsse do Govêrno em atender áqueles que estão sob sua responsabilidade na consecução de um tratamento médico-hospitalar, no caso os associados, como também aos que comprovando pobreza também auferem as vantagens oferecidas pelo próprio Estado pelo D.A.P.S.

Para se ter uma idéia da produtividade dêsse laboratório de Análises Clínicas, basta dizer que no ano de 1963 foram encaminhados e atendidos pelo D.A.P.S. :

8.281 exames de sangue
3.932 exames de urina
6.004 exames de fezes.

Atualmente, o Laboratório encontra-se numa das dependências da "Maternidade Balbina Mestrinho", com pessoal especializado, mantido pelo D.A.P.S., tendo atendido em 1963, através requisições dos médicos daquela Entidade Hospitalar :

960 exames de sangue
2.156 exames de urina.

BANCO DE SANGUE DO ESTADO :

Funcionava idênticamente em uma das dependências do próprio Departamento, servindo não apenas associados, hospitalizados na Beneficente Portuguesa e Santa Casa de Misericórdia, como também "Maternidade Balbina Mestrinho", Serviço de Socorro de Urgência, S.A.M.D.U., Casa "Doutor Farjado", Casa da Criança e até Leprosário "Antonio Aleixo".

Hoje em dia deslocado para uma das dependências da Maternidade "Balbina Mestrinho" continúa a prestar os seus serviços, sendo um dos únicos em Manaus e que para usufruir de sua utilidade basta encaminhar doadores voluntários. É assim, um dos pontos altos na assistência médica, principalmente hospitalar de que conta o Govêrno do Estado para salvar vidas.

Citemos, por exemplo, que no ano de 1963 houve um movimento de:

197 litros de sangue para a "Balbina Mestrinho"
63 litros de sangue para o S.S.U.
103 litros de sangue para o D.A.P.S.

Acrescente-se que dêsse plasma sanguíneo solicitado para o D.A.P.S., eram servidos internados nos hospitais da Beneficente Portuguesa e Santa Casa, assim como S.A.M.D.U., Casa "Dr. Farjado", Casa da Criança e Leprosário "Antonio Aleixo", assim como até julho, para o próprio Serviço localizado em uma das dependências do D.A.P.S., para atendimentos de casos urgentes, aplicando-se transfusões na própria autarquia.

Esclareça-se ainda que 722 doadores voluntários estiveram no Banco de Sangue do Estado, no ano de 1963, colaborando com o próprio Govêrno do doutor Plínio Ramos Coêlho, havendo a Diretoria Geral realizado várias campanhas para manter o Banco de Sangue em funcionamento, pois a falta de doadores é gritante e prejudicial.

OUTROS EMPREENDIMENTOS :

Vários empreendimentos realizou o D.A.P.S. no ano de 1963, todos êles contando com o inteiro apôio e planificação governamental do doutor Plínio Ramos Coêlho.

INSTALAÇÃO E INAUGURAÇÃO DOS GABINETES DE RADIOLOGIA E FISIOTERAPIA

Inaugurados em agôsto, graças ao trabalho desenvolvido pela senhora Maria da Conceição Coêlho do Nascimento, de quando na direção da autarquia, pelo doutor Plínio Ramos Coêlho, os Gabinetes de Radiologia e Fisioterapia vem determinando uma nova fase nos atendimentos especializados que realizado o D.A.P.S.

De agôsto a dezembro foram atendidos 457 pessôas em radiografias de tórax, face, colecistite e outras, num total idêntico de radiografias, o que demonstra a sua eficiência.

OUTROS EMPREENDIMENTOS :

O Gabinete de Fisioterapia, inaugurado no mesmo dia que o de Radiologia vem da mesma forma prestando inestimáveis serviços a associados e pessôas reconhecidamente pobres. É o Gabinete de Fisioterapia constituido de uma aparelhagem de ultra-violeta — infra-vermelho — ondas-curtas provida de elétrodos de cristal, bisturí-eletrônico, aparelho de analgesia gasosa, para pequenas operações e um aparelho para esterilização de ferros. Atendendo em casos de PEDIATRIA, OBSTETRÍCIA, CIRURGIAS, DERMATOLOGIA, etc. determina, como dissemos, um dos pontos principais da assistência médica efetiva que o Govêrno do doutor Plínio Ramos Coêlho realiza para os funcionários, sindicalizados e pessôas reconhecidamente pobres.

CONTRATOS :

Para um melhor atendimento médico a seus associados e pessôas que dependem de sua assistência médica, o D.A.P.S. mantêm entrosamento com os seguintes especialistas :

Radiologistas : Drs. Amim Said e Moura Tapajós.
Oftalmologista: Dr. Franco de Sá.
Cardiologistas: Drs. Carlo Andrade e Osvaldo Said.
Traumatologista: Drs. Waldir Vieiralves e Jorge Aucar.

Urologista: Dr. Rômulo Rabello.
Cirurgia do tórax: Dr. João Lúcio Machado.

CONVÊNIOS :

Por determinação governamental e dada a necessidade de um hospital especializado para casos de Tisiologia, o D.A.P.S., nos fins de 1963, vem de firmar convênio com o Sanatório "Adriano Jorge", para internamento de associados da autarquia, pois inegávelmente ressentia-se o Estado de um hospital para tratamento específico de seus contribuintes.

CONVÊNIOS COM PREFEITURAS DO INTERIOR:

É parte integrante da lei nº 33, de 26.7.1963, convênios do D.A.P.S. com Prefeituras do Interior.

Vem assim o Governador do Estado, doutor Plínio Ramos Coêlho de ampliar a assistência-previdenciária do D.A.P.S. ao interior, e já o primeiro convênio se esboça, quando o município de Parintins se prepara para usufruir também dos benefícios do Govêrno, através do D.A.P.S., havendo uma planificação para que o ano de 1964 conte ou melhor, encontre o município de Parintins com uma Delegacia do Departamento de Assistência e Previdência Social, trabalho êsse que vem bem demonstrar o interêsse do Governador do Estado, doutor Plínio Ramos Coêlho, de ampliando os benefícios do D.A.P.S., determinar uma assistência efetiva às populações hinterlandinas comprovando o seu desejo de servir a todos, sem distinção proporcionando-lhes melhores dias.

Debaixo pois, da planificação governamental e sob o pálio benfazejo do espírito de iniciativa do governador Plínio Ramos Coêlho, caminha o Departamento de Assistência e Previdência Social, órgão assistencial-previdenciário que trabalha objetivamente procurando assistir diretamente o funcionário público, o sindicalizado, a pessôa reconhecidamente pobre, ajudando o Govêrno do Estado, a transformar o Amazonas numa "comunidade feliz".

Êste o nosso relatório.

Manaus, 5 de Março de 1964.

JAYME REBELLO DE SOUZA
Diretor Geral, em exercício

Departamento de Imprensa,
Turismo e Propaganda do
Estado do Amazonas
(D I T P E A)

Departamento de Imprensa,
Turismo e Propaganda do
Estado do Amazonas
(DITPEA)

SENHOR GOVERNADOR : ,

O cumprir rotina faz-nos relatar atividades à frente do Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado do Amazonas — DITPEA —, que em verdade tiveram a dirigí-las a própria inteligência de Vossa Excelência.

O DITPEA, assim, ao em vêz de formado, tal meiro ano de existência, de fato, em 1963, graças ao apôio do vosso govêrno e à dedicação de sua equipe de trabalho. Não foi sem esforços que isto foi alcançado. A sua tradição como órgão desmoralizado e o amplo campo de trabalho que lhe reservara a Lei nº 6 daquêle ano foram dificuldades acentuadas a vencer. Funcionou à custa do amor próprio dos que dispuseram a corresponder à vossa confiança.

A autonomia dada à Divisão de Imprensa Oficial, que tem responsabilidades clássicas no andamento da administração pública, possibilitou empreendermos uma tentativa de dinamização do Departamento à base de direção fundamentada em setores autônomos de trabalho. Com isso, pensamos criar incentivo à produtividade das várias equipes e levar parcelas de experiência ao total dos resultados que, ao final, justificassem, ou não, a existência do nosso Órgão, no global da dinâmica do vosso Govêrno.

O DITPEA, assim, ao em vêz de formado, tal previra a Lei criadora, pelas Divisões de Turismo e Propaganda, de Imprensa Oficial e Setor de Administração, constituiu-se de "setores de operações" designados :

Setor de Turismo
Setor de Relações Públicas
Setor de Cinema
Setor "A Voz do Amazonas"
Setor de Imprensa
Setor de Administração
Setor de Promoções
Setor de Estudos Sócio-Econômicos
Setor de Gabinete de Consultas sôbre a Amazônia

Setor de Fotografia.

Objetivamos, com êste desmembramento, conhecer as principais necessidades, na prática, dos vários ângulos de serviço do Departamento, a fim de podermos concluir em tôrno de uma restruturação geral do DITPEA.

Pouco realizamos. Ao assumirmos a direção do Órgão, às nossas deficiências pessoais somaram-se desde a inexistência de quaisquer instrumentos de trabalho, técnico ou administrativo, até a falta de uma séde apropriada ao funcionamento normal do Departamento. E o nossos escassos recursos disponível, visto que dos Cr$ 57.000.000,00, previstos no orçamento do Estado para 1963, nada menos de Cr$ 31.791.147,20 tinham sido gastos em janeiro, tiveram de custear aquisição dos instrumentos indispensáveis de trabalho e instalação, à título precário, dos Setores e Direção Geral, pois que o DITPEA apenas existia na Lei.

Conhecemos, agora, as reais necessidades do Departamento e estamos capacitados a restruturá-lo.

Ao longo dessas pesquisas e experiências, ensaiamos algumas atividades, que passamos a resumir por Setor de Trabalho.

SETOR DE TURISMO

O Setor de Turismo foi dirigido pelo professor Alfredo Fernandes.

Não encontramos nenhum levantamento de nosso potencial turístico, nenhuma propaganda turística, nenhum documento de preocupação pela fixação da indústria de turismo entre nós. Tivemos de começar do princípio, a repetir a força de expressão popular. E começamos.

Promovemos, à base de material fotográfico, livros e correspondências com emprêsas especializadas do sul do país e Departamentos e Secretarias de Turismo o início da divulgação do Amazonas com vistas ao incremento do turismo. Organizamos um "Stand", no Teatro Amazonas, para amostras de "lembranças do Amazonas" e comparecemos a feiras nacionais como a "Feira da Providência", na cidade do Rio de Janeiro.

Promovemos um concurso de cartaz, a fim de escolhermos um cartaz adequado à divulgação ampla do Estado, sem que seus resultados tivessem preenchidos as exigências da campanha, infelizmente, apesar do grande número de concorrentes locais. E realizamos uma pesquiza sôbre as nossas possibilidades turísticas mais imediatas, com os resultados da qual elaboramos quatro guias turísticas, em português e inglês, que estão sendo impressos no Rio de Janeiro:

GUIA DE MUSEUS — incluindo Museu Comercial, Coleção Numismática, Museu do Instituto Histórico e Geográfico, Museu do Índio.

GUIA DE CAÇA E PESCA — monstramos a variedade de nossa fauna, e grandeza de nossos rios e de nossas florestas.

GUIA DE BALNEÁRIOS — com nossos principais clubes de campo, balneário particulares, atrações como Tarumã e Ponta Negra e Encontro das Águas.

GUIA GERAL — com plantas da cidade de Manaus, indicações úteis, pequeno histórico da cidade e mensagem governamental aos turistas. E criamos o lema turístico do Estado: "CONHEÇA O AMAZONAS e DIVULGUE O BRASIL".

Reunimo-nos com a classe hoteleira, por várias vezes, e promovemos demarches junto ao Banco Nacional de Desenvolcimento Econômico, para financiamento ao reaparelhamento dos hoteis existentes e construção de novos; o que não foi possivel em virtude de regulamentação do referido estabelecimento de crédito.

Procuramos, através da Casa do Amazonas em Brasília, destacar no Ministério da Educação e Cultura a importância inicial de Cr$ 15.000.000,00, destinada a propaganda de alcance turístico, o que obtivemos ainda que não a tenhamos recebido.

Fizemos um amplo entendimento com o Conselho Nacional de Turismo do México e da Argentina, através de seus representantes que, inclusivé, estiveram em Manaus. A corrente mexicana está dependendo do resultado de diligências efetuadas junto à VARIG; enquanto que argentina está registrando suas primeiras presenças nos cruzeiros dos transatlânticos da Cia. de Navegação Costeira.

Outra preocupação nossa tem sido incentivar a organização de agências de turismo em Manaus, onde sòmente existe a SELVATUR.

Um dos resultados dêste trabalho foi o número de turistas que visitaram o Amazonas, entre fevereiro de 1963 e fevereiro de 1964, o qual soma aproximadamente, a DEZ MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS (10.452) visitantes. Evidentemente, que é um total inexpressivo, consideradas as nossas possibilidades naturais, mas que ganha expressividade se considerado o esfôrço que êle representou.

SETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Êste Setor está absolutamente desprovido de recursos humanos. Resume-se em apenas um Agente de Relações Públicas. Atualmente, a êste Agente foi juntado um intérprete. Dirigiram-no os professôres Edson de Aguiar Rosas e José dos Santos Pereira Braga. Atualmente, comanda-o o Dr. Mário José Luiz Gazel Sena. Ambos os três capazes e deram o melhor de seus esforços ao bom desempenho de suas responsabilidades.

Êste Setor funcionou com bons resultados, assumindo a responsabilidade de tôdas as programações oficiais, fosse qual fosse suas determinantes; além de cooperar com aquêles que embora de iniciativa particular incluiam interêsse público, como o VII Festival Folclórico do Amazonas.

As grandes programações organizadas pelo Setor de Relações Públicas, foram os festejos da SEMANA DA CRIANÇA, os da comemoração da elevação do Amazonas à categoria de Província, os da quadra natalina, com apresentação de teatro infantil (Lágrimas de Brinquedo), os da distribuição de prêmios aos alunos aprovados em 1963 (curso primário) e os da passagem do primeiro ano da atual administração PLÍNIO RAMOS COÊLHO.

O Dr. Mário José Luiz Gazel Sena vem, presentemente, dando a êste setor, organização nova de trabalho, dentro dos modernos princípios da Ciência de Relações Públicas.

SETOR DE CINEMA

O Setor de Cinema atuou dividido em dois subsetores: o de projeção e o de filmagem, dirigidos respectivamente pelo Sr. Edmylson Rosas e pelo professôr Izidoro Barbosa.

Para ambos foram adquiridos máquinas e utensílios mais urgentes.

O sub-setor de filmagem realizou várias experiências, sendo as principais a filmagem dos festejos da Semana da Pátria, da Semana da Criança, da distribuição de brinquêdos prêmio aos estudantes primários aprovados em 1963, e de aspectos do campo turístico de Manaus. Estas películas constituem material de estudo e treinamento da nossa pequena equipe de filmagem. O seu objetivo é filmar os nossos quadros naturais e artísticos e ditribuí-los aos principais mercados de turismo, nacionais e internacionais.

O sub-setor de projeção teve papel importante em nossos esforços. Deve-se aos seus membros uma das promoções de maior sucesso do DITPEA, em 1963: CINEMA PARA O POVO.

CINEMA PARA O POVO é um programa de recreação popular, armado em projeções diárias à céu aberto ou nas associações de classe obreira e sociais, nos leprosários e nos estabelecimentos de ensino do Estado.

De agôsto do ano findo, que assinala seu início, a fevereiro do corrente, foram realizadas 106 projeções, assim distribuidas:

Manaus	94
Itacoatiara	8
Tefé..	4

Essas projeções foram assistidas por 73.934 pessoas, segundo previsão dos boletins de projeção.

Participou, também, êsse setor de operação em programa de interêsse industrial, tendo feito tôda a parte cinematográfica do I Curso de Produtividade Industrial, realizado em Manaus, pelo Centro de Produtividade Industrial do Amazonas, na Associação Comercial do Amazonas.

SETOR "A VOZ DO AMAZONAS"

Pretendendo levar aos mais distantes recantos do Estado um informativo diário das atividades da Administração Pública do Amazonas, criamos "A Voz do Amazonas", que tem a dirigí-la o Sr. Josaphat Furtado Pires.

Iniciada na Rádio Baré, hoje sua transmissão é feita por uma cadeia de rádios integrada pela Rádio Baré, Rádio Rio Mar e Rádio Difusora do Amazonas e por uma ampla cadeia de alto falantes, na Capital e Interior do Estado.

Tem sido um dos campos mais penosos do nosso trabalho, vez pelo reduzidíssimo número de funcionários servindo nêsse setor, outra pela ausência de uma maior cooperação das Secretarias de Estado e Departamentos Gerais.

Muito ainda se tem que fazer até que "A Voz do Amazonas" preencha seus objetivos, que incluam um boletim informativo diário dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tais como melhor seleção de matéria, gravação para cronometragem, cortes musicais e locução apropriada aos boletins informativos oficiais, sem contar a instalação de seu ambiente de preparação.

SETOR DE IMPRENSA

Êste ângulo de serviço inclui a coleta e distribuição de noticiário oficial à imprensa escrita e falada, bem como arquivo documentário e remessa de noticiário publicado em Manaus e de interêsse público à representação do Amazonas na Câmara dos Deputados, Senado Federal e às Casas do Amazonas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Os senhores José Francisco de Oliveira Michiles, Cláudio Albuquerque Matta e Renée Gomes da Silva, são pontos principais neste trabalho que tem acusado muito bons resultados.

Registre-se a contribuição efetiva que temos recebido de tôda a comunidade de jornalistas do Amazonas, especialmente os jornalistas credenciados junto ao DITPEA, Drs. Milton de Magalhães Cordeiro, Sinval Gonçalves, Benedito de Jesus Azêdo e os senhores Manoel Lima e Bianor Garcia.

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Os trabalhos administrativos foram chefiados pela funcionária Maria do Perpétuo Socorro Ramos de Araujo, com a colaboração das senhoras Orlandina Ribeiro de Faria, Nila Carreira Ramos Maia e dos senhores Luiz de Castro Moura, Waldir Soares da Silva e Erasmo Prestes Amazonas Neto.

Foi a equipe chave de nosso trabalho. Projetou material de expediente organizou a vida administrativa do Departamento e houve-se com lealdade, renúncia e capacidade profissional, sempre ao nosso lado, trabalhando com eficiência nas suas tarefas, ainda que carecendo de recursos materiais e humanos a todos os seus encargos.

SETOR DE PROMOÇÃO

O professor Moacir Couto de Andrade, dirigiu o Setor de Promoção.

A publicação de obras de intelectuais amazonenses, a preparação de material de propaganda dos nossos produtos básicos, das nossas propriedades turísticas, dos nossos planos promocionais foram

promovidas por êste Setor, que esteve presente a tôdas as realizações dos Setores de Relações Públicas e de Turismo.

Das programações planificadas, merecem destaque; Concertos Mensais. Feira de Indústria e Comércio do Amazonas, Concurso de Músicas Populares do Amazonas, Temporada Lírica do Teatro Amazonas, Amostras Permanentes do Amazonas (nas Casas do Amazonas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro e navios de turismo da Cia. de Navegação Costeira). Destas, apenas duas foram realizadas, até agora: Concertos Mensais (no Teatro Amazonas, com valores locais como o Coral "João Gomes Júnior", Trio de Concertos e a pianista Jerusa Mustafa) e o Concurso de Músicas Populares do Amazonas, ambas em combinação de esforços com o Setor de Relações Públicas.

Devemos aqui especiais atenções ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, Dr. Mário Jorge do Couto Lopes ao Senhor Diretor do Teatro Amazonas, Jornalista Sátiro Barbosa, ao Senhor Diretor da Imprensa Oficial, Jornalista Weselys Worms de Miranda Braga, ao Senhor Presidente da Associação Comercial do Amazonas, Senhor Jacob Benoliel.

Neste Setor, finalmente, o Govêrno do Estado custeou a publicação, a título de incentivo cultural das seguintes obras, impressos na Editora Sérgio Cardoso e Cia. Ltda.: "O Outro e Outros Contos", de Benjamim Sanches; "Roteiro do Folclóre Amazônico", de Mário Ypiranga Monteiro; "Amazonas Semeai Obreiros", de Amélia Mitoso; "A Instrução Pública na Província do Amazonas", de Júlio Uchôa; "Outras Histórias do Amazonas", de Antônio Cantanhede; "Do Infanticídio", tése de Olavo Ribeiro de Faria ao Concurso de Livro Docência da Cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito do Amazonas, e "Revista da Academia Amazonense de Letra".

Além das programações referidas o Setor também prepara o Salão de Artes Plásticas do Amazonas e a Feira do Escritor Amazonense. Nessa preparação, tem sido dada ajuda aos artistas, incluindo-se aqui o custeio do emolumento de 50 quadros do pintor Moacir Couto de Andrade.

SETOR DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Êste Setor funcionou, na distribuição de serviços do Gabinete do Poder Executivo, também sob a denominação de Assessoria Técnica para Assuntos Econômicos.

Antes de quaisquer referências de serviço queremos acentuar que se por um lado tivemos a contribuição efetiva da funcionária Maria de Lourdes Carvalho Mota, estudante da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas, por outro funcionamos à base de uma ampla participação de alguns órgãos estaduais, federais, para-estatais e de iniciativa privada. Por justiça aqui devemos declinar o nome dos senhores Jayme Bittencourt de Araújo, Stepheson Vieira Medeiros e Aldo Morais, como substanciais colaboradores dos levantamentos e interpretação dos problemas sócio-econômico-financeiros que oportunaram as reivindicações do Estado do Amazonas junto ao Govêrno Federal, no primeiro ano da atual administração Plínio Ramos Coêlho.

Os trabalhos dêsse Setor são vastos. Pretendemos resumí-los citando algumas das suas tarefas realizadas:

REIVINDICAÇÕES

Vários foram os trabalhos nêsse ângulo dos quais escolhemos, para referência, as seguintes reivindicações oriundas de pesquizas e estudos originais seus:

1 — Isenção de depósito de 80% nas importações pela Zona Franca de Manaus.

2 — Aumento do prêço mínimo da borracha natural em parcelas até desaparecimento da defasagem sofrida pelos prêços da elástica entre 1944 e 1963 que foi de 345%, tomando por base os níveis do salário mínimo decretados nêsse período. E o estabelecimento de uma nova política aos aumentos subsequentes nos seguintes têrmos: o prêço da borracha será o vigorante, acrescido da alteração no custo da produção, consoante cálculos feitos pela CEDB,

mais uma bonificação para compensar a elevação dos prêços das utilidades, esta correspondente a 50% daquela alteração havida no custo da produção durante o ano anterior. Para efeito de uniformidade de cálculo, os valores determinantes do custo da produção seriam aquêles vigentes em abril de cada ano. Anote-se, todavia, que esta bonificação não será incorporada ao prêço da borracha, sendo o seu valor desencorporado e restabelecido em cada ano, consoante a diversificação de valores encontrados no custo da produção.

3 — Extensão à madeira, sôrva, pau-rosa, couros e peles de animais silvestres, dos beneficiamentos instituidos para juta, de caução de contratos assinados, por intermédio de corretores, entre produtores e exportadores e de notas promissórias, dando maior elasticidade a êsses créditos, inclusivè com a supressão da limitação de percentagem de 1/10% para cada emitente de Nota Promissória.

4 — Para as Agências locais do Banco do Brasil S/A. serem autorizadas a operar com duplicatas provenientes da venda de motores marítimos aos pequenos produtores interlandinos, mediante deferimento de crédito em c/corrente com caução de tais títulos até 24 mêses de prazo.

5 — Prorrogação de faixa de redesconto do Banco do Estado do Amazonas S.A. e ampliação de sua faixa de redesconto, junto ao Banco do Brasil S/A.

6 — Crédito agrícola aos colonos amazonenses detentores de apenas Título Provisório de terras fornecidas pelo Estado.

7 — Plano Agrícola completo de aproveitamento das várzeas amazonenses à cultura de arroz, milho e feijão.

8 — Elevação de Cr$ 75.800,00 para ..... Cr$ 350.000,00 ao financiamento à heveicultura p/hectares de 400 seringueiras,

com prazo de 12 anos para reposição por amortização anual a partir do 8º ano e juros de 4 a 7% e com a garantia operacional firmada inicialmente em imóveis e depois, a partir da segunda parcela, em imóveis e culturas existentes à base de suas reavaliações sucessivas e progressivas.

9 — Extensão de todos os créditos agrícolas, já concedidos a colonos japoneses, aos colonos brasileiros, também, no Amazonas.

10 — Aumento do prêço mínimo da juta amazonense.

11 — Empréstimos compensatórios.

OUTROS ESTUDOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assessoria Econômica estudou assuntos gerais das possibilidades indutriais do Estado, dando informações, pareceres, sôbre os assuntos aventados pela política de desenvolvimento econômico do govêrno estadual.

Contados com firmas especializadas foram realizados, visando programas industriais.

Foi feita assistência a empreendimentos de capital mistos de iniciativa estadual, ou particular, capital mistos da iniciativa estatal, ou particular, considerados de interêsse básico à economia regional.

CADERNOS DE LEGISLAÇÃO FISCAL

A Assessoria promove a compilação e publicação de tôda a legislação fiscal do Estado do Amazonas, sob a denominação geral de CADERNOS DE LEGISLAÇÃO FISCAL do Estado do Amazonas.

O I Caderno, que versa sôbre Vendas e Consignações, já está pronto e em fase de impressão no Rio de Janeiro. O II Caderno, que está pràticamente concluido, trata dos Incentivos Fiscais à Industrialização do Amazonas.

Muito devemos, nêste particular à compreensão do Exmo. Sr. Secretário de Economia e Finanças, Sr. Aldo Morais, e aos fazendários Manuel Otavio Rodrigues de Souza, Cláudio Leão, Carlos Augusto Carneiro e Wilson Cruz.

CADASTRO INDUSTRIAL DO AMAZONAS

Promovemos pesquizas para organizar o Cadastro Industrial do Amazonas.

Nêste Caderno as indústrias aparecerão agrupadas, segundo as categorias clássicas do assunto.

RESTRUTURAÇÃO BÁSICA DO SETOR DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Considerando o alto custo das pesquisas e planejamento sócio-econômicos e a criação de um serviço de cooperação técnica em programas de pesquiza econômica regional no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE — através de seu Departamento Econômico; e mais que êsse serviço de cooperação é feito por fôrça de convênios entre o BNDE e as entidades estatais de estudos e planejamentos econômicos, estamos elaborando exposição à Chefia do Poder Executivo propondo a transformação do Setor de Estudos Sócio-Econômicos em um órgão de desenvolvimento do Estado, a fim de ser realizado um levantamento sócio econômico completo do Amazonas.

SETOR GABINETE DE CONSULTAS SÔBRE A AMAZÔNIA

Estamos planejando o Setor Gabinete de Consultas sôbre a Amazônia, no DITPEA.

Será uma biblioteca, pretendendo reunir tudo o que já se escreveu sôbre a Amazônia, devidamente classificado.

Temos contado com a boa vontade do Sr. Genesino Braga, Diretor da Biblioteca Pública do Amazonas, e da senhorinha Alba Praia, do Instituto Nacional de Pesquizas da Amazônia.

SETOR DA FOTOGRAFIA

O Setor de Fotografia foi dirigido pelo Sr. Luziel Ramos de Araujo.

Foi um dos meios eficientes Setores de operação do DITPEA, não sòmente pela dedicação de seu dirigente como pelo alto gabarito de seus trabalhos fotográficos.

Graças a êste Setor foi-nos possivel executar um plano de estudos visuais, com vistas à promoção do Amazonas no Brasil e engatinhar para o Exterior.

O material fotográfico que usamos, inclusivè na preparação dos nossos guias turísticos, ilustração de reportagens e livros sôbre o Amazonas, foi todo projetado e executado pelo nosso Setor de Fotografia, no que pese estar ainda desaparelhado para melhores serviços.

ASSISTÊNCIA CULTURAL

Compreendemos a necessidade de dar evidência aos assuntos culturais do Estado, ditos folclóricos e histórico. A necessidade de primover o Estado, através dos seus monumentos históricos e da sua cultura popular, demonstrou ser indispensável conhecê-los por estudos especializados. Criamos, por isso, uma assistência cultural junto à Direção Geral do DITPEA.

O Professôr Mário Ypiranga Monteiro é o nosso assistente cultural. É indispensável declarar os bons serviços que o referido mestre tem prestado à nossa conduta, visto que sua cultura especializada como historiador e folclorista já consagrada está.

Presentemente, o Professôr Mário Ypiranga Monteiro procede ao levantamento de todos os nossos monumentos e escreve, especialmente, a história do Teatro Amazonas, com vistas aos turístas que visitam o nosso Teatro.

POR FIM

Ao longo do resumo das atividades do Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado do Amazonas — DITPEA — escusamo-nos de repetir o nome de Vossa Excelência como o grande estimulador e a grande inteligência do que nos foi possivel fazer. Já o havíamos dito ao início dêste Relatório.

Não pretendemos, declarando ao final dêste relato que Vossa Excelência foi em verdade o condutor da marcha realizada, muitas vezes em cadência inferior a recomendada pelo comandante em razão

das deficiências do seu lugar-tenente na tropa, agradar Vossa Excelência. Sabemos que o nosso convívio, respeitoso mas franco, deixa-nos a salvo dêsse julgamento, enquanto fazemos justiça.

Algum sucesso que tenhamos conseguido foi graças ao prestígio dado pelo Governador do Amazonas ao DITPEA e à dedicação dos integrantes da nossa equipe de trabalho. Estamos honrados pelo prestígio e reconhecidos pela dedicação.

Respeitosamente,

ALDÉVIO PRAIA
Diretor Geral

Departamento de Estradas
de Rodagem

Senhor Governador:

1. — Temos a honra de apresentar a V. Excia. o Relatório Geral das atividades dêste Departamento relativo ao ano de 1963.

Nas referências e valôres adiante alinhados reproduzem-se em síntese as obras e serviços realizados durante o exercício findo e nas quais se procurou, dentro da superior orientação ditada por V. Excia., atender aos objetivos maiores do rodoviarismo no Amazonas.

2. — Para o exercício de 1963 a receita foi estimada em Cr$ 1.963.649,113,00 (hum bilhão, novecentos e sessenta e três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, cento e treze cruzeiros), havendo a arrecadação atingido a ... Cr$ 2.297.429.576,80 (dois bilhões, duzentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta centavos), apresentando consequentemente um excesso de Cr$ 333.780.266,80 (trezentos e trinta e três milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros e oitenta centavos) sôbre o previsto. A seu turno a despesa orçada em Cr$ 1.963.649.113,00 (hum bilhão, novecentos e sessenta e três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, cento e treze cruzeiros) foi elevada para Cr$ 2.705.002.112 80 (dois bilhões, setecentos e cinco milhões, dois mil, cento e doze cruzeiros e oitenta centavos) mercê da abertura de créditos adicionais — Cr$ 602.752.802,80 (seiscentos e dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dois cruzeiros e oitenta centavos) de suplementares mais Cr$ 223.600.000,00 (duzentos e vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) de especiais menos Cr$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzeiros) de anulação de dotações orçamentárias —, reduzindo-se entretanto a despesa realizada a Cr$ 2.178.033.906,90 (dois bilhões, cento e setenta e oito milhões, trinta e três mil, novecentos e

seis cruzeiros e noventa centavos). Do confronto entre os valôres referentes à receita arrecadada e à despesa realizada se infere um "superavit" de Cr$ 119.395.669,90 (cento e dezenove milhões, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa centavos) para a execução orçamentária do exercício.

Os quadros anexos I e II discriminam respectivamente a receita arrecadada e a despesa realizada por títulos, sub-títulos, grupos e sub-grupos, de modo a permitir uma melhor apreciação da matéria.

Assim, no que tange à composição do quantitativo arrecadado, observa-se a prevalência absoluta da quota do Fundo Rodoviário Nacional que atingiu ao montante de Cr$ 2.235.831.223,90 (dois bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e trinta e hum mil, duzentos e vinte e três cruzeiros e noventa centavos) representando cêrca de 97% (noventa e sete por cento) do seu total.

Quanto à despesa a sua análise permite verificar que preponderaram no montante dos gastos efetuados, os relativos aos investimentos de utilidade pública, que atingiram a Cr$ 1.153.020.045,60 (hum bilhão, cento e cinquenta e três milhões, vinte mil, quarenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos) destacando-se entre êstes os atinentes à construção das rodovias — Cr$ 556.748.560,90 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta cruzeiros e noventa centavos) e a sua pavimentação Cr$ 496.499.175,80 (quatrocentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e setenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos).

3. — Relativamente ao planejamento há que ser considerada a substancial expansão do Plano Rodoviário Estadual, enriquecido com a inclusão das seguintes estradas de rodagem: AM-11 Manaus-Puraquequara, via Aleixo; AM-12 Manaus-Puraquequara, via Paredão; AM-13 Manaus-Tarumã, via São Raimundo; AM-14 Carauarí-Gavião-Concórdia; AM-15 Parintins-Paraná do Ramos; AM-16 Camanaus-Uaupés-Fortaleza; AM-17 Parauarí-Nambí; AM-18 Tefé-Juruá e AM-19 Parauarí-Abacaxís, além da estrada de acesso à AM-1 partindo de Puraquequara.

É de observar que tôdas essas rodovias apresentam apreciável importância sócio-econômica para o Amazonas, quer pela maior facilidade de comunicações, quer pela possibilidade de exploração de vastas áreas florestais,

quer finalmente pela disponibilidade de dadivosas glebas para a localização de colonos.

Ainda nêsse sector foram efetuados estudos e levantamentos visando implantar a Contabilidade Industrial do DER-Am, e processadas consultas a tôdas as municipalidades com o objetivo da feitura do cadastro dos motores de explosão em uso no Estado. A finalidade da primeira é permitir uma maior exatidão no levantamento dos custos e a da segunda possibilitar uma futura revisão nos índices de consumo dos derivados de petróleo.

4. — No curso do ano findo foram projetados 20 Kms. do novo traçado da AM-1, bem como os 45 Kms. da ligação do lago do Puraquequara a essa rodovia, além do reconhecimento e da exploração de 53 Kms. do trêcho Rio Preto-Urubu, na Manaus-Itacoatiara.

Por igual foram efetuados levantamentos alti-planimétricos e batimétricos, bem como sondagens, objetivando a construção da ponte sôbre o rio Preto à altura do Km. 79 da AM-1. Também foram executados diversos levantamentos topográficos, entre os quais avulta o do local destinado ao futuro estádio "Vivaldo Lima" e confeccionados inúmeros desenhos, inclusivè o do traçado completo da AM-4 Humaitá-Lábrea.

5. — Durante o exercício de 1963, malgrado o precário estado de conservação em que foi encontrado o equipamento mecânico do DER-Am, tiveram início ou prosseguimento os trabalhos de construção de diversas rodovias. Assim, na AM-1 foi concluída a abertura de mais 18,3 Kms., apresentando um movimento de terra de ... 790.335m3. (setecentos e noventa mil, trezentos e trinta e cinco metros cúbicos) e uma área de revestimento primário de 219.600m2. (duzentos e dezenove mil e seiscentos metros quadrados); no ramal do Puraquequara foi procedido ao desmatamento e à limpeza de uma extensão de 33 Kms. numa faixa de 40 metros, bem como ao preparo de 11 Kms. de caminho de serviço; finalmente, na Humaitá-Lábrea foram desmatados cêrca de 600.000m2. (seiscentos mil metros quadrados) e procedida à limpeza em aproximadamente 400.000m2. (quatrocentos mil metros quadrados), bem como executados serviços de elevação do greide da estrada num volume de 68.000m3. (sessenta e oito mil metros cúbicos).

Entre os Kms. 40 e 52 da AM-1 foram recuperados quatro grandes atêrros parcial ou totalmente ruidos face à erosão derivada das infiltrações d'água provenientes de rupturas nas linhas de bueiros de concreto, ou do represamento do lençol líquido em virtude de tal anomalia. Os serviços que se encontram praticamente concluídos compreenderam em cada caso: a escavação até o talvegue e limpeza dêste, a instalação de nova linha de bueiros devidamente embasada e a recomposição do atêrro, num volume médio de terraplenagem de 32.000m3. (trinta e dois mil metros cúbicos), ou seja para os quatro atêrros um global de 128.000m3. (cento e vinte e oito mil metros cúbicos).

Visando servir de base operacional para turmas de conservação e melhoramentos, foi edificado à altura do Km. 63 da AM-1 um grupo de construções compreendendo uma residência de chefia, alojamentos, oficinas, almoxarifado e cantina. O conjunto dispõe de um sistema próprio de instalações elétricas, hidráulicas e de saneamento, de modo a propiciar o indispensável confôrto à chefia e aos trabalhadores alí sediados.

Prosseguiu no corrente ano a fabricação de tubos de concreto simples, armado e de dupla-armadura destinados às obras em andamento. O quadro anexo III discrimina os tipos e sua movimentação durante o exercício, por êle verificando-se que o total produzido atingiu a 3.785 (três mil setecentas e oitenta e cinco) unidades, sendo utilizadas durante o ano 4.340 (quatro mil trezentas e quarenta) das quais 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) oriundas do estoque existente.

6. — No que diz respeito ao sector de pavimentação foram executados os seguintes serviços: Na AM-1 e rodovia de turismo S. Jorge-Ponta Negra a regularização do sub-leito abrangeu uma área de 197.520m2. (cento e noventa e sete mil quinhentos e vinte metros quadrados), sendo dado tratamento superficial a 194.898m2. (cento e noventa e quatro mil oitocentos e noventa e oito metros quadrados), imprimados 102.240m2. (cento e dois mil, duzentos e quarenta metros quadrados) e utilizados ... 5.951m. (cinco mil novecentos e cinquenta e hum metros cúbicos) de areia asfalto na pavimentação de 16 Kms., e na AM-4 foi procedida a regularização do sub-leito numa área de 147.600m2. (cento e quarenta e sete mil e seis-

centos metros quadrados) e utilizados 61.924m3. (sessenta e hum mil novecentos e vinte e quatro metros cúbicos) de material de 1.ª no reforço do mesmo.

A Terminal de Asfalto teve o andamento de sua construção grandemente intensificado durante o ano. Assim foi procedida a montagem total dos tanques e realizada a respectiva prova dágua, bem como adquirido todo o material complementar necessário — tubulações, caldeira, bombas, tanque para óleo diesel, mangueiras de aço, plataforma de carregamento, balança rodoviária com capacidade para 30 toneladas, caixa dágua de aço, etc. Também foi efetuada a terraplenagem do páteo com complementação da área necessária a instalação das tubulações e construído um muro de arrimo em alvenaria de pedra para segurança das encostas sul e leste da obra.

7. — Durante o ano de 1963 prosseguiram os trabalhos relativos à conservação e aos melhoramentos da rêde rodoviária. Na AM-1 além da conservação ordinária, isto é, a manutenção da pista de rolamento em condições de tráfego, a desobstrução de bueiros, valetas e saídas dágua e a capina e limpeza das laterais, foram plantados ..... 8.000m2. (oito mil metros quadrados) de grama nos atêrros, recuperadas diversas linhas de bueiros, construidos aproximadamente 3 Kms. de valetas, refeitas e pintadas as cêrcas de proteção existentes nos atêrros e restaurada a ponte de madeira sôbre o Igarapé do Serpa que estava desmoronando. Na AM-3 foram procedidos trabalhos de conservação ao longo de 30 Kms. e recuperado um atêrro cuja linha de drenagem se encontrava inutilizada por esmagamento. Finalmente na AM-4, além da capina e limpeza nas laterais de 20 Kms. da rodovia, foram recuperadas duas linhas de bueiros bem como dois pontilhões de madeira que se encontravam em estado precário ameaçando de ruir.

Coube ainda a esta Divisão proceder ao levantamento do trêcho inicial da AM-1, a fim de verificar as possíveis invasões da faixa de domínio por parte dos proprietários dos terrenos que marginam a rodovia, bem como aos estudos preliminares para o plano de sinalização a ser adotado nas rodovias estaduais.

8. — Quanto ao setor que supervisiona o equipamento mecânico há de ser assinalada a extensa atividade desenvolvida pelas diferentes secções que compõem as ofi-

cinas e garagem do DER-Am. De fato coube ao mesmo importante parcela no bom desempenho dos trabalhos do Departamento, através de permanente assistência às suas máquinas e veículos, assinalando-se que os gastos do exercício em recuperação e manutenção atingiram ao montante de Cr$ 206.157.407,20 (duzentos e seis milhões, cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e sete cruzeiros e vinte centavos).

Registre-se a colaboração do Departamento às outras repartições estaduais e de modo especial a valiosa atuação dos carros-pipa, em benefício do povo, quando da crise do abastecimento dágua oriunda da excepcional baixa do rio Negro, os quais durante o auge da carência atenderam a hospitais, escolas, maternidades, internatos e outros edifícios de especial serventia pública. Êsses fornecimentos atingiram a um total de 1.466 (hum mil quatrocentas e sessenta e seis) carradas, com um volume global de ..... 8.796.000 lts. (oito milhões setecentos e noventa e seis mil litros) distribuidos.

Ao concluir êste Relatório seja mencionado o perfeito entrosamento existente entre o DER-Am. e o Conselho Rodoviário Estadual, cuja orientação e determinações foram rigorosamente cumpridas, bem assim o acatamento que sempre mereceu a Delegação de Contrôle, como seu órgão fiscal.

Ressalte-se também a colaboração recebida do Conselho Rodoviário Nacional, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e especialmente do 1.º Distrito Rodoviário Federal, na pessôa de seu titular, Eng.º Luis Ribeiro Varejão.

Finalmente é de dever expressar o nosso melhor agradecimento pela deferência e apôio com que nos honrou V. Excia. e em função do qual pôde o órgão Rodoviário Estadual, cumprir as finalidades de sua instituição.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Excia. os nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Eng. JAYME BITANCOURT DE ARAUJO
Diretor Geral do DER-Am.

Procuradoria Geral
do Estado

Procuradoria Geral
do Estado

SENHOR GOVERNADOR:

Submisso ao art. 17, inciso V, da Lei n. 883, de 30 de dezembro de 1950 (Código do Ministério Público), cumpro o dever de apresentar a Vossa Excelência o relatório das atividades da Procuradoria Geral do Estado no decurso do ano de 1963.

Encontro-me no exercício dêsse cargo, por distinção muito honrosa para mim, desde fevereiro do ano passado, por isso que a nomeação representa um galardão de notório saber e reputação ilibada, requisito exigido pela Constituição Estadual. E essa láurea me é concedida pela segunda vez. É que Vossa Excelência, quando de sua investidura, pela vez primeira, no elevado cargo de Governador, em 1955, também, para gaúdio meu, me conduziu à Chefia do Ministério Público.

No desempenho do referido cargo, tenho oficiado perante o Tribunal Pleno, Conselho de Justiça e perante as Câmaras cíveis e criminais.

Foram emitidos 195 pareceres judiciários e formulado um pedido de arquivamento de inquérito em caso da competência privativa do Egrégio Tribunal. Foi também requerido a instauração de um inquérito judiciário ante o Conselho de Justiça.

Na esfera governamental, em processos mandados à Procuradoria, foram proferidos 11 pareceres.

Na Secretaria está comissionado o bacharel PEDRO DA SILVA COSTA, Promotor de Justiça da Comarca de Codajás, que vem exercendo o cargo com eficiência e o maior empenho.

É de justiça assinalar a valiosa cooperação das funcionárias da Secretaria, sem a qual o Procurador não poderia cumprir sua missão. Essas funcionárias são: Lygia Ramos de Oliveira, Maria Dalva Freire Ladeira, Diva da Silva Souza e Aliete do Carmo Parente Salles.

O movimento da Procuradoria foi o seguinte:

Correspondência do Gabinête do Procurador:

Expedidos:

Ofícios 478

Telegramas 36

Recebidos:

Ofícios 360

Telegramas 34

Foram fornecidas:

Certidões de assuntos administrativos 5

Certidões de tempo de serviço 8

Foram encaminhados ao Chefe do Executivo e concedidos 16 salários-família.

Licença para tratamento de saúde 19

Informação da Secretaria 38

Portarias 54

FERIAS

1 — Ao bacharel DOMINGOS ALVES PEREIRA DE QUEIROZ, 3.º Promotor de Justiça da Capital, 120 dias de férias correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959.

2 —— À Senhora LYGIA RAMOS DE OLIVEIRA, Escrevente padrão "H" da Procuradoria, 60 dias de férias regulamentares correspondentes aos períodos de 1961 e 1962.

3 — Ao bacharel SEBASTIÃO NORÕES, 2.º Curador Especial da Capital, 180 dias de férias regulamentares, correspondentes aos anos de 1957, 1958 e 1959.

4 — Ao senhor CÁSSIO DE GOUVÊA DANTES CAVALCANTE, Curador Especial de Órfãos e Ausentes, 240 dias de férias regulamentares, correspondentes aos exercícios de 1960 a 1963.

5 — Ao bacharel TABIRA RODRIGUES FORTES, Defensor de Menores Abandonados, 180 dias de férias regulamentares, referentes aos exercícios de 1961, 1962 e 1963

6 — Ao bacharel GIOVANNI FIGLIUOLO, Sub-Procurador Geral do Estado, 180 dias de férias regulamentares, ficando revogada a portaria anterior que o comissionou nas Câmaras.

7 — Ao bacharel Domingos Alves Pereira de Queiroz, 3.º Promotor de Justiça da Capital, 60 dias de férias regulamentares, em prorrogação, referentes ao exercício de 1960.

8 — Ao senhor Paulo Roberto Mello da Rocha, Auxiliar de Portaria, padrão "D" da Procuradoria Geral, 30 dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 1963.

9 — À senhorinha Itaci Ramos de Oliveira, Escrevente padrão "H" da Procuradoria Geral do Estado, 30 dias de férias regulamentares relativas ao exercício de 1962.

COMISSIONAMENTOS

1 — Do bacharel Aguinelo Balbi, Promotor de Justiça da Comarca de Fonte Boa, na 2a. Promotoria de Justiça da Capital.

2 — Do bacharel Arary Campos Corrêa Lima, Promotor de Justiça da Comarca de Benjamin Constant, na 3a. Curadoria Especial.

3 — Do bacharel Geraldo de Macêdo Pinheiro, Promotor de Justiça da Comarca de Itaquatiara, na 5a. Promotoria da Capital.

4 — Do bacharel Aguinelo Balbi, Promotor de Justiça da Comarca de Borba, na Curadoria de Órfãos e Ausentes da Capital.

5 — Do bacharel Aguinelo Balbi, Promotor de Justiça da Comarca de Borba, na 1a. Promotoria de Justiça da Capital.

6 — Do bacharel Pedro da Silva Costa, Promotor de Justiça da Comarca de Codajás, na Secretaria da Procuradoria Geral do Estado.

7 — Do bacharel Tabira Rodrigues Fortes, Defensor de Menores Abandonados e Desajustados da Capital, na Curadoria Especial de Massas Falidas.

8 — Do bacharel Arary Campos Correa Lima, Promotor de Justiça da Comarca de Benjamin Constant, na 4a. Promotoria da Capital.

DESIGNAÇÕES

1 — Do bacharel Tabira Rodrigues Fortes, Defensor de Menores, em comissão na 1a. Promotoria, para opinar nos processos de Habilitação de Casamentos, desquites, anulação de casamento e outros feitos que se processarem nos cartórios da Comarca de Manaus.

2 — Do bacharel Giovanni Figliuolo, Sub-Procurador Geral do Estado, em comissão, para oficiar junto às Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça.

3 — Dos bacharéis Tabira Rodrigues Fortes e José de Ribamar Prazeres Coelho, Promotores de Justiça das 1a. e

5a. Promotorias, respectivamente, para alternadamente, funcionarem nos processos de mandado de segurança, na 1a. instância.

4 — Do bacharel Geraldo de Macêdo Pinheiro, Promotor, de Justiça da Comarca de Itaquatiara, comissionado na 5a. Promotoria da Capital, para, em substituição ao Promotor José de Ribamar Prazeres Coelho, funcionar até ulterior deliberação, nos processos de Mandado de Segurança, em 1a. instância.

5 — Do bacharel Geraldo de Macêdo Pinheiro, Promotor de Justiça da Comarca de Itaquatiara, em comissão na 5a. Promotoria da Capital, para integrar o Conselho Penitenciário do Estado.

6 — Do bacharel Geraldo de Macêdo Pinheiro, Promotor de Justiça da Comarca de Itaquatiara, em comissão na 5a. Promotoria da Capital, para integrar a comissão examinadora do concurso, para o cargo de Juiz de Direito de 1a. entrância.

7 — Do acadêmico Daniel Ferreira da Silva, aluno regularmente matriculado na 4a. série do curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Amazonas, como estagiário junto ao Ministério Público.

8 — Do acadêmico Sileno Máximo da Silva Guedes, aluno regularmente matriculado na 4a. série do curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Amazonas, como estagiário junto ao Ministério Público.

9 — Do bacharel Arary Campos Corrêa Lima, Promotor de Justiça da Comarca de Benjamin Constant, para integrar a comissão de reexame do Ante-projeto do Regimento de Custas.

10 — Do bacharel Giovanni Figliuolo, Sub-Procurador Geral do Estado, em comissão, para, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, estudar a estrutura do Código do Ministério Público, daquele Estado da Federação, e bem assim a de outros Códigos da referida Instituição nos Estados do Sul do País.

11 — A comissão integrada dos bacharéis Geraldo de Macêdo Pinheiro e José de Ribamar Prazeres Coelho, membros do Ministério Público, aquêle servindo na 5a. Promotoria de Justiça da Capital, e o último, em comissão, no cargo de Diretor da Penitenciária Central do Estado, para sob a presidência do Prof. Dr. Adriano Queiroz, Procurador Geral do Estado, em comissão, elaborar o anteprojeto do Regulamento da Penitenciária Central do Estado.

AMPLIAÇÕES DE COMPETÊNCIA FUNCIONAL

1 — Do bacharel José de Ribamar Prazeres Coelho, 5o. Promotor de Justiça da Capital, na 3a. Promotoria da Capital.

2 — Do bacharel Tabira Rodrigues Fortes, Defensor de Menores, em exercício na 1a. Promotoria, na 4a. Promotoria.

3 — Do bacharel Pedro da Silva Costa, Secretário da Procuradoria Geral do Estado, na 2a. Curadoria.

4 — Do bacharel Arary Campos Corrêa Lima, 3o. Curador Especial na 3a. Promotoria de Justiça da Capital.

5 — Do bacharel Eduardo Bentes Guerreiro, Curador de Órfãos e Ausentes, na 1a. Promotoria de Justiça da Capital.

6 — Do bacharel Aguinelo Balbi, 2o. Promotor de Justiça da Capital, na 4a. Promotoria.

7 — Do bacharel Arary Campos Corrêa Lima, 3.o Curador (Massas Falidas), na 4a. Promotoria.

8 — Do bacharel Aguinelo Balbi, 2.o Promotor de Justiça, na 3a. Promotoria da Capital.

9 — Do bacharel Domingos Alves Pereira de Queiroz, 3o. Promotor de Justiça da Capital, na 2a. Promotoria.

DISPOSIÇÕES

1 — Os bacharéis Geraldo de Macêdo Pinheiro e Antônio Alexandre Pereira Trindade, Promotores de Justiça das Comarcas de Itaquatiara e Manacapuru, respectivamente, postos à disposição do Chefe do Poder Executivo.

2 — O bacharel José de Ribamar Prazeres Coêlho, Promotor de Justiça da 5a. Promotoria, à disposição do Chefe do Poder Executivo.

3 — A bacharela Nayde Vasconcelos, Secretária da Procuradoria Geral do Estado, à disposição do Chefe do Poder Executivo.

4 — O bacharel Renato Ribeiro da Rocha, 1o. Promotor de Justiça da Capital, à disposição do Procurador Geral do Estado.

5 — O bacharel Hugo Coêlho Cintra, Promotor de Justiça da Comarca de Coari, à disposição do Chefe do Poder Executivo.

EXONERAÇÕES

1 — De Guilherme Antunes Caresto Filho do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Fonte Boa.

2 — De Dagoberto Ferreira Lima do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Boca do Acre.

3 — De Ademir Pereira de Lucena do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Canutama.

4 — De Walvanila da Costa Vieira do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Benjamin Constant.

5 — De José Correia Guedes do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Manicoré.

6 — De Eloy Ferreira Campos do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Maués.

7 — De Luiz Gonzaga de Moraes do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Humaitá.

8 — De Ezanor Athaíde do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Manacapuru.

NOMEAÇÕES TORNADAS SEM EFEITO

1 — De Dulcinéa da Silva Lima do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Coari.

2 — De Raul Cláudio Barbosa do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Humaitá.

3 — De Sérgio Mazzini de Oliveira Leite do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Maués.

NOMEAÇÕES

1 — De Francisco Pereira de Souza para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Fonte Boa.

2 — De Raul Cláudio Barbosa para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Humaitá.

3 — De Nereu da Silva Costa para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Manacapuru.

4 — De Antônio Andrade da Cruz para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Benjamin Constant.

5 — De Dulcinéa da Silva Lima para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Coari.

6 — De Raimundo Benjamin da Silva para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Canutama.

7 — De José Rodrigues Monte para o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Boca do Acre.

Ao Ministério Público cabe a elevada e nobilitante função de agir como órgão da lei e fiscal de sua execução.

A não ser nas contravenções, o Código Penal e o de Processo Penal baniram o procedimento **ex officio**.

Nos crimes de ação pública é êle o autor, e, em nome da justiça e da sociedade, procede com ampla independência, determinando ainda a lei que a última palavra sôbre a propositura da ação seja proferida pelo Chefe do Ministério Público.

Assim, nenhum promotor, que tenha requerido o arquivamento de inquérito ou de representação poderá ser compelido a oferecer a denúncia. O magistrado, quando não concordar com a opinião do representante da Justica Pública, procederá como está escrito no art. 28, do Código de Processo Penal:

"Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer pecas de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou pecas de informação ao procurador geral e êste oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender".

O Procurador então poderá:

1 — designar outro promotor para oferecer a denúncia;

2 — oferecer êle mesmo a denúncia; e,

3 — insistir no pedido de arquivamento.

Da Comarca da Capital, com pedido de arquivamento, em virtude de haver o magistrado divergido do parecer do representante do Ministério Público, vieram oito inquéritos para meu pronunciamento.

Em todos êles verifiquei que a razão estava com o magistrado, que não concordara com o arquivamento, e por isso designei outro promotor para promover a ação penal.

Da Comarca de Lábrea veio um inquérito em que o doutor juiz de Direito daquela Comarca também não adotou o parecer do Promotor Substituto.

Neste inquérito insisti pelo arquivamento, lançando nos autos o despacho seguinte:

"O Senhor Delegado Geral de Polícia, por haver sido informado pelo senhor URBANO CHAVES DE MENEZES, que em baixo do trapiche do pôrto da Cidade de Lábrea, havia sido encontrado morto MANUEL PEDRO DE CASTRO, vulgo **baixinho**, determinou a instauração do presente inquérito.

Ouviu apenas duas testemunhas: Francisco Antônio da Silva e Miguel Falcão Barbosa.

De estranhar não haver sido tomado o depoimento de URBANO CHAVES DE MENEZES, que foi quem, segundo a Portaria de fls. 2. dera à Polícia informação de ter sido encontrado morto, em baixo do trapiche, MANUEL PEDRO DE CASTRO.

A primeira testemunha, Francisco Antônio da Silva, declara que viu caída em frente ao bar de Adelson de Almeida Sampaio, que convidou outra pessoa para retirar a vítima dalí, levando-a para deixá-la em baixo do trapiche.

A segunda testemunha, Miguel Falcão Barbosa, afirma que encontrou MANUEL PEDRO DE CASTRO no bar do senhor Adelson de Almeida Sampaio com um copo de aguardente, o qual ingeriu e ficou debruçado sôbre o balcão do mesmo boteco, e que o dono do botequim apanhou tinta e começou a pintar a cabeça do rapaz que estava embriagado.

Adelson de Almeida Sampaio declara que vendo MANUEL PEDRO DE CASTRO deitado no trapiche, ao sol, pediu a outra pessoa que o ajudasse a levá-lo para os baixos do aludido trapiche, onde depois foi encontrado morto.

O inquérito não elucida quem levou a vítima, em estado de embriaguês, para a rua.

Uma outra pessoa que auxiliou Adelson a levar a vítima para os baixos do trapiche não teve seu nome mencionado em nenhum passo do inquérito.

O representante do Ministério Público, bem poderia, requerendo a volta do inquérito à Polícia, em diligência, ter obtido algum esclarecimento sôbre o fato objeto do inquérito.

Entendeu o agente do Ministério Público que não havia crime e que o inquérito, por ser nulo, não tinha nenhum valor, pelo que requereu seu arquivamento.

Convém ressaltar que o inquérito é mero instrumento da denúncia ou queixa, é uma informação do delito de que lança mão o Ministério Público para iniciar a ação penal. Sendo o inquérito simples peça informativa, para instauração do processo, não pode estar sujeito aos preceitos que o Código de Processo Penal consigna para as nulidades.

Não se justifica, pois, a arguição de nulidade do inquérito. Não constitui a referida peça elemento essencial para a denúncia, por isso que o representante do Ministério Público pode dispensá-la, quando lhe sejam fornecidos todos os elementos necessários para a denúncia.

O doutor juiz, porém, não acolhendo as razões invocadas, e na forma do art. 28, do Código de Processo Penal, remeteu os autos a esta Procuradoria.

A culpabilidade surge sob duas modalidades: o **dolo** e a **culpa.**

Segundo o art. 15, do Código Penal, o crime é **doloso,** quando o agente quiz o resultado ou assumiu o risco de produzí-lo, e **culposo,** quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

É, portanto, a vontade livre e consciente dirigida com o escopo de obter um resultado antijurídico ou o proceder de modo aceitar o risco de produzí-lo, que caracteriza o **dolo.**

Na **culpa,** há de ocorrer a omissão de atenção, cautela ou diligência normalmente empregadas para prevenir ou evitar o resultado antijurídico.

Há, também, a culpa quando o agente, tendo previsto a possibilidade do resultado, não o quiz, nem aceitou o risco de produzí-lo.

Para o Código Penal a culpa é a mesma, tanto faz o agente não prever o resultado que era previsível, quanto prevê-lo, para admitir que êle não ocorreria.

Os autos não revelam a omissão do dever de precaução ou diligência a que todos estão obrigados, para não violar direito alheio.

Não forneceu elementos para a configuração do delito previsto no Código Penal.

Não fornecendo o inquérito base para o oferecimento da denúncia, deve o mesmo ser arquivado. Eis, por que insisto pelo arquivamento do inquérito. Todavia, se a Polícia coligir novos elementos capazes de justificar a instauração da ação penal, pode ainda a denúncia ser oferecida.

Por outro lado, de acôrdo com o art. 26, do Código de Processo Penal, com base no depoimento de Miguel Falcão Barbosa (fls. 18), deve ser iniciado contra Adelson de Almeida Sampaio o processo, por contravenção, definida no art. 63, inciso II, da Lei das Contravenções Penais.

Devolva-se o presente inquérito à Comarca de origem.

Manaus, 19 de setembro de 1963.

(A) ADRIANO QUEIROZ
Procurador Geral do Estado".

Para decisão desta Procuradoria vieram, da Comarca da Capital, dois inquéritos em que se verificou conflito de atribuições entre Promotores, assunto que incumbe ao Chefe do Ministério Público solucionar.

No primeiro lancei o despacho seguinte:

"A autoridade policial encaminhou o presente inquérito à 6.ª Vara Criminal, perante a qual se processam as ações penais da competência do juiz singular.

O promotor, a quem foi o inquérito distribuido, em parecer que lançou, entendeu que os autos cuidavam de uma tentativa de homicídio, pelo que o doutor juiz mandou que os mesmos fossem remetidos à 3.ª Promotoria, a quem a lei confere atribuição exclusiva, para funcionar nos crimes da competência do Tribunal do Júri.

O 3.º Promotor, por seu turno, em parecer que proferiu, manifestou opinião no sentido de que se não tratava de tentativa, e, sim, de lesão corporal.

Voltando os autos à 6.ª Vara, o doutor juiz despachou mandando os autos à Procuradoria.

Há, pois, divergência entre os ilustres promotores que intervieram nos autos. E cabe, indubitàvelmente, a esta Procuradoria dar-lhe solução, de acôrdo com a regra do art. 28, do Código de Processo Penal. É que êsse dispositivo não se aplica sòmente no caso de o juiz divergir da opinião do Promotor, quando êste pede o arquivamento do inquérito. Por êle também os conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público devem ser solucionados pela Procuradoria.

Assim, determino que os autos voltem ao segundo promotor, que é quem deve oferecer denúncia, dentro de suas atribuições, visto que os autos não demonstram a existência de tentativa de homicídio.

Todavia, dês que no curso da instrução surjam novos elementos, para outra classificação, o magistrado por certo decidirá segundo o mandamento contido no art. 384, do Código de Processo Penal.

Manaus, 14 de junho de 1963.

(a) ADRIANO QUEIROZ
Procurador Geral do Estado".

No segundo assim me pronunciei:

"Os presentes autos de inquérito policial foram distribuídos ao segundo Promotor, bacharel Aguinelo Balbi, que inicialmente, a fls. 20, entendeu que os autos cuidavam dos crimes previstos nos artigos 129 e 137, do Código Penal, mas posteriormente, sem que para os autos fossem carreados novos elementos de prova, entendeu que se tratava de tentativa de homicídio, pelo que requereu fossem os ditos autos encaminhados ao 3.º Promotor.

O terceiro Promotor, ao tempo o bacharel Arary Campos Corrêa Lima, em parecer que lançou, manifestou opinião de que não concorriam os elementos que integram a figura da tentativa de homicídio.

Os promotores, como se vê, divergiram quanto à classificação do delito, assunto que é da atribuição do Ministério Público, e por isso vieram os autos à Procuradoria.

Os autos, pelo menos por enquanto, não trazem elementos para que se possa afirmar a existência de uma tentativa de homicídio, nos precisos têrmos do art. 12, inciso II, do Código Penal, e por êsse motivo mando que voltem com vista ao segundo Promotor para os fins devidos.

Manaus, 4 de dezembro de 1963.

(a) ADRIANO QUEIROZ
Procurador Geral do Estado.

Contra ato do eminente desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, com referência à designação de juiz, que deveria substituir o Presidente do Tribunal do Júri, foi formulada uma reclamação ao Colendo Conselho de Justiça, que dela conheceu, proferindo decisão, cujo acórdão é do teor seguinte:

"Ementa — No impedimento do Juiz de Direito, Presidente do Tribunal do Júri Popular, cabe ao Juiz Substituto da Vara a que êste pertence, presidir as sessões do júri que ocorrerem, consoante o entendimento já firmado pelo Egrégio Tribunal, baseado na interpretação do § 1.º., do art. 34, combinado com a letra *f*, do art. 45, da Lei n.º 3, de 24 de janeiro de 1959.

RECLAMAÇÃO N.º 145 — MANAUS —

Reclamante: O Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador Geral do Estado.

Reclamado: O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de reclamação formulada por S. Excia. o Snr. Dr. Procurador Geral do Estado, contra ato de S. Excia. o Snr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, que designou o Dr. Ernesto Roessing, Juiz Substituto da 2.ª Vara, para presidir o Tribunal do Júri.

Ponderou o douto Representante Ministerial que o dr. João Meireles, titular da 6.ª Vara, é o Presidente do Tribunal do Júri Popular, por fôrça de disposição legal, e que estando impedido S. Excia., cabe substituí-lo, na referida Presidência, o Dr. Angelo Gouvêa, juiz substituto da Vara, por fôrça do que dispõe o § 1.º, do art. 34, combinado com o art. 45, letra *f*, da Lei n.º 3, de 24 de janeiro de 1959, consoante entendimento já firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Examinando a matéria:

ACORDAM os Juízes que integram o Egrégio Conselho de Justiça, por unanimidade de votos, tomar conhecimento da reclamação para, declarando sem efeito a portaria n.º 59|63, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, determinar que as sessões do Júri a se realizarem durante o corrente ano judiciário, em caso de impedimento do Dr. Juiz de Direito Presidente, sejam presididas pelo Juiz Substituto da Vara de que êste é titular, consoante o que já decidiu o Colendo Tribunal de Justiça, baseado na interpretação do § 1.º, do art. 34, combinado com o art. 45, letra *f*, da Lei n.º 3, de 24 de janeiro de 1959.

Cientifique-se. Sala de Sessões do Egrégio Conselho de Justiça, em Manaus, 21 de fevereiro de 1962.

aa) — João Rebêlo Corrêa, Presidente por substituição. Benjamin Brandão, Relator. Azarias Menescal de Vasconcelos".

Também contra o doutor Juiz Substituto da Vara da Família, no que concerne à distribuição aos Promotores de Justiça dos processos de habilitação de casamento, foi feita reclamação tendo o ilustre Conselho de Justiça assim decidido:

Reclamante: O Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador Geral do Estado.

Reclamado: Sr. Dr. Ernesto Roessing, Juiz Substituto da Vara da Família.

EMENTA — A distribuição aos Promotores de Justiça da Comarca da Capital, dos feitos em que deva oficiar o Ministério Público, deverá ser feita pela Secretaria da Procuradoria Geral do Estado.

ACÓRDÃO — Vistos, relatados e discutidos êstes autos da reclamação n.º 149 de Manaus, do Doutor Procurador Geral do Estado, contra o Doutor Juiz Substituto da Vara da Família.

Em resumo, a reclamação em aprêço consiste em os processos de habilitação de casamento não mais terem ido à Secretaria da Procuradoria Geral do Estado, para serem distribuídos aos Promotores de Justiça que servem na Comarca da Capital.

O Juiz reclamado determinou, como informa, que os feitos e os pedidos de habilitação de casamento fôssem distribuídos pelo Distribuidor e Contador Geral do Fôro, tendo por isso, os Promotores de Justiça se recusado em dar parecer nesses processos.

Segundo o Código de Processo Civil, o órgão do Ministério Público deverá acompanhar os processos de habilitação para casamento e requerer o que fôr conveniente à sua regularidade, como prescreve o art. 743, última parte. Institui também o art. 25, ítem XVIII, do Código do Ministério Público (Lei n.º 883, de 30 de dezembro de 1950) que os Promotores oficiem nas justificações e processos de habilitação de casamento perante os magistrados e Juízes Distritais, agora denominados pelo Código Judiciário do Estado, no capítudo V, do livro primeiro, Juizes de Casamento das zonas rurais e, ainda nos de impedimentos e dispensa de proclamas.

Por sua vez, o art. 53, da Lei n.º 212, de 29 de dezembro de 1954, que modificou o Código do Ministério Público, deu à Secretaria da Procuradoria Geral a incumbência de distribuir pelos Promotores da Comarca da Capital, os feitos criminais e cíveis, inclusivè habilitação de casamento, em que tenham de interferir.

Pelo confronto dêsses dispositivos não há por onde confundir a distribuição entre Juízes e Escrivães determinada pelo art. 50, § 1.º, do Código de Processo Civil que é feita pelo Distribuidor do Fôro, consoante o art. 160, do Código Judiciário do Estado, com a que é feita pela Secretaria da Procuradoria Geral, nos processos em que deva oficiar o Ministério Público como determina o art. 53, da Lei n.º 212.

É que atuando na Comarca da Capital mais de um Promotor com idênticas atribuições, a competência de cada qual se há de firmar pela distribuição feita na Secretaria da Procuradoria Geral, por imperativo legal.

À vista do exposto:

ACÓRDAM, em conferência os Juízes do Conselho de Justiça do Amazonas, unânimemente, em, acolhendo a reclamação do eminente Chefe do Ministério Público e dando integral interpretação às leis atinentes à espécie do caso ventilado, assentar que a distribuição aos Promotores de Justiça, na Comarca da Capital, nos processos em que deva oficiar o Ministério Público, seja feita pela Secretaria da Procuradoria Geral do Estado. Sem custas.

Sala das sessões do Conselho de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 20 de junho de 1963.

aa) AZARIAS MENESCAL DE VASCONCELOS — Presidente. JOÃO REBÊLO CORREA — Relator.

Foi certificado que deixou de assinar o acórdão o Exmo Senhor Desembargador ORLANDO SOARES MONTEIRO por não ter estado presente à sua leitura.

A PENITENCIÁRIA

O Código Penal estabelece duas espécies de pena privativa da liberdade: a *reclusão* e *detenção*. Essas penas, devem ser cumpridas em Penitenciária, ou à sua falta, em secção especial de prisão comum, como enuncia o art. 29, do citado Código Penal.

Pelo sistema progressivo brasileiro, o cumprimento da pena de reclusão passa por êstes períodos: o de isolamento inicial, diurno e noturno; o de trabalho em comum; a transferência para colônia penal, e o livramento condicional.

No cumprimento da pena de detenção, o condenado fica separado dos que estão sujeitos ao cumprimento da pena de reclusão, e não fica obrigado ao período de isolamento diurno, como reza o art. 31, do mencionado diploma penal.

E quando ingressa na segunda fase, de trabalho em comum, dentro ou fora do Presídio, o sentenciado fica sujeito ao isolamento noturno.

Se o recluso tem bom comportamento pode ser transferido para colônia penal ou estabelecimento similar, nos seguintes casos: I — se já cumpriu metade da pena, quando esta não é superior a três anos; II — se já cumpriu um têrço da pena, quando esta é superior a três anos (art. 30, § 2.º).

A última fase da execução da pena é a do livramento condicional, nos casos em que a lei o autoriza.

As mulheres devem cumprir pena em estabelecimento especial. Mas, lamentàvelmente a Penitenciária não está em condições de atender a tôdas essas exigências, que são impostas por lei.

Com relação às mulheres, quando alguma deve ser recolhida à Penitenciária, fica em casa de particulares, como está acontecendo com EMILIANA PASSOS LEAL ou PASSOS MOTA e MARIA ALICE PICANÇO.

Pelo que tenho observado o juiz das execuções criminais tem ficado inteiramente alheio à vida do Presídio. E por isso de há muito se inaugurou, entre nós, o sistema das prisões abertas com chaves falsas, na expressão elegante do Prof. ROBERTO LIRA.

A lei quer que o sentenciado tenha trabalho, e a Penitenciária está desprovida de oficinas, não oferecendo trabalho de qualquer espécie aos presos.

Aquêles que se encontram recolhidos, em virtude de prisão preventiva, devem permanecer em estabelecimento distinto, uma vez que estão sujeitos a outro regime.

Nas visitas feitas à Penitenciária verifiquei que foram iniciadas obras no prédio, que no momento se encontram interrompidas. Não sei se nêsse plano de reformas os seus responsáveis tiveram em consideração as disposições da lei para a adaptação que se torna imprescindível.

E S T A T Í S T I C A

O serviço de estatística desta Procuradoria, é contristador confessá-lo, não se encontra na devida ordem. Os promotores das Comarcas do interior, na maioria leigos, não remeteram com regularidade os elementos necessários. Daí o funcionário encarregado dêsse serviço não dispor dos meios para a confecção dos mapas referentes àquele serviço.

Na Comarca da Capital, a situação dos processos criminais foi exposta pelos Promotores de Justiça GERALDO DE MACÊDO PINHEIRO e DOMINGOS ALVES PEREIRA DE QUEIROZ nos relatórios apresentados.

O primeiro, em certo passo do relatório, declara:

"Esclareço a Vossa Excelência que no ano próximo findo, a partir da comissão em que fui investido, sòmente funcionou na referida Vara o Exmo . Sr. Dr. EDSON BRAZ DE MEDEIROS, Juiz Substituto no exercício pleno do cargo de Juiz de Direito.

É do conhecimento das autoridades judiciárias e dos membros do Ministério Público o congestionamento de processos no aludido cargo.

Quanto aos processos sujeitos à 5.ª Promotoria de Justiça, a mais nova delas, tive ocasião de apenas funcionar em dois sumários de culpa, sendo que um dêles, o de maior gravidade, inconcluido, ou seja, o que responde, por peculato, o réu preso FRANCISCO SOUSA DA SILVA, cuja prisão foi efetivada a 4 de abril de 1963.

É o atual titular do Juizado da 7.ª Vara o Exmo. Sr. Dr. OSVALDO SALIGNAC E SOUSA, que interrompeu o seu exercício por ter se afastado da justiça comum. O Dr. Angelo Gouveia, Juiz Substituto, encontra-se afastado em gôzo de férias ou licença.

Creio, pela experiência de anos de trabalho nos cartórios desta comarca, que a irregularidade, que se vem observando, decorre da lei que alterou a competência distrital, em consonância com a "ratione loci", em virtude de terem sido adotadas as peculiaridades da justiça do então Distrito Federal.

Estabeleceu-se, pelo critério de substituição entre os juízes, uma jurisdição flutuante que tem possibilitado demora na formação de culpa dos inúmeros processos e anulações de atos e decisões, estas determinadas pela nossa Egrégia Côrte".

O segundo explica:

" ... no espaço do segundo semestre do ano de 1963, exercí concomitantemente a 2.ª e 3.ª Promotorias desta Capital.

Nêsse período apresentei vinte e uma (21) denúncias, sendo que dez (10) dirigidas ao Dr. Juiz Substituto da 6.ª Vara, sete (7) ao Dr. Juiz de Direito da 6.ª Vara e quatro (4) ao Dr. Juiz de Direito da 7.ª Vara. Vale ressaltar que dessas ações penais apenas uma o processo teve andamento, não se realizando a formação da culpa das demais, pois nenhuma audiência para êsse fim foi designada.

Como já é do conhecimento de V. Excia. a 4.ª reunião do Tribunal do Juri, ocorrida em novembro do ano passado, não teve funcionamento regular, por quanto sòmente uma sessão foi levada a efeito, visto que o juiz que a presidiu, o Dr. Angelo Gouveia, se recusou prosseguir com os demais julgamentos por não haver a Prefeitura Municipal fornecido a necessária alimentação a quantos participassem daquela reunião.

A lista dos jurados foi êste ano completamente renovada, face à revisão geral que se fêz com o fornecimento dos nomes dos cidadãos pelos Drs. Juizes da 1.ª e 2.ª zonas eleitorais, conforme sugestão por mim apresentada.

Devo salientar a V. Exa. o verdadeiro abandono a que estão relegadas as duas varas criminais, cujos cartórios se encontram privados de todo material de expediente e desprovidos de juizes, situação esta remediada no mês corrente com a assunção dos juizados de Direito da 6ª e 7ª Vara pelo Dr. Bartolomeu Vasconcelos".

Segundo o relatório do Senhor Francisco Guimarães, Adjunto do Têrmo de Urucará, no decorrer do ano passado nenhuma ação penal foi iniciada naquele Têrmo. Estão em andamento "os processos dos réus Nino Rodrigues dos Anjos, Pedro Macêdo Serrão e Dorval de Souza Andrade.

O primeiro iniciado em 20 de janeiro de 1960, incurso nas penas do artigo 121, do Código Penal. O segundo iniciado a 20 de dezembro de 1956, incurso nas penas do art 129, parágrafo 3.º, do mesmo Código e o terceiro iniciado a 30 de junho de 1959, incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2.º, ítem IV, com o concurso das circunstâncias agravantes do art. 44, ítem II, letra D, tudo do Código já mencionado".

Esclarece que "êsses processos já foram ultimados e remetidos ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Parintins pelo Sr. Dr. Juiz Municipal do Têrmo".

Informa que os presos de justiça, com licença do juiz, se encontram trabalhando fora da sede do Município com a obrigação de se apresentarem quinzenalmente.

Eminente Governador:

Ao concluir, é de justiça pôr em ressalto que seu Govêrno tem sabido assegurar e prestigiar a autonomia e independência do Ministério Público, e agradecer, por igual, as demonstrações cativantes de gentileza e as comovedoras provas de consideração e cortezia que Vossa Excelência me tem dispensado.

Aproveitando o ensejo que se me oferece apresento a Vossa Excelência as homenagens de erguida estima e assinalado aprêço.

ADRIANO QUEIROZ
Procurador Geral do Estado

Assessoria dos Municipios

SENHOR GOVERNADOR:

A Assessoria dos Municípios filia-se, naturalmente, à política municipalista adotada pelo Govêrno. Indispensável o comportamento para quantos pretendam enfrentar os múltiplos problemas anotados nas áreas despovoadas do nosso hinterlânde. O Homem, quase sòzinho nas estatísticas demográficas, sugere o apoio integral do poder público mormente quanto está êle a serviço de uma economia sobremodo improvisada.

A primeira medida seria levar até êle o remédio, a escola e a presença da autoridade constituida através a ação municipal que, por sua vez, não tem condições para maior autonomia. A distância, sobretudo, desvincula, naturalmente, êsse comandamento e abre, aos mais ousados, o grande esquema de dificuldades que, ali, começa pela ausência de material humano, numerário e técnica, e acaba, via de regra, num estoicismo acomodado e negligente.

A Amazônia tem que ser conceituada em capítulo à parte na política administrativa das unidades brasileiras. Inverte-se a ordem comum dos métodos e conceitos, amplia-se o campo de ação visual e auditiva dos governantes para sentir uma realidade sobremodo diferente na sua complexa estrutura geo-política e ficam os dois, governante e governados, ao sabor das contingências, nem sempre propícias a maiores convencimentos.

O Govêrno PLÍNIO COELHO, porém, autêntico na sua estrutura amazônica, impôs-se, por formação sócio-política, à necessidade de encontrar uma fórmula capaz de dinamizar o homem e a terra nos encalços da hora presente, certo de que será inútil uma vivença fortuita ou apenas casual. Tomou êle a iniciativa de levar a têrmo, nesses poucos meses de ação, a grande tarefa de dar assistência, trabalho e a indispensável presença da autoridade nos bolsões populacionais do nosso interior, prote-

gendo o esfôrço do homem na conquista das riquezas do solo e sub-solo com o estímulo da comunidade próxima.

Como criar tais condições, ajuizá-las e medí-las se elas seriam, originàriamente, apenas um esboço desarticulado e não se imporiam por si só, à autonomia desejada?

Os municípios existentes, ao tempo, dominavam áreas imensas, por isso mesmo abandonadas, sem articulação funcional de espécie alguma. Afora a sede municipal, os nucleamentos ficavam à mercê de sua própria sorte, sem remédio, escolas ou outros benefícios que ajudassem o Homem na luta contra a natureza hostil e arrogante. Tinha-se, pois, um quadro desalentador, desproporcional e deficitiário no que dizia respeito ao aproveitamento racional de novas áreas nos meandros geográficos da gleba.

Que fazer, pois? Esperar que o tempo e fatôres outros motivassem aquelas condições essenciais à existência de novas unidades municipais como soe acontecer nos Estados desenvolvidos? ou tomar-se a iniciativa de levar o Homem, a Lei e o Govêrno até onde possível para ali enxertar o sêmen de uma civilização experimental? Certo que deveriamos inverter a ordem comum adotada para a criação de Municípios auto-suficientes e, dessa forma, capazes de adquirir expontânea maioridade política. Teríamos de inverter os fatôres naturais e forçar os nucleamentos maiores que seriam compensados com as verbas federais, a ajuda do Govêrno estadual e, principalmente, dando ao Homem não um mero sentido de aventura nas suas andanças pela selva, mas aquêle espírito de conquista racional que deve presidir a construção de novas cidades e de novas áreas de produção de riquezas e de rendas.

Muitos censuram êsse método de violação. Muitos descreem dos benefícios práticos dessa política divionista que sendo igualmente ousada, se equivale à rudeza e ao tamanho de territórios inconquistados e inúteis que, alheios às atividades governamentais, se quedavam à espera não se sabe de que gente e de que destino.

Quando não se consiga resultados altamente satisfatórios, porque os recursos minguam e continuamos contando quase sòmente com a proteção do nosso Govêrno, para os Municípios recém-criados, tem se dado o sinal de uma nova marcha para o centro e para as fronteiras, sinal êsse que, futuramente, será exaltado como também o foram os pioneiros e os bandeirantes na hora zero das conquistas portuguêsas.

A visão do estadista se alarga como uma profecia. Expande-se como a sementeira dos bravos e insubmissos. Toma corpo com a adesão dos que, presentes, instrumentam a realidade caldeada a ferro e fogo, suor e lágrimas.

PLÍNIO RAMOS COELHO definiu bem e na hora aprazada uma política que, sendo leal, autêntica e profética por execelência, terá aberto os caminhos por onde seguiremos nos dias próximos, mormente quando tanto se fala em política agrária, em terras para o homem do campo, em matéria-prima para neutralizar os problemas da fome e da miséria nas áreas subdesenvolvidas ou até mesmo espoliadas.

Daí explicada, pensamos, a criação de mais duzentos e doze (212) municípios. Todos com existência precária, até agora, numa tentativa de fixação do Homem ao solo abandonado, dando-se-lhes um pouco de escola, de remédio e a autoridade que disciplina e harmonisa a conduta de todo e qualquer direito de posse efetiva. O imenso território amazonense está esquadrinhado, subdividido no maior esforço que a nossa história geo-política registrou até hoje. Espera-se que os Prefeitos nomeados cumpram a difícil missão de levantar novas cidades pela hinterlandia preparando áreas de trabalho para as populações de outros Estados que enfrentam as dificuldades do povoamento congestionado. Haveremos de colhêr os frutos dessa imprimação civilizadora por excelência trazendo, dessa expansão, os resultados benéficos para o comércio, a indústria e o erário público, se não falamos no alto investimento que se faz em favor da unidade nacional.

Cabe-nos ainda registrar o esfôrço do Govêrno na ajuda direta aos municípios. O trabalho desenvolvido pelas Secretarias de Estado em colaboração com os govêrnos municipais é evidente, ressaltando-se a contribuição no que diz respeito à ajuda ou integral responsabilidade na construção de maternidades, de escolas, grupos, postos médicos, delegacias de polícia, prefeituras, como no fornecimento de remédios, livros, sementes e outros benefício notórios.

O interior tem sido olhado não só quanto às obras sociais como pela melhoria de preços para o seu trabalho. A borracha e a juta, sendo os produtos de maior expressão econômica no Estado, mereceram destaque especial nessa política de preços, quando foi preocupação do Govêrno lutar pela dignidade do trabalho de nossos patrí-

cios, alcançando uma faixa de garantia para essas atividades produtoras, face à incidência inflacionária e à exploração dos mercados consumidores que se alheiavam à vivença do homem hinterlandino, e impermitiam arrecadação equivalente para os cofres públicos.

No setor educacional os Municípios dependeram quase exclusivamente do govêrno estadual. Nenhum ou poucos dispenderam recursos próprios para a manutenção de escolas e professôres e, à base de convênios ficaram os Prefeitos com autonomia absoluta para nomear e dirigir o ensino primário em suas comunas, numa lição de solidariedade pública a toda prova.

O interiorano jamais sofreu qualquer restrição aos seus direitos políticos. Na última eleição verificada, de interêsse maior para a composição partidária do Govêrno foi prova disso. Ninguém violentado por insinuação direta ou indireta do Executivo. E aquêles que tenham reclamado melhor tratamento, tiveram o apoio integral para o exercício de suas preferências sobretudo aquelas que se faziam em oposição aberta e mesmo hostil ao govêrno instalado no Palácio Rio Negro, para a felicidade do povo amazonense. Prefeitos adversários cumpriram seus mandatos sem constrangimento de qualquer espécie e, a todos êles, o Govêrno, quando procurado, deu assistência e proteção indistinta e equânime. Através a Assessoria dos Municípios recomendamos a todo e qualquer cidadão o direito de denúncia, dando a cada um uma pequena parcela de responsabilidade no trato das coisas públicas, oferecendo o veículo que protegeria o seu Município contra possíveis desmandos, erros ou equívocos dos Prefeitos e demais autoridades constituidas.

O Govêrno, tem sido absolutamente municipalista. Nenhum outro o fora mais ativo nêsse comprometimento histróico. Talvez seja êle a grande motivação para uma obra ampla, hoje começada e que, futuramente, chegará aos fins colimados, com a ajuda de Deus e dos homens.

Esta Assessoria procurou seguir, de perto, a orientação do Govêrno, no grande esfôrço de bem servir o povo amazonense. Os dados que seguem em anexo testemunham esta afirmação governamental.

Êste o nosso depoimento.

Gabinete da Assessoria dos Municípios, em Manaus, 11 de março de 1964.

CORIOLANO CIDADE LINDOSO
Assessor de Administração e Assuntos Municipais.

Expedientes Recebidos e Expedidos Pela Assessoria de Administração e Assuntos Municipais, no Ano de 1963

Ofícios expedidos	1.524
Ofícios recebidos	846
Telegramas expedidos	69
Telegramas recebidos	81
Mensagens	15
Comunicações	95
Relatórios	31
Pareceres	17
Documentos protocolados	913
Municípios criados em 1963	212

Obs.: Existem, atualmente, no Amazonas, 296 *Municípios.*

Gabinete da Assessoria dos Municípios, em Manaus, 11 de março de 1964.

CORIOLANO CIDADE LINDOSO
Assessor de Administração e Assuntos Municipais

REIVINDICAÇÕES

Na defesa dos justos interêsses do povo amazonense o governador Plínio Coelho, no primeiro ano de sua administração — 1963, fêz várias viagens ao sul do país, notadamente a Brasília e Rio de Janeiro, onde manteve contacto com dirigentes de vários órgãos da União, tendo se entrevistado, por mais de uma vez, com o dr. João Goulart, Presidente da República, em busca de soluções para problemas de ordens diversas.

Os anseios coletivos, tão bem interpretados pelo Governador Plínio Coelho foram, assim, levados às autoridades federais, em pleitos que se destacaram pela coerência de atitudes, explanação clara e insofismável de todos os problemas apresentados, e sugestões lógicas e urgentes que se deveriam adotar, para que os pedidos tivessem os deferimentos desejados pelo próprio povo, do qual o governador Plínio Coelho era o intérprete natural.

Questões sócio-econômicas, educacionais, sanitárias, problemas das mais diferentes expressões, mereceram do Chefe do Executivo a assistência devida, travando-se uma verdadeira batalha nos Ministérios, repartições federais e no próprio Palácio do Planalto, na luta sem quartel para torná-las em realidade. Alguns pleitos, muitos de transcendental importância, tiveram pronto atendimento, enquanto outros se encontram em estudos, sem ficarem omissos pela observação constante que o governador Plínio Coelho a êles dedica.

E são êstes pleitos, estas exposições de motivos, êstes problemas que levaram o governador Plínio Coelho, mais uma vez, ao Rio e a Brasília.

Ao M. Carvalho Pinto
Peço atender em benefício
dos Estados da Amazônia.
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Usando da confiança que V. Excia. me honrou, tratei em seu nome, na Comissão Executiva da Defesa da Borracha, do aumento do preço de goma elástica, visando, com isto, ao estímulo da produção, através do pagamento do preço justo ao seringueiro da Amazônia.

Acolhendo a minha argumentação, a C.E.D.B. deliberou por um aumento de 100% nos preços atuais, sendo 65% a cargo das indústrias sulinas e os 35% restantes subsidiados pelo Govêrno Federal.

Esta decisão da C.E.D.B., para ser efetivada, depende da ratificação dos Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, razão por que venho solicitar-lhe recomendação especial aos citados Ministros de apoio à sábia resolução da C.E.D.B., que veio ao encontro do prometido pelo nobre Presidente da República.

Na oportunidade, renovo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Medina:

Examina possibilidades de convênio do Banco do Brasil c/o Estado do Amazonas, a exemplo foi feito Pernambuco.

28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução do meu pedido de caução, pelo Banco do Brasil S/A., para os contratos de venda de sôrva, pau-rosa, couros e peles, pleito que formou o processo MF. 420.253/63, venho solicitar a V. Excia. que recomende ao aludido banco o atendimento da pretensão, que virá estimular a produção local de bens exportáveis.

Renovo a V. Excia., na oportunidade, os meus protestos de estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao Sr. Ministro Fazenda
Desejo atender f. Lei

28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução do meu pedido de entrega da importância de Cr$ 2.432.000.000,00 ao meu Estado, por conta dos recursos do artigo 199 da Constitui-

ção Federal, pleito que formou o processo MF. 270.417/63 venho solicitar a V. Excia. que recomende ao Ministério da Fazenda a devida urgência no atendimento da pretensão que, se demorada na solução, não me permitirá fazer as aplicações programadas, por isto que a sempre crescente elevação de preços provocaria um "deficit" nos custos previstos.

Na oportunidade, reafirmo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao Dr. Hugo Faria
Atender f. Lei
Urgente

28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução de meu pedido de elevação do limite de redesconto do BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS, pleito que formulei para atender as exigências da produção do meu Estado, que se ressente da falta de crédito, venho solicitar a Vossa Excelência que determine providências no sentido de ser atendida a citada pretensão, cujo expediente formou o processo MF. . . . 420.255/63.

Renovo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao M. Faz.
Autorizo o pagamento f. Lei.
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

O crédito especial de 53 milhões de cruzeiros destinados à Fundação Universidade do Amazonas, está na dependência de pagamento pelo Ministério da Fazenda, conforme processo MF. 410.519/63.

O exercício financeiro de 1962 já foi decorrido e o de 1963 está prestes a findar, sem que o Ministério efetue o pagamento daquele quantitativo que se vincula às despesas de instalação da Universidade.

Por isto, solicito a V. Excia. recomendar ao seu ilustre Ministro da Fazenda, as providências de registro de crédito no Tribunal de Contas da União, medida que impedirá o Amazonas de ficar sem a sua Universidade, antiga aspiração de tôda a juventude de meu Estado.

Confiante no seu atendimento, renovo-lhe os meus protestos de estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Dr. Samuel
Peço atender
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução do meu pedido de financiamento, pelo Banco do Brasil S/A., para a heveacultura, pleito que formou o processo MF. 420.251/63 e que vem

atender os reclamos da produção gomífera face as necessidades do parque industrial brasileiro, venho solicitar a Vossa Excelência que determine ao referido estabelecimento de crédito, o atendimento da aludida solicitação.

Na oportunidade, reafirmo a V. Excia. os meus protestos de apreço e estima.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao Pres. do Banco do Brasil recomendo à máxima atenção.
28/11/63.

JOÃO GOULART

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje, em que pêse ao transcurso de 10 meses, para a solução ao pedido dêste Govêrno, agora renovado no ofício 11/63-ETAE que tomou o número MF. 420.250/63 e pelo qual o Govêrno busca solução para o transporte dos pequenos produtores do Amazonas, através da aquisição, com pagamento em 24 meses, para motores marítimos, solução que se faz imperativa e evidente, em face da inexistência de estradas de rodagem no Estado, onde a circulação de nossas riquezas se processa pelas vias líquidas ou "caminhos que caminham", empenho-me junto a Vossa Excelência, no sentido de que seja determinado ao Banco do Brasil S/A. a realizar a operação pleiteada, em caráter de urgência.

No ensejo, renovo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Dr. Samuel
Cart. Agrícola
Peço atender f. Lei
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução de meu pedido de financiamento, pelo Banco do Brasil S/A., para detentores de posse de terras (posseiros), pleito que formou o processo MF. 420.254/63, venho solicitar a V. Excia. que recomende ao aludido estabelecimento de crédito, urgência no atendimento do pedido, que virá estimular a produção agrícola da região.

No ensejo, reafirmo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao Sr. Ministro Fazenda
Sumoc
para as providências legais necessárias
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje solução do meu pedido de dispensa dos depósitos obrigatórios para as importações feitas através da ZONA FRANCA DE MANAUS, pleito que formou o processo MF. 420.252/63, venho solicitar a Vossa Excelência que recomende ao Ministério da Fazenda, urgência no atendimento da pretensão, de vez que a obrigatorie-

dade do depósito está entravando as operações da ZONA FRANCA, criada para facilitar e estimular o desenvolvimento da região.

Na oportunidade, renovo a V. Excia. os meus protestos de estima e apreço.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

Ao Sr. Ministro da Fazenda.
28/11/63.

JOÃO GOULART

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Não tendo até hoje a solução do meu pedido de empréstimo compensatório, que formou o processo MF. ... 420.257/63, venho solicitar a Vossa Excelência seja determinado ao Ministério da Fazenda, a urgência que se faz mister, para o atendimento do pleito formulado, uma vez que o pedido se enquadra nas exigências do decreto que regula a matéria.

Na oportunidade, renovo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas.

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOÃO GOULART
DD. Presidente da República.

BANCO DO BRASIL S. A.

Manaus (AM), 10 de março de 1964.

Senhor Governador,

Apraz-nos comunicar a V. Exa. que a Direção Geral dêste Banco vem de **autorizar esta Agência a contratar com os co-**

merciantes exportadores de madeira, sorva, essência de pau-rosa, couros de jacaré, bem como de couros e peles de outros animais silvestres, operações de empréstimo, mediante caução de contratos firmados entre os mutuários e seus financiados (produtores e comerciantes do interior) e das notas promissórias por êstes emitidas.

2. A decisão que ora lhe participamos, terá reflexos expressivos na economia planiciária, visto que concorrerá para acelerar o desenvolvimento econômico desta promissora região, objetivo dêsse Govêrno, desde os primeiros dias de sua instalação.

3. Sem mais, renovamos a V. Exa., neste ensejo, os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

BANCO DO BRASIL S. A. — Manaus (Am)

STEPHESON VIEIRA MEDEIROS

MARIO CARDOSO GOMES

Ao
Exmo. Sr. Dr.
Plínio Ramos Coelho
DD. Governador do Estado do Amazonas
Nesta

Manaus (AM), 20 de janeiro de 1964.

Senhor Governador,

Honra-nos comunicar a V. Exa., que a Exma. Diretoria dêste Banco, reconhecendo a função econômica e social das pequenas embarcações a motor na região amazônica, **autorizou-nos a prestar assistência creditícia às transações que tenham por objetivo a revenda de motores marítimos, de fabricação nacional, obedecidas as seguintes condições:**

a) — **desconto de duplicatas prèviamente aceitas, oriundas da revenda de motores;**

b) — **empréstimos em conta-corrente, garantidos pela caução de títulos representativos das transações já mencionadas.**

2. A assistência recém-deferida por nossa Direção Geral, de elevado sentido social e econômico, abrirá, não temos dúvidas, novas perspectivas para a região, sobretudo se atentarmos para o fato de que se destina especialmente ao homem cujas atividades se vinculam à hinterlândia, principalmente ruralistas (pequenos e médios produtores), comerciantes e pequenos industriais radicados no interior do Estado, programa, aliás, que constitui preocupação dêsse Govêrno desde os primeiros dias de sua administração.

3. Cumprindo, assim, o grato dever de levar ao conhecimento de V. Exa. o atendimento de mais um pleito da região, aproveitamos o desejo para reiterar-lhe os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

BANCO DO BRASIL S. A. — Manaus (Am)

STEPHESON VIEIRA MEDEIROS

MARIO CARDOSO GOMES

Ao
Exmo. Sr. Dr.
Plínio Ramos Coelho
DD. Governador do Estado do Amazonas
Nesta

Manaus (AM), 21 de janeiro de 1964.

Senhor Governador,

Temos a grata satisfação de comunicar a V. Exa., que a Direção Geral dêste Banco, tendo em vista os ofícios dirigidos por êsse Govêrno ao Exmo. Sr. Presidente da República e a ela submetidos, expediu instruções a esta Agência, **habilitando-nos a prestar assistência creditória a colonos nacionais que estejam interessados no cultivo da pimenta-do-reino.**

2. Como é sabido, o Banco do Brasil vinha, anteriormente, assistindo a cultura daquela especiaria, restringindo, porém, seus financiamentos, a colonos japonêses, levando em conta, sobretudo, a experiência que os mesmos possuiam da matéria.

3. E' de esperar-se, com o deferimento do pleito em tela, que os vários núcleos agrícolas existentes na região tomem interêsse sôbre o assunto, o que será, sem nenhuma dúvida, de substancial valor para a economia amazônica.

4. Aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Exa. os nossos protestos de estima e elevado apreço.

BANCO DO BRASIL S. A. — Manaus (Am)

STEPHESON VIEIRA MEDEIROS

MARIO CARDOSO GOMES

Ao
Exmo. Sr. Dr.
Plínio Ramos Coelho
DD. Governador do Estado do Amazonas

Nesta

Manaus, 16 de março de 1963.

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR GOULART,

Digníssimo Presidente do BRASIL.

SENHOR PRESIDENTE:

Seja-nos permitido, mais uma vez, comparecer à inteligência de vosso Govêrno, para expor aspectos do problema da borracha amazônica e reivindicar soluções que nos pareçam justas e indicadas ao complexo sócio-econômico, e até militar, que êle representa para a Nação. E porque estamos certos de que êsses aspectos são do conhecimento de V. Excia, aquí apenas os resumiremos mas no sentido de reavivar conceitos conhecidos ao imediato alcance das reivindicações, do que na pretensão de encontrar conceitos novos ao debate gumífero brasileiro:

POSIÇÕES HISTÓRICAS DO PROBLEMA DA BORRACHA AMAZÔNICA

No balanço histórico do problema da borracha amazônica, três aspectos são fundamentais à elucidação de quaisquer providências que se queiram tomar, visando soluções à sua problemática: os seus regimes de produção e comercialização, a sua presença no mercado internacional gumífero, e o significado da sua organização empresarial.

1. **Regimes de produção e comercialização:** Desde o início de sua extração até os dias atuais, a direção da produção e comercialização da borracha conheceu, sucessivamente, duas fases fundamentais: **laisser-faire** e a **intervencionista.** A primeira caracteriza-se pela ausência de financiamentos oficiais à sua produção e de tabelamentos estatais dos seus prêços de venda. Aquêles eram oferecidos por casas aviadoras de Manaus e Belém, de capital privado. E êstes resultavam do monopólio da produção gumífera pelo Brasil, o qual pôde, por fôrça dêste privilégio, realizar uma balança comercial favorável que possibilitou a formação de uma nova infra-estrutura na Amazônia, com a realização de obras de utilidade pública como luz, água e esgotos, organização de companhias de navegação, construção de portos nos dois grandes entrepostos comerciais da borracha — Manaus e Belém beneficiados ainda pelo surgimento de uma rêde comercial e bancária, e pela presença do primeiro processo de desenvolvimento econômico-social que a região conheceu após a obra de reconhecimento dos bandeirantes da Amazônia. E' claro que essas conquistas incorporadas foram consequências do liberalismo dominante na produção e na cotação da goma elástica, mas uma determinante do monopólio de sua produção. À fase do **laisser-faire** sucedeu a do intervencionismo, em consequência dos Acôrdos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha, com o funcionamento, também, de uma agência oficial do govêrno dos EE. UU. no Brasil, a Rubber Development Corporation. Como era natural que fôsse, a partir daí, a produção e a venda da borracha foram incrementadas e controladas, rigorosamente, pelos objetivos dos Acôrdos de Washington.

Duas sub-fases aquí se desenvolveram: uma que foi até 1950 e a outra que alcançou os nossos dias por fôrça da Lei 86, de 9 de setembro de 1947 e completada pela lei n.º 1.184, de 8 de agôsto de 1950, cuja lei atribuiu ao Banco de Crédito da Amazônia — Sucessor do Banco de Crédito da Borracha — o monopólio das operações finais de compra e venda da borracha e do financiamento à sua produção, por uma carteira especializada. Êste período coincide com o desenvolvimentismo brasileiro, regido pelo processo inflacionário que agravou as despesas do cíclo de produção, determinando a baixa rentabilidade econômica da emprêsa referida, pela realidade da determinante referida e pela estreiteza dos tabelamentos de prêço da Comissão Executiva da Defesa da Borracha.

2. **Presença do Brasil no mercado internacional da borracha:**

No mercado internacional da borracha, o Brasil ocupou duas posições: **país exportador** e **país importador.** A primeira inicia-se nos fins do séc. XIX, como único país produtor, e extingue-se em 1947, quando a participação brasileira ao mercado internacional não foi além de 9.434 tons. Esta quadra é assinalada por dois momentos diferentes: do aproveitamento da borracha até 1912, quando atingiu a sua maior produção de borracha silvestre. E o segundo que vai daí até 1947, ano em que o Brasil deixou de figurar como exportador no mercado mundial. A sua Tônica foi a substituição do monopólio natural da Amazônia pelo aparecimento da borracha do Oriente, a qual já em 1939 dominava, com quase um milhão de toneladas, o mercado internacional para o qual a nossa contribuição não ia a mais de 15 mil toneladas, neste ano, e com seu valor de troca em franca determinação. A seguinte posição assumida pelo Brasil no mercado mundial em tese foi a de país importador. Dois fatôres para isto contribuiram: a queda da nossa produção silvestre, por um lado; e o crescimento do consumo nacional de goma elástica, pelas exigências crescentes da indústria brasileira de artefatos de borracha, motivadas pelo desenvolvimento do nosso processo industrial, que era de 4.612 tons. em 1940, passou a ser de 28.838 tons. em 1951, contra uma tonelagem nativa de 23.430 tons. E, ainda hoje, somos um país importador, sem que se esteja, o que é mais grave, a executar uma política de crédito encorajadora ao fomento da sua produção, a fim de atender à demanda nacional crescente pela implantação do nosso parque industrial.

3. **Os significados da emprêsa da borracha:** Tomando por base o ítem rentabilidade, a indústria extrativa da borracha apresenta dois significados, — **o de atividade econômicamente positiva** e **o de emprêsa subsidiada.** O inicial teve seu tempo áureo com o monopólio de exportação, o esfôrço bélico da II Guerra Mundial até o término dos Acôrdos de Washington e o advento da Lei 86, de 9 de setembro de 1947, a qual pretendeu a sustentação da cotação da borracha. E, mais tarde, por paradoxal que pareça, o próprio Banco de Crédito da Amazônia S. A., desestimulando a sua produção pela limitação dos financiamentos e pelo aviltamento de seus prêços, feitos tranquilamente com os instrumentos monopolistas que se equipa,

foi um dos principais responsáveis pela transformação da emprêsa da borracha de atividade de rentabilidade compensadora em emprêsa quase subsidiada.

A BORRACHA EXTRATIVA NOS DIAS ATUAIS

1. **Produção:** A curva de produção da borracha extrativa amazônica apresenta um crescente até 1912, (42.410 toneladas), quando sofre uma diminuição gradativa com o ligeiro **hiato** formado pelo "boom" do Plano STEVENSON (1925), até retomar um crescente que se acentua com os esforços para atender à demanda **aliada** da II Guerra Mundial após a perda dos seringais do Oriente, daí caindo até a média de produção atual que é de 28 mil toneladas.

2. **Importação:** Pràticamente o Brasil iniciou-se como país importador de borracha em 1951, ano em que importou 5.408 tons., a fim de fazer face às suas necessidades, elevadas a 28.838 tons., para uma produção nacional de 23.430 tons. Desta data em diante temos importado mais e mais após anos até chegar à de hoje, que supera, de muito, a nossa tonelagem nativa.

3. **Consumo:** O consumo do parque industrial brasileiro começou a ter significação a partir de 1940, quando totalizou 4.612 tons., para atingir 28.838 tons., em 1951, e mais de 65 mil tons. em 1960. A nossa atual importação anual, pois medeia entre a nossa produção silvestre média, que é de 28 mil tons. mais a nossa produção de borracha sintética e o nosso teto de consumo. Assinale-se que se isto representa sério encargo no nosso balanço de pagamentos, em verdade pouco representa hoje se considerarmos os encargos de amanhã, se providências positivas não forem tomadas em favor da nossa produção, quando as estimativas preveem aquêle teto entre 250 a 300 mil tons., dentro de mais dois decênios ou menos.

4. **Causas da queda da produção da nossa borracha silvestre:**

A ninguém, ligado à economia da borracha é lícito desconhecer que as causas objetivas da queda da nossa produção de borracha são: PRÊÇO NÃO COMPENSADOR, ausência de uma política realista de crédito, irregularidade no abastecimento e no transporte doméstico, falta de um órgão federal incumbido de realizar a seleção da capacidade financiadora do Banco de Crédito da Amazônia S. A., por fôrça de outras obrigações creditícias. Isto pôsto, é fácil entender que o

aproveitamento de nossas reservas naturais está na razão direta da eliminação destas causas. E estas providências encontram justificativa ainda em razões de altos interêsses nacionais, como para evitar a regressão do amazônida pelo abandono definitivo dos nossos seringais e pequenos entrepostos regionais — ampliando clareiras demográficas ao longo de tôda a nossa faixa de fronteiras ao norte brasileiro, como que encolhendo a soberania nacional para expor a Amazônia brasileira à cobiça e à audácia dos interêsses internacionais na hiléia, já tão concreto nas investidas do Instituto da Hiléia Amazônica ou na investida dos bandoleiros internacionais do Rio Curuçá e do Javary, ou na presença dos "missionários" das fronteiras do Território Federal do Rio Branco; e, por outro lado a diminuição do nosso poder aquisitivo no comércio mundial por fôrça dos ônus da importação da borracha. Para demonstrar a necessidade dessa providência basta restabelecer a verdade do prêço da borracha, tendo por base o ano de 1944, ano em que os impactos das causas da segunda guerra mundial começaram a influenciar no ritmo de aumento das utilidades que determinou os constantes reajustamentos salariais de 1951. 1954, 1956, 1960, 1961 e 1962 (êste resultante do Decreto n.º 51.613, de 3 de dezembro de 1962). A verdade do prêço da borracha estabelece-se tomando por razões a diferença entre o salário mínimo de 1944 e 1963, e a encontrada entre o prêço da borracha de 1944 e de 1963, resumidas nos seguintes têrmos:

1. Salário Mínimo em 1944
   Indústria — Cr$ 300,00
   Comércio — Cr$ 260,00
   Média — Cr$ 280,00

---

2. Salário Mínimo em 1963 — Cr$ 16.900,00
3. Elevação do salário mínimo no período 1944-63 Cr$ 16.620,00 ou seja 6.030%
4. Prêço da borracha
   Em 1944 — Cr$ 17,40
   Em 1963 — Cr$ 304,35
5. Elevação do prêço da borracha no período 1944-63 Cr$ 286,95 ou seja 1.749%
6. Desajustamento real do prêço da borracha no período 1944-63 — 345%

Saliente-se que o prêço mais elevado para a borracha que é o referente ao tipo fino-acre, aqui tomado por base, não é de Cr$ 304,35 mas de Cr$ 303,85. Nos cálculos acima, porém

tomou-se por base o prêço de Cr$ 304,35 no intuito de encontrar uma verdade do prêço da borracha absolutamente limpo de quaisquer imprevistos de operações finais, pelo que se reservou a favor do Banco de Crédito da Amazônia S. A., no caso, a bonificação de Cr$ 0,50. Os trabalhadores amazonenses, contudo, compreendendo as dificuldades do govêrno da União, aceitam o sacrifício de um esfôrço à solução dos problemas nacionais e reivindicam, como adiante frizaremos, apenas 1/2 do reajustamento previsto para o restabelecimento da verdade do prêço da borracha, ou seja, um aumento de apenas 170%. A data da vigência do nôvo prêço da borracha deve apresentar uma defasagem de 60 dias para o da sua fixação, atendendo ser de tôda conveniência o conhecimento antecipado, pelo prazo referido, por parte dos industriais, dos novos valores que entrando na composição dos prêços devem ser considerados nos contratos a realizar. De outro lado, a época mais oportuna para os aumentos de prêço é aquela correspondente a da paralização quase total do recebimento do produto, isto é, a chamada **entre-safra** que ocorre no trimestre de junho — agôsto. Assim, seria de todo aconselhável que o prêço a ser anualmente fixado pela CEDB, o fôsse a 30 de junho para vigorar a partir de 1.º de setembro, o que representaria uniformidade de prêço para tôda a safra.

REIVINDICAÇÕES:

Isto pôsto, senhor Presidente, comparecemos em nome dos seringueiros da Amazônia para solicitar de Vossa Excelência as providências necessárias ao atendimento de:

1. Aumento de 170% para o prêço da borracha, a ser estabelecido a 30 de junho sôbre o atualmente vigorante, entrando em vigor a 1.º de setembro.

2. Fiquem estabelecidas, para os aumentos subsequentes do prêço da borracha, as seguintes bases: o prêço da borracha será o vigorante, acrescido da alteração no custo da produção, consoante cálculos feitos pela CEDB, mais uma bonificação para compensar a elevação dos prêços das utilidades, esta correspondente a 50% daquela alteração havida no custo da produção durante o ano anterior. Para efeito de uniformidade de cálculo, os valores determinantes do custo da produção seriam aquêles vigentes em abril de cada ano. Anote-se, todavia, que esta bonificação não será incorporada ao prêço da

borracha, sendo o seu valor desencorporado e restabelecido em cada ano, consoante a diversificação de valores encontrada no custo da produção.

Cordialmente

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado

Manaus, 21 de outubro de 1963

Of. 15|63 — ATAE.

SENHOR PRESIDENTE:

O BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS, S. A., sociedade de economia mista, constituida sob os auspícios do Govêrno do Estado com a finalidade de contribuir para o processo de desenvolvimento econômico do Amazonas, vem dando desempenho pleno aos seus objetivos, sendo, a esta altura, inegavelmente, um dos setôres mais efetivos com que conta o Executivo Estadual para o cumprimento de seu programa de trabalho, no que tange ao amparo e assistência financeira, sobretudo às nossas classes produtoras.

Dispondo de um capital de Cr$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), o Banco do Estado do Amazonas, S. A. obteve da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., um limite de crédito para descontos especiais de financiamento de produtos exportáveis, fixado em ..... Cr$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil cruzeiros), valendo essa concessão como considerável ajuda às operações do nosso referido órgão creditício.

Agora, ampliado que foi seu capital para ..... Cr$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) de acôrdo com a resolução dos acionistas, em Assembléias Gerais e despacho ministerial publicado no "Diário Oficial" da União, de 22 de agôsto do corrente ano, está o Banco do Estado do Amazonas, S. A. pleiteando junto ao Banco do Brasil, S. A. seja autorizada a prorrogação daquela faixa de redesconto, bem assim ampliado o seu limite, de modo a que possa melhor atender aos justos reclamos dos nossos produtores e exportadores.

Dando, pois, ciência a Vossa Excelência dessa pretensão do Banco do Estado do Amazonas, S. A., o fazemos para solicitar o apôio do eminente Chefe do Govêrno Fe-

deral àquele pleito, inclusivè determinando ao Banco do Brasil, S. A. o seu pronto atendimento, pelo que nos antecipamos sinceros agradecidos.

Sem outro objetivo e renovando a Vossa Excelência os nossos protestos de alto aprêço e consideração, subscrevemo-nos

Respeitosamente

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR GOULART, Digníssimo Presidente da República.

Brasília — DF

Manaus, 21 de outubro de 1963.

Of. n.º 11|63-ATAE

SENHOR PRESIDENTE:

Em março do ano corrente endereçamos a Vossa Excelência expediente, a êste anéxo, em que argumentamos.

1. Que os motores marítimos, na Amazônia, em função do sistema de transporte ser ùnicamente baseado no transporte fluvial, equiparam-se, em função e utilidade, aos veículos terrestres destinados a trabalhos rurais, nas outras áreas brasileiras.

2. Que há necessidade de amparo creditício, amplo e totalmente, ao comércio de motores marítimos na Amazônia.

3. A função social e econômica das embarcações, no Estado do Amazonas, acentuando o seu papel no desenvolvimento da produção regional, na garantia da distribuição das utilidades, na locomoção dos produtores e no escoamento da produção rural.

4. O elevado custo dos motores marítimos e o baixo poder aquisitivo dos rurícolas, determinando as necessidades da adoção de uma política realista de crédito à operação de compra dos motores marítimos pelos produtores rurais, visto estas máquinas, aqui, pertencerem à categoria de bens de produção.

5. E, finalmente, reivindicamos que as Agências do Banco do Brasil S. A., no Estado do Amazonas, fôssem autorizadas a operar com duplicatas provenientes da venda de motores marítimos aos pequenos produtores hinternaldinos mediante deferimento de crédito, em conta corrente, com caução de tais títulos de até 24 mêses de prazo.

Apesar do despacho favorável de Vossa Excelência, Senhor Presidente, até agora esta reivindicação não obteve, sequer, resposta. E porque a julgamos de real importância ao desenvolvimento do Amazonas renovamo-la.

REIVINDICANDO que as Agências do Banco do Brasil S. A., no Estado do Amazonas, sejam autorizadas a operar com duplicatas provenientes da venda de motores marítimos aos pequenos produtores hinterlandinos, mediante deferimento de crédito, em conta corrente, com caução de tais títulos de até 24 mêses de prazo.

Com protestos de elevada consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR Digníssimo Presidente da República.

Brasília — DF

Manaus, 16 de março de 1963.

SENHOR PRESIDENTE:

Os motôres marítimos, na região amazônica, destinam-se a integrar veículos fluviais de serviços, tendo, no nosso sistema potamográfico, função e utilidade equiparáveis às dos transportes terrestres destinados a trabalhos rurais. Afigura-se-nos, por isso, legítimo pleitear o reconhecimento de tal equiparação para fins de extensão, às operações de revenda de motôres marítimos, dos mesmos critérios que vêm sendo atribuídos às transações que têm por objetivo os veículos terrestres que interessam à produção rural.

A necessidade de amparo creditício amplo e tolerante ao comércio de motôres marítimos na região amazônica atende, por um lado à conveniência nacional de se proteger e estimular a indústria brasileira, e deve ser considerada em paralelo ao que ocorre no campo dos veículos automotores terrestres. Por outro lado, responde ao imperativo de se socorrer, na sua imprescindível manutenção,

o parque fluvial desta região, o qual se vem ressentindo há longos anos da falta quer de unidades de reposição, quer de unidades adicionais, pelas notórias dificuldades de obtenção das máquinas estrangeiras que, no passado, importadas anualmente à razão de milhares, vinham integrando o único sistema de transportes compatíveis com as condições geográficas da área.

Não será de mais ressaltar a função nitidamente social de que se revestem as pequenas embarcações integrantes da frota fluvial amazônica, em aditamento ao seu sentido pragmático e econômico, refletindo-se a associação dos dois aspectos em favor da fixação do rurícola regional. Salientamos o papel excepcional que essas embarcações desempenham no sistema econômico da região, porque nelas repousam o desenvolvimento da produção regional, a facilidade de o homem do interior efetuar a venda de seus produtos sem intermediários, a garantia da manutenção dos centros produtores e escoamento dos gêneros da região, obstando ainda a indesejável mantença do deserto demográfico em que tem permanecido a Amazônia brasileira. O ideal seria, portanto, se cada rurícola possuisse a sua embarcação motorizada, a qual, embora modesta, lhe permitisse a sua locomoção e de sua família, o escoamento da sua produção e eliminasse, assim, tôdas as dificuldades próprias dessas pequenas populações ribeirinhas.

Como é sabido, bem elevado é o custo dos motôres marítimos, relativamente aos recursos e ao poder aquisitivo dos rurícolas. Imprescindível, portanto, a venda a longo prazo, a prestações, posto que de outro modo se tornaria inacessível ao homem do interior, êsse tipo de transação — venda fracionada a longo prazo — sofre sérias restrições, quando acobertam negócios que têm por objeto bens de consumo. No caso dos motôres marítimos em serviço na região amazônica, elas se constituem em flagrante exceção a essa regra, pois se caracterizam, ao contrário, como legítimos bens de produção, uma vez que integrarão veículos fluviais precipuamente destinados ao escoamento da produção regional e ao abastecimento dos núcleos produtores. Enquadram-se, assim, perfeitamente, na categoria de bens de produção e devem ter a sua aquisição eximida de restrições cujo espírito seja o contrôle inflacionário.

Arguídas essas razões e porque ainda, as vendas dos motôres marítimos aos pequenos produtores hinterlandinos se conduzem regular e tradicionalmente em prestações de longa seriação, empenha-se êste Govêrno em que as Agências do Banco do Brasil, nêste Estado, sejam autorizadas a operar com duplicatas provenientes dessas vendas, mediante deferimento de crédito, em conta corrente, com caução de tais títulos de até 24 meses de prazo.

Saudações,

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR GOULART, Digníssimo Presidente da República.

Brasília — DF

Manaus, 16 de março de 1963.

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR GOULART,
DD. Presidente do Brasil.
BRASÍLIA — DF.

Senhor Presidente:

No Amazonas, pelas suas particularidades geográficas e sócio-econômicas, a assistência financeira tem que ter características pioneiras a ser deferida em bases que se adaptem à realidade dêste extremo setentrião.

Três elementos-chave desempenham papel preponderante ao financiamento das safras regionais:

O AVIADOR — é o importador das mercadorias de consumo no interior o que em geral as entrega no pôrto do produtor. Possuindo muitas vezes embarcação própria, encarrega-se também de receber e vender os gêneros produzidos pelos seus freguêses;

EXPORTADOR — é o comprador e exportador dos gêneros produzidos no interior;

REGATÃO — é o comerciante ambulante, que também faz o comércio de aviador. Contribui expressivamente para o aumento da produção, pois atinge regiões longínquas exercendo o binômio compra e venda.

Nota-se que há um perfeito entrelaçamento entre os elementos supra e o produtor. Todos com os seus interêsses ligados à indústria extrativa e agrícola e absolutamente necessários para o perfeito funcionamento do atual sistema econômico da planície. Dêles o produtor recebe financiamentos para a montagem das safras, representados, parte, por mercadorias necessárias à sua sobrevivência e manutenção e grande parcela em dinheiro. E sem êsse financiamento não há produção. Daí porque a movimentação do crédito no Amazonas força o aparecimento de grande volume de promissórias emitidas pelos produtores que recebem financiamento em dinheiro. Tais títulos não merecem, aqui, o conceito de fins especulativos. Estão integrados na formação das safras dos produtos nativos e refutá-los será reduzir a capacidade financiadora e, consequentemente, tornar insignificante a produção no Amazonas.

Imprescindível é a assistência de financiamentos por intermédio dêsses títulos possibilitando créditos àqueles que têm, até aqui, a responsabilidade nos resultados de nossas safras, encargos que os força a aguardar o pagamento do capital investido em período sempre longo, nunca inferior a 6 meses e não raramente superior a 1 ano, quando a exploração agrícola se efetiva nas regiões centrais ou nos altos rios, e o seu resultado depende sempre das distâncias a vencer, das condições pluviométricas nas zonas produtoras e das vasantes e enchentes que estão sempre presentes na imensa Amazônia.

E' sabido que por motivos óbvios, de recursos não comprovados oficialmente, carência de organização e a própria distância em que estão localizados os centros produtores, torna-se difícil, senão impraticável, aos que produzem, conseguir assistência direta dos Bancos. Sob outro aspecto, como a nota promissória é título que sofre séria restrição para operações, especialmente por parte do Banco do Brasil, é lógico que os financiamentos atingem apenas o limite da capacidade financeira dos exportadores, aviadores e regatões, hoje, por fôrça da desvalorização da moeda, bem reduzida.

REIVINDICAÇÕES:

Dêsse modo, e a fim de que não venha a falta de assistência creditícia provocar a queda de nossa produção, a "debacle" da economia regional, o fracasso de nossa produção e o despovoamento e abandono do nosso "hinterland", pleiteamos:

— Seja o Banco do Brasil S. A., nêste Estado, autorizado a conceder a extensão à madeira, sôrva, pau-rosa, couros de jacaré e couros e péles de animais silvestres, dos benefícios instituídos para a juta, de caução de contratos assinados, por intermédio de corretores, entre produtores e exportadores e de notas promissórias, dando-se maior elasticidade a êsses créditos, inclusive com a supressão da limitação da porcentagem de 1/10% para cada emitente da NP, dado que tal vigência reduz sobremodo o financiamento deferível a cada financiado-freguês.

Saudações,

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Amazonas

Manaus, 16 de março de 1963.

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO BELCHIOR GOULART,
DD. Presidente do BRASIL.
BRASÍLIA — DF.

Senhor Presidente:

Avultam em importância, dado às suas implicações no futuro da economia regional, as culturas de cíclo vegetativo superior a um ano, ditas permanentes, como é o caso da pimenta do reino.

A extratividade fundada na hinterlândia amazônica de produtos nativos, está hoje em dia nìtidamente superada.

Impõe-se, pois, o plantio dos vegetais perenes ou de meio cíclo, como recurso para a fixação do homem ao sólo e de sedimentação da riqueza.

Em quase tôdas as terras enxutas da região, às quais está plenamente adaptada, a pimenta asiática é cultura das mais promissoras possibilidades, tanto para o consumo doméstico como para exportação, tendo-se em vista a universalidade de seu uso culinário.

Trata-se de planta exótica, cuja cultura já consideràvelmente difundida, especialmente no vizinho Estado do Pará, merece ser estimulada e ampliada. Seu cíclo vegetativo é de cêrca de 10 anos, porém, desde que convenientemente conduzida, começa a produzir em menos de dois anos, numa média de 800 gramas por pimenteira.

O plantio de um hectare com 1 000 pés, pode ser obtido na região com tôda a assistência técnica necessária, até o início da colheita, por Cr$ 250.000,00.

Vivamente interessados em financiamentos para o plantio e trato das citadas culturas, as quais, por sua natureza, permitem outros cultivos paralelos, continuam os agricultores radicados no Estado do Amazonas, e, principalmente, no seu cultivo racional, os colonos japonêses estabelecidos em diversas Colônias Agrícolas, na circunvizinhança de Manaus.

A colônia nipônica radicada sob os auspícios do Govêrno Estadual, em núcleos agrícolas nas adjacências da Capital do Estado, com os atributos de competência técnica e operosidade que lhe são inerentes, vêm, é preciso convir, desempenhando os destinos que lhe foram traçados, quais sejam o de prover ao abastecimento de verduras, hortaliças e congêneres os mercados citadinos. Todavia, ùltimamente, vêm alguns, o que é natural, mesmo em decorrência de sua radicação, dedicando-se àquelas culturas regionais de cunho permanente, mas com os maiores sacrifícios e privações, por falta de capital para o investimento necessário.

Tanto uns como outros, em sua maioria posseiros, detentores apenas de Títulos Provisórios, outorgados de acôrdo com a Lei n.º 89, de 31.12.59, têm-se visto privados da assistência da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil que, por suas instruções, veda o proporcionamento de seus benefícios a quem não tiver plena posse do imóvel em que pretenda fundar ou ampliar as ditas culturas permanentes.

Podemos considerar que dado ao incremento verificado nos últimos anos na Indústria Nacional, com repercussões no consumo e no padrão de vida da comunidade brasileira, é tempo de, ao lado da produção empírica e nativa regional da Amazônia, com influxo indispensável do Govêrno Federal através de seus órgãos especializados, ser incrementado o cultivo racional, único capaz de satisfazer quantitativa e qualitativamente à nova demanda dos mercados internos, produzindo o necessário ao seu suprimento, assim como excedentes destinados à exportação.

REIVINDICAÇÃO:

Eis, pois, as razões pelas quais o Govêrno dêste Estado, solicita no amparo dos interêsses regionais e, mesmo nacionais, que seja revista a regulamentação dos financiamentos agrícolas, de modo a permitir o amparo creditício pelo nosso principal estabelecimento bancário, aos colonos na planície amazônica, embora detentores, apenas, de Títulos Provisórios de terras fornecidas pelo Estado.

Saudações

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Amazonas

Ao Exmo. Sr. Dr. JOÃO BELCHIOR GOULART,
Digníssimo Presidente da República.

BRASILIA — DF.

Manaus, 21 de outubro de 1963.

Of. 14/63-ATAE.

SENHOR PRESIDENTE:

Em longo expediente entregue a Vossa Excelência em março dêste ano, que ao presente anexamos, tivemos oportunidade de fixar:

1. A posição histórica do problema da borracha amazônica.
2. A questão da borracha nos dias atuais.

Na segunda parte do estudo, demoramo-nos em demonstrar que os atuais prêços da borracha natural são um verdadeiro processo expoliativo da economia gumífera. E salientamos a necessidade de corrigí-los, restabelecendo-se a verdade do prêço da borracha.

Dissemos que o restabelecimento da verdade do prêço da borracha, sòmente seria alcançado pela correção do desajustamento real do prêço da borracha, verificado no período 1944-63 que é o de 345%, tomando-se por base o salário mínimo 1944-63 e o prêço da borracha natural 1944-63. E mais, pela adoção de uma nova política de fixação dos prêços mínimos pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha — CEDB.

Mas, ainda que Vossa Excelência haja despachado, com interêsse e incontinente, aqueles estudos à CEDB, a mesma até agora não se pronunciou sôbre o pleiteado, limitando-se a conceder um aumento rotineiro de 50%.

Nêste ensejo, porque o Govêrno do Estado do Amazonas continua convencido da necessidade daquelas providências, voltamos a reivindicar de Vossa Excelência:

1 — Aumento imediato de 120%, sôbre os prêços atuais, para o prêço da borracha amazônica.

2 — Que fiquem estabelecidas, para os aumentos subsequentes do prêço da borracha, as seguintes bases: o prêço da borracha será o vigorante, acrescido da alteração no custo da produção, consoante cálculos feitos pela CEDB, mais uma bonificação para compensar a elevação dos prêços das utilidades, esta correspondente a 50% daquela alteração havida no custo da produção durante o ano anterior. Para efeito de uniformidade de cálculo, os valores determinantes do custo da produção seriam aquêles vigentes em abril de cada ano. Anote-se, todavia, que esta bonificação não será incorporada ao prêço da borracha, sendo o seu valor desencorporado e restabelecido em cada ano, consoante a diversificação de valores encontrada no custo da produção.

Colhemos a oportunidade para apresentar-lhe protestos de alto aprêço e erguida consideração.

PLÍNIO RAMOS COELHO
Governador do Estado do Amazonas

CONCLUSÃO

Esta é a MENSAGEM, Senhores Deputados, que trazemos ao exame de todos. É um documento, pode-se dizer, que mostra, sem rebuços e sem fantasias, o trabalho que, ajudados por uma equipe que se completa com a compreensão do povo, estamos tentando realizar.

Em nenhum momento deixamos de usar a sinceridade, muito embora é forçoso confessar, talvez não tenhamos retratado a realidade exata, fria, inteiramente desnuda por que ainda nos debatemos no afan de realizarmos uma reformulação geral das condições conjunturais do Amazonas.

Providências, no decorrer dêste ano, esperamos tomar. Para tanto reclamamos, de logo, a colaboração sempre valiosa e inestimavel de Vossas Excelências, sem esquecer o apôio que precisamos das entidades de classe e de todos os Partidos políticos militantes em nossa terra.

A Deus, rogamos que ilumine os que compomos a grande comunidade amazonense, e agradeço aos trabalhadores em geral, aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, Vereadores, Prefeitos, Deputados, Promotores, Juizes do Interior e da Capital, Desembargadores, às representações das Fôrças de Terra, Mar e Ar, aos líderes das entidades religiosas de todos os credos, principalmente a Sua Eminência Dom João de Souza Lima, à Imprensa e aos radialistas, — o clima de paz e progresso que deram ao Amazonas, facilitando a nossa gestão que visou a ser a de Governador de todos os Amazonenses.

Manaus, 15 de Março de 1964.

Plínio Ramos Coêlho

Governador do Estado

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA